



Rio Grande do Sul  
Assembléia Legislativa  
Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

# Relatório Azul 2005

Dezembro de 2005

*Relatório Azul 2005 - 1*

---

R585r Rio Grande do Sul. Assembléia Legislativa. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.  
Relatório Azul 2005: garantias e violações dos direitos humanos. Porto Alegre: Corag, 2005.

350 p.

1. Direitos humanos. I. Título.

CDU: 342.7(816.5) "2005".

Catálogo na fonte: Carlos L. Moraes - CRB: 10/867

*2 - Relatório Azul 2005*

---

## Mesa Assembléia Legislativa 2005

Presidente: Dep. Iradir Pietroski (PTB)  
1º Vice-presidente: Dep. Ronaldo Zülke (PT)  
2º Vice-presidente: Dep. José Farret (PP)  
1º Secretário: Dep. Elmar Schneider (PMDB)  
2º Secretário: Dep. Gerson Burmann (PDT)  
3º Secretário: Dep. José Sperotto (PFL)  
4º Secretário: Dep. Paulo Brum (PSDB)

## Comissão de Cidadania e Direitos Humanos 2005

Presidente: Dep. Dionilso Marcon (PT)  
Vice-presidente: Dep. Miriam Marroni (PT)

### Titulares:

Dep. Marquinho Lang (PFL)  
Dep. Paulo Brum (PSDB)  
Dep. Abílio dos Santos (PTB)  
Dep. Sérgio Peres (PTB)  
Dep. Floriza dos Santos (PDT)  
Dep. Alvaro Boessio (PMDB)  
Dep. Márcio Biolchi (PMDB)  
Dep. Telmo Kirst (PMDB)  
Dep. Estilac Xavier (PT)  
Dep. Fabiano Pereira (PT)

### Suplentes:

Dep. José Sperotto (PFL)  
Dep. Manoel Maria (PTB)  
Dep. Ciro Simoni (PDT)  
Dep. Maria Helena Sartori (PMDB)  
Dep. Adolfo Brito (PP)  
Dep. Adão Villaverde (PT)  
Dep. Frei Sérgio (PT)  
Dep. Raul Pont (PT)



# Sumário

Apresentação .....	9
O que é o Relatório Azul? .....	11
<u>Parte I</u>	
<b>O debate sobre os direitos humanos</b>	
Violência policial e direitos humanos .....	15
Maurício Russo	
Direitos humanos das crianças e dos adolescentes .....	21
Miguel Granato Velasques	
Direitos humanos e direitos dos apenados .....	29
João Abílio de Carvalho Rosa Flora Luciana Teixeira de Oliveira	
Da terra de fel à terra do leite e do mel .....	37
Jacques Távora Alfonsin	
Reforma urbana para garantir a convivência e a habitabilidade .....	43
Murilo Dias Anthero	
Torna-te velho cedo, se quiseres ser velho por muito tempo .....	51
Ony Terezinha Pereira da Silva	
Direitos humanos da livre expressão sexual .....	57
Roger Raupp Rios	
Direitos humanos da pessoa portadora de sofrimento psíquico .....	61
Sandra Fagundes	
Estatuto das pessoas portadoras de deficiência, ferramenta para a inclusão social .....	67
Paulo Paim	
Os direitos indígenas e as dificuldades contemporâneas a sua efetivação .....	73
Ana Elisa de Castro Freitas	

Povo negro: trabalho, violência e políticas públicas .....	79
Reginete Bispo	
A mulher e seus direitos ante o crime doméstico .....	89
Maria Berenice Dias	
Direito à memória: desarquivando o Brasil .....	97
Suzana Keniger Lisboa	
CLT, os direitos humanos e a os direitos trabalhistas .....	107
Gelci Nunes Fernandes e Paulo Roberto Fernandes	
Evolução histórica da tutela ao consumidor .....	113
Ana Paula Pazin Gomes	
Fome Zero, política nacional de segurança alimentar e nutricional .....	119
Flávio Luiz Schieck Valente	
Juventudes, a construção do amanhã é agora .....	129
Edson Giuliani e outros	
Temas e dilemas da educação em direitos humanos .....	137
Sinara Porto Fajardo	
Monopólio da comunicação, radiodifusão comunitária e inclusão digital .....	143
Claudio Sommacal	
Conflito: os direitos humanos e a disputa política .....	151
Marcos Rolim	

## Parte II

### Registros de violações de direitos humanos no RS

Crianças e adolescentes .....	157
-------------------------------	-----

Desaparecidos políticos e anos de chumbo .....	177
Habitação, terra .....	185
Idosos .....	197
Livre orientação sexual .....	199
Racismo .....	203
Sistema prisional .....	209
Saúde .....	221
Trabalho e emprego .....	223
Violência policial .....	231
Violência contra policial .....	245
Violência geral .....	253
Violência contra defensores de direitos humanos .....	257
Internacional .....	161
Síntese das audiências públicas e reuniões da CCDH .....	271

### Parte III

## 25 anos da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Depoimentos de ex-presidentes .....	321
Antenor Ferrari .....	324
José Ivo Sartori .....	327
Mario Madureira .....	328
Antônio Marangon .....	330
Marcos Rolim .....	331
Maria do Rosário .....	333
Padre Roque Grazziotin.....	334
Estilac Xavier .....	336
Fabiano Pereira .....	338

### Parte IV

Prêmios DH .....	341
Siglas .....	345
Expediente .....	349
Ficha de Avaliação .....	351



# Apresentação

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul publica pela décima vez o Relatório Azul. Esta edição, como as anteriores, é um marco referencial às garantias e dos cidadãos contra as violações que acontecem no Estado.

A edição de 2005 traz a colaboração de especialistas que abordam pontos de vista diversos sobre a prática dos direitos humanos nas várias áreas temáticas. Entendemos que tais textos ajudam a refletir sobre a temática, incentivando professores e promotores de direitos humanos na formação da consciência crítica. As opiniões são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, as posições da CCDH.

Outra parte refere-se ao conjunto de denúncias e de violações transitadas na CCDH no período de novembro de 2003 a novembro de 2005. Neste sentido, procuramos noticiar resumidamente as principais denúncias na forma como foram descritas pelas vítimas, sem, muitas vezes, apurar a profundidade das contestações que ficam reservadas, na maioria dos casos, às esferas do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Destacamos que, como nas edições anteriores, evitamos publicar o nome das pessoas acusadas da prática de algum delito ou irregularidade, divulgando apenas as suas iniciais. O procedimento procura resguardar o princípio da presunção de inocência, tão freqüentemente desconsiderado em nosso País. O mesmo cuidado, como regra geral, foi tomado também quando se trata de proteger a identidade de testemunhas ou de pessoas que recorrem à CCDH para efetivar denúncias.

Mantivemos apenas os nomes das pessoas falecidas ou de personalidades públicas e/ou pessoas investidas de cargos institucionais que emitiram juízo acerca dos fatos em audiências, reuniões ou debates patrocinados pela Comissão. Para facilitar a compreensão dos casos, relacionamos os assuntos por tema na seqüência cronológica dos atendimentos feitos pela CCDH.

Por fim, a presente edição traz também um breve resgate dos

25 anos de existência da CCDH com o depoimento de cada um dos ex-presidentes.

Ao publicar a presente obra, o Poder Legislativo contribui com o debate e com a reflexão da temática ligada aos direitos humanos, possibilitando que a sociedade rio-grandense avance rumo a uma convivência igualitária e civilizada.

Boa leitura a todos.

Dionilso Marcon,  
Deputado presidente da CCDH

---

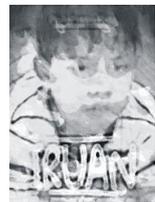
# O que é o Relatório Azul?

O “Relatório Azul” é uma publicação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa que aborda uma reflexão sobre a temática dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, oferece um panorama das violações e garantias destes direitos no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Os diferentes temas descritos a cada edição, refletem a pluralidade de concepções do trabalho desenvolvido pela comissão permanente do Parlamento gaúcho. A quantidade de denúncias, acompanhadas e registradas nos espaços da comissão, podem estabelecer um paralelo comparativo, de tempos em tempos, sobre o comportamento dos gaúchos e de suas instituições na defesa dos direitos humanos rumo a uma sociedade civilizada ou no desrespeito que aponta em direção à barbárie.

O Relatório Azul é um instrumento balizador da cidadania. Ao registrar as garantias e violações permite dar ao cidadão e à cidadã meios de monitorar a eficácia das políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos da União, Estados e Municípios.

A escolha do nome “Relatório Azul” surgiu em referência à globalidade da preocupação de quem luta pelos Direitos Humanos. Sua inspiração parte da visão de que o planeta Terra, visto de qualquer ponto do cosmos, é azul, como atestou Yuri Gagarin, o primeiro cosmonauta a alcançar o espaço, em 1961. O relatório, na sua denominação, quer nos convidar a refletir sobre a vida que paira sobre esta imensa esfera espacial ambulante, e, mais do que isso, nos incita a preservá-la. Na abóbada, pulsam milhares de corações, todos buscando uma realização, uma plenitude. A vida humana é a mais sábia das espécies e precisa ser preservada junto com o ecossistema. Para os direitos humanos, todos indistintamente devemos ser iguais. Esta utopia universal deve ser perseguida. Para isso, precisamos superar as formas de exclusão, de tratamento cruel e degradante, de desrespeito, de violência e de preconceito. A abóboda gira e sobre ela cada um de nós constrói a história.

(branca)



## Parte I

# O debate temático sobre os direitos humanos

*Relatório Azul 2005 - 13*



Violência policial



Debate

## Violência policial e direitos humanos

*Mauricio Russo*

*Relatório Azul 2005 - 15*

---



# Violência policial e direitos humanos

*Mauricio Russo<sup>1</sup>*

O crescimento da criminalidade, da violência e a descrença na justiça penal têm legitimado o aumento do poder discricionário do policial. O poder discricionário é a possibilidade do policial ter livre arbítrio na ação, ou seja, escolher o método necessário para cessar o conflito. Este poder, no entanto, não é baseado apenas em preceitos morais individuais, mas regido (ou deveria ser) por uma estrita delegação da lei.

Temos assistido um recrudescimento da violência por parte da polícia, que não atinge todos os cidadãos, mas uma determinada parcela destes, isto é, aqueles que vivem nas regiões mais pobres das grandes cidades, sendo os jovens as maiores vítimas. Nestas localidades, o poder público, como regulador dos conflitos, é mais ausente.

A violência do Estado vai contra os seus próprios princípios fundamentais, pois, conforme a Constituição Federal (1988):

*Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:*

*I – polícia federal;*

*II – polícia rodoviária federal;*

*III – polícia ferroviária federal;*

*IV – polícias civis;*

*V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.*

As explicações para o aumento da violência na ação policial apontam como causas, principalmente: 1) os baixos salários dos praças; 2) o treinamento inadequado; 3) as pressões psicológicas do tra-

-----

*\* Mauricio Russo, sociólogo, mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania, coordenado pelo Professor José Vicente Tavares dos Santos, IFCH/Ufrgs.*

balho policial, sempre no centro das tensões sociais; 4) as condições precárias de trabalho; 5) a impunidade, 6) o mito do policial “super-homem” e 7) a violência existente na sociedade.

Estes fatores podem contribuir para o aumento da violência policial, mas não explicam sua seletividade, que tem raízes mais profundas, surge com a criação das instituições policiais, mas, com certeza, teve seu agravamento durante o regime autoritário. Embora tenha havido o retorno da democracia ao Brasil, mesmo depois da promulgação da Constituição de 1988, a violência policial continua a ser um problema para a sociedade brasileira. O que agrava mais a situação é o fato de que o direito à vida constitui um limite que diferencia o trabalho policial dos demais.

Com o aumento dos conflitos no campo e a crescente criminalidade urbana violenta, os policiais sentem-se cada vez mais submetidos a situações de perigo de vida e, ao mesmo tempo, estas categorias, através de ações violentas de alguns de seus membros, ameaçam a vida dos cidadãos à revelia da lei, muitas vezes decidindo quem deve viver ou morrer. “Nessa perspectiva, o trabalho policial se realiza sempre à margem da vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso”<sup>1</sup>.

Os Direitos Humanos têm um papel importante na luta para evitar que a violência, cometida por alguns policiais, deixe de ser exceção e torne-se regra. É preciso deixar claro que a mesma sociedade que “exige” uma ação mais violenta por parte da polícia no combate à criminalidade, é a mesma que recrimina os policiais, sobretudo, quando as vítimas não são mais os moradores dos bairros pobres, mas os das classes mais altas da sociedade.

As reduções das taxas de violência e criminalidade não servem como argumentos para uma ação mais violenta da polícia, pois os fins não podem justificar os meios. Uma das funções da polícia é fiscalizar o cumprimento da lei. Para ter legitimidade frente ao cidadão, é preciso, antes, que os policiais respeitem a lei.

Para que isto ocorra devemos ter uma mudança nos currículos das academias de polícia, pois “todos os esforços para a promoção das mudanças necessárias esbarram na idéia de que os direitos huma-

-----

<sup>1</sup> SILVA, Suamy Santana da. Teoria e prática da educação em direitos humanos nas instituições policiais brasileiras. Porto Alegre: Edições Capec, 2003.

nos só são evocados para proteger marginais. Este entendimento é repassado com conteúdo oculto nas disciplinas técnico-operacionais, que constituem o currículo escolar nos cursos de formação policial por total descomprometimento dos professores e instrutores com a educação voltada aos direitos humanos<sup>2</sup>.

Devemos lembrar que o trabalho policial, que para alguns tem como objetivo principal o combate à criminalidade (pelo menos na visão da maioria das organizações policiais contemporâneas), é apenas uma parcela da sua função. O treinamento deve ser adequado ao seu ofício diário, levando em consideração a complexidade da função policial: resolver conflitos interpessoais, saber agir em situações críticas, etc.

Não se deve confundir “uso da força” com violência. O uso da força é legalmente regulamentado e deve cessar na medida em que o conflito seja solucionado.

A impunidade deve ser combatida, não apenas para os casos mais graves, mas, principalmente, para os casos de abuso de autoridade. Os “pequenos desvios” cometidos no dia a dia se convertem em matéria prima para, nos momentos de maior conflitualidade, transformarem-se em ações desmedidas.

Finalmente, é necessário entender que o policial é, antes de tudo, mesmo tendo uma função específica, um servidor público, um cidadão e, como tal, deve ter os mesmos direitos e deveres. A dicotomia entre “sociedade civil” e “sociedade policial” deve ser suprimida.



Criança e adolescente



Debate

## Direitos humanos de crianças e adolescentes

*Miguel Granato Velasquez*

*Relatório Azul 2005 - 21*

---

# Direitos humanos de crianças e adolescentes

*Miguel Granato Velasquez \**

Direitos humanos são os direitos fundamentais do ser humano, enunciados historicamente a partir do progressivo reconhecimento, pelas legislações nacionais e normas internacionais, da inerente dignidade de todo indivíduo, independentemente de raça, de sexo, de idade ou de nacionalidade. A consagração de tais direitos constitui um traço marcante do processo civilizatório e, sua efetiva implementação, um indicador seguro do nível de desenvolvimento humano atingido por um povo ou nação<sup>1</sup>.

Os direitos humanos são normalmente visualizados sobre duplo aspecto: por um lado, constituem restrições ao poder do Estado<sup>2</sup> e, por outro, condições mínimas para uma existência digna asseguradas a todo indivíduo.

Tendo como antecedentes históricos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão adotada pela Assembléia Constituinte francesa de 1789 e a Constituição Norte-americana com suas dez primeiras emendas, aprovadas em 1789, atualmente o principal diploma proclamador dos direitos humanos, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1949. Ela reconhece como direitos fundamentais de todas as pessoas, além da dignidade, o direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade perante a lei, ao trabalho e a propriedade, entre outros.

A Declaração traz, ademais, uma menção específica às crian-

-----

*\* Miguel Granato Velasquez, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público/RS.*

-----  
<sup>1</sup> Com base em tal critério é que constatamos, hodiernamente, um lamentável retrocesso de âmbito mundial, com a admissão rotineira de guerras "preventivas", que vitimam milhares de civis, inclusive crianças e adolescentes, e governos que reclamam o direito de torturar prisioneiros ou mantê-los incomunicáveis em prisões secretas.

<sup>2</sup> Ou, em se tratando de direitos sociais, no dever do Estado intervir em benefício do cidadão.

ças, estabelecendo, em seu art. 25º, § 2º, que:

*"A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social."*

Tal regra permite a conclusão de que os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes constituem um capítulo especial na temática dos direitos humanos.

Nesse sentido, a expressão "*direitos humanos das crianças e dos adolescentes*" não significa apenas a indicação de um grupo etário específico dentre os sujeitos titulares desses direitos. Ela significa, também, o reconhecimento de um status especial atribuído aos direitos fundamentais que possuam por titulares crianças e adolescentes, eleitos como sendo merecedores de distinta proteção, eis que mais vulneráveis do que os adultos.

De fato, as crianças e aos adolescentes são conferidos, além de todos os direitos fundamentais consagrados a qualquer ser humano, ainda outros direitos, igualmente fundamentais, mas que lhes são específicos, tais como o direito à inimizabilidade penal<sup>3</sup> e o direito à convivência familiar e comunitária<sup>4</sup>.

Além disso, todos os direitos fundamentais de que gozam as crianças e os adolescentes são alcançados pelo *princípio da prioridade*, segundo o qual sua proteção e satisfação devem ser buscados (e assegurados pelo Estado) antes de quaisquer outros. Ou seja, dentre os direitos fundamentais reconhecidos a todos os indivíduos, expressão de sua intrínseca dignidade, os relativos a crianças e adolescentes não de vir em primeiro lugar.

Essa salvaguarda especial atribuída aos direitos humanos de crianças e adolescentes encontra-se consagrada em diversos diplomas

<sup>3</sup> Previsto no art. 40, § 3º, "a", da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança nos seguintes termos:

*"Os Estados Partes buscarão promover (...): a) o estabelecimento de uma idade mínima antes da qual se presumirá que a criança não tem capacidade para infringir as leis penais."*

<sup>4</sup> Nesse diapasão, prevê o art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente que:

*"A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade."*

internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, de 1959, e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989.

No plano nacional, todos os direitos fundamentais reconhecidos internacionalmente às crianças e aos adolescentes foram assegurados pela Constituição Brasileira de 1988<sup>5</sup>, que em seu art. 227, caput, estabelece:

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”*

E em 1990, com a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069), bem como com a aprovação, pelo Brasil, da Convenção da ONU, passaram a contar as crianças e os adolescentes brasileiros com um sistema legal bastante completo e moderno, que lhes assegura proteção integral a todos os seus interesses, sob a égide da prioridade absoluta. Sua efetiva implementação, entretanto, permanece sendo um desafio para o Estado e para toda a sociedade.

No Brasil, o Ministério Público, previsto constitucionalmente como defensor dos interesses indisponíveis de todos os cidadãos, é uma das instituições mais engajadas na busca da concretização dos direitos fundamentais de crianças e de adolescentes.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, em particular, tem realizado iniciativas de destaque na defesa desses direitos, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, além de posicionar-se como indutor de novas políticas públicas em prol da infância e da juventude.

Outrossim, atuam os Promotores e Procuradores de Justiça gaúchos permanentemente na tutela de direitos fundamentais como à vida, à saúde e à educação, buscando, através de ações judiciais ou providências extrajudiciais, garantir a crianças e adolescentes a disponibilização de recursos como medicamentos; tratamento médi-

-----  
<sup>5</sup> Mesmo antes, portanto, da adoção, pela ONU, da Convenção dos Direitos da Criança.

co, internação hospitalar, vagas em escolas dos ensinos infantil, fundamental, médio e especial, transporte escolar e criação de abrigos.

Como alguns exemplos específicos de atuação do Ministério Público, podemos citar:

A celebração, em 2003, pela Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, do Termo de Compromisso de Integração Operacional com o Município de Porto Alegre, com a Brigada Militar, com a Polícia Civil e com os Conselhos Tutelares, definindo a criação do Núcleo Operacional de Inclusão de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (Noica) —, tendo por objetivo a proteção das crianças e dos adolescentes que se encontram em situação de rua, expostas ao risco do tráfico, ao uso de entorpecentes e à exploração sexual.

A criação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (Ficai), instrumento articulado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul em parceria com as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e com os Conselhos Tutelares, tendo por objetivo a definição de procedimentos para o combate da infrequência e do abandono escolar, que atualmente se encontra presente em 460 Municípios gaúchos, com excelentes resultados, constituindo meta institucional do Ministério Público a implantação da Ficha nos 36 Municípios restantes.

O acordo estabelecido com a Polícia Federal, ao qual aderiram, em 2001 também o Ministério Público Federal e a Associação Riograndense dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Internetsul), através do qual foi criado um mecanismo para o combate à prática da pedofilia (pornografia infanto-juvenil) na rede mundial de computadores (Internet).

Graças a tal iniciativa, foi disponibilizado de forma permanente um acesso (*link*) na página do Ministério Público gaúcho na Internet, através do qual a população pode encaminhar denúncias e informações sobre a prática de pedofilia na rede (como páginas que disponibilizam imagens pornográficas de crianças), as quais são repassadas à Polícia Federal para o início das investigações, que subsidiarão a posterior atuação do Ministério Público. Através do mesmo *link* a comunidade pode esclarecer dúvidas sobre o tema, que são respondidas pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude.

O compromisso de ajustamento firmado pela Coordenadoria

das Promotorias da Infância e da Juventude de Porto Alegre em 1999 com o Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Porto Alegre, tendo por objetivo regularizar o atendimento de adolescentes no Hospital Psiquiátrico São Pedro, ante a inexistência de unidade específica para o recebimento desse público. Em razão dessa iniciativa, o Estado construiu uma unidade própria no Hospital para atendimento de adolescentes, com corpo clínico especializado, tendo sido inteiramente reformado um dos prédios. Foi instituído, além disso, o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), para atendimento ambulatorial de pacientes e também para aqueles que, após alta hospitalar, necessitam dar seqüência ao tratamento. Já o Município de Porto Alegre organizou sua rede de atendimento para agir de forma integrada com os novos serviços prestados pelo Hospital.

A criação da 11ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude, atualmente ocupada pelo Promotor Alexandre Fernandes Spizzirri, com atribuições para agir em se tratando de crimes praticados contra crianças e adolescentes, inclusive aqueles não previstos no ECA.

O compromisso firmado pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre com o Estado do Rio Grande do Sul, buscando a capacitação de professores para atendimento a alunos portadores da síndrome de autismo, bem como ao chamamento futuro dos alunos que aguardavam em lista de espera.

A parceria firmada, em 1999, com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Juventude (Abrapia), pela qual denúncias de situações envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes, encaminhadas pela população através do disque-denúncia mantido pela associação, passaram a ser remetidas ao Ministério Público para apuração.

Em 2004, o tal disque-denúncia passou a ser gerido pelo Governo Federal, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), que celebrou com o Ministério Público um acordo de cooperação técnica para a operacionalização do atendimento.

As denúncias encaminhadas pela comunidade, através do número 0800-990500, são enviadas pela SEDH ao Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, que por sua vez as repassa aos Promotores de Justiça com atribuição para investigá-las.

Por deliberação do seu Conselho de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (Conppij), o Ministério Público gaúcho apresentou, em 2004, ao Poder Judiciário uma

proposta de criação de varas criminais especializadas no julgamento de crimes nos quais figurem como vítimas crianças e adolescentes.

A partir dessa iniciativa, o Conselho de Magistratura do Rio Grande do Sul aprovou a implantação, iniciada em 2005, de um projeto-piloto no Foro Central da Comarca de Porto Alegre, definindo a distribuição preferencial de crimes de natureza sexual praticados contra crianças e adolescentes para duas Varas Criminais específicas, a 6ª e a 9ª.

Mais recentemente, o Ministério Público, em conjunto com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, organizou a III Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes com o objetivo de contribuir e facilitar a implementação dos compromissos assumidos nas Jornadas anteriores, além de buscar a adesão de novos municípios.

Através da III Jornada, neste ano houve a realização de audiências públicas nos municípios de Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Passo Fundo, Guaporé, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santo Ângelo, Cruz Alta, Tramandaí, São Jerônimo, Montenegro, Caxias do Sul, Uruguaiana e Santana do Livramento. Os eventos permitiram a discussão da matéria com os representantes das redes de proteção locais e que fossem anunciadas à sociedade as ações desenvolvidas no enfrentamento da problemática que afeta os direitos humanos.

Um dos assuntos destacados em tais eventos foi o projeto "Depoimento sem Dano", implantado pelo Poder Judiciário gaúcho e inspirado no trabalho desenvolvido pela Promotora de Justiça Velleda Maria Dobke, que esteve presente nas audiências. O projeto permite a inquirição de crianças e de adolescentes vítimas de abuso e de exploração sexual mediante o uso de uma sala especial, interligada por câmera de vídeo e áudio com a sala de audiência do Juizado da Infância e da Juventude, sendo o depoimento colhido com o auxílio de um profissional especializado<sup>6</sup>.

.....

<sup>6</sup> Destaque-se que o Ministério Público constituiu recentemente um grupo de estudos que irá discutir a implantação de um modelo único para o depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual a ser utilizado por todos os órgãos envolvidos no enfrentamento de tais situações, como a Polícia Civil, Conselho Tutelar e Ministério Público, aproveitando a experiência do projeto "Depoimento sem Dano", tendo por meta tornar a experiência da oitiva da vítima pelas autoridades o menos traumática possível à criança e ao adolescente.

Precisam ser enfatizadas e a importância e a necessidade do trabalho desenvolvido, tendo em vista o atual quadro da exploração sexual no Brasil e da violação dos direitos humanos de nossas crianças e adolescentes: a primeira causa que leva a criança à morte, no Brasil, até 10 anos de idade, é a violência; a residência do infante é o lugar mais perigoso às crianças de 0 a 4 anos; dos abusos sexuais envolvendo crianças menores de 10 anos de idade, 75% ocorrem na sua própria residência.

Através de iniciativas como essas, o Ministério Público do Rio Grande do Sul procura, ao lado da Assembleia Legislativa gaúcha e de outros órgãos e entidades, contribuir para a contínua construção e concretização dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes no Brasil, na certeza de que tal esforço lança as bases de um futuro primado não pela violência e miséria, mas pelos valores superiores de igualdade, de liberdade e de fraternidade, aspiração de toda a humanidade.

Apenados



Debate

## Direitos humanos e direitos dos apenados

*João Abílio de Carvalho Rosa  
Flora Luciana Teixeira de Oliveira*

*Relatório Azul 2005 - 29*

---

# Direitos humanos e direitos dos apenados

*João Abílio de Carvalho Rosa\**  
*Flora Luciana Teixeira de Oliveira\*\**

Falar de direitos humanos e apenados, em uma sociedade tão desigual e excludente como a nossa, faz ver que o cárcere tem sido aplicado muito mais contra aqueles que, ironicamente, menos direitos humanos têm exercido. Essa conclusão revela que a cultura e o implemento dos direitos humanos como atributo de toda a sociedade, e não apenas de parcela desta, são meio e fim à inclusão social, à prevenção da violência e da criminalidade e à distribuição dos meios e resultados da produção e da igualdade. O presente texto pretende situar com brevidade o antagonismo da realidade do cárcere e dos direitos humanos entre nós, e a nossa responsabilidade para a produção desse caos, a partir dos indivíduos, da sociedade e do Estado, incapazes até aqui de gerarem resultados promissores à falta do cumprimento das leis existentes e da criação de políticas públicas sérias e efetivas de segurança pública *lato sensu*. Por segurança pública *lato sensu* o autor tem entendido as políticas públicas que, para além da repressão policial, estejam substancialmente articuladas com políticas públicas de outras ordens, como as de cunho social, educativa de formação e de profissionalização, cultural, ambiental, etc. que levem em conta o indivíduo ou grupo de indivíduos vulneráveis.

Finalmente, pretende estabelecer um *check list* das violações

-----

\* *João Abílio de Carvalho Rosa, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Acesso à Justiça (IAJ), organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), com sede em Porto Alegre, RS, dedicado à implementação dos direitos humanos, especialmente para as populações presas ou encarceradas.*

\*\* *Flora Luciana Teixeira de Oliveira, advogada e pós-graduanda em direitos humanos pelo Instituto Universitário Pe. Berthier (Ifibe) de Passo Fundo e trabalha junto a projetos do IAJ.*

praticadas, à luz dos dados disponíveis e dos instrumentos legais de proteção em vigor, a partir da Constituição Federal, da Lei de Execuções Penais e das Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros (ONU), de 1955, recepcionadas pelo Estado Brasileiro e algumas práticas exitosas que podem contribuir para uma melhora no implemento dos direitos analisados.

## 1. A POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

A população carcerária do Rio Grande do Sul, segundo dados da Superintendência de Serviços Penitenciários, é de 23.099, sendo que, deste total, 22.166 são homens e 933, mulheres. Nesse sentido, o número de vagas no sistema prisional revela-se muito menor do que a demanda, pois existem hoje apenas 15.181 vagas, ou seja, há um déficit de 7.918 vagas. Com relação aos regimes de cumprimento de pena, existe um número muito alto de presos e presas cumprindo regime fechado, conforme quadro que segue, com dados fornecidos pela Superintendência de Serviços Penitenciários.

Regime	Homens	Mulheres
Fechado	9.544	436
Semi-aberto	4.022	162
Aberto	1.615	65
Provisório	6.985	270

No Brasil, dados revelados pelo Censo Penitenciário de 1995 indicavam uma população de 148.760 pessoas presas. Comparando com números fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) relativos ao ano de 2002, a população de presos passou a ser de 235.085. Desses, 155 mil cumpriam pena definitiva, enquanto 80 mil esperavam julgamento. Podemos constatar o agravamento desta situação, visto o aumento de 55% em 7 anos.

## 2. AS CONDIÇÕES DOS PRESÍDIOS E AS VIOLAÇÕES

Diante dos dados apresentados, podemos perceber que uma das primeiras violações está relacionada com a superlotação, pois

faltam nos presídios gaúchos 7.918 vagas para assegurar uma das garantias mínimas da Declaração Universal dos Direitos Humanos que diz, em seu art. 5º: *“Ninguém será submetido à tortura e nem a tratamento desumano ou degradante”*, ou seja, a garantia de um espaço mínimo e adequado para cumprimento da pena, o que de fato não é observado frente aos números revelados e da realidade gaúcha e brasileira. Na mesma linha de garantir uma forma de tratamento adequada, sem qualquer discriminação, face à condição de preso, em 1955 foram criadas as Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas que se preocupou em garantir um capítulo específico sobre *“Locais destinados aos presos”*, que nem de longe é compatível com a realidade gaúcha conforme podemos perceber:

*“As celas ou quartos destinados ao isolamento noturno não deverão ser ocupadas por mais de um preso. Se, por razões especiais, tais como excesso temporário da população carcerária, for indispensável que a administração penitenciária central faça exceções a esta regra, deverá evitar-se que dois reclusos sejam alojados numa mesma cela ou quarto individual.(...) Todos os locais destinados aos presos, especialmente aqueles que destinam a alojamento dos presos durante a noite, deverão satisfazer as exigências da higiene, levando-se em conta o clima, especialmente no que concerne ao volume de ar, espaço mínimo, iluminação, aquecimento e ventilação.(...)”*

A Constituição Federal do Brasil, seguindo as Regras Mínimas, também garante, em seu artigo 5º, inciso III: *“que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”*. O mesmo artigo, em seu inciso XLVII, diz que: *“Não haverá penas: e) cruéis”*. E seu inciso XLIX refere que: *“É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”*.

## 2.1 O TRATAMENTO PRISIONAL E AS VIOLAÇÕES

Com relação a (re)inclusão social dos presos, que deve ser o objetivo maior da restrição à liberdade, conforme recente pesquisa, em processo de sistematização, realizada pelo Instituto de Acesso à

Justiça, intitulada *Políticas de Inclusão e a Situação do Egresso do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul*, o número de programas existentes para preparação à liberdade ou (re)inclusão social dos apenados é inexpressivo, contrariando significativamente as Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas:

*“O fim e a justificação de uma pena de prisão ou de uma medida semelhante que priva de liberdade é, em última instância, de proteger a sociedade contra o crime. Este fim só pode ser atingido se o tempo de prisão for aproveitado para assegurar, tanto quanto possível, que depois do seu regresso à sociedade, o criminoso não tenha apenas a vontade, mas esteja apto a seguir um modo de vida de acordo com a lei e a sustentar-se a si próprio.*

*Nesta perspectiva, o regime penitenciário deve fazer apelo a todos os meios terapêuticos, educativos, morais, espirituais e outros e a todos os meios de assistência de que pode dispor, procurando aplicá-los segundo as necessidades do tratamento individual dos delinquentes.*

*1) O regime do estabelecimento deve procurar reduzir as diferenças que podem existir entre a vida na prisão e a vida em liberdade na medida em que essas diferenças tendam a esbater o sentido de responsabilidade do detido ou o respeito pela dignidade da sua pessoa.*

*2) Antes do termo da execução de uma pena ou de uma medida é desejável que sejam adaptadas as medidas necessárias a assegurar ao recluso um regresso progressivo à vida na sociedade. Este objetivo poderá ser alcançado, consoante os casos, por um regime preparatório da libertação, organizado no próprio estabelecimento ou em outro estabelecimento adequado, ou por uma libertação condicional sob um controle que não deve caber à polícia, mas que comportará uma assistência social.*

*O tratamento não deve acentuar a exclusão dos reclusos da sociedade, mas sim fazê-los compreender que eles continuam fazendo parte dela. Para este fim, há que recorrer, na medida do possível, à cooperação de organismos da comunidade destinados a auxiliar o pessoal do estabelecimento na sua função de reabilitação das pessoas. Assistentes sociais colaborando com cada estabelecimento devem ter por missão a manutenção e a melhoria das relações do recluso com a sua família e com os organismos sociais que podem ser-lhe úteis. Devem adaptar-se medidas tendo em vista a salvaguarda, de acordo com a lei e a pena imposta, dos direitos civis, dos direitos em matéria de segurança social e de outros benefícios sociais dos reclusos.”*

Assim, devemos sempre questionar qual o papel da prisão, pois

o simples fato de segregar não faz a menor diferença quando deixamos de oferecer um plano de reabilitação que garanta o retorno gradativo à liberdade e que permita, no futuro, que este preso possa reinserir-se de maneira adequada e digna, como referem todos os Instrumentos Internacionais e mesmo a legislação nacional sobre o assunto.

## 2.2 A AUSÊNCIA OU A CARÊNCIA DE DIREITOS

Partindo da idéia de que existe uma carência significativa de vagas no sistema penitenciário e de que as violações começam aí, é óbvio que todos os outros direitos fundamentais, que deveriam ser garantidos, também são violados. É do conhecimento público que faltam médicos para atendimento, inclusive com relatos de mortes face à essa deficiência. E mais, que educação recebem estes presos? Existe trabalho para 23.099 pessoas presas? Casas superlotadas garantem um espaço de lazer e recreação? E o acesso à informação, ele existe dentro do sistema penitenciário? Parece que existe apenas uma resposta para todas essas questões e ela sempre será negativa, contrariando as Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas ratificadas pelo Brasil.

## 3. BOAS PRÁTICAS DE UMA CORRETA COMPREENSÃO CONSTITUCIONAL

Dentro de uma perspectiva de mudança, existe uma campanha que pretende garantir o direito de voto das pessoas presas e a sua preparação à liberdade como direitos propulsores da implementação de outros direitos humanos.

Neste sentido, conceder o direito de voto a todas as pessoas que se encontram presas é o reconhecimento de que estas continuam sendo cidadãs. O exercício do direito político dos presos vai ao encontro de todas as premissas da democracia e da moderna política criminal e penitenciária. Cada vez mais países têm permitido a inserção dos presos através do voto, como diversos países europeus, após a determinação da Corte Européia de Direitos Humanos, assim como países de diversos lugares do planeta, como Argentina, Canadá, Costa Rica, Irã, entre tantos outros. O Instituto de Acesso à Justiça iniciou uma cam-

panha instaurada durante o 5º Fórum Social Mundial, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, na pessoa do então Presidente, Deputado Fabiano Pereira, partindo, assim, para uma discussão nacional, agregando diversas entidades da sociedade civil, órgãos governamentais, buscando, de maneira administrativa, política e judicial, a efetivação dos direitos políticos das pessoas presas.

Também como prática positiva, e com o intuito de diminuir os altos níveis de vulnerabilidade criminal de homens e mulheres, foi elaborado pelo Instituto de Acesso à Justiça, com apoio da Themis, e financiado pelo Governo Federal (Ministério da Justiça/Depen) e a Fundação Ford, o Projeto “Revivendo a Liberdade”, o qual, através de parcerias com a rede de voluntários do IAJ e de outros colaboradores, buscou oferecer um suporte técnico necessário para que se pudesse resgatar, gradativamente, a cidadania dos presos e presas, redimensionando seu retorno à vida em comunidade, mediante a construção de um projeto de liberdade, orientado pela garantia dos direitos humanos.

#### 4.1 O PARADIGMA DAS REGRAS MÍNIMAS DA ONU (1955)

As Regras Mínimas para Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas buscam garantir direitos mínimos às pessoas presas, possuindo um capítulo importante com referência a fiscalização dos estabelecimentos penais, pois uma grande parte dos abusos em prisões ocorre porque são instituições fechadas sujeitas a pouco controle externo, permitindo as mais diversas violações possíveis. Tais abusos são bem menos prováveis quando as autoridades sabem que pessoas de fora estarão inspecionando os estabelecimentos e que os abusos serão denunciados, fiscalização esta, que também é prevista na Lei de Execuções Penais, mas que, na prática ocorrem de maneira precária mesmo diante da necessidade urgente de inspeções e fiscalizações.

Assim, as Regras Mínimas servem de modelo de como deve funcionar a prática do sistema prisional. No entanto, 50 anos após sua edição, o que observamos é uma completa e absurda violação de todos os direitos mínimos fundamentais. Dentro desta perspectiva, o primeiro movimento para implementação efetiva das Regras Mínimas, sem dúvida nenhuma, é uma fiscalização que identifique os

violadores e as violações de forma concreta, possibilitando a responsabilização pelo desrespeito de direitos humanos no sistema prisional.

## 5. CONCLUSÃO

Podemos concluir que o modelo carcerário que temos hoje serve apenas de “depósito humano”, onde são praticadas as mais diversas violações e privações, contrariando vergonhosamente os princípios básicos dos direitos humanos e, nesse sentido, é óbvio que manter o sistema como está não é mais possível, pois além de nos tornarmos “profissionais em violações de direitos humanos”, também estaremos preparando indivíduos cruéis, em resposta à crueldade a que são submetidos.

Terra



Debate

## Da terra de fel à terra do leite e do mel

*Jacques Távora Alfonsin*

*Relatório Azul 2005 - 37*

---

# Da terra de fel à terra do leite e do mel.

*Jacques Távora Alfonsin\**

*Desde muitos séculos antes de Jesus Cristo, conta a Bíblia que Javé (o deus judaico-cristão) associava a terra à vida, à liberdade e ao bem-estar, de todos os seus filhos. Teria dito a Moisés, aquele que seria o futuro líder da libertação de um povo escravo dos egípcios: "Eu vi a opressão do meu povo no Egito, ouvi os gritos de aflição diante dos opressores e tomei conhecimento de seus sofrimentos. Desci para libertá-los da mão dos egípcios e fazê-los sair desse país para uma terra boa e espaçosa, uma terra onde corre leite e mel." (Ex., 3, 7-8).*

Três interpretações diferentes, no mínimo, podem ser retiradas desse escrito. Os cientistas fiéis à pura razão, às ciências exatas ou "naturais", dirão que isso não passa de um mito, quem sabe um desejo de quem o escreveu. Os humanistas, talvez teólogos, historiadores e juristas - com uma visão mais crítica, conscientes dos limites da razão - dirão que o texto corresponde a uma história narrada sob determinada intenção, com os graus de certeza ou incerteza que, em tal contexto, sempre existem. Os "fundamentalistas" afirmarão que o fato é efetivamente verdadeiro e que tudo se passou exatamente como a Bíblia conta.

O curioso, no caso, é que a nenhuma dessas posições hermenêuticas deixam de corresponder, em diferentes níveis de concordância ou rejeição, três concepções muito atuais dos direitos humanos fundamentais das pessoas no que concerne ao acesso ao bem terra.

Sob o enfoque da ciência exata, não existe pensador adepto puro e simples da razão que ouse negar o fato de que da terra dependem, de maneira inseparável, o alimento e a casa, para dizer o menos, não sendo possível imaginar dois direitos humanos mais ligados

-----

*\* Jaques Távora Alfonsin, advogado, procurador aposentado do Estado do Rio Grande do Sul, mestre em Direito pela Unisinos e assessor jurídico dos sem-terra e dos sem-teto.*



à vida do que esses.

Sob o enfoque das ciências humanas, é pouco provável que historiadores, teólogos, juristas ou qualquer outro “especialista”, consigam negar que a terra é base inseparável do direito humano fundamental à liberdade, bastando recordar os motivos históricos de quase todas as guerras, e o próprio “território” como um dos principais pressupostos da existência do Estado, justamente o ente jurídico responsável pelas garantias devidas a esse e aos demais direitos humanos da população.

Sob o enfoque “fundamentalista”, independentemente de seu interesse orientar-se pela religião ou pela história, há de se convir que a promessa de Javé expressa o reconhecimento de que a terra dominada por opressão era injusta e inconveniente para o seu povo, havendo necessidade de uma outra na qual ninguém ficasse excluído dos seus frutos e produtos.

Como esse “mito-história-ou-fato” pode nos ajudar, então, a compreender a conjuntura atual dos direitos humanos fundamentais a terra, nos dia de hoje, em nosso Estado? Aqui já se chegou à terra onde corre o leite e o mel?

Neste ano de 2006, como se sabe, celebra-se o 250º aniversário do assassinato do índio Sepé Tiaraju pelas tropas espanholas e portuguesas, caído em defesa da sua terra e da sua gente. O seu clamor “Essa terra tem dono” tem sido explorado pelos principais interessados na posse ou na propriedade da terra do nosso Estado, segundo perspectivas opostas.

Os latifundiários rurais dizem que aí está um exemplo histórico de defesa da propriedade privada da terra(!?); os pobres sem-terra, cujo grito foi dado no contexto que esse bem tinha para os índios, na época (“tupambaé”), ou seja, coisas de Deus, comuns de todos.<sup>1</sup>

Como se observa, o conflito pela terra, vencidos milênios de história, repercutindo no brado desse índio há mais de dois séculos, anda muito longe de acabar. Para os sem-terra, aquela promessa de Javé continua sendo promessa dê-se hoje ao texto o sentido que se der. Não é por acaso que, para eles, o direito legislado e interpretado prossiga “normativamente inadequado e institucionalmente

-----  
<sup>1</sup> RUSCHEL, Ruy Ruben, in WOLKMER, Antonio Carlos (org.). *Direito e justiça na América indígena*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 104/105.

ineficiente.”<sup>2</sup>

A prometida terra onde corre o leite e o mel, de tão enredada pelo amanho das leis, da burocracia, das repetidas prorrogações de planos, políticas, mais recuos do que avanços está com o gosto amargo do fel.

As leis e o Poder Público que as aplica, todavia, acenam para o princípio constitucional da função social da propriedade como uma das formas de acesso à essa terra farta do leite e do mel.

Para o latifundiário, porém, que não considera a terra senão como mercadoria, salvo raras exceções, não há de ser a alimentação do povo faminto que constituirá a sua principal preocupação no uso que ele vai fazer da terra, mesmo que o “interesse alheio” ao dele, como se sabe, seja um dos pressupostos capazes de conferir o cumprimento da função social do seu direito sobre a terra.

Tem-se garantido juridicamente a sua “liberdade de iniciativa” sobre esse bem, como se a última se reduzisse à conveniência e à oportunidade puramente econômico-financeira, nenhum grampo jurídico tendo poder, por exemplo, para limitar o acúmulo, a concentração do espaço-terra em poucas mãos por mais que um tal poder diminua o espaço indispensável à vida dos não-proprietários.

Se os fundamentalistas ou quem quer que seja, então, aguardam uma nova “intervenção” de Javé a favor do povo, convém adverti-los de que essa, para os grandes proprietários de terra, até já ocorreu e em benefício próprio, do modo como eles a exploram. Seu nome, agora, em vez de Javé, é mercado e dinheiro.

Não será esperando indefinida e indeterminadamente que os latifundiários cumpram com a função social do seu direito, portanto, que os sem-terra vão ter acesso ao leite e ao mel. Como dizia o Barão de Itararé, em sentido bem contrário ao conhecido adágio: “Da moita onde menos se espera, dali mesmo é que não sai nada.”...

Mas e o Moisés? Não poderá ele inspirar nada, hoje, em favor do acesso à terra? Quem sabe ele não é, agora, um novo sujeito ético-político coletivo, que tem posição firme e corajosa em favor dos mais pobres, da dignidade da pessoa e da cidadania, disposto a “renovar a face” dessa mesma terra de fel rumo ao leite e ao mel?

-----  
<sup>2</sup> CASTANHEIRA NEVES, A. O direito hoje e com que sentido? Lisboa: Instituto Piaget, 2002, p.10.



É quase certo que ele não fará isso pelo juridiquês técnico-ar-diloso, cheio das conhecidas manhas que manipulam doudas inter-pretações do que seja ou não seja a função social do direito de proprie-dade.

Essas escondem o óbvio, ou seja, o fato de que é a terra mes-ma, em sua materialidade física, espacial, que tem uma função social, como o art. 184 da Constituição Federal, aliás, (“imóvel rural”) reco-nhece de maneira expressa contra aqueles ardis.

Reconhecer-se hoje um título legal de propriedade sobre a ter-ra, por isso mesmo, não equivale a reconhecer sua validade e sua legi-timidade atuais, na medida em que o uso que se fizer dela descumprir sua função social, como determina o art. 12 do Estatuto da Terra, por sinal, também ele contestando tergiversações: *“uso condicionado ao bem-estar coletivo.”*

Nesse caso, o direito de propriedade sobre a terra pode até ser considerado adquirido, *mas não mais como conservado, nem muito menos como justo!*

Do contrário, a função social continuará sendo o que tem sido até agora: uma terra avara, uma semente chocha, uma árvore seca, sem flores nem frutos, um gosto de fel, uma total negação do leite e do mel.

Assim, não serão somente os índices de produtividade sozinhos da terra gaúcha, por melhores que aparentem ser, na forma como o art. 186 da Constituição Federal vem sendo interpretado, que poderão garantir o cumprimento da função social da terra. Ali se vê que essa função compreende muito mais do que isso. Pode-se considerar, por exemplo, como “aproveitamento racional e adequado” (inc. I do art. 186) uma exploração de terra indiferente ao destino dos seus frutos e produtos?

Se a prioridade de tal destino continuar reservada à exporta-ção, como a nossa terra tem sido obrigada a fazer desde o Brasil colô-nia, reduzindo todo o direito a escravo de uma economia anti-social, a multidão de famintos daqui prosseguirá sem acesso ao leite e ao mel, amargando apenas o fel.

Contra essa previsão trágica, deveria servir de aviso ao povo e ao governo do país a lição histórica dada por alguns latifundiários, que eram proprietários de escravos negros, quando estes foram liber-tados, ainda no Brasil império. Habilitaram-se eles à “indenização em dinheiro” (!) pela perda da propriedade que tinham sobre tais pes-

soas... Se até estas, no passado, mais não significavam do que dinheiro e mercado, que razão existe para a terra não ser tratada da mesma forma?

Não é à toa, portanto, que o Brasil tenha sido um dos últimos países do mundo a terminar com a escravidão, não sendo a toa, portanto, que a reforma agrária, aqui, caminhe no mesmo passo: lento, atrasado, burocratizado, atrapalhado e sob tão poderosa oposição.

Positivamente, entre a realidade do destino, que preside à exploração da terra em nosso Estado e as necessidades de pão e casa dos gaúchos pobres sem acesso ao pão e à casa, às possibilidades de se solucionarem os conflitos, que fatalmente já se instalaram e vão crescer aí, devem priorizar os direitos humanos fundamentais dos últimos por força da função social inerente à terra.

Isso é uma decorrência lógica, primeiro, da obrigação jurídica que, caso a caso, vier a ser descumprida pelos latifundiários (art. 5º inc. XXIII da Constituição Federal); segundo, da obrigação jurídica que o Estado tem com a "prevalência" daqueles direitos (art. 4º inc. II da mesma Constituição), com a erradicação da pobreza e da marginalização (art. 3º, inc. III idem), e, terceiro, com a obrigação ético-jurídica que toda a sociedade civil tem para com a dignidade e a cidadania de qualquer brasileira ou brasileiro independentemente de sua condição social.

Isso vai acontecer? A conversa de Javé com Moisés e o brado de Sepé, comportem a interpretação que comportarem, o que parece certo é que continuam sustentando a fé de milhares de pessoas no nosso Estado que, mesmo impedidas do acesso a um bem tão necessário à vida como é a terra, ridicularizadas e criminalizadas, - inclusive por grande parte da mídia -, acreditam e lutam perseverantemente em defesa dos seus direitos humanos fundamentais, com a *vênia* devida a quantos garantem que a história já acabou.

É uma luta renhida e dolorosa pelas garantias devidas àqueles direitos, na forma do acesso comum aos frutos e produtos da nossa terra, por uma justiça efetivamente distributiva, a mais próxima dos mesmos direitos, que somente podem ser considerados eficazes na medida em que o amargo fel da sua posse e, ou, propriedade, escravas do dinheiro e do mercado, seja substituído pelo leite e pelo mel da sua partilha fartamente franqueados a toda(o)s a(o)s filha (o)s desse mesmo chão.

Moradia



Debate

## Reforma urbana para garantir a convivência e a habitabilidade

*Murilo Dias Anthero*

*Relatório Azul 2005 - 43*

# Reforma urbana para garantir a convivência e a habitabilidade

*Murilo Dias Anthero\**

## 1. A CIDADE QUE TEMOS

Com o subdesenvolvimento das cidades, as senzalas de ontem deram origem a diversos tipos de moradia nos últimos cem anos: favelas, mocambos, cortiços, vilas operárias, conjuntos habitacionais na periferia sem infra-estrutura básica. Estes são alguns dos locais destinados às moradias dos trabalhadores de baixa renda no Brasil nos dias de hoje.

A cidade é força, luzes e labirintos em diferentes territórios. Temos, de um lado, bairros com mansões e palacetes. Na outra parte, sem infra-estrutura e, principalmente, onde o espaço permitir, barracos disputando, palmo a palmo, o seu espaço.

É no meio deste quebra-cabeça que sobrevivem homens, mulheres, crianças, portadores de deficiência e idosos, cada qual em busca de seu lugar sentindo-se um estranho entre os demais. Ao longe, crianças brincam fechadas no pátio da escola, separadas da rua por grandes muralhas. Territórios são isolados em condomínios fechados com grades e porteiros eletrônicos manifestando fortemente a segregação social neste meio.

Uma rua, uma praça, um ponto qualquer traduz a fronteira entre um bairro nobre e um bairro popular, e basta ver a distribuição dos serviços públicos para se entender com nitidez como funciona a segregação social.

A política discriminatória do poder público se faz sentir no tratamento diferenciado na área da saúde, no transporte coletivo, no serviço de limpeza, na segurança e principalmente nas periferias sem

-----

*\* Murilo Dias Anthero, sociólogo e militante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).*



água tratada, esgoto, áreas de lazer, etc.

Com o tempo, os espaços urbanos tornaram-se campo de investimento para o “capital”, e a pressão da classe capitalista sobre o Estado se deu no sentido de buscar o aumento de sua rentabilidade e o retorno de seus investimentos. Esta situação fez com que o trabalhador do campo, destituído de terra e das condições de sobrevivência, rumasse para as cidades em busca de qualidade de vida e trabalho, encontrando uma classe dominante já estabelecida.

Com esta realidade, a forma de ocupação da terra nas cidades é definida em lotes geométricos, para que se possa lhe atribuir maior preço e é nessa lógica capitalista e concentradora que se dá a ocupação do espaço urbano.

## 2. A POLÍTICA DOS GOVERNOS

Na República Velha, em 1889, começa a construção de vilas operárias ligadas às indústrias que nascem em diferentes pontos do País. Nos grandes centros urbanos acelera-se o crescimento das cidades ampliando consideravelmente as áreas ocupadas por favelas.

Com a Revolução de 1930, período da ditadura de Getúlio Vargas, aumenta o processo de industrialização no Brasil. Não por acaso, crescem os loteamentos irregulares na periferia das cidades, concentrando a população de baixa renda.

No período democrático populista, em 1945, com o início de uma certa abertura política, as principais mobilizações pela moradia passaram a ser organizadas por Sociedades de Amigos de Bairro ou Associações de Moradores. A luta era pela colocação de infra-estrutura e equipamentos comunitários nos bairros populares. Nesse período também houve uma forte resistência à remoção de favelas.

Em 1946, nasce a Fundação da Casa Popular. O Governo Federal tentou responder às reivindicações populares criando um organismo nacional que tinha como objetivo a construção de casas populares. Já nessa época a política habitacional é marcada pelo clientelismo e favorecimentos políticos na distribuição eleitoreira de unidades habitacionais.

Com o Golpe Militar de 1964, o novo regime político promete resolver o problema de moradia com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Criado em agosto de 1964, este órgão seria responsável pela política habitacional durante todo o regime autoritário. O

BNH fazia parte do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e estabeleceu uma estrutura baseada num modelo empresarial para a política habitacional. Isso não alterou o forte processo de queda na qualidade das moradias nas cidades e muito menos diminuiu o crescimento das favelas. Os recursos utilizados para a política do BNH eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A partir dos anos 70, os setores populares urbanos voltam a mobilizar-se para reivindicar a construção de casas e melhoria das condições de moradia, contra as remoções pela urbanização de favelas, pelo barateamento das prestações e correção de acordo com os salários dos trabalhadores. Organizam ocupações em áreas urbanas e rurais como forma de pressão para o acesso, posse e democratização da terra no campo e na cidade e pela regularização fundiária. São vários grupos que fazem parte desta luta como o Movimento dos Mutuários do BNH, os Movimentos por Moradia, as Associações de Moradores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e tantas outras organizações que lutam por melhores condições de vida, pelo direito à educação, à saúde, ao transporte, ao saneamento, ao meio ambiente saudável, à reforma agrária, à reforma urbana, etc.

De 1963 a 1985, o BNH, apesar do montante de recursos financeiros consumidos neste período, muito pouco investiu em moradia popular. Mais de 70% das moradias construídas nesses 22 anos foram com recursos e iniciativa dos próprios trabalhadores. Alguns estudos demonstram que até 1978, dos imóveis construídos com recursos públicos, apenas 2,75% beneficiaram a população de baixa renda, o que significa que a maior parte foi destinada à população de classe média alta.

O Governo José Sarney, em 1985, no auge da crise do SFH, extingue o BNH e repassa as suas funções à Caixa Econômica Federal (CEF). A transferência do FGTS e da Caderneta de Poupança para a CEF acabou sendo um retrocesso, porque não foram feitas alterações importantes no financiamento da habitação popular. A população que ganhava até 3 salários mínimos continuou sendo excluída, e os problemas que provocaram a falência do BNH continuaram a existir.

Já o Governo Collor, em 1989, extingue o Ministério do Desenvolvimento Urbano e passa as funções da habitação ao Ministério da Ação Social, revelando uma concepção de que as políticas públicas para habitação passam pelo mais puro assistencialismo - um retrocesso absoluto.

No governo Itamar Franco, em 1991, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso segue a mesma cartilha dos governos anteriores e executa um novo processo de privatizações. Um dos setores que ele extinguiu foi justamente o Ministério da Ação Social, que tinha a responsabilidade de executar a política de habitação e desenvolvimento urbano. Esta pasta foi parar no Ministério do Planejamento. Fernando Henrique cria o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) com a justificativa de que 20% destes recursos seriam utilizados em Políticas Sociais, principalmente para habitação. Entretanto, esses recursos serviram somente para tapar os rombos de caixa do Governo Federal.

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, apresentou alguns programas para atender a demanda por política habitacional, como o Pró-Moradia, o Pró-Saneamento e a Carta de Crédito. Entretanto, nenhum deles atacou de forma global o problema de moradia no nosso País, sem contar que não previram nenhuma outra fonte de recursos para investimentos no setor, a não ser o FGTS. Ao mesmo tempo, a lógica da política social subordina-se ao programa Comunidade Solidária, de caráter assistencialista, responsável por todos os projetos na área social, inclusive pelos de moradia popular.

As mobilizações dos movimentos populares, em especial o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a Central dos Movimentos Populares (CMP) e a Confederação Nacional de Associação de Moradores (Conam), serviram de pressão para que FHC criasse, a seis meses do fim do seu governo, o Programa de Subsídio à Habitação e Interesse Social (PHS), destinado a famílias com renda de até três salários mínimos e aprovasse em agosto de 2001, através de sua base no Congresso, o Estatuto da Cidade.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no seu primeiro ato de posse, cria o Ministério das Cidades, atendendo uma histórica reivindicação das lutas urbanas.

O Ministério das Cidades começa a interligar as políticas de Habitação, Saneamento Ambiental, Transporte Urbano Acessibilidade e Programas Urbanos, realizando, em outubro de 2003, juntamente com a sociedade civil organizada e os movimentos populares e sociais, a 1ª Conferência Nacional das Cidades, elegendo, na ocasião, o Conselho Nacional das Cidades (Concidades), composto por 71 membros entre governo, sociedade civil e movimentos populares. A Conferên-

cia também aponta para a elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

### 3. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A realidade e o cenário das nossas grandes cidades provavelmente estão, em sua totalidade, marcados pela fragmentação. Esse é um dos desafios para quem enxerga a Reforma Urbana como parte de um projeto nacional e popular que busca a hegemonia na sociedade. Uma resposta definitiva à proposta neoliberal implantada e implementada nas últimas décadas deve, necessariamente, questionar o fortalecimento do Estado desenvolvimentista.

Temos materiais para empreender uma reflexão sobre os avanços conseguidos e os impasses enfrentados pelas administrações populares na implementação desse projeto. Esta tarefa parece-nos fundamental, considerando o quadro social gerado pelo aprofundamento da crise econômica, que está redefinindo a natureza da questão urbana no Brasil.

O surgimento de uma pobreza essencialmente urbana (metropolização da pobreza), os indícios de fragmentação do tecido social, a expansão da ilegalidade na cidade e a crise fiscal do Estado são alguns dos novos problemas, cujo tratamento, fundamentalmente agora, deverá exigir uma avaliação crítica dos pressupostos teóricos do projeto da Reforma Urbana.

Reafirmamos aqui nossa crítica ao fracassado modelo tecnocrático (predomínio da técnica) e autoritário de planejamento. O escopo central é a instituição de um novo padrão de política urbana, fundamentado nas seguintes orientações e calcado no Estatuto da Cidade:

- A instituição da gestão democrática da cidade, com a finalidade de ampliar o espaço de cidadania e aumentar a eficácia/eficiência da política urbana;
- Reformas nas relações intergovernamentais e nas relações entre governo e cidadania. A primeira, com a municipalização da política urbana, e a segunda, com a adoção de mecanismos que institucionalizem a participação direta da população no governo da cidade;
- Fortalecimento da regulação pública do solo urbano, com



prevalência dos instrumentos (solo criado, imposto progressivo sobre a propriedade, usucapião urbano) de política fundiária que garantam os princípios da função social da propriedade e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização;

- A inversão de prioridades no tocante à política de investimentos urbanos favorecendo as necessidades coletivas de consumo das camadas populares, submetidas a uma situação de extrema desigualdade social em razão da "espoliação urbana", já que as diferenças entre as classes e camadas sociais não decorrem apenas da distribuição de renda operada pelo mercado de trabalho, mas, também, e de forma importante, pela regulação seletiva do acesso ao uso da cidade.

O projeto de reforma urbana tem como pressupostos a continuidade do crescimento da economia, baseado num novo modelo de sistema econômico implementado sobre a terra. Neste novo modelo de bairros, assentamentos humanos, comunidades onde solidariedade e valores humanos apontam a vida, onde os espaços coletivos e a terra comunitária estejam garantidos com infra-estrutura ao comércio solidário, às fábricas cooperativas, que garantam a geração de trabalho e renda e que, de fato, possa apontar uma nova ordem sócio-econômica, permitindo, assim, integrar o campo e a cidade, fortalecendo a reforma agrária, o aumento do poder regulador do Estado e a ascensão da mobilização política dos movimentos sociais urbanos.

Diante do quadro de mudanças que estarão em curso, reafirmamos que a questão urbana brasileira não se qualifica mais pelas desigualdades, mas pela exclusão social. Parte da sociedade urbana não tem acesso ao mercado de trabalho a não ser de maneira precária e instável.

O chamado setor informal cresceu aceleradamente, ganhando um novo conteúdo: a exclusão estrutural das relações de salários. A construção de alternativas no campo da Reforma Urbana sugere a necessidade de repensar a centralidade do Estado nas formulações anteriores.

Uma resposta alternativa à proposta neoliberal deve afirmar a defesa do fortalecimento do Estado desenvolvimentista, que se encontra em crise orgânica, e discutir a possibilidade de a sociedade, com seus múltiplos sujeitos coletivos, gerar novas práticas de gestão da vida nas cidades a partir da construção de um movimento político-cultural pluralista com base no ideal de emancipação humana, gerando, assim, condições para que realmente seja incorporado o princípio de di-

reito a uma vida digna para um contingente significativo de nossa população.

Todavia, queremos registrar e devemos interpretar que o direito à vida, à luz do princípio da dignidade do ser humano, deve ser postulado em sua verdadeira essência: o direito a uma vida digna.

O Estado, para proteger a vida digna, e tê-la como centro de sua proteção, precisa ater-se não apenas em punir os atentados à vida ou impedir que o seu titular disponha dela, mas também deve preocupar-se em fornecer as condições necessárias para que a vida de seus cidadãos e cidadãs possa se realizar plenamente.



## Debate

Torna-te velho cedo,  
se quiseres ser velho  
por muito tempo

*Ony Terezinha Pereira da Silva*

*Relatório Azul 2005 - 51*

# Torna-te velho cedo, se quiseres ser velho por muito tempo

(106-43 a.C., *Da Velhice*)

*Ony Teresinha Pereira da Silva\**

## INTRODUÇÃO

A variedade de verbetes que existem para designar o envelhecimento: "velho, idoso, terceira idade, melhor idade", etc, não é importante, mas sim o "acúmulo" de experiências que cada um de nós consegue extrair durante sua caminhada na vida.

Nas fases da vida somos surpreendidos por diferentes limitações, sejam elas decorrentes do trabalho, da falta de dinheiro ou das condições físicas que dificultam determinadas ações. Portanto, é natural que no envelhecimento, fase em que há mudanças no organismo, os indivíduos fiquem mais propensos a essas limitações e até mesmo às doenças. Por isso, as atitudes preventivas como alimentação e atividades físicas, entre outras, são importantes.

Com o advento da descoberta de muitos medicamentos e outros avanços da ciência e da tecnologia, consegue-se retardar o processo do envelhecimento e aumentar a expectativa de vida, embora reconheça-se, também, que o envelhecimento é um processo de perdas biológicas e sociais levando-se em conta a própria idade, grupo social, região geográfica, raça e as capacidades adquiridas ao longo da vida.

Até pouco tempo, o Brasil era considerado um país jovem. Hoje, as estatísticas demonstram que houve uma rápida mudança graças à queda da mortalidade conjugada às melhorias nas condições de saúde provocadas pelo avanço nessa área, e a universalização da Seguridade

-----

*\*Ony Teresinha Pereira da Silva, advogada, pos-graduanda em Gerontologia Social na Ufrgs, assessora parlamentar e dos movimentos sociais.*



Social, proporcionando maior acesso aos serviços de saúde.

O aumento da longevidade resume a importância dos idosos para o País, salientando-se que boa parte deles são chefes de família e, nessas famílias, observa-se melhores condições econômicas do que naquelas chefiadas por não idosos. Em termos de apoio às famílias na qual estão inseridos, há a participação da sua renda na renda familiar e, além de contribuírem com as finanças, os idosos estão acolhendo filhos adultos e netos em casa face às elevadas taxas de desemprego e subemprego a que estes estão submetidos.

Por sua significativa participação na sociedade, o idoso não pode permanecer mais à margem da vida nacional. Nas décadas passadas, os idosos viviam apenas como figurantes, não como personagens principais, no máximo exerciam os seus papéis de pais e avós. Felizmente, já se pode perceber uma mudança substancial, pois os idosos começam a participar ativamente e, com isso, não são mais caracterizados de forma tão negativa como foram no passado.

Entendemos que somente com a evolução da tecnologia, da medicina e da construção das legislações não é possível promover mudanças efetivas para essa parcela significativa da sociedade. É de fundamental importância envolvermos todos os grupos etários (crianças, adolescentes, adultos e familiares) intermediado por professores e orientadores nas pesquisas e elaboração das questões que levem a gerar nova mentalidade sobre o tema envelhecimento, promovendo o entendimento como processo humano natural e único e abordando os diversos aspectos que o envolve.

É através da educação que a sociedade irá promover mudanças criando possibilidades de novas reformulações sobre o segmento idoso, refletindo sobre a forma como a geração contemporânea lida com a geração idosa.

Para reformar o pensamento da sociedade, é importante que se quebrem os estigmas sobre a velhice, recuperando oportunidades de diálogo, de troca de saberes e de participação social numa dialética constante entre gerações.

O envelhecer possui, pelo menos, duas dimensões: a biológica e a sociocultural. Aquela está ligada à mudança no funcionamento de um organismo vivo. Esta relaciona-se com o modo como a sociedade olha seus idosos e o modo como eles próprios se vêem nessa sociedade.

## POLÍTICA PÚBLICA PARA IDOSOS

Com o aumento da expectativa de vida, acentua-se a necessidade de buscar soluções para esse segmento da sociedade. O Estado vê-se frente à necessidade de estabelecer programas cada vez mais especializados no sentido de aumentar a qualidade de vida das pessoas idosas. A questão que se coloca hoje não é meramente conseguir adiar o envelhecimento e aumentar o tempo de vida humana, mas sim, prolongar a duração da vida com qualidade.

Na análise de muitos estudiosos, a dificuldade de funcionamento efetivo das legislações está ligada à forma centralizadora das políticas públicas no Brasil, que muitas vezes provoca a desarticulação de programas e projetos voltados ao mesmo público. A intersetorialidade da ação pública é fundamental para o sucesso da execução dos projetos e implementação das leis, sendo necessário haver uma articulação entre todos os órgãos envolvidos com ampliação das parcerias, formando verdadeiras redes de apoio.

As lideranças comunitárias, os conselhos e as associações representativas dos idosos devem participar ativamente não só das reuniões, mas na efetivação da execução dos programas e projetos buscando uma solução coletiva para as demandas.

Os Conselhos do Idoso visam a estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução da Política do Idoso.

No Estado do Rio Grande do Sul, a política do idoso, estabelecida através da Lei nº 11.517/2000, está sendo desenvolvida e amparada através de cinco eixos: Promoção dos Direitos Sociais e Atenção Integral; Desenvolvimento de Recursos Humanos; Qualificação dos Serviços de Atenção ao Idoso; Desenvolvimento Educativo Sociocultural e Articulação, Descentralização Político-administrativa e Gestão.

A Política Nacional do Idoso, estabelecida através da Lei nº 8842/94 e regulamentada pelo Decreto 1948/96, objetiva colocar em prática ações voltadas não apenas aos que estão velhos, mas àqueles que vão envelhecer, no sentido de garantir melhor qualidade de vida aos idosos.

Com a vigência do Estatuto do Idoso, os idosos conseguiram conquistar mais um importante instrumento legal para o cumprimento dos seus direitos.



## JUSTIÇA

Os juizados especiais federais foram criados para facilitar o acesso do cidadão à Justiça Federal, que recebe, entre outras, ações previdenciárias. Em alguns municípios há o Juizado Especial Previdenciário, que atende apenas ações contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Entre as vantagens estão o fato de que a pessoa não precisa de advogado, as soluções dos casos são mais rápidas e as ações aceitas são de até 60 salários mínimos. O aposentado pode recorrer aos juizados especiais para cobrar, na Justiça, uma demanda para os pedidos de revisão e concessão de aposentadoria. Além disso, os idosos têm prioridade na tramitação de processos de que sejam parte interessada ou de que participem, assim como devem ter preferência nos julgamentos e em outros procedimentos.

## ESTATUTO DO IDOSO

Em 2003, foi sancionado, pelo Presidente da República, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741) e, em 1º de janeiro de 2005, a referida lei comemorou um ano de sua vigência. A Lei tem 118 artigos que definem garantias legais aos idosos. Esse instrumento legal é importante na medida em que, no nosso País, o lugar do idoso é redefinido, chamando-o a participar ativamente da vida política, da sociedade e da cultura.

Um dos principais desafios é fazer com que os idosos conheçam o Estatuto. Então, a primeira ação a ser desenvolvida é divulgá-lo, não só entre os idosos, mas também entre os profissionais que com eles trabalham em toda a sociedade.

O Estatuto do Idoso e outras legislações anteriores já existentes asseguram direitos às pessoas com idade igual ou acima de 60 anos. Estabelece que os idosos gozam de todos os direitos inerentes ao ser humano e garante proteção, facilidades e privilégios condizentes com a idade.

É evidente que o fato da lei ser vigente, por si só, não garante o seu cumprimento. Há uma distância que separa a realidade dos princípios que a norteiam. Quando olhamos à nossa volta percebemos claramente que até mesmo a nossa Constituição Federal muitas vezes é desrespeitada. Ainda vivemos numa sociedade bastante desigual, na qual os direitos valem para alguns, mas não para a maior parte dos

brasileiros.

Há muito o que se fazer neste sentido, mas não podemos atribuir apenas ao Estado a responsabilidade pelas desigualdades e discriminações. Ao Estado cabe parte da responsabilidade, mas à sociedade civil, com suas diferentes formas de organização e mobilização cabe, igualmente, o papel de transformar aquilo que está no papel em realidade.

Os direitos somente se concretizam através de políticas eficazes e de pessoas comprometidas com o bem coletivo, pois a maior riqueza de um país encontra-se na sua soberania, que não pode ser meramente oficial de um determinado governo, mas construída com a organização, a participação e a democracia.

Livre Expressão Sexual



Debate

## Direitos humanos e livre expressão sexual

*Roger Raupp Rios*

*Relatório Azul 2005 - 57*

---

# Direitos humanos e livre expressão sexual

*Roger Raupp Rios<sup>1</sup>*

As violações de direitos humanos envolvendo a esfera da sexualidade ainda são freqüentes e, muitas vezes, de extrema seriedade em nossa realidade. De fato, manifestações discriminatórias relacionadas com identidades, práticas e vivências distantes da heterossexualidade são comuns no cotidiano, alcançando até, em certos casos, o extremo das ameaças físicas à integridade e até mesmo ao assassinato de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. O trabalho da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, ao longo destes 25 anos de existência, atesta esta lamentável e desafiadora realidade.

A inclusão da temática da orientação sexual como situação típica de violação de direitos humanos é, sem dúvida, um avanço. Ela demonstra a capacidade de agentes públicos e de setores da sociedade civil de ampliarem os horizontes tradicionais das declarações de direitos humanos, concretizando as aspirações à liberdade, à igualdade, à não-discriminação e respeito à dignidade humana, além de temas já consagrados, de relevância indiscutível, tais como as violações à liberdade de imprensa e à liberdade religiosa.

Com efeito, na luta pela efetivação dos direitos humanos há tópicos cuja legitimidade já desfruta de um consenso generalizado, ainda que a implementação destes direitos, na prática, apresente enormes dificuldades. Basta pensar, por exemplo, na imprescindível condenação política, social e jurídica diante do racismo. Ainda que práticas racistas permaneçam a povoar nosso cotidiano, pelo menos há uma clara e disseminada percepção de que tais atos e mentalidades violam, de forma inaceitável, direitos humanos fundamentais.

No entanto, quando se trata de incluir na agenda dos direitos humanos temas relacionados com orientação sexual, não observamos

---

*\*Roger Raupp Rios [rogerrios@jfrs.gov.br], juiz federal, mestre e doutor em Direito, professor de Direito Constitucional, pesquisador Associado ao Nupacs/Ufrgs, membro do CLAM. Autor dos livros "A Homossexualidade no Direito" (Livraria do Advogado) e "O princípio da igualdade e a discriminação por orientação sexual" (RT).*

essa consciência. Ao lado das inúmeras e constantes práticas de sexismo e homofobia, convive, por exemplo, um dúbio, quando não conivente, estado de apatia e até mesmo resistência à legitimidade da inclusão do respeito à orientação sexual como legítima questão de direitos humanos.

Quais as razões da persistência desta postura, que não somente fragiliza a promoção dos direitos humanos relacionados à sexualidade, como também, tantas vezes, sequer reconhece a legitimidade jurídica das reivindicações por direitos humanos de homossexuais, travestis e transexuais?

Na cultura ocidental, a sexualidade foi historicamente constituída como uma esfera da vida sujeita a interdições e controle. Por seu intermédio, muito do poder nas relações interpessoais foi e é exercido, reconhecido e reproduzido. Intervir, portanto, e, mais que isso, alterar essas relações de dominação é desafio hercúleo. Nesse contexto, todas manifestações da sexualidade diversas da heterossexualidade enfrentam profundas dificuldades.

Outro fator relacionado com esta primeira característica é a produção de uma série de preconceitos, estigmas e estereótipos, realizada pelos discursos religiosos e científicos. De fato, as idéias majoritárias em uma série de igrejas e seitas não só reprovam a homossexualidade, como algumas delas reputam-na demoníaca. Nessa mesma linha, durante muito tempo a medicina, as ciências sociais, a psicologia e o direito, dentre outras áreas do saber e da técnica, sustentaram o caráter patológico, desviante e intolerável de tudo o que destoe da heterossexualidade compulsória. Assim, alimentado o senso comum, transformou-se em solo fértil à discriminação e à exclusão.

Não fossem suficientes essas marcas, a livre orientação sexual ainda se depara, nos últimos anos, com uma cruzada fundamentalista mundo afora. Tanto na Ásia, quanto na América do Norte, proliferam regimes e setores religiosos e políticos de ultra-direita, dedicados à "limpeza" de todos os desvios dos padrões "normais" sexuais e raciais hegemônicos. A América Latina, a seu turno, é desafiada pelo difícil amadurecimento de suas jovens democracias fragilizadas tanto pela exclusão social quanto pela necessidade da construção de uma esfera pública democrática laica e plural.

*Romper com essa dinâmica exige a afirmação da pertinência do exercício da sexualidade a uma série de direitos humanos básicos há muito consagrados e reconhecidos. Independente de legislação específica, o debate jurídico de questões relativas à sexualidade é*

*plenamente possível a partir dos direitos humanos já reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, especialmente por meio das normas constitucionais instituidoras dos direitos fundamentais. Mais ainda, tal debate deve sempre se reportar ao conjunto dos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal de 1988, especialmente diante da possibilidade de legislação ordinária ou de políticas públicas que reproduzam estereótipos e representações discriminatórias e restritivas de direitos humanos.*

Outro dado importante neste debate a respeito das possibilidades de proteção e de promoção jurídicas dos direitos sexuais é a sua caracterização como direitos difusos, coletivos ou até mesmo individuais homogêneos. Sem adentrar na polêmica doutrinária acerca dos conceitos destas espécies de direitos, o fato é que o ordenamento jurídico brasileiro admite interpretações que viabilizam a defesa judicial ou extrajudicial de direitos sexuais por entidades da sociedade civil (ONGs) ou pelo Ministério Público, de forma transindividual. Neste ponto, é preciso aliar a preocupação com o desenvolvimento de uma mentalidade de direitos humanos à atenção aos modos de agir em juízo e de provocação das autoridades administrativas.

No específico de nossa situação estadual, o Rio Grande do Sul, tantas vezes decantado como ponta-de-lança na promoção destes direitos em nosso País, registra avanços significativos. Além de registrar uma série de decisões judiciais de repercussão nacional, seja na Justiça Federal, seja na Justiça Estadual, nosso Estado aprovou a Lei Estadual nº 11.872/2002, que dispõe sobre a proteção e o reconhecimento dos direitos humanos relacionados ao exercício da sexualidade sem depender de identidade, prática, orientação ou expressões sexuais específicos. Ao alargar a proteção jurídica desta ampla esfera de direitos humanos, nosso Estado oferece a todos os agentes públicos e à sociedade civil um avançado instrumento jurídico.

Ao concluir, não se pode esquecer de lembrar a preocupação presente em todas as áreas onde se discute a efetividade social das normas jurídicas diante dos desafios da realidade. Tornar o ordenamento jurídico operativo, especialmente quando se trata de direitos sexuais, exige a capacitação dos operadores jurídicos, o desenvolvimento acadêmico destes temas e a ação decisiva da sociedade civil. Os desafios lançados no campo dos direitos humanos relacionados à sexualidade são paradigmáticos para mais uma vez constatar-se tal exigência. Com efeito, como ilustram as realidades da sexualidade e dos direitos sexuais, os direitos humanos mostram-se mais necessários precisamente onde são mais desrespeitados.

Sofrimento psíquico



Debate

## Direitos humanos do portador de sofrimento psíquico

*Sandra Fagundes*

*Relatório Azul 2005 - 61*

# Direitos humanos do portador de sofrimento psíquico

*Sandra Fagundes\**

A intercessão dos direitos humanos com os portadores de sofrimento psíquico foi se constituindo em questão planetária nas décadas finais do século vinte. A emergência de paradigmas ético-políticos, estéticos e ecológicos, a configuração de direitos individuais e coletivos de populações específicas, os adventos da comunicação e da interconexão, bem como a ampliação de processos democratizantes nos diversos continentes foram alguns dos vetores do encontro e sinergia entre os movimentos de direitos humanos e de saúde mental.

A identificação de que o diferente era intolerado, discriminado e destituído de direitos portanto, alvo de violências das mais diversas ordens: sociais, culturais, institucionais, legais e técnicas foi o disparador para a busca de um outro patamar civilizatório. Não era mais possível ignorar, aceitar e conviver com a violação dos direitos humanos da maior parcela da população discriminada por etnia, gênero, religião, patologia, necessidade especial, classe social. Desencadeiam-se as denúncias, a publicização dos fatos, criam-se mecanismos e dispositivos de proteção, de conquistas, de garantias e de exercício de direitos.

Em relação aos portadores de sofrimento psíquico, são conhecidas as obras de Goffman, que nos legou o conceito de *instituição total* (na qual todo o poder é exercido por uma única autoridade e é lugar de troca – afetiva, social – zero); de Foucault com a *história da loucura* e a temática dos poderes, assim como de Basaglia sobre a *instituição negada* e a *psiquiatria democrática*. Todas desveladoras do aniquilamento de subjetividades a que são submetidos os portadores

—

\* *Sandra Fagundes, psicóloga, militante do Fórum Gaúcho de Saúde Mental, mestranda da Educação da Ufrgs, assessora do Grupo Hospitalar Conceição e da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, secretária de saúde de Porto Alegre, 2003-4.*

de transtornos mentais (ou sofrimento psíquico): estigmatização, disciplinamento, institucionalização, invisibilidade (não são vistos, não são ouvidos, não são compreensíveis, não circulam, deixam de existir!). No Brasil, o conto *O Alienista* de Machado de Assis é uma obra prima enquanto reveladora da precariedade do paradigma racionalista para a produção científica e para o entendimento dos humanos, bem como explicitadora dos poderes necessários para criar e manter uma instituição.

No processo histórico-social de mudança ético-política em relação ao louco no sentido de afirmação de sujeito de direitos e de desejos, foram se estruturando movimentos de portadores de sofrimento psíquico, de trabalhadores de saúde mental, de familiares (alguns reunindo todos esses segmentos) em vários países, como: Itália, Suécia, Holanda, Inglaterra, Espanha, Canadá, Estados Unidos, México, Chile, Argentina e Brasil. Os organismos internacionais também incluíram em suas agendas os direitos dos portadores de sofrimento psíquico e a última década do século vinte iniciou com duas declarações demarcadoras das transformações em andamento.

#### DECLARAÇÃO DE CARACAS

A *Declaração de Caracas*, em 1990, promulgada pela Organização Panamericana de Saúde (OPS), propôs mudanças no atendimento – do hospital para a comunidade; na formação de profissionais, na mesma direção; na legislação e na garantia dos direitos dos portadores de sofrimento psíquico. Em 2005, o Brasil foi escolhido para a comemoração e avaliação dos 15 anos da Declaração de Caracas, pelos avanços obtidos na reforma psiquiátrica de abrangência nacional, como política pública com participação social. No balanço dos efeitos da *Declaração* foi evidente o impulso na luta e na conquista de direitos dos portadores, pela interação entre eles, o movimento pelos direitos humanos e OPS. A OPS mantém uma estrutura com assessoria, página, publicações e ações em defesa dos direitos dos portadores de sofrimento psíquico.

#### DECLARAÇÃO DA ONU

A *Declaração da ONU*, em 1991, de *Proteção de pessoas acometidas de transtorno mental e a melhoria à saúde mental*.

No Brasil, a conquista e garantia de direitos é um dos eixos estruturantes das reivindicações dos usuários dos serviços de saúde mental, do Movimento da Luta Antimanicomial e das diretrizes das políticas públicas de saúde mental, em especial, da reforma psiquiátrica vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). O tema dos direitos é uma constante nos Encontros Nacionais de Usuários e de Familiares de Portadores de Sofrimento Psíquico, Encontros do Movimento da Luta Antimanicomial e nas Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Mental. Os direitos estão articulados em torno de duas vertentes: da atenção e da cidadania.

No que diz respeito à atenção, as exigências iniciam com o direito ao acesso aos serviços substitutivos de saúde mental: os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e os Centros de Atenção Integral à Saúde Mental (Caismental), residenciais terapêuticos, centros de convivência, oficinas de expressão e de trabalho) e às diversas modalidades terapêuticas (domiciliares, acompanhamento terapêutico, individuais, grupais e de família, medicamentosa). Continuam como direitos nos serviços de saúde mental: ser escutado, contratar o plano terapêutico, ser informado sobre a doença, sobre os procedimentos terapêuticos e os efeitos dos medicamentos, ter acesso ao prontuário, receber e enviar correspondências e ter o seu sigilo garantido, manter as roupas pessoais quando internado; abrangem o direito a participar da elaboração das políticas de saúde e de saúde mental, incluindo a fiscalização de sua execução e da qualidade dos serviços prestados. Há uma reivindicação de que os cuidados disponibilizados sejam libertadores, agenciadores de subjetividades.

## PROCESSO DE CIDADANIZAÇÃO

Quanto à cidadania, há o registro da necessidade de um processo de cidadanização, de empoderamento, de livre circulação na urbe e de um remapeamento de território. Para tanto, há a necessidade de garantir e melhorar o acesso aos bens e serviços da sociedade: informação, comunicação, trabalho, moradia, educação, lazer, transporte. As exigências são de inclusão social, cultural, econômica e digital capaz de suportar o diferente, o desrazoado. Nessa vertente há um trabalho concentrado de legislação e articulado intersetorialmente. Há propostas de mudanças no Código Civil, que mantém a expressão “loucos de todo gênero”, de maior precisão para indicar interdição, prefe-

rencialmente, parcial, de revisão da (pré)suposta periculosidade presente no Código Penal. Já foram aprovadas leis de saúde mental no País (10.216, de 06/04/2001), em alguns estados (o Rio Grande do Sul foi o primeiro com a lei 9.716 de 07/08/1992) e há leis nos municípios de Alegrete, Canoas e Bagé. Há proposições de ouvidorias e de defensoria junto ao Ministério Público para defesa dos direitos dos usuários de programas de saúde mental. No Brasil, o Governo Federal instituiu o *Programa de Volta para Casa*, que proporciona uma bolsa em dinheiro para o usuário. No final de 2005, 1.800 pessoas se beneficiam com o programa. Também está em andamento o programa *Economia Solidária e Saúde Mental* com 146 projetos inscritos, constituído interministerialmente e com a sociedade civil. O gaúcho Jorge Pacheco representa os usuários do Brasil no referido programa, pelo trabalho desenvolvido em Porto Alegre articulando saúde mental e economia solidária.

Elação aos direitos humanos dos portadores de sofrimento psíquico, pois, ainda seus direitos são violados cotidianamente nos hospitais psiquiátricos e na sociedade. O Brasil está respondendo na ONU pela morte de um portador de sofrimento psíquico, que morreu queimado num hospital psiquiátrico. Ainda são muitos os brasileiros que não têm acesso aos serviços substitutivos, que ao serem internados lhes tiram as roupas, que não são informados sobre sua doença e tratamento, não são escutados e continuam invisíveis.

As marcas do Rio Grande do Sul são o movimento nucleado no Fórum Gaúcho de Saúde Mental, o enraizamento nos municípios, que tem tecido um sistema de atenção integral à saúde mental (saismental) e colocam o Estado na melhor relação serviço/população do Brasil, bem como propiciam a inclusão diferenciada do portador de sofrimento psíquico na cidade. O outro marcador do Rio Grande do Sul é o processo de formação multiprofissional em saúde mental coletiva. A expressão desse modo mentaleiro de movimento, trabalho, militância e vida foi sintetizado, em 2005, no encontro *Mental tchê*, realizado em São Lourenço do Sul, do qual participaram 1.600 pessoas de 68 municípios do Estado e para o qual a cidade se preparou e acolheu todos os participantes. O encontro passou a integrar o calendário de eventos da cidade.

Em nosso Estado também os direitos dos portadores de sofrimento psíquico são violados e muito ainda precisa ser conquistado. Para alguns setores da sociedade esses desafios servem de argumento

para proporem uma contra-reforma, como o retorno aos hospitais psiquiátricos. Para nós, mentaleiros, são os sinalizadores de onde devemos andar e do quanto temos a percorrer para a consolidação da reforma e dos direitos humanos dos portadores de sofrimento psíquico.



## Debate

# Estatuto da pessoa portadora de deficiência, ferramenta para a inclusão social

*Paulo Paim*

*Relatório Azul 2005 - 67*

---

# Estatuto da pessoa portadora de deficiência, ferramenta para a inclusão social

*Paulo Paim\**

Historicamente as pessoas com deficiência ficaram à margem da sociedade e, por conseqüência, da vida social. Foram tratadas como cidadãos de segunda categoria restando a esse importante segmento da população apenas ações assistencialistas, paternalistas e segregadoras. Sabemos que na sua história de luta elas vêm construindo instrumentos importantes para sua inclusão no Estado e na sociedade, a saber: simbologia Braille, língua de sinais, cadeiras de rodas, metodologias para abordagem de portadores de deficiência mental, profissionais capacitados, normas e legislação específicas para sua inclusão como cidadãos.

Hoje, no entanto, as mudanças de modelo e o movimento mundial pela participação e inclusão social consideram a deficiência como expressão da diversidade humana. Reconhecer politicamente as diferenças é o grande desafio para este terceiro milênio. Dessa forma, não é a pessoa que precisa se adequar à sociedade e ao Estado e sim a sociedade e o Estado que precisam se adequar às especificidades dos indivíduos.

Sabemos que os direitos humanos básicos são ainda negados a segmentos inteiros da população mundial, nos quais se encontram muitos dos 600 milhões de crianças, mulheres e homens que têm deficiência. Queremos uma sociedade onde as oportunidades iguais para pessoas com deficiência se tornem uma conseqüência natural de políticas e de leis que apóiem o acesso e a plena inclusão em todas as áreas da sociedade.

O progresso científico e social ocorrido no século 20 aumentou a compreensão sobre o valor único e inviolável de cada vida. Contudo, a ignorância, o preconceito, a superstição e o medo ainda domi-

—

*\* Paulo Paim, senador pelo Rio Grande do Sul.*



nam grande parte das respostas da sociedade à deficiência. No Terceiro Milênio, precisamos aceitar a deficiência como uma parte comum da variada condição humana.

## ANTECEDENTES LEGAIS

Transcorridos 15 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ainda assistimos diariamente ao triste espetáculo de ver crianças e adolescentes abandonados pelas ruas, pedindo esmolas pelos semáforos das grandes cidades, mas temos consciência de que essa constatação é verdadeira, é também um fato concreto que essa situação hoje seria bem mais dramática caso não existisse o ECA.

É inegável que o Estatuto da Criança e do Adolescente mudou as práticas de atendimento à infância e à juventude neste País. A figura do Estatuto promoveu a transição do modelo assistencialista, voltado apenas aos jovens em conflito com a lei, para o da proteção integral, ao garantir às crianças e aos adolescentes, sem qualquer tipo de discriminação, todos os direitos inerentes ao ser humano.

Pode-se afirmar que o ECA inspirou e impulsionou diversas ações que garantiram uma melhoria na qualidade de vida das crianças e dos adolescentes brasileiros. A partir do Estatuto, os indicadores de educação e saúde melhoraram. As taxas de analfabetismo, repetência e evasão escolar diminuíram. Os três níveis do governo intensificaram as campanhas de vacinação e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em conjunto à prevenção da AIDS. O Estatuto dividiu o trabalho social entre os três níveis do governo (União, Estados e Municípios) e entre o Estado e a sociedade civil organizada. Gerou instituições como os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, permitindo a participação da sociedade organizada na formulação das políticas públicas e no controle das ações em todos os níveis de governo.

O ECA inaugurou, no arcabouço legal-jurídico do Brasil, a figura do "Estatuto Setorial", isto é, de uma legislação compreensiva que abrange e consolida, em um único texto legal, todo o conjunto de leis referentes a um determinado setor ou segmento populacional. Seguiram-se ao ECA o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial em atendimento a antigas reivindicações dos respectivos movimentos sociais e populares.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E DH

Os direitos da pessoa com deficiência são direitos humanos. As pessoas com deficiência são titulares de todo o conjunto de direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em igualdade com todas as demais pessoas. A proteção igualitária de todos, incluindo os que têm uma deficiência, e a não discriminação são os fundamentos que nortearam os instrumentos internacionais de direitos humanos.

Entretanto, a realidade é bem diferente. Em todas as sociedades do mundo, incluindo os países com um nível de vida relativamente elevado, cerca de 600 milhões de crianças, mulheres e homens (80% no terceiro mundo, 50 milhões na Europa) continuam a enfrentar práticas e obstáculos discriminatórios que os impedem de exercer os seus direitos e liberdades dificultando a sua plena participação na vida das sociedades em que estão inseridos.

Até bem pouco tempo, as pessoas com deficiência sofreram de uma relativa "invisibilidade", quer nas suas sociedades, quer na arena internacional. Foram consideradas durante muito tempo como "objetos" de proteção em vez de sujeitos dos seus próprios direitos. Esta aproximação, comumente referida como "modelo médico" da deficiência, centrada quase exclusivamente no enfoque clínico/patológico das pessoas, assim como das suas deficiências, as consuziu à exclusão do meio social.

Atualmente, o movimento das pessoas com deficiência, em âmbito mundial, discute a pertinência da implementação de uma compreensiva e integral convenção internacional que promova e proteja os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência.

## ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O constante debate entre identidade e diversidade que a questão da diferença suscita vem ao encontro do que hoje é debatido em termos de construção de um outro modelo social que identifique as especificidades existentes em todas as áreas da vida e, a partir disso,



provoque atitudes por parte da sociedade que as leve ao reconhecimento político das diferenças.

Pensar toda a diversidade, humanizando e universalizando serviços, é o grande desafio que nos impõe este novo milênio. A humanidade há de entender que diferente não significa inferior.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria, vem sendo construído para afirmar os avanços já conquistados e, junto com o segmento, aprimorar ainda mais os instrumentos legais, mudando a ótica atual de inclusão, adequando o Estado e a sociedade a incluir em suas vidas as pessoas com deficiência. Acredito que com essas propostas e conseqüentes atitudes estaremos mudando a forma apática e assistencialista que historicamente encontramos nas instituições governamentais e na sociedade em geral.

É óbvio que, como toda nova proposta, essa também deve passar por ajustes e adequações visando ao seu aperfeiçoamento, o que, diga-se de passagem, tem sido feito mediante um amplo processo de discussão em todas as regiões do País, através de mais de 800 reuniões e encontros que, todavia, não esgotam todas as possíveis e necessárias correções a serem feitas, mas, tenho certeza, serão efetuadas ao seu devido tempo.

Temos plena consciência também de que a simples aprovação do instrumento legal por si só não produzirá uma alteração imediata na realidade de exclusão social das pessoas com deficiência. Sabemos que, embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência passe a fazer parte do panorama legal brasileiro, em termos da prática dos direitos, ele continuará sendo um “projeto ou meta a ser atingida” na medida em que ainda estamos longe de construir uma sociedade que, no seu todo, entenda as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos. Se, o Estatuto da Pessoa com Deficiência isoladamente não tem esse poder transformador, por outro lado, é pré-condição indispensável para que essa transformação se realize.

Visando à concretização dessa nova e desejada realidade, destaco duas questões cruciais para o sucesso da implementação do Estatuto: o controle social e a gestão pública.

O controle social do Estatuto da Pessoa com Deficiência implica potencializar e oxigenar as formas de representação desse setor da população em todos os estágios envolvidos na elaboração de políticas públicas, planejamento, execução, fiscalização e avaliação. Isso levará a suscitar as seguintes questões: como ampliar a participação da

sociedade em geral na garantia dos direitos das pessoas com deficiência? Como inserir a população no controle social, e incentivar as pessoas com deficiência a participarem desse processo? Penso ser fundamental. Tendo em vista esses propósitos, uma reavaliação profunda das formas e composição dos organismos de representação existentes hoje.

Os dirigentes públicos não se mostraram capazes de entender, aceitar e praticar os novos direitos das pessoas com deficiência, predominando, lamentavelmente, as práticas assistencialistas e paternalistas. Por isso, faz-se necessário instituir um novo sistema de gerenciamento dessa política que esteja em sintonia com as introduções a serem trazidas pelo Estatuto.

Em período histórico recente, podemos constatar que muitos avanços foram conquistados visando à aceitação das diferenças humanas, em especial do último quarto do século XX para esse alvorecer de século XXI. A busca pelo respeito, dignidade e equiparação de oportunidades que os movimentos das pessoas com deficiência em todo o mundo têm buscado, têm contribuído de forma fundamental para a evolução do ser humano, seja no plano material ou mesmo espiritual. Esses movimentos têm contribuído para que a humanidade entenda e aceite que as diferenças físicas, sensoriais, mentais ou comportamentais não são sinônimos de inferioridade ou incapacidade, pois estão continuamente pretendendo provar a poderosa força, a garra, a determinação e a superação que possuem todos os seres humanos.

Índios



Debate

## Os direitos indígenas e as dificuldades contemporâneas a sua efetivação

*Ana Elisa de Castro Freitas*

*Relatório Azul 2005 - 73*

---

# Os direitos indígenas e as dificuldades contemporâneas a sua efetivação

Ana Elisa de Castro Freitas\*

Produto de anos de mobilização social, o texto da Constituição Federal de 1988 é o primeiro a reconhecer a diversidade cultural e étnica que conforma a nacionalidade brasileira, rompendo com a idéia genérica de cidadania pautada por um único credo e uma única língua. Pela primeira vez na história do país, o Brasil se assume formalmente enquanto um país pluriétnico e multicultural. A Constituição de 1988 foi a primeira a dedicar um capítulo aos direitos indígenas. No Capítulo VIII – Dos Índios -, dois artigos explicitam as principais conquistas:

*“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

*Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.*

Ainda merecem destaque os artigos 3º e 5º, que tratam do preconceito e da igualdade perante a Lei, e o artigo 4º, sobre a autodeterminação dos povos:

-----

*\*Ana Elisa de Castro Freitas é bióloga, mestre em Ecologia, cineasta e doutora em Antropologia Social. Pesquisadora associada ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há dez anos realiza estudos no Sul do Brasil enfocando as territorialidades indígenas Guarani e Kaingang em sua relação com os ecossistemas que compõem as paisagens sulinas. Sua produção inclui artigos, laudos, diagnósticos e vídeos documentários.*



*“Art. 4. ° A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:*

*III - autodeterminação dos povos;*

*Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.*

No Estado do Rio Grande do Sul, cinco artigos da Constituição Estadual de 1989 são diretamente implicados com os direitos indígenas. No Título II, Da Organização do Estado, no Capítulo I Das Disposições Preliminares consta:

*“Art.7 – São Bens do Estado:*

*X – As terras dos extintos aldeamentos indígenas.*

*No Título VI Da Ordem Econômica, Capítulo I, Disposições Gerais:*

*Art. 157 – Na organização de sua economia, em cumprimento do que estabelece a constituição Federal, o Estado zelarà pelos seguintes princípios:*

*X – resguardo das áreas de usufruto perpetuo dos índios e das que lhes pertencem a justo título”.*

Além destes, os artigos 14, 15 e 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinam em prazos de um, três e quatro anos, respectivamente, promover ações discriminatórias de terras devolutas, revisar doações, vendas, concessões, permissões de uso realizadas durante o período ditatorial e indenizar e remover pequenos agricultores vivendo em áreas colonizadas ilegalmente pelo Estado no espaço de terras indígenas. É importante sublinhar que todas as conquistas obtidas pelos povos indígenas tanto nos processos constituintes como nos seus desdobramentos regionais foram e são produto de uma intensa organização e capacidade de articulação política de líderes indígenas em fóruns locais, regionais, nacionais e internacionais. Este fenômeno – da emergência das lideranças e organizações indígenas como formas autônomas no contexto político latino-americano, enquanto sujeitos políticos – é revelador de que as dinâmicas societárias ameríndias escaparam às políticas integracionistas que historicamente procuraram projetar sobre elas a imagem da incapacidade e da infantilidade, sob a forma da tutela.

Se de um lado o reconhecimento constitucional da diversidade étnico-cultural que conforma a nacionalidade brasileira - traduzido no direito ao exercício da organização social, costumes, línguas, cren-

ças, tradições e às terras necessárias e suficientes à manutenção e reprodução desta diferença - traduz uma vitória histórica dos povos indígenas no Brasil, de outro inaugura uma etapa de novas e intensas mobilizações. A etapa que vivemos hoje é marcada pelo esforço das distintas lideranças e comunidades indígenas em efetivamente reverter as assimetrias históricas que marcam as relações entre povos indígenas e o Estado, buscando o reposicionamento nos jogos de força regionais, nas disputas com os variados segmentos das sociedades nacional e locais, sobretudo no que diz respeito ao acesso à terra<sup>1</sup>. Empenham-se em vencer os entraves relativos à regulamentação jurídica e administrativa de seus direitos consuetudinários, assim como superar a ideologia da tutela, do autoritarismo e do assistencialismo que perpassa o Estado Brasileiro. Mobilizam-se, promovem articulações e alianças que efetivamente permitam traduzir direitos em ações e políticas, em conquistas sociais.

É importante considerar que os direitos indígenas expressos nas constituições Federal e Estadual esbarram decisivamente nos vários interesses que convergem para a terra. Sobretudo no sul do Brasil, uma das regiões mais densamente ocupadas e urbanizadas do país, os territórios indígenas e seus ecossistemas, incluindo águas, solos, reservas florestais, foram reduzidos e empobrecidos por séculos de exploração predatória. Em seus domínios se expandem cidades, lavouras, estradas, empreendimentos hidrelétricos, unidades de conservação (parques, reservas ecológicas) dos quais as alteridades indígenas são historicamente excluídas. Neste último caso, se são hoje reivindicados no Rio Grande do Sul o Parque Estadual de Itapoã como área de ocupação tradicional do povo Guarani, a Floresta Nacional de Passo Fundo e o Parque Natural do Morro do Osso, como terras de ocupação tradicional Kaingang. Além destas áreas, dezenas de acampamentos Guarani e Kaingang, reunindo comunidades com níveis variados de mobilização, se fazem presente hoje no Estado.

Cada um destes casos é marcado por tensões locais as mais variadas, envolvendo segmentos rurais e urbanos, poderes públicos,

.....

<sup>1</sup> Embate semelhante envolve comunidades afro-descendentes. O artigo 68 das Disposições Transitórias que define o direito às terras tradicionalmente ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, criou condições para a emergência de comunidades quilombolas que haviam se mantido na invisibilidade durante séculos.



classe política, ambientalistas, pesquisadores. Este quadro de tensão é por sua vez fomentado pela morosidade com que a Funai, órgão indigenista federal responsável pelo procedimento administrativo de identificação, delimitação e demarcação das terras indígenas, atende às demandas das comunidades acampadas. O Decreto 1.775 de 8 de janeiro de 1996 é o instrumento que no Brasil dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, em cumprimento aos direitos consuetudinários. Este Decreto prevê a criação de um Grupo Técnico (GT) interdisciplinar destinado a reunir elementos capazes de avaliar e encaminhar a solicitação indígena.

Sob alegação de ordem econômica, a Funai tem criado percursos alternativos ao previsto no decreto 1.775, o que tem efetivamente resultado no descumprimento e ultraje dos direitos indígenas à terra. Trata-se do que tem sido chamado de “Levantamento Preliminar” ou “Informação”. Estas rotas alternativas são cumpridas em curto tempo e com pouco recurso, sendo encaminhadas por um único técnico – no caso um antropólogo do quadro funcional -, resultando em peças técnicas incompletas, parciais e que não preenchem aos quesitos estabelecidos pelas Portaria Nº 239 de 20 de março de 1991 e Portaria Nº 14 de 9 de janeiro de 1996 que dispõem sobre a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas no Brasil<sup>2</sup>. Sempre insuficientes e incompletas em termos técnicos, estas peças tornam-se “políticas” na medida em que, quando não reúnem elementos considerados suficientes para instituir um GT nos moldes do Decreto 1.775, barram ou retardam o seguimento do processo administrativo de regularização fundiária. Considerando que toda a mobilização indígena em prol da recuperação de uma parcela territorial perdida no processo de esbulho coloca em cheque uma cadeia de interesses – políticos, econômicos, ambientais -, os “saberes técnicos” “rotinizados” nos “Levantamentos Preliminares” tornam-se instrumento de “poder” nas mãos dos diversos agentes sociais que disputam nos campos estabelecidos em torno da terra. Foi justamente

.....

<sup>2</sup> Estas Portarias, no âmbito do Ministério de Estado da Justiça do Brasil, estabelecem todos os passos e procedimentos necessários para cumprir o referido no parágrafo 6º do artigo 2º do Decreto nº 1.775, ou seja, os quesitos que deve conter o Relatório Circunstanciado elaborado por Grupo Técnico interdisciplinar responsável pelos estudos de identificação e delimitação da terra indígena, para informar corretamente o procedimento demarcatório.

isto o que ocorreu no caso do Morro do Osso. O levantamento preliminar expresso na "Informação nº 18/CGID", foi produzido a partir de dados levantados em três dias de campo por uma servidora do quadro técnico da Funai que procurou atender sua designação (Instrução técnica nº 94/PRES/Funai) como responsável pelo levantamento de dados sobre a ocupação do Morro do Osso por famílias Kaingang. Sem reunir elementos suficientes, o resultado desta pesquisa retarda a identificação da reivindicação Kaingang. O que se faz necessário registrar no contexto deste Relatório Azul, é que este procedimento compromete a garantia dos direitos indígenas no país.

A tensão que os Kaingang experimentam no Morro do Osso é vivenciada por outras comunidades Kaingang e, sobretudo por dezenas de comunidades Guarani que se encontram acampadas nas beiras de estradas, viadutos, periferias. Foi neste sentido que a Procuradoria da República da 4ª Região em Porto Alegre realizou em 16 de novembro de 2005 reunião onde participou o Sr. Arthur Nobre Mendes, Diretor de Assuntos Fundiários da Funai e as comunidades indígenas Guarani e Kaingang. Como resultado desta reunião, comprometeu-se a Funai 1) verificar a situação e concluir os GTs para as TI Guarani Taim e Águas Brancas; 2) iniciar, no ano de 2006, 03 (três) GT's para as seguintes áreas Guarani no Rio Grande do Sul: a) Estiva e Lomba do Pinheiro, Passo Grande e Rio Capivari; b) revisar e complementar o estudo sobre a TI Guarani de Irapuá; c) Itapuã e Ponta da Formiga; 3) assentar prioritariamente a Comunidade de Campo Bonito, quando da execução do convênio DNIT/Funai, em função das obras de duplicação da Estrada BR-101. Em resposta ao caso do Morro do Osso, o Sr. Arthur afirmou que solicitará ao Procurador Federal da Funai que oficie ao Juiz encarregado pela questão em Porto Alegre, informando que a "Informação" resultante de levantamento parcial e incompleto não caracteriza parecer conclusivo por parte da Funai sobre a identificação da área do Morro do Osso.



Negros



Debate

Povo negro: trabalho,  
violência e políticas  
públicas

*Reginete Bispo*

*Relatório Azul 2005 - 79*

---

# Povo negro: trabalho, violência e políticas públicas

*Reginete Bispo\**

## INTRODUÇÃO

No dia 16 de novembro de 2005, enquanto milhares de negros de todos os cantos do País participavam, em Brasília, na marcha Zumbi+10 – pela cidadania e pela vida, a imprensa nacional divulgava resultados da pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) com dados sobre retratos das desigualdades no Brasil e confirmou, em pesquisa, o que todos sabem mas tangenciam quando podem alterar o dramático e persistente quadro de exclusão que submete 70 milhões de brasileiros e brasileiras à condição de miseráveis.

A pesquisa, ao avaliar indicadores como: saúde, educação, habitação, trabalho, distribuição de renda entre outros, confirma o que organizações do movimento negro nacional apontam há tempos. As mulheres negras são a base da pirâmide social da exclusão.

Elas têm uma renda média de 50% inferior à da mulher não negra e 70% inferior a do homem branco. Historicamente elas são responsáveis pelo provento da família nuclear e extensiva.

Na saúde, 46,27% nunca passaram por um exame de mama, ou seja, o acesso aos serviços de saúde é precário. Na educação o maior índice de analfabetos está entre a população negra. Enquanto a média nacional geral é de 11,6%; entre os negros, é de 16,4%. Nesta perspectiva, podemos auferir que a garantia dos direitos constitucionais e fundamentais da pessoa humana da população negra no Brasil está longe de ser alcançada.

Em 2001, foi realizada, em Durban, na África do Sul, a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia

-----

*\* Reginete Souza Bispo, cientista social, coordenadora geral do Instituto de Pesquisa em Direitos Humanos (Akanni) e coordenadora do Fórum Popular de Segurança Pública e Diversidade da Região Sul.*



e Intolerância Correlata, ratificada pelo Brasil. Nesta conferência, a comunidade internacional observa e reconhece que:

"o colonialismo levou ao racismo, à discriminação racial, a xenofobia e intolerância correlata, e que os africanos e afrodescendentes, os povos de origem asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas de suas conseqüências. Reconhece o sofrimento causado pelo colonialismo e afirma que, onde e quando quer que tenham ocorrido, devem ser condenados e sua recorrência prevenida. Lamenta que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas estejam entre os fatores que contribuem para a continuidade das desigualdades sociais e econômicas em muitas partes do mundo ainda hoje.<sup>1</sup>"

O Brasil comporta o 2º maior contingente populacional afrodescendente negro do mundo, aproximadamente oitenta milhões. Este contingente vive sob mecanismos de exclusão, escravidão e genocídio. Embora toda a riqueza e patrimônio que este povo concentra, incluindo a mão-de-obra, o conhecimento e a influência cultural, a sociedade atual não o reconhece deixando de garantir segurança, bem-estar e cidadania. Isso é verificável nos dados da recente pesquisa do IPEA, e pode ser constatado no senso comum e na representação política dos negros nas diferentes esferas do poder público – executivo, legislativo, judiciário e na máquina administrativa do Estado. Esta sub-representação está diretamente relacionada à exclusão da população negra dos espaços de poder, nos quais ocorrem as decisões sobre o destino dos esforços e bens coletivos. Embora a política não se restrinja à esfera do Estado, este espaço é importante porque tem a capacidade de mobilizar enormes volumes de recursos com elevado potencial de mudança da situação social dos grupos particulares<sup>2</sup>.

O racismo está estruturalmente estabelecido nas instituições públicas e privadas que ainda vêem o homem e a mulher negra como subcidadãos. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS recebeu inúmeras denúncias de racismo. Entre elas, muitas foram praticadas por gestores. São denúncias que revelam racismo como, por exemplo, um secretário de governo muni-

.....  
<sup>1</sup> Comitê Paulista Para a Década da Cultura de Paz - Declaração de Durban art.14, pg. 05, – <http://www.comitepaz.org.br>

<sup>2</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano – racismo, Pobreza e Violência, 2005 p Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento pg.46.

cipal de cidade da Região Metropolitana de Porto Alegre, afirmou, em reunião com empresários: “tenho nojo de nego!”. O secretário manifestou contrariedade com o trabalho de negros na troca de lâmpadas da iluminação pública. A manifestação, gravada, veio a público porque alguns cidadãos, conscientes da importância de lutar pela igualdade social não se calaram.

## SEGURANÇA PÚBLICA, VIOLÊNCIA E JUVENTUDE NEGRA

Os disparos com armas de fogo são a principal causa de homicídios. A Polícia, no Brasil, é responsável por 10% dos homicídios praticados nos centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Recentemente o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes apresentaram os resultados da pesquisa estatística e criminológica sobre as vítimas de homicídios no Brasil, tendo por base os registros de vítimas de homicídios, do Ministério da Saúde<sup>3</sup>. Os resultados da pesquisa confirmam que o componente “cor” é determinante pela morte das pessoas. Nos casos de homicídio, a mortalidade de negros foi 87% maior do que a dos brancos em 2000, sendo as taxas de vitimização dos homens muito mais altas que as das mulheres. Homens brancos, 36,7%; negros, 56,7%, mulheres brancas, 3,6% e negras, 4,4%. O crescimento dos homicídios entre os jovens negros começa logo aos 10 anos e sofre uma aceleração após os 14 anos, sendo a cor a principal causa das mortes. Corroborando com estes dados, a Unesco<sup>4</sup> revelou que a taxa de homicídios de negros, com idades entre 15 e 24 anos é 74% maior que a de brancos na mesma faixa etária. Há uma combinação perversa entre raça e idade que maximiza a vitimização de jovens negros.

Ao analisar os órgãos de Segurança pública<sup>5</sup> e sua relação com os homicídios na população negra, constata-se que o uso da força ou a ameaça desta é um dos elementos essenciais do poder de polícia. No

.....

<sup>3</sup> Revista Ciência Hoje, Vol 35, nº 209, – Outubro de 2004.

<sup>4</sup> Unesco - Organização das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - Mapa da Violência/2004.

<sup>5</sup> Órgãos que compõem a Segurança Pública: Polícia Civil/investigativa, Polícia Militar/ostensiva, Institutos Geral de Perícias/técnica científica e Polícia Federal.



entanto, essa força tem de ter limites e controle para não perder o objetivo – que é proteger a população – para não perder a legitimidade. Numa democracia, a polícia tem como função proteger os cidadãos e a força precisa de legitimidade. A polícia brasileira tem o controle social sobre a população como prática para manter a dominação de alguns grupos sobre outros. Não existe uma tradição de polícia como serviço público.

O problema da polícia brasileira não reside somente no fato de ela estar a serviço das elites brancas, mas também, por essência, atuar em defesa do Estado, da democracia, e não dos cidadãos. Não é por acaso que as polícias brasileiras, na Constituição Federal, se situam no título V - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (poderes constitucionais) e não no capítulo de Defesa do Cidadão, da Sociedade (título VIII - Da Ordem Social). Neste título, onde está inscrita a polícia, a segurança pública trata, em primeiro lugar, do Estado de Defesa, do Estado de Sítio e das Forças Armadas.

Nessa perspectiva, considerando o processo de formação do Estado e da sociedade brasileira, os homens e mulheres negros são uma ameaça real e, frente às forças de segurança pública vivem em situação de risco e vulnerabilidade permanente, pois, sua organização política, ascensão social e econômica, representam uma forte ameaça ao Estado mantenedor do poder branco vigente. Daí deriva a severidade, não poucas vezes criminosa, dos agentes de segurança pública em relação aos negros.

O Brasil negligencia o cumprimento de sua função de proteger os cidadãos empurrando-os à margem do desenvolvimento político, cultural e econômico em decorrência da sua cor, propiciando, com isso, a instalação de bases do crime organizado.

Esse fenômeno precisa ser interpretado a partir de uma estrutura empresarial, transacional e global, e não baseado em análises superficiais, que buscam os *lôcus* de formação do crime nas favelas, que, majoritariamente, são habitadas por negros.

Ao contrário dessas análises, essas comunidades são afetadas pelo poder do crime organizado, principalmente a juventude, que, ilusoriamente, encontra condições de se descobrir como força simbólica em relação aos outros. Ela busca sua identidade e respeito como pessoa, pois ninguém sobrevive moralmente sem ser amorosamente reconhecido. Qualquer um de nós se perderia, se dissolveria sem um testemunho generoso, sem um reconhecimento.

Alguns autores têm apontado os processos de globalização da economia, da comunicação e da informação como elementos centrais no aumento da criminalidade em escala global, especialmente do tráfico de armas, de pessoas e de drogas realizados por empresas de crime organizado. Segundo Roberto Scarpinato<sup>6</sup>:

“O Conselho da Europa e o Fundo Monetário Internacional verificaram que o crime organizado se tornou a primeira indústria do planeta. O tráfico internacional de drogas ocupa o primeiro lugar da renda mundial, bem acima da indústria do petróleo. Um enorme potencial econômico para a corrupção que atinge as estruturas políticas do estado. A narcocorrupção é um dos principais efeitos do narcotráfico que invade a economia legal”.

As forças de Segurança Pública despreparadas para lidar com o complexo mundo do crime organizado, massacram as comunidades da periferia. Assim sendo a população negra está duplamente exposta à ação criminosa, pois que já é discriminada racial e economicamente. As comunidades vivem sob um verdadeiro clima de terror em áreas em que o poder legal do Estado, quando chega, é facilmente corrompido. Não há crime organizado sem corrupção policial. Exemplo: na chacina de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, eram policiais que cobravam pedágio para o tráfico que chegava à favela. Vulnerável a ação do crime organizado que se vale da pobreza e da miséria a qual está submetida a população negra, instala seus quartéis e impõe a lei do silêncio.

#### ABORDAGEM POLICIAL

A população negra é o segmento que mais sofre constrangimentos no cotidiano dos centros urbanos, pois frequentemente são abordados e colocados frente às paredes ou com as mãos ao alto sob a mira de um revólver. Nestas condições, são vítimas de agressões. Quem ousa tentar reagir, perde a prerrogativa de ser cidadão, correndo o risco de ser “enxertado”<sup>7</sup>, torturado e até executado.

.....  
<sup>6</sup> Procurador adjunto da procuradoria anti-máfia de Palermo/Itália - Coleção Policia e Democracia v.2 – Anais do Seminário Internacional “Polícia e Sociedade Democrática”, SJS/RS, Corag, 2002, Porto Alegre.

<sup>7</sup> Forjamento de flagrante mediante a colocação de produtos que caracterizam, em geral, consumo ou comércio de drogas.

O curioso disso tudo é que policiais, via de regra, matam ou criminalizam jovens negros que estão exercitando seu potencial de desenvolvimento como trabalhadores ou estudantes. Exemplo disto é o homicídio do jovem dentista negro, Flávio Ferreira Sant'Ana, em São Paulo; e mais recentemente, em Porto Alegre, dois vestibulandos Willian e Cristian, presos a caminho das provas. Mais do que uma ação violenta da polícia como instituição, esses atos mostram uma estratégia de Estado que legitima o poder de uma elite não-negra e mostra para quem serve, tornando o negro uma ameaça real.

Para tratar a população negra como inimiga, precisamos encarar isto como uma tática de guerra já que são tratados como inimigos de guerra. O maior conjunto de práticas de tortura se dá quando os cidadãos estão sob a custódia do Estado em delegacias, cadeias e penitenciárias.

A tortura parece não visar apenas e primariamente a alvos específicos, mas também em função dos efeitos de massa capazes de serem produzidos em ricochete uma operação de aterrorização, de construção da pedagogia do medo a fim de criar nelas, um hábito de aceitação passiva, não se referido a uma causa, e ainda mais, para promover o desligamento e a eliminação do sujeito, como origem da palavra. A falta de equanimidade na consideração da humanidade dos seres humanos; o racismo estrutural que assola o Brasil há séculos; a desigualdade econômica, obra e atitude da intolerância, impossibilitam todo e qualquer desenvolvimento. Por quanto tempo o Brasil postergará o aproveitamento extraordinário do seu potencial de desenvolvimento, desperdiçando sua chance histórica de projetar-se como uma potência mundial e com rosto humano? O tempo transcorre e é precioso. A cada geração que passa, são milhões de afro-brasileiros alijados da oportunidade de viver uma vida digna, de realizar o seu potencial humano. É uma perda irreparável, porque irreversível e eticamente escandalosa.

## DESAFIOS

Nesse contexto, é imperativo que seja considerado o protagonismo do povo negro; suas ações nas comunidades periféricas como espaço de segregação dos afrodescendentes.

Portanto, uma política inclusiva conseqüente, inovadora e de impacto social efetivada por um governo de natureza popular e cons-

ciente das causas estruturais da exclusão e da violência (racismo, machismo) deve priorizar ações de inclusão, de reconhecimento e de visibilização do povo negro em especial da juventude.

Deve-se implementar ações em que o jovem viva experiências alternativas de pertencimento, disponibilizando instrumentos de autoconstituição subjetiva e promoção da auto-estima, como meios de consecução de sua viabilidade social (indissociáveis de valores positivos, vinculados à cultura da sociabilidade solidária).

Entretanto, parece não haver força capaz de transformar estes dados em ação do Estado e da Sociedade Civil para reverter este quadro. A segurança pública tem sido uma das principais reivindicações da população, inclusive dos negros. Com um diferencial: enquanto a população reivindica por mais policiais, mais equipamentos de segurança; nós, os negros, reivindicamos o fim da violência policial, transparência nas instituições de Justiça e da Segurança Pública.

É justa a luta do movimento negro no Brasil, que procura denunciar que, apesar da instauração de um governo democrático, a sociedade não foi capaz de solucionar as desigualdades econômicas. A luta contra o racismo apresenta-se, então, como um ideal democrático de maior igualdade de condições, e também como um esforço visando ao reconhecimento de status e de dignidade, que passa pela partilha do poder e pelo igual acesso aos bens materiais e às posições de prestígio.

Há um vazio histórico que clama por investigação sobre a repressão que as organizações políticas do povo negro sofreram nos períodos mais recentes e, particularmente, nas décadas de 30 e 60. Sabe-se mais sobre essas organizações no séc. XVIII e XIX do que na atualidade. Deve-se exigir a imediata implementação dos itens 71,72 e 73 das resoluções da Conferência de Durban<sup>8</sup> que:

*“Insta os Estados, inclusive os organismos encarregados do cumprimento da lei, desenhar e, plenamente implementar políticas e programas para prevenir, detectar e assegurar a responsabilidade pela conduta imprópria de oficiais de polícia e outros servidores responsáveis pelo cumprimento da lei motivada pelo racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e a julgarem os indiciados por tal conduta; implementar*  
.....

<sup>8</sup> Documento final da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Conexa, realizada de 1 a 7 de setembro de 2001, em Durban, África do Sul.



*e cumprir medidas efetivas para eliminar o fenômeno popularmente conhecido como “perfil racial” que compreende a prática dos agentes de polícia e de outros funcionários responsáveis pelo cumprimento da lei de se basearem, de algum modo na raça, na cor, na descendência nacional ou na origem étnica como motivo para sujeitar pessoas a atividades de interrogatório ou para determinar se um indivíduo está envolvido em atividade criminosa.*

*Insta os Estados a adotar medidas para impedir que as pesquisas genéticas ou suas aplicações sejam usadas para promover o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata; a proteger a privacidade da informação contida no código genético pessoal e para evitar que tal informação seja usada com propósitos discriminatórios e racistas.*

*Insta os Estados e convida as organizações não-governamentais e o setor privado a criar e implementar políticas que promovam um aumento da qualidade e diversidade da força policial, livre do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância correlata e a contratar pessoas de todos os grupos, incluindo as minorias, para o serviço público, inclusive dentro da força policial e de outros órgãos dentro do sistema de justiça criminal (promotores); trabalhar para reduzir a violência - incluindo a violência motivada pelo racismo, discriminação racial, xenofobia.”*



Mulher



Debate

## A mulher e seus direitos ante o crime doméstico

*Maria Berenice Dias*

*Relatório Azul 2005 - 89*

---

# A mulher e seus direitos ante o crime doméstico

*Maria Berenice Dias\**

## 1. O PANORAMA ATUAL

Reformas fundamentais nos campos civil, político, econômico e social sustentam o movimento de mulheres, que vem adquirindo uma força cada vez mais expressiva. Além de proclamar a necessidade do reconhecimento do direito à igualdade, denuncia a discriminação e a violência doméstica, que se retrata no assassinato, no espancamento e no estupro de mulheres feitos pelos maridos ou companheiros.

Ainda assim, muitas mulheres nem chegam a ter consciência de seus direitos, e, quando têm, o descrédito na polícia e na Justiça as inibe de denunciar a violência da qual são vítimas. Normalmente só vão às delegacias quando já não agüentam mais ou temem pela própria vida. Sempre há uma certa relutância em registrar a queixa, principalmente quando dependem economicamente dos maridos ou companheiros e têm filhos. Ao depois, há o medo de não terem para onde ir, e, voltando para casa, temem reação muito mais violenta do seu algoz ao saber da denúncia levada a efeito.

Ainda que vencida a resistência inicial e registrada a ocorrência, passada a raiva e esquecida a dor, sob a alegação de que "as coisas melhoraram", a tentativa é de que não se desenvolva o processo. A omissão do Estado, não prosseguindo com a investigação, mostra conivência com a situação, havendo necessidade de que persista a punição do culpado, única forma de reverter a situação que se encontra estratificada.

---

*\* Maria Berenice Dias, desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFam.*



## 2. O FENÔMENO SOCIAL

Na sociedade ocidental existe um modelo preestabelecido. Ao homem cabe o espaço público, e à mulher, o privado nos limites da família e do lar. As mulheres, por receberem educação diferenciada, necessitam ser mais controladas, mais limitadas em suas aspirações e desejos. Isso enseja a formação de dois mundos: um de dominação, externo, produtor; o outro de submissão, interno e reprodutor. A essa distinção estão associados os papéis ideais de homens e mulheres: ele provendo o sustento da família, e ela cuidando do lar, cada um desempenhando a sua função.

Os padrões de comportamento distintos instituídos para homens e mulheres leva à geração de um verdadeiro código de honra. A sociedade outorga ao macho um papel paternalista, exigindo uma postura de submissão da fêmea. Ambos os universos, o ativo e o passivo, acham-se carentes de proteção, sendo que ao autoritarismo corresponde o modelo de submissão.

A redefinição no contexto atual desse modelo ideal de família - que levou a mulher para fora do lar e impôs ao homem a necessidade de assumir responsabilidades dentro de casa - provocou o afastamento do parâmetro estabelecido a ensejar um desequilíbrio que acaba propiciando o surgimento de conflitos. A violência surge e justifica-se como forma de compensar possíveis falhas no cumprimento ideal dos papéis de gênero. Quando um não está satisfeito com a atuação do outro no cumprimento do seu papel, surge a guerra dos sexos e os envolvidos usam suas armas: músculos e lágrimas. As mulheres levam a pior, tornam-se vítimas da violência masculina e só têm como arma a queixa. A passividade do papel da mulher coaduna-se com o de vítima, mas é necessária a existência da queixa para mostrar a terceiros o seu infortúnio.

## 3. POSTURAS JUDICIAIS

Diante das situações de violência familiar, a Justiça não trabalha com fatos, mas com representações sociais. Os operadores do Direito não apreciam só o comportamento no momento do crime, mas investigam a vida dos envolvidos. Os estereótipos dos protagonistas são elementos decisivos para o resultado do processo. Se um não corresponde ao papel ideal de bom pai de família e a outra, de fiel

dona-de-casa, seguramente o seu agressor será absolvido.

Só são condenados maridos ou companheiros que têm evidência de alcoolismo, vício em drogas, um passado de abuso doméstico e estão desempregados ou são criadores de caso.

O perfil dos absolvidos é o oposto: réus primários, trabalhadores, carinhosos e bons maridos. Assim, se restar evidenciado que o homem era um bom pai de família e matou a mulher que lhe era infiel, certamente será ele absolvido.

Não há como negar que a Justiça tem uma certa condescendência para com os réus, sempre entrando em linha de questionamento a atitude da vítima como sendo o móvel dos fatos. Perquirir-se o comportamento moral da mulher, pode levar ao reconhecimento surpreendente de que foi ela que provocou o crime, sendo culpada pela própria sorte.

Tais circunstâncias evidenciam que as mulheres são vítimas dos tribunais brasileiros, já que os processos sofrem a influência de normas sociais permeadas de preconceito de gênero.

#### 4. A LEGISLAÇÃO DISCRIMINATÓRIA

É necessário reconhecer que parte do problema está na própria legislação.

O fato de os delitos sexuais serem considerados crimes contra os costumes e não contra a pessoa, evidencia que a objetividade jurídica protegida é a sociedade, a parte ofendida é o ente social e não a mulher.

O estupro, ainda que pertencente à categoria de crime hediondo, é classificado como crime de ação privada. A abertura do processo depende de provocação da vítima, não sendo obrigação do Estado punir o culpado. Ademais, normalmente se exige evidência de lesões corporais, sob pena de se questionar se efetivamente houve resistência. A vítima que se afasta dos padrões de castidade é tratada como leviana e permissiva, tornando-se muito difícil a condenação quando são estupradas prostitutas ou pessoas que têm uma postura sexual liberada.

O estupro praticado pelo marido normalmente não é denunciado, sendo visto como cobrança de obrigação conjugal, pois a recusa em manter relações sexuais é considerada como causa para separação. Muitas vezes as esposas consideram a conjunção carnal uma



obrigação matrimonial, o que as desestimula a realizar denúncias e investigações.

## 5. LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA

O argumento extralegal da legítima defesa da honra, que ainda serve como causa de absolvição, revela uma atitude preconceituosa contra as mulheres. O fundamento é de que, se alguém pode defender a vida, também pode defender a vida interior, que é a honra, reconhecida como razão de viver. Esse argumento, no entanto, é falacioso, deixando evidenciado que seu substrato é de ser a mulher propriedade do marido, a ele subordinada, e qualquer atitude sua fora das regras conjugais prescritas consiste em ofensa à honra do cônjuge.

A mera suposição de adultério, o desejo pela separação ou a simples negativa de relações sexuais são classificados como legítima defesa da honra para embasar pedidos de absolvição.

Nos delitos sexuais, não se atenta em que um dos elementos da legítima defesa é a existência de ameaça presente ou iminente. Ainda quando os crimes são premeditados, acaba-se por reconhecer a presença da excludente.

A paixão nos assassinos só surge ante a hipótese de um adultério, e, sem maior atenção aos fatos, se reconhece desrespeito à moral do marido. Tal argumento tem levado maciçamente à absolvição dos maridos assassinos.

## 6. DELITOS PRIVILEGIADOS

Outra forma de privilegiar os delitos cometidos contra a mulher é aceitar a exceção legal da violenta emoção causada por provocação injusta da vítima, que leva, em caso de homicídio, à redução da pena de 12 a 30 anos para de 1 a 6 anos (o fato de a vítima e o agressor serem casados é circunstância agravante).

É reconhecido como crime passional o provocado por uma emoção tão forte, que o acusado experimenta uma insanidade momentânea. No entanto, usa-se como argumento a insanidade temporária - que é uma excludente da criminalidade - para exculpar maridos que matam as mulheres por mera suspeita de infidelidade.

Para o reconhecimento da atenuante, é necessário que a prática do delito tenha sido motivada por violenta emoção imediatamente

após a provocação da vítima. Incrível, porém, a facilidade com que se reconhece essa circunstância em caso de delito premeditado, e ainda sem nenhuma prova de ter havido provocação da vítima. Às vezes, um mero pedido de pensão alimentícia leva ao crime, sendo aceito tal fato como provocação da vítima.

Assim, privilegiar o delito com o abrandamento da pena por reconhecimento da atenuante é postura carregada de discricionariedade.

Há uma tendência do sistema judiciário brasileiro de reduzir a gravidade da acusação formal dos agressores de mulheres, tipificando-se delitos de penas mais brandas. Com mais facilidade se classifica o fato como lesão corporal, quando se trata de tentativa de homicídio. Igualmente se dá pouca credibilidade à versão da vítima que mantém relações extramatrimoniais, sendo considerada como não tendo um comportamento moral adequado, a evidenciando maus antecedentes.

## 7. OS DELITOS DOMÉSTICOS

A Lei nº 9.099, de 26/9/95, que criou os Juizados Especiais Criminais, instituiu uma Justiça consensual, possibilitando a aplicação de pena mesmo antes do oferecimento da acusação e ainda antes da discussão da culpabilidade. As medidas de despenalização adotadas, bem como a adoção de um rito sumaríssimo, buscam a agilização no julgamento dos delitos de pequena potencialidade ofensiva e levam ao desafogamento da Justiça Comum.

Ainda que se tenha de reconhecer uma consciente tentativa de acabar com a impunidade - vista como a causa maior da criminalidade - deixou de ser priorizada a pessoa humana, a preservação de sua vida e de sua integridade física. Ao condicionar a ação penal relativa às lesões corporais leves e lesões culposas à representação, omite-se o Estado de sua obrigação de punir, transmitindo à vítima a iniciativa de buscar a apenação de seu agressor, segundo critério subjetivo de conveniência. Passou a lei a considerar como infrações menores as que afetam o cidadão, mas continua com o monopólio de punir os delitos contra o patrimônio, pois estes ainda persistem desencadeando ação pública incondicionada.

Há, no entanto, que atentar às hipóteses em que existe um desequilíbrio entre agressor e agredido, uma hierarquização entre



ambos. A punição, nesses casos, certamente acaba não ocorrendo, pois não há como exigir que o desprotegido, o hipossuficiente, o subalterno, venha a formalizar queixa contra o seu agressor. Dentro dessa categoria, não se pode deixar de enquadrar a mulher, a criança e o adolescente, pois os delitos perpetrados contra eles, em sua maioria, são praticados por maridos, companheiros ou pais, ou seja, pessoas com quem convivem e mantêm uma relação de afeto.

Inquestionável que a ideologia patriarcal ainda subsiste, leva o homem a ter-se como proprietário do corpo e da vontade da mulher e dos filhos. O medo, a dependência econômica, o sentimento de inferioridade, a baixa auto-estima decorrentes da ausência de pontos de realização pessoais sempre impuseram à mulher a lei do silêncio. Raros os casos em que se encorajavam a revelar a agressão ocorrida dentro do lar, mas isso bastava para o desencadeamento da ação penal.

A lei, além de ter esvaziado as Delegacias da Mulher, que agora se limitam a lavar um termo circunstanciado, está, sem sombra de dúvida, dificultando o desencadeamento da ação e a apenação dos chamados delitos domésticos. É imposta a realização de audiência preliminar com a presença do autor do fato e da vítima. A conciliação, que imperiosamente tem de ser proposta, enseja simples composição de danos a ser executada no juízo cível. Não obtida a conciliação, há o direito de exercer a representação, que é verbalizada pela vítima na presença do agressor. Mais: feita a representação, pode o Ministério Público transacionar a aplicação de multa ou pena restritiva de direitos, que, se aceita pela parte, não implica reincidência, não consta da certidão de antecedentes e não tem efeitos civis. Trata-se de uma verdadeira transação penal, da qual a vítima não participa.

Esse contexto está contribuindo para que se chegue a um alarmante nível de violência que só agora vem despertando a atenção de todos.

A desproporção, quer física, quer de valoração social, entre os gêneros masculino e feminino necessita ser ressaltada para que se dimensione o crime doméstico como merecedor da execração social.

É necessário lembrar que o Direito Penal tem uma função simbólica, não centrada só no castigo, mas na demonstração da intolância social com relação a determinado ato, que passa a ser repudiado mediante sua criminalização. É mister que a condenação seja exemplar e que se cunhe uma nova consciência, buscando-se o efeito posi-

tivo da apenação e o reconhecimento de novos valores.

Assim, pode-se concluir que a criminalização dos delitos contra as mulheres é uma exceção, sendo que não é a Justiça, mas a sociedade machista que absolve os homens, postura que se revela como afronta aos direitos humanos.

Anos de chumbo



Debate

## Direito à memória: desarquivando o Brasil

*Suzana Keniger Lisbôa*

*Relatório Azul 2005 - 97*

# Direito à memória: desarquivando o Brasil

*Suzana Keniger Lisbôa\**

Através do Decreto 5584, publicado em 18 de novembro de 2005, o governo federal determinou a transferência ao Arquivo Nacional, até o dia 31 de dezembro, dos documentos que se encontram na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e que foram produzidos e recebidos pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o período da ditadura militar.

O decreto é a primeira atitude do governo federal frente à luta pela abertura dos arquivos e, embora seja um passo importante, é considerado pelos familiares de mortos e desaparecidos e entidades de luta como uma medida tímida. Nenhuma informação acerca da abertura dos arquivos das Forças Armadas e da Polícia Federal foi dada, e os documentos que serão disponibilizados manterão a classificação determinada pelo decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

O relatório do Comitê dos Direitos Humanos da ONU, divulgado em novembro de 2005, recomendou ao governo brasileiro algumas das principais bandeiras de luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e entidades de defesa dos direitos humanos desde o final da ditadura militar - a abertura dos arquivos e a investigação dos crimes cometidos. Diz o relatório:

*"(...) Embora tome nota de que o Estado parte criou um direito à indenização para vítimas de violações de direitos humanos pela ditadura militar no Brasil, não houve nenhuma investigação oficial ou responsabilização direta pelas graves violações de direitos humanos da ditadura.*

*Para combater a impunidade, o Estado parte deve considerar outros métodos de responsabilização para crimes de direitos humanos sob a ditadura militar, inclusive a desqualificação de grandes violadores de direitos humanos de cargos públicos*

-----

*\* Suzana Keniger Lisbôa, da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e assessora da CCDH.*

*relevantes, e os processos de investigação de justiça e verdade. O Estado parte deve tornar públicos todos os documentos relevantes sobre abusos de direitos humanos, inclusive os documentos atualmente retidos (...)*"

Durante décadas os familiares têm lutado para esclarecer as circunstâncias em que se deram tais mortes, recuperar os restos mortais dos desaparecidos e punir seus responsáveis. Em todos esses anos as autoridades brasileiras afirmaram que não possuem as informações e que os arquivos da repressão foram destruídos ou que nunca existiram. Desde junho de 2003, a sentença proferida pela Juíza Solange Salgado, em ação judicial movida por familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, junto à 1ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, garantiu aos familiares o direito a obter essas informações [vide Relatório Azul 2003 ou íntegra da sentença e histórico no site [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br)]. Em vez de cumprir a sentença, o governo publicou o Decreto nº 4.850, de 2 de outubro de 2003, que instituiu Comissão Interministerial com a finalidade de obter informações que levassem à localização dos restos mortais dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Essa comissão até hoje não divulgou qualquer providência tomada.

Em março de 2004, o então Secretário Nacional dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, declarou ter realizado um acordo com os militares visando a obtenção de dados para a localização dos corpos dos guerrilheiros mortos na região do rio Araguaia sem a obrigatoriedade de contar como tudo aconteceu ou apontar os responsáveis pelas torturas e execuções dos guerrilheiros presos ou mortos em combate. Em seguida, o então ministro da Defesa, José Viegas, anunciou que *"todos os documentos oficiais foram legalmente incinerados há alguns anos"*, sem contudo, divulgar a lista dos documentos destruídos e os autos de incineração com data e nome dos responsáveis pelo ato. Segundo ele, mesmo essas atas teriam sido, por lei, incineradas.

Na edição do dia 17 de outubro de 2004 e seguintes, o jornal *Correio Braziliense* estampou em sua primeira página fotos que se supunha serem do jornalista Wladimir Herzog preso, antes de ser assassinado por agentes do DOI-CODI/SP, em 25 de outubro de 1975. Na matéria do jornal, uma nota do Centro de Comunicação Social do Exército defendia o golpe militar,

usando o jargão dos militares durante a ditadura e dizia entre outras coisas:

*"(...) Desde meados da década de 60 até início dos anos 70 ocorreu no Brasil um movimento subversivo, que atuando a mando de conhecidos centros de irradiação do movimento comunista internacional, pretendia derrubar, pela força, o governo brasileiro legalmente constituído. (...) As medidas tomadas pelas forças legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas. (...) Quanto às mortes que teriam ocorrido durante as operações, o Ministério da Defesa tem insistentemente, enfatizado que não há documentos históricos que as comprovem, tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal. Tal fato é amparado pela vigência até 08 de janeiro de 1991, do antigo Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS), que permitia que qualquer documento sigiloso, após acurada análise, fosse destruído por ordem da autoridade que o produzira, caso fosse julgado que já tinha cumprido sua finalidade. Depoimentos divulgados pela mídia, de terceiros ou documentos porventura guardados em arquivos pessoais não são de responsabilidade das Forças Armadas. (...) Mesmo sem qualquer mudança de posicionamento e de convicções em relação ao que aconteceu naquele período histórico, considera ação pequena reavivar revanchismos ou estimular discussões estereis sobre conjunturas passadas que a nada conduzem (...)."*

A nota enaltecendo a ditadura militar, a atuação dos órgãos de repressão, a "legitimidade" da tortura e da eliminação de presos políticos provocou, além de protestos em todo o país, séria crise entre o Ministério da Defesa e o Comando do Exército. O presidente Lula exigira uma retratação, sendo feito, então, novo pronunciamento, dessa vez da parte do Comandante do Exército:

*"(...) O Exército lamenta a morte do jornalista Vladimir Herzog. Cumpre lembrar que, à época, este fato foi um dos motivadores do afastamento do comandante militar da área, por determinação do Presidente Geisel. Portanto, para o bem da democracia e comprometido com as leis do nosso país, o Exército não quer ficar reavivando fatos de um passado trágico que ocorreram no Brasil. Entendo que a forma pela qual esse assunto foi abordado não foi apropriada, e que somente a ausência de uma discussão interna*

*mais profunda sobre o tema pôde fazer com que uma nota do centro de comunicação social do Exército não condizente com o momento histórico atual fosse publicada (...)."*

Em seguida, o governo divulgou que as fotos publicadas não eram de Herzog e, sim, provenientes de *"investigação ilegal conduzida no ano de 1974, pelo antigo SNI"*.

A identificação das fotos feita pela ABIN demonstrou a inequívoca existência dos arquivos da repressão política, e o clamor pela abertura tomou novo fôlego. Manifestações sistemáticas passaram a exigir a revogação do Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002, assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no apagar das luzes de seu governo. Além de contrariar frontalmente as disposições da Lei de Arquivos de 1991, o decreto que FHC declarou ter assinado sem ler ao defender em 2004 a abertura total dos arquivos, instituiu a possibilidade de "sigilo eterno" para documentos que, a critério de determinadas autoridades, recebessem a classificação de ultra-secretos.

#### A DEMISSÃO DO MINISTRO DA DEFESA E A REAÇÃO DO GOVERNO

No dia 4 de novembro, os jornais divulgaram a demissão do Ministro da Defesa, José Viegas, informando que o pedido, encaminhado desde 22 de outubro, fora aceito pelo Presidente Lula. Em sua carta de demissão, Viegas atribuía sua demissão à nota divulgada pelo Exército. Uma semana depois, o General Jorge Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, numa entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* acerca da abertura dos arquivos da ditadura, ameaçou e coagiu a todos quando disse *"Não há nada bonito ali"* ou *"Não queira ter o Estado como inimigo"*. Ao protesto das entidades, familiares e políticos, o governo, lamentavelmente, permaneceu em silêncio.

Em 6 de dezembro de 2004, o Tribunal Regional Federal/DF rejeitou o recurso do governo federal contra a divulgação de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia obtida na ação judicial.

Pressionado pela opinião pública, em 9 de dezembro, através da Medida Provisória 228, o governo federal anunciou algumas modificações no direito de acesso aos documentos públicos, regulamentados pelo Decreto n. 5.301, de mesma data: ficou instituída, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, uma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, composta pelo Chefe da

Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ministros da Justiça, Defesa e das Relações Exteriores, pelo Advogado-Geral da União e pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos. Os prazos de restrição dos documentos baixaram, mas se mantiveram as mesmas disposições quanto ao material classificado no mais alto grau de sigilo, cujo acesso permaneceria restrito enquanto tal medida fosse “imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Parecia, então, que a luta fora em parte vitoriosa: os jornais do dia 15 de dezembro publicavam o anúncio feito pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos de que os arquivos a partir de 1964 seriam finalmente abertos. A primeira decisão da Comissão Interministerial era requisitar os documentos em poder da Abin, da Polícia Federal e das Forças Armadas. *“Estamos nos reconciliando com a nossa própria história, em respeito à memória do Brasil”*, afirmou então o ministro. Todos os documentos seriam levados à Casa Civil para depois serem transferidos ao Arquivo Nacional. Aqueles classificados como secreto, confidencial ou reservado, cujos prazos estivessem vencidos, seriam automaticamente abertos ao público. Arquivos em poder de particulares também seriam requisitados e buscados.

Nessa reunião ficou decidido, ainda, deixar transitar em julgado a sentença que determinara a abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia, reafirmando a posição já anunciada pelo Governo de não recorrer da decisão da justiça.

## A DESTRUIÇÃO DA NOSSA HISTÓRIA

Entretanto, o que o país assistiu a seguir foi a imagem da destruição de documentos e sucessivos recursos protelatórios do governo na ação judicial do Araguaia sendo impetrados um ano depois da reunião acima citada.

O programa da TV Globo “Fantástico” do dia 12 de dezembro de 2004 mostrou reportagem demonstrando que arquivos militares haviam sido recentemente queimados na Base Aérea de Salvador. A emissora recebera 78 documentos que não haviam sido totalmente destruídos pelo fogo, todos relativos a movimentos e militantes de esquerda e produzidos pelo SNI, pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e pelo DOPS baiano. A Aeronáutica instaurou um Inquérito Policial Militar para apurar a denúncia, e a Polícia Federal

iniciou a perícia.

*Outros arquivos surgiram em diferentes pontos do país, dia 17/12 no Rio Grande do Sul e dia 21/12 em Fortaleza. No RS, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) tomou providências imediatas, solicitando ao Ministério Público a imediata apreensão dos documentos encontrados num sítio pertencente à família do ex-ministro Tarso Dutra, em Eldorado do Sul.*

Vergonhosamente, o laudo da perícia técnica da Polícia Federal da Bahia concluiu que não houvera queima de documentos na Base Aérea de Salvador, usando dentre outros, o fato de que objetos de madeira e plástico ali encontrados não apresentavam vestígios de fogo, evidenciando que os documentos haviam sido queimados em outro local e ali depositados. O inquérito afirmava que nenhuma autoridade militar tinha responsabilidade no episódio, sendo que o único delito militar no caso fora praticado pela pessoa, não identificada, que fizera a filmagem dos documentos incinerados dentro da Base Aérea.

Em fevereiro de 2005, novamente o programa Fantástico trouxe a verdade: comparando imagens feitas na primeira matéria com as fotos feitas pelo Instituto Nacional de Criminalística da PF que serviram de base para a perícia, apareceram dois objetos: um galão de plástico e uma tábua, que não estavam nas imagens originais exibidas, evidenciando, portanto, que o local fora adulterado. A SEDH solicitou nova perícia.

Enquanto o Inquérito foi arquivado pela Aeronáutica sem investigar os fatos, o Fantástico exibiu, em outubro último, matéria com a divulgação do laudo encomendado pela SEDH que comprova ter havido não apenas uma, mas outras incinerações de documentos na Base Aérea de Salvador. A SEDH confirmou o recebimento do relatório elaborado pelo perito Celso Neneve e sua equipe e informou o encaminhamento à Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

O país aguarda a efetiva investigação dos fatos e as providências judiciais cabíveis.

#### A LEI 11.111: O SIGILO PERMANECE

O ponto culminante desse tortuoso percurso foi a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, fruto da conversão da medida provisória, que estabelece que os documentos podem ficar indefinidamente vedados à consulta, cabendo a uma comissão formada apenas por membros do

Poder Executivo a decisão sobre sua eventual divulgação. Diversas entidades da sociedade civil denunciaram que, ao admitir a possibilidade de “segredo eterno” para determinados documentos, a lei restringe o exercício de um direito que hoje figura como alicerce dos Estados democráticos: o direito à informação, devidamente assegurado pela Constituição brasileira (art. 5º, incisos XIV e XXXIII). Diversos juristas e advogados consideraram imperioso que os Tribunais reconheçam as inconstitucionalidades da lei e que uma efetiva discussão popular e legislativa lhes dê sustentação.

Em artigo de análise da referida Lei, sob o título “Desarquivando o Brasil”, nome do movimento lançado em São Paulo pela abertura dos arquivos, Flavia Piovesan<sup>1</sup> afirmou:

“(…) Soma-se, ainda, a violação ao direito à verdade, que assegura o direito à construção da identidade, da história e da memória do povo brasileiro, no que se refere ao regime militar ditatorial, suas marcas, seus atores e suas vítimas. O direito à verdade traduz o anseio civilizatório do conhecimento de graves fatos históricos atentatórios aos direitos humanos. Tal resgate histórico serve a um duplo propósito: assegurar o direito à memória das vítimas e confiar às gerações futuras a responsabilidade de prevenir a ocorrência de tais práticas. Daí a criação de comissões de verdade ante o regime do apartheid; a busca da verdade em face de regimes ditatoriais e a adoção da legislação européia contemporânea que proíbe o revisionismo histórico. (...) Ao denunciar a inconstitucionalidade da Lei 11.111/05, o movimento “Desarquivando o Brasil” pretende, sobretudo, debelar as trevas do poder invisível, na defesa dos direitos humanos fundamentais à informação, à verdade, à memória, à publicidade e à transparência, sob a luz de um regime verdadeiramente democrático (...).”

## A LUTA CONTINUA

*A Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos segue lutando pelo esclarecimento circunstancial das mortes e desaparecimentos; pela busca e identificação dos corpos; pela punição dos responsáveis pelos crimes de lesa-humanidade cometidos.*

-----

<sup>1</sup> Flávia Piovesan, professora doutora da PUC/SP nas disciplinas de Direito Constitucional e Direitos Humanos, professora de Direitos Humanos do Programa de Pós Graduação da PUC/SP.

Reivindica o cumprimento imediato da sentença da Juíza Solange Salgado sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, sem mais recursos a tribunais superiores e que essa decisão judicial se estenda a todos os mortos e desaparecidos políticos.

Reivindica, ainda, que o governo torne público o relatório da Comissão Interministerial constituída com esse fim e que seja dado à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, ligada à SEDH e constituída por lei, poderes para investigar e buscar os desaparecidos, tendo franqueadas todas as fontes utilizadas pela Comissão Interministerial para que possa proceder à busca de informações sobre a outra metade dos desaparecidos políticos que não desapareceram no Araguaia.

E, relativamente aos arquivos da ditadura, propõe:

1) Abertura de todos os arquivos da ditadura: Forças Armadas; do antigo SNI, arquivados tanto na ABIN como em outros órgãos de segurança; os da Polícia Federal em todos os estados; das PMs e polícia civil dos estados, em particular das chamadas S2 e dos demais órgãos ligados às secretarias estaduais de segurança, como dos departamentos de medicina legal, dos institutos de criminalística, presídios e hospitais psiquiátricos que serviram de locais de detenção de presos políticos;

2) A realização de inventário de todos os documentos públicos considerados sigilosos, um sumário do seu conteúdo, data do documento, tipo e tempo de sigilo e quem determinou tal sigilo;

3) Transferência de todo esse material aos arquivos públicos para consulta;

4) Que a comissão que estuda a liberação dos documentos não seja constituída somente de membros do poder executivo, e sim formada por membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário e pela sociedade civil, sendo que para a liberação do material referente à repressão política do período ditatorial sejam incluídos representantes dos familiares de mortos e desaparecidos políticos;

5) *Revogação do art. 6º da lei 11.111, que permite o sigilo eterno.*

Desarquive-se o Brasil!

Para que não se esqueça! Para que nunca mais aconteça!



Trabalho



Debate

## A CLT, os direitos humanos e os direitos trabalhistas

*Gelci Nunes Fernandes  
Paulo Roberto Fernandes*

*Relatório Azul 2005 - 107*

# A CLT, os direitos humanos e os direitos trabalhistas

*Gelci Nunes Fernandes\**

*Paulo Roberto Fernandes\*\**

Deseja-se neste trabalho mostrar historicamente a evolução axiológica dos direitos trabalhistas regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), bem como relacioná-la aos Direitos Humanos e Fundamentais das pessoas e da coletividade civil.

A CLT, uma reunião cronológica de textos e leis norteadores do direito do trabalho, passou a vigor em 1º de maio de 1943, sancionada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Este documento de consolidação é fruto de lutas sociais no terreno sócio-político e também no travamento de batalhas que redundaram até mesmo em derramamento de sangue.

Com a Revolução Industrial, no século XVII, homens e mulheres foram explorados no desempenho de suas tarefas laborativas, no que tange à quantidade de horas trabalhadas e aos baixos salários, sem falar na falta de segurança e de saúde decorrentes destas atividades. É com o Tratado de Versailes (1648) que se estabelece o princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, inserido em algumas constituições, dentre as quais a Constituição Cidadã, de 1988, do Brasil. Esta foi uma das primeiras conquistas do trabalhador, no caso em questão, da mulher, após fortes movimentos sociais feministas.

É com a Revolução Francesa (1789) que eclode o pensamento modernista, isto é, o Estado Moderno. Em 1804, surge o Código Napoleônico e instala-se na Europa a corrida pelos códigos, ou seja, o Direito Positivado. A racionalidade moderna prega o sistema democrático tendo como resultado a lei gerada na seara legislativa.

Ihering assevera em seu livro *A Luta pelo Direito*: "Não permita que seu direito seja pisoteado impunemente. O objetivo do direi-

---

*\* Gelci Nunes Fernandes, advogada trabalhista, formada na UFRGS em 1976 e Paulo Roberto Fernandes é estudante da Faculdade de Direito do Instituto Portoalegrense (IPA).*

to é a paz. A luta é o meio de consegui-la. A vida do direito é a luta, a luta dos povos, de governos, de classes, de indivíduos.”

Nessa ótica travou-se a batalha em busca das conquistas individuais e coletivas, as quais estão, hoje, patentes, no documento erigido em nome dos trabalhadores, a CLT, sendo esta, protegida pelo manto da Constituição Federal vigente.

Hierarquicamente, no viés trabalhista, as forças legais que iluminam o trabalhador brasileiro são: o documento da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948; a Constituição Federal de 1988, onde estão epigrafados os direitos fundamentais, bem como as cláusulas pétreas; e, a seguir, no patamar inferior, a CLT.

O contrato de trabalho surge do Iluminismo, palco dos filósofos jusnaturalistas-contratualistas, como Hobbes, Lock e Rousseau. O pensamento jusnaturalista moderno tem como cerne o homem e suas relações de obrigação com os seus semelhantes. Para eles: “Todos os homens foram criados iguais, foram dotados por seu criador de certos direitos inalienáveis, entre eles estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Para garantir tais direitos são constituídos governos, grandes pactos sociais (contratos) entre os homens, cujos justos poderes derivam do consentimento dos governados. Toda vez que qualquer forma de governo desviar-se de seus fins pactuados, é direito do povo alterá-lo ou aboli-lo e instituir novo governo”.

No plano interno é interessante alertar para o “Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo”. Esse instituto jurídico trata substancialmente da formação do Patrimônio Mínimo, e diz que, o mínimo necessário para um cidadão formar seu patrimônio no âmbito civil - certamente respeitando o princípio supremo da dignidade humana - é ter à sua disposição os direitos à moradia, à saúde, à alimentação e educação. Não está, portanto, neste paradigma, o direito ao trabalho. Dessa maneira, não é possível conceber que um indivíduo atingirá seu patrimônio mínimo sem uma determinada proteção ao seu trabalho. Já no plano internacional, o documento Universal dos Direitos Humanos, assevera em seu artigo XXIII. “§1 - Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego.”

Desta forma, vê-se documentos internacionais se sobrepondo aos nacionais, o que significa dizer que a Soberania enfraquece-se na esfera interna e absolutiza-se na esfera externa tendo como resultado

final, a globalização - um mal necessário que cada vez mais desloca o seu eixo de comando para os centros internacionais de poder decisório. Os direitos existem, estão postos, positivados, aqui ou acolá, mas determinados governos não ousam garanti-los. Sendo assim, em nível nacional, os direitos trabalhistas, inexoravelmente, estão confiados à Constituição Federal e à CLT.

No plano do garantismo - corrente de pensadores juristas fortemente espreada nos países europeus tendo como baluarte Luigi Ferrajoli, na Itália - pode-se dizer que a CLT gradativamente veio tornar-se o instrumento de garantia dos trabalhadores nacionais, conferindo-lhes uma dosagem - ainda que não a ideal - de Direitos Humanos, e de direitos fundamentais, estes inseridos na nossa Carta Magna.

Há mais de meio século Kelsen registrava em seu livro *A Paz Através do Direito*, sobre uma limitação efetiva da soberania dos Estados por meio da introdução de garantias jurisdicionais contra as violações da paz, externamente, e dos direitos humanos, internamente.

Nos países democráticos de direito dois de seus pilares são: a maioria e a Constituição, por isso é chamado de Estado Democrático de Direito. Em primeiro lugar, verifica-se, na prática, que a maioria nem sempre define pelo que é melhor à sociedade, quando chamada às urnas para o sufrágio universal. Além disso, têm-se fatos concretos de que o sistema representativo pode ser manipulado de uma maneira desviante no sentido de usar o povo como massa de manobra. Em segundo lugar, a Constituição, momento de apogeu de uma nação, - e aqui se refere àquela legalmente e legitimamente constituída, via poder constituinte e norma fundamental - nem sempre traz em seu bojo sequer o mínimo necessário à paz e à justiça social de seu povo. Nesse sentido, tem-se como exemplo a Constituição do regime socialista-nazista da Alemanha de Hitler. Tal ordenamento jurídico foi estudado e fabricado pelo professor Mezger tido, na época, como o melhor jurista alemão e situado entre os melhores do mundo ocidental. Esta Constituição deu proteção legal a todas as atrocidades historicamente conhecidas.

Examinando-se o aparato constitucional do Brasil, mais precisamente um de seus braços, a CLT, enxerga-se visivelmente uma evolução axiológica durante o período do Estado moderno até o atual Estado pós-moderno. No plano evolutivo das conquistas sociais tem-se este ordenamento técnico-jurídico subsuntando-se aos Direitos Fundamentais no âmbito interno e aos Direitos Humanos no âmbito ex-



terno. Como já alhures referido à CLT - manto jurídico das expectativas dos trabalhadores - não garante o emprego, o qual é direito necessário ao homem para atingir o princípio fundamental: a dignidade humana. Porém, é ela que abriga o complexo de normas reguladoras e humanizadoras das relações contratualistas entre empregadores e empregados. E, se assim não fosse, o caos social estaria instalado.

Os direitos dos trabalhadores brasileiros estão fartamente positivados, falta, contudo, um Estado estruturalmente montado e politicamente direcionado a dar as efetivas garantias para atingi-los.



Consumidor



Debate

## Evolução histórica da tutela ao consumidor

*Ana Paula Pazin Gomes*

*Relatório Azul 2005 - 113*

---

# Evolução histórica da tutela ao consumidor

Ana Paula Pazin Gomes\*

No século XIX, o mundo respirava o Liberalismo do Estado-Mínimo e é nesse cenário que o contrato ganha importância como meio de se efetivar a autonomia da vontade entre as partes. “A concepção de vínculo contratual, nesse período, está centrada na idéia de valor da vontade como elemento principal, como fonte única e como legitimação para o nascimento de direitos e obrigações oriundas da relação jurídica contratual”.<sup>1</sup>

Subentendia-se que as partes contratantes eram iguais mesmo que a realidade mostrasse o contrário. Pautado nos valores liberais, o que o ordenamento assegurava era a autonomia da vontade, a liberdade de contratar e a efetiva realização do objeto pactuado. A vontade, sob a ótica liberal, é o principal elemento do contrato. Elevando esse pensamento à máxima, o homem sendo ser livre para emitir sua vontade e subtrair as obrigações inerentes a ela, a idéia de que o contrato faz lei entre as partes, em detrimento do Ordenamento Jurídico fica clara. Sintetiza a professora Cláudia Lima Marques: “O direito deve moldar-se à vontade, deve protegê-la, interpretá-la e reconhecer sua força criadora. O contrato, como diz o art. 1.134 do Código Civil francês, será a lei entre as partes. A própria lei oriunda do Estado vai buscar seu poder vinculante dentro da idéia de um contrato entre todos os indivíduos dessa sociedade. A vontade é, portanto, a força

---

*\*Ana Paula Pazin, advogada, militante dos Direitos Humanos do Consumidor.*

.....

<sup>1</sup> MARQUES. Cláudia Lima. Contratos no Código de defesa do Consumidor – O novo regime das relações contratuais, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002, 4ª edição, p. 39. (cit. ZWEIGERT, Konrad e KOETZ, Hein. Einführung in die Rechtsvergleichung auf dem Gebiet des Privatrechts. II, Tübingen: Mohr, 1984).



fundamental que vincula os indivíduos".<sup>2</sup>

As duas grandes guerras contribuíram para o surgimento da sociedade de consumo, uma vez que o desenvolvimento industrial fluía a todo vapor, necessitando de consumidores para despejar seus mais diversos produtos. É o capitalismo que chegava para ficar, liderado pela mais nova grande potência, que se firmava, agora mais do que nunca, os Estados Unidos.

Essa nova conjuntura influenciou sensivelmente as características contratuais. Os contratos paritários, frutos de acordos de vontade, discutidos cláusula a cláusula, muito comuns antes, tornam-se menos freqüentes dando ensejo aos contratos de adesão que, com o mesmo conteúdo, são formulados pela empresas e impostos aos consumidores que não vêem outra alternativa se não comungar com o que lhes é imposto.

Nesse sentido, mais uma vez, invocamos a professora Cláudia Lima Marques: "Alguns comparam esta predisposição do texto contratual a um poder paralelo de fazer leis e regulamentos privados (*lawmaking power*). Poder este que, legitimado pela economia e reconhecido pelo direito, acabaria por desequilibrar a sociedade, dividindo os seus indivíduos entre aqueles que detêm a posição negocial de elaboradores da *lex* privada e os que se submetem, podendo apenas aderir à vontade manifestada pelo outro contratante".

O modelo de produção em série (fordismo), desenvolvido para atender à demanda crescente após a Segunda Grande Guerra foi o precursor da contratação em massa. Quando uma empresa desenvolvia um produto e depois o reproduzia milhares de vezes, fazia o mesmo com os contratos. "Não tinha sentido fazer um automóvel, reproduzi-lo vinte mil vezes e depois fazer vinte mil contratos diferentes para os vinte mil compradores".<sup>3</sup>

O elemento "vontade", antes considerado o mais importante na relação contratual, agora se encontra mitigado tendo em vista a maciça utilização dos contratos de adesão elaborados unilateralmente pelas grandes empresas. Vislumbra-se aí um enorme abismo entre

.....  
<sup>2</sup> MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de defesa do Consumidor – O novo regime das relações contratuais, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2002, 4ª edição, p.50.

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_, Rizzato. Curso de Direito do Consumidor, Editora Saraiva, São Paulo, 2005, 2ª Edição, p.04.

as partes: os consumidores estavam reféns do poderio econômico, impossibilitados de discutir cláusulas contratuais, devendo apenas consentir ou não com o que lhes era imposto.

O avanço tecnológico e industrial, liderado pelos Estados Unidos, pós Segunda Guerra, impulsionou a expansão do capitalismo que tem entre seus pilares o incentivo ao consumo. Durante a guerra, as prioridades eram os produtos considerados essenciais. Agora, os produtos considerados supérfluos ganham o mercado, surgindo a cada dia mais um produto diferente, haja vista o conhecimento tecnológico e científico que, naturalmente, as guerras produzem. Paralelo a isso, há uma crescente preocupação com a condição humana. Os horrores do holocausto, que reduziram o homem ao estado de coisa, fizeram o mundo refletir e procurar meios para que episódios como esses não mais se repetissem. Assim, as nações buscaram, por meio de tratados e convenções, garantir o mínimo de dignidade ao ser humano: os Direitos Humanos. A partir daí, o pensamento jurídico também mudou.<sup>4</sup> O patrimônio, antes considerado absoluto, torna-se relativo ante o interesse social. "A sociedade contemporânea é aberta, plural, porosa, multifacetária e globalizada, trazendo consigo incontroverso caráter humanista, almejando a proteção dos interesses socialmente mais relevantes, exigindo, naturalmente, nova postura jurídica".<sup>5</sup>

Nesse cenário, o direito consumeirista se desenvolve. Em 1978, a Espanha alia a Constituição à preocupação com o consumidor. Do mesmo modo, em 1982, a Constituição portuguesa também passou a ter essa preocupação.

No Brasil, os direitos do consumidor começaram a ventilar, de forma tímida, entre as décadas de 40 e 60, quando foram sancionadas diversas leis e decretos federais legislando sobre saúde, proteção econômica e comunicações. Somente em 1988 a nossa Carta Magna, atualizou o Ordenamento Jurídico brasileiro, implantando, de uma vez por todas, o "ideal de justiça distributiva e igualdade substancial, ao lado do binômio dignidade da pessoa humana e solidariedade soci-

.....  
<sup>4</sup> A primeira Constituição do pós-guerra a refletir essa nova tendência foi a Constituição alemã que trazia no seu artigo 1º a dignidade da pessoa humana como bem intangível.

<sup>5</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de. Direito Civil – Teoria Geral, Editora Lúmen Júris, Rio de Janeiro, 2005, p.30.



al.”<sup>6</sup> No artigo 5º, XXXII, prevê a obrigação do Estado em promover a defesa do consumidor, no artigo 170, V, apresenta a defesa do consumidor como princípio da ordem econômica e o artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), expressamente determinou a criação do Código de Defesa do consumidor.

O Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, foi a primeira lei brasileira de cunho especialmente consumeirista<sup>7</sup>, visto que, antes dele, o que utilizávamos para regulamentar a relação de consumo era o Código Civil de 1917, fundado na tradição do direito civil europeu do século anterior, ou seja, no patrimonialismo e no individualismo. O CDC reflete o que há de mais avançado nos ordenamentos em matéria de tutela ao consumidor. É dever do Estado torná-lo cada vez mais acessível à sociedade. Consumidor consciente de seus direitos é consumidor mais exigente. Fornecedor mais exigido é fornecedor mais eficiente.

.....  
<sup>6</sup> FARIAS, Cristiano Chaves de, obra cit. P. 30.

<sup>7</sup> A Lei da Usura de 1951 é considerada, por alguns, como a primeira lei brasileira defensora dos interesses dos consumidor. Não foi legislada com esta finalidade, mas teve esse efeito.



Alimentação



Debate

## Fome Zero, política nacional de segurança alimentar e nutricional

*Flávio Luiz Schieck Valente*

*Relatório Azul 2005 - 119*

# Fome Zero, política nacional de segurança alimentar e nutricional

*Flavio Luiz Schieck Valente\**

Foi durante o período que precedeu o processo eleitoral de 2002 que a proposta de implantação de um programa tendo como eixo central o combate à fome e à desnutrição foi alvo de intenso debate entre representantes de diferentes setores de movimentos sociais e da academia no âmbito do processo de discussão do programa eleitoral do então candidato Luís Inácio Lula da Silva.

Desde o primeiro momento do debate ficou claro que havia uma proposta defendida pelo coordenador do processo, o futuro Ministro José Graziano, que propunha um programa de combate à fome centrado na criação de um Cartão ou Tiquete Alimentação, nos moldes do programa "Food Stamps", implantado nos Estados Unidos da América durante a II Guerra Mundial e retomado a partir de 1961. A idéia central era de que o cartão poderia aquecer a economia local, em especial o comércio, estimulando tanto a agricultura familiar como os setores do agronegócio e os produtores de alimentos. A esta proposta central, foram agregados vários programas complementares tais como a implantação de restaurantes populares em centros urbanos, a implantação de bancos de alimentos e programas de abastecimento alimentar que fortalecessem a compra de alimentos diretamente dos agricultores familiares.

Partindo de uma outra perspectiva, o movimento nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo o Fórum Brasileiro de Se-

—

*\* Flávio Luiz Valente é médico, Fmusp - 1972; mestre em nutrição e Saúde Pública, Harvard School of Public Health, 1976. Relator nacional para os Direitos Humanos à Alimentação, Água e Terra Rural, da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, com o apoio do Programa de Voluntários da ONU; coordenador técnico da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh).*

gurança Alimentar e Nutricional como catalizador, e envolvendo um amplo conjunto de entidades e movimentos sociais que vêm trabalhando com o tema há pelo menos duas décadas, propunha o combate à fome no contexto da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que articulasse as políticas públicas com o objetivo da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada a todos os habitantes do território nacional.

A diferença entre as duas propostas era grande. A primeira colocava o combate à fome no contexto da garantia do acesso ao alimento nos limites de uma política compensatória sem abordar de forma adequada a questão da alimentação correta, da nutrição, da segurança do alimento e do impacto das políticas econômicas sobre a segurança alimentar e nutricional. A segunda, por outro lado, propunha o combate à fome como parte integrante de uma revisão do modelo de desenvolvimento, promovendo-o no contexto da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da inclusão social, ou seja, de forma articulada à promoção da nutrição, da inocuidade dos alimentos e da qualidade de vida à toda a população.

As duas posições também apresentavam diferentes propostas de arranjo institucional para a coordenação e implementação do programa ou política: a proposta centrada na criação do Cartão Alimentação, propunha a criação de um Ministério da Alimentação, enquanto a que enfatizava o combate à fome no contexto de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apontava para a necessidade de uma Secretaria Especial vinculada à Presidência da República capaz de coordenar as ações e políticas já desenvolvidas e a serem desenvolvidas por diferentes Ministérios.

Apesar da versão definitiva do projeto Fome Zero - lançado em outubro de 2001 sob o título "Fome Zero: uma política de Segurança Alimentar para o Brasil" - incorporar em seu texto proposições relativas à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e à elaboração de uma Política de Segurança Alimentar, o projeto que foi efetivamente implementado durante o primeiro ano do Governo Lula seguiu essencialmente a proposta original do agora Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), José Graziano, concentrando-se na implementação do Cartão Alimentação.

Após um ano de muitas críticas, o MESA foi extinto, sendo as atividades desenvolvidas por ele absorvidas pelo recém criado Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encarregado de

finalizar a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família e coordenar o Fome Zero. O primeiro ano do governo também foi marcado pela forte resistência da Secretaria Especial de Direitos Humanos em participar mais ativamente da discussão sobre as relações entre o programa Fome Zero e a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

## CONCEITOS E PROPOSTAS EM DISPUTA

Um dos maiores avanços do Projeto Fome Zero foi a reinstauração do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, constituído majoritariamente por representantes da sociedade civil e movimentos sociais (dois terços) e tendo na presidência um conselheiro da sociedade civil. Este Conselho tem por atribuição legal o assessoramento da Presidência da República sobre o combate à fome e a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) com o objetivo de promover a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. Também foram instituídos Conselhos Estaduais de SAN na maioria dos Estados com função semelhante à do Nacional.

O ano de 2004 marcou um novo momento no processo de disputa de projeto político em relação ao Combate à Fome. O debate desenvolvido em preparação para a II Conferência Nacional de SAN (II Cnsan), realizada em março de 2004, em Olinda, acabou por aprofundar a discussão e influenciar de uma maneira direta a transição da coordenação do MESA para o MDS. A II Cnsan estabeleceu a promoção da Soberania Alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada como pilares de uma política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Conferência demarcou um ponto de inflexão tanto nas atividades do Consea como na implementação dos programas públicos de SAN e de combate à Fome. O Consea, dando encaminhamento às decisões da II Cnsan, aprofundou o debate sobre:

1. A relação entre o Fome Zero e o conjunto de Políticas Públicas relacionadas direta e indiretamente à promoção da SAN;
2. A elaboração de um Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, criando o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo central de promover a realização do Direito Humano à Alimentação adequada, institucionalizando o processo de elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

por meio do trabalho das Conferências e dos Conselhos municipais, estaduais e Nacional da SAN e estabelecendo a criação de uma coordenação interministerial para a implementação da política;

3. O orçamento nacional, estabelecendo mecanismos de participação na elaboração, discussão no Congresso e monitoramento de sua execução no que se refere a políticas e programas diretamente relacionados à garantia da SAN e do DHAA;

4. A construção de um sistema de monitoramento da situação de insegurança alimentar e nutricional a partir da ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada, com especial atenção aos grupos sociais e biologicamente vulneráveis;

5. A avaliação continuada da implementação de políticas públicas relacionadas à SAN com a apresentação de recomendações à Presidência da República e aos respectivos Ministérios.

Os debates desenvolvidos no seio do Consea tiveram repercussão tanto no Grupo de Trabalho do Fome Zero - grupo interministerial ligado à Câmara de Políticas Sociais da Casa Civil - como no próprio MDS. Durante os anos de 2004 e 2005 foi sendo construído o entendimento do Fome Zero como "uma estratégia impulsionada pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome."<sup>2</sup>

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional, por outro lado, no projeto de lei elaborado em parceria entre o governo e a sociedade civil, no contexto do Consea, incorpora as dimensões da produção de alimentos, em especial da agricultura familiar; do processamento, da industrialização; da comercialização; do abastecimento; incluindo a água; da geração de emprego e da redistribuição da renda; da biodiversidade; da promoção da saúde e da nutrição; da segurança dos alimentos; da educação alimentar; da promoção da alimentação saudável e da produção do conhecimento com o objetivo de promover a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.<sup>3</sup>

A partir dessa breve introdução, uma análise mais detalhada

-----  
<sup>2</sup> ARANHA, A in: [http://www.mds.gov.br/ascom/hot\\_sa/artigo8.htm](http://www.mds.gov.br/ascom/hot_sa/artigo8.htm) acessado no dia 23/10/2005.

<sup>3</sup> Projeto de Lei 6047/2005 in <https://www.planalto.gov.br/consea/exec/index.cfm> acessado no dia 23/10/2005.

de alguns aspectos da política de combate à fome, no contexto da segurança alimentar e nutricional, sob a ótica dos direitos humanos será desenvolvida nas seções que se seguem.

## O BRASIL NO COMBATE À FOME E À DESNUTRIÇÃO

A proposta do Governo Lula de priorizar o combate à fome por meio da implementação de políticas públicas representou uma verdadeira reviravolta na conjuntura internacional de consolidação da hegemonia norte-americana e do modelo de desenvolvimento econômico gerido pelas forças de mercado. A proposição do Governo Brasileiro que o combate à fome fosse recolocada como prioridade na agenda internacional encontrou eco entre países em desenvolvimento e mesmo entre países desenvolvidos que gostariam de se afastar da “guerra contra o terrorismo” e fortalecer uma estratégia de “combate à fome e à pobreza” como alternativa.

O Brasil assumiu uma posição de liderança na elaboração e aprovação das Diretrizes Voluntárias para a promoção da realização do Direito à Alimentação Adequada, no contexto da Segurança Alimentar Nacional<sup>4</sup>, aprovadas em novembro de 2004, no âmbito da FAO, em contraposição aos interesses dos EUA e seus aliados que se negam a reconhecer os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais como direitos humanos em pé de igualdade com os civis e políticos.

Mais recentemente, o Brasil vem propondo, com o apoio da França, Espanha, Chile, entre outros a criação de um Fundo Internacional de Combate à Fome e à Pobreza, a ser gerido pela ONU para apoiar iniciativas de combate à fome e de inclusão social nos países mais pobres do mundo. Essa proposta representa a recolocação da promoção dos DHESC entre as prioridades econômicas da comunidade internacional.

.....  
<sup>4</sup> FAO, 2004 “Diretrizes Voluntárias para a promoção da realização progressiva do Direito à Alimentação Adequada, no contexto da Segurança Alimentar nacional. In: <https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/diretrizesvoluntarias.pdf> acessado em 23/10/2005

## O FOME ZERO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Os programas incorporados na estratégia Fome Zero vêm tendo seu orçamento aumentado ano a ano, variando de 5,7 bilhões de reais, em 2003, para 12,3 bilhões, em 2005<sup>5</sup> com fortalecimento do componente do programa de transferência de renda, da alimentação escolar, da promoção da alimentação saudável, do apoio à agricultura familiar, da geração de emprego e renda, do apoio à alimentação indígena, distribuição de alimentos em situações de emergência, entre outros.

Também vêm aumentando os gastos com programas de caráter estruturante como a Reforma Agrária e outros componentes da política de apoio à Agricultura Familiar, que se integram às Políticas de SAN.

É importante ressaltar, no entanto, que o conjunto das políticas macroeconômicas, fiscais e monetárias, incluindo as relacionadas ao pagamento dos juros e serviços da dívida pública, e mesmo de apoio ao agronegócio (soja, açúcar e álcool, pecuária, etc.) e de fortalecimento da infraestrutura energética, e outros megaprojetos (pólos siderúrgicos, transposição do São Francisco, etc.) continuam a expulsar um grande contingente de pequenos produtores rurais, em especial populações tradicionais, ou mesmo a desestruturar sua capacidade produtiva, violando os seus direitos humanos à alimentação, à água e a terra, entre outros.

A avaliação do projeto Relatores Nacionais DHESC, contida no Relatório de 2004<sup>6</sup> é de que o impacto do conjunto destes megaprojetos, em termos de violações de direitos humanos, é muito maior que os eventuais avanços obtidos em decorrência das políticas desenvolvidas no contexto da estratégia do Fome Zero.

Assim, o desafio que se coloca é o de ampliar a mobilização social em direção à exigência de relatórios de impacto de megaprojetos sobre os direitos humanos das populações eventualmente afetadas como um mecanismo de prevenção de violações maiores ao mesmo tempo em que continuamos a lutar pela reparação de violações já ocorridas.

Um outro desafio está em intensificar a discussão sobre o or-

-----  
<sup>5</sup> MDS, 2005. "Mais verbas ano a ano" in: [http://www.njobs.com.br/fome0/conteudo/html/O2\\_esforco\\_01.htm](http://www.njobs.com.br/fome0/conteudo/html/O2_esforco_01.htm), acessado em 23/10/2005.

<sup>6</sup> Plataforma DHESC, Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Informe 2004, Plataforma DHESC, Rio de Janeiro, 2005.

çamento público e exigir que a política monetária e a alocação de recursos públicos para o pagamento da dívida pública e, conseqüentemente, o estabelecimento do superávit primário, sejam alvo de uma ampla discussão da sociedade brasileira, rejeitando-se os valores atuais como fatos dados, transformando-os em objeto de decisão política da população.

#### OS PROGRAMAS DA ESTRATÉGIA DO FOME ZERO

Durante os anos de 2004 e 2005, a Comissão Permanente para a Promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada, criada pelo Consea nacional em Setembro de 2004, vem desenvolvendo uma metodologia de avaliação da implementação de programas e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional a partir da ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada. Até o momento foram avaliados o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Bolsa Família, tendo sido constatadas uma série de práticas que se constituem em violações do DHAA.

Em diálogo com os gestores dos referidos programas, a Comissão apresentou um conjunto de recomendações, cuja efetivação será verificada em uma nova rodada de avaliação no ano de 2006. Além de apresentar recomendações, a Comissão tem apoiado os gestores na busca de alternativas de superação dos problemas identificados.

#### MONITORAMENTO E INVESTIGAÇÃO DA VIOLAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Após um longo processo de discussão sobre como captar, investigar e apresentar recomendações para a reparação de violações do Direito Humano à alimentação adequada, a Comissão Permanente para a Promoção do DHAA, do Consea nacional, em discussão com a Presidência deste, identificou que tais atividades não se coadunam com o caráter de assessoria do Consea, que não tem o mandato, a infraestrutura e a agilidade necessários para dar respostas adequadas às denúncias apresentadas.

Em maio de 2005, após várias reuniões com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, foi acordada a criação de uma Comissão

Especial para o monitoramento e encaminhamento de violações do Direito Humano à Alimentação Adequada, no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana com uma forte participação do Ministério Público Federal. Uma das primeiras tarefas a ser assumida por esta comissão foi a de discutir formas eficazes de não mais permitir a suspensão de recursos para a Alimentação Escolar, com conseqüente violação do DHAA dos escolares por inadimplência do gestor público. Alternativas estão sendo estudadas com o apoio do próprio MEC, da CGU, do TCU, do MPU e da Polícia Federal em parceria com representantes da sociedade civil.

Um outro tema em discussão é como garantir a independência das deliberações e encaminhamentos desta comissão frente a possíveis pressões políticas dos ministérios setoriais e mesmo da Secretaria Geral da Presidência da República, onde hoje se encontra a Subsecretaria de Direitos Humanos e, por conseqüência, o Cddph.

#### OS INSTRUMENTOS DE EXIGIBILIDADE ADMINISTRATIVA E JUDICIAL

O Projeto Relatores Nacionais da Plataforma Brasileira DHESC representam, hoje, um exemplo de instrumento de exigibilidade de direitos humanos econômicos, sociais e culturais. Contando com a legitimidade e o apoio dos movimentos sociais, o Projeto tem sido capaz de ampliar sua legitimidade ao contar com o apoio do Programa de Voluntários da ONU e com a parceria dos Relatores Especiais da ONU e dos Ministérios Públicos Federal, Estadual e do Trabalho.

No caso específico do DHAA, ainda contamos com um Grupo de Trabalho do Ministério Público Federal para o tema e com a parceria das comissões do Consea e do Cddph já descritas acima. Em 2005, foi iniciada a discussão com outros Conseas estaduais sobre a necessidade de instituição de comissões semelhantes no âmbito estadual e mesmo municipal, trabalhando em parceria com outros conselhos, sejam estes de políticas públicas ou de direitos.

A realização efetiva dos direitos humanos passa por um esforço de definir:

1. as dimensões do direito humano que podem ser exigidas do Estado e do poder público;
2. quem são os portadores de direito para cada uma das dimensões;

3. quem são as instituições e gestores públicos responsáveis pelas obrigações de respeitar, proteger, promover e prover os referidos direitos;

4. quais são os instrumentos de recurso administrativo, quase judicial e judicial disponíveis ao portador de direito, caso seus direitos estejam sendo violados ou não realizados;

5. a quem ou a que instituição se deve dirigir o portador de direito para apresentar seus recursos;

6. prazos para que as instituições apresentem respostas concretas às denúncias de violação.

Estas definições somente terão sentido se forem o resultado de um processo participativo que colabore para a construção das competências dos titulares de direito (para cobrar), dos portadores de obrigação (para cumprir de forma efetiva suas obrigações) e sirva de base para um programa de educação e informação continuada do conjunto da população em questão.

Sem dúvida alguma, a realização do DHAA exige, de um lado, uma mudança do modelo econômico que continua a excluir amplos setores da população dos benefícios do desenvolvimento e, de outro, o fortalecimento dos mecanismos de exigibilidade de direitos que permite reduzir as desigualdades no nível micro e empoderar as pessoas, os grupos e as comunidades para incidir de uma forma mais efetiva na luta por mudanças no modelo. Todos os espaços de luta são importantes.

Juventude



Debate

## Juventudes: a construção do amanhã é agora

*Edson Giuliani e outros*

*Relatório Azul 2005 - 129*

---

# Juventudes: a construção do amanhã é agora

Edson Giuliani e outros\*

*“Éramos inocentes, acreditávamos em quase tudo o que nos diziam. Foi se tornando cada vez mais impossível e desnecessário aceitar os valores que nos impõem. Esse tempo passou: as coisas mudaram, novas percepções se tornaram consciência. Hoje enfrentamos o conservador e criamos o novo. Sonhamos com liberdade, vivemos intensamente a Juventude!”.*

*(Trecho do fanzine publicado pela ONG Atitude! em janeiro de 2005, durante V Acampamento Intercontinental da Juventude no V Fórum Social Mundial)*

Não é só um desafio intelectual a um conjunto de jovens estudantes e membros de uma Organização Não-Governamental que desenvolve projetos de incentivo ao Protagonismo Juvenil, esse artigo propõe uma reflexão e debate sobre o que é a Juventude, sua singular condição psicossocial vítima de diversas violências, suas formas de expressão e organização, uma proposta do que é protagonismo e autonomia e da conseqüente necessidade de construção de leis e políticas públicas específicas que lhe garantam direitos e espaços de poder.

## O QUE É A JUVENTUDE?

Diariamente vemos e ouvimos inúmeras vezes *jovens* ou *juventude* recheando manchetes de jornais, noticiários de tevê, propagandas comerciais e rodas sociais. Vítima ou promotora de violências, carente de políticas de inclusão, massa de eleitores, delinqüentes, fase de aprendizado e sem responsabilidades, futuro da nação ou público consumidor, a *juventude* é compreendida de diversas formas equivocadas pelo senso comum, instituições mantenedoras do *status quo* e,

-----

*\* Artigo elaborado pelos jovens Edson Giuliani, João Paulo Pontes e Silva, Leonardo de Castro Reiczak, Juliano de Sá, Marcio Zapican Camargo Abella, Rafael Rodrigues e Rebeca Campani Donazar, estudantes e ativistas da ONG Atitude! - Protagonismo Juvenil.*



inclusive, por alguns órgãos públicos:

- estado de espírito: compreensão de que ser jovem diz respeito a uma questão de disposição de energia, animação, vitalidade, alegria, liberdade, espírito desbravador, falta de responsabilidade ou alienação. Apresenta-se assim uma perspectiva de que ser jovem é apenas uma característica de humor, gostos ou apenas uma palavra, colocando a possibilidade de que se pode ser jovem várias vezes e em qualquer período da vida. Ignora-se, com isso, vários outros fatores que são específicos deste setor social;

- rebelde: interpretação do fenômeno juvenil como detentor de uma tendência ideológica predeterminada, como se fosse naturalmente progressista, de esquerda ou revolucionário. Não se reconhece assim a condição de constante disputa ideológica que este setor sofre e propõe-se que a crítica social seja algo momentâneo, negando também os jovens que se engajam em organizações reacionárias e até mesmo se colocam numa condição de alienação social;

- padrão de estética, moda e consumo: a cultura moderna impõe um ideal padronizado de beleza como expressão de jovialidade. O mercado, por exemplo, produz acessórios que chama de "moda jovem" com a intenção de padronizar valores estéticos. Compreende-se, assim, que essa tal beleza eternizasse um período da vida, como se o parecer fosse expressão do ser;

- faixa etária estanque e institucionalizada: para a Constituição Brasileira, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, juventude é uma fase que vai dos 12 aos 18 anos. É relevante afirmar que o ECA é uma conquista fundamental no que diz respeito à garantia de Direitos Humanos para este setor social, mas que vai apenas até os 18 anos, como se houvesse, no momento em que o sujeito faz aniversário, um conjunto de mudanças psicológicas, sociais, de direitos e deveres. Não aceitando essa conceituação de fixação etária, mas reconhecendo a necessidade de se delimitar a fase juvenil meramente para fins de Políticas Públicas ou estatísticas, pode-se aceitar uma proposta de contextualizar os jovens num período delimitado, mas talvez entre os 15 e os 24 anos.

Essas concepções dispersas não dão conta de formular uma

teoria científica coerente do que significa ser jovem, negando o que de específico isso é. Defendemos uma concepção elaborada por diversos pesquisadores do tema, instituições e movimentos, que afirma uma condição juvenil como fase específica e singular de transitoriedade psicológica e sociológica: no que tange ao indivíduo, é um período de negação de verdades idealizadas e estabelecidas pelas instituições sociais, em conflito com a necessidade de descobertas, experimentações e afirmações (filosóficas, religiosas, sexuais, educacionais e profissionais); socialmente, o universo juvenil é caracterizado por uma condição de opressões e cobranças (materiais e ideais) das instituições sociais (família, escola, comunidade, igreja, estado...), em conflito com essa mesma necessidade de tomadas de decisões.

Alguns momentos específicos do período juvenil explicam esses conflitos: a escolha da profissão e, quando possível, do curso universitário, o que socialmente atribui à juventude uma compreensão de mão-de-obra, barata na sua generalidade; a descoberta e a experimentação do corpo, da sexualidade e suas orientações, bem como a interpretação, rompimento, ou não, com a família e constituição da própria; as decisões filosóficas, ideológicas e políticas, como o 1º voto e o engajamento em organizações... Com essa gama de conflitos, os jovens expressam suas contradições e dúvidas de diversas formas como nos grupos de identidade, opiniões políticas e organizações, estilos, costumes, gírias, roupas, músicas, entre diversos outros. Daí o conceito de "Juventude" como compreensão de identidade e organização e, mais ainda, a necessidade de caracterização como "Juventudes", reconhecendo essa diversidade.

## JUVENTUDE VITIMADA

Conseqüência das cobranças e opressões sociais em conflito com as afirmações pessoais, os jovens são vítimas de violências de seus Direitos Humanos. O jovem sofre pela sua cor, orientação sexual, gênero, classe, estética e ideal de corpo e, mais ainda, especificamente por ser jovem: não contribui (ou em menores condições) no orçamento familiar, tendo, assim, seu direito de expressão negado (não tem idade para opinar em sua rotina, andamento da casa, posições políticas, religiosas, sexuais...) sendo, por isso, muitas vezes sujeitado à exploração de trabalho; na divisão do trabalho é, em média, secundarizado, recebendo menos que os adultos e na maioria das ve-



zes, com direitos trabalhistas negados, como é o caso do estágio; não pode opinar nas discussões, é acusado de ser imaturo e idealista e de não conhecer o “curso natural” do mundo; é visto como delinqüente (perseguido por seguranças em supermercados e shoppings),...

Conseqüência da estrutura vertical da democracia capitalista que reduz o ser humano às suas possibilidades de produção e consumo, as opressões em que vive a juventude e o conjunto dos trabalhadores são inúmeros. Mas é necessário reconhecer que uma dessas opressões é específica: a situação de subalternidade social a partir da condição geracional. Os jovens são vítimas de uma cultura socioeconômica que os entende como futuro e, no presente, como co-adjuvantes. Não têm direito à voz, à vez, ao espaço, ao poder, aos direitos e, infelizmente, vivem, muitas vezes, uma conseqüente aceitação e reprodução em sua própria consciência coletiva e individual. São violentados quando tentam romper, quando se pretendem construtores da história, quando se expressam, quando criam. Quando violentados, sofrem mais ainda pela generalizada impossibilidade de reconhecimento e negação de sua especificidade junto à sociedade, Estado e suas leis, ações judiciárias e políticas públicas.

#### PROTAGONISMO JUVENIL E AUTONOMIA

A reversão dessa lógica de subalternidade social passa pelo diálogo e respeito entre as gerações (como a formulação de políticas públicas específicas, leis e direitos) mas, acima de tudo, um dos desafios mais importantes é da própria Juventude em se entender como sujeitos históricos, políticos, econômicos e sócio-culturais. O Protagonismo Juvenil e, portanto, sua autonomia, é lutar cotidianamente por espaços e direitos.

Assim alguns questionamentos são importantes de serem feitos: o jovem protagonista é um voluntário? Está relacionado ao trabalho? O protagonista é um líder? Será fácil ligar o protagonista àquele que age na sociedade para mudá-la, mas também são protagonistas aqueles que agem para sua manutenção. O que diferencia o *Jovem Protagonista* do resto das pessoas de sua faixa etária é a autonomia. Ficamos com o conceito de *Protagonismo Juvenil* que engloba, além da ação, a criação e o total controle e compreensão sobre seus atos individuais conectados a um todo social em constante processo de transformação e disputa. Num conceito mais amplo temos que a parti-

cipação protagonista extrapola os interesses particulares e familiares.

Não é difícil perceber que as *Juventudes* têm diversas formas de organização e *práxis* transformadora, sendo nos grupos de identidade, nas escolas, movimentos sociais, grupos culturais, partidários e ainda em muitas outras expressões como na organização estudantil, comunitária, popular, rural, religiosa, na luta pela democratização da mídia, por Direitos Humanos (gênero, orientação sexual, raça e etnia, classe, pelo respeito às pessoas com deficiências especiais...), ecologia, esportiva, de geração alternativa de renda... Ainda assim, não podemos pensar que somente porque um indivíduo participa de alguma manifestação social ele por si só seja um protagonista, já que temos inúmeros graus de participação. Existem, por exemplo, muitos espaços que proporcionam a "participação decorativa" e utilitarista, ou seja, os jovens apenas marcam presença em uma ação sem influenciar no seu curso. Outro espaço muito típico é o de "participação operacional", que é quando os jovens participam somente na execução de tarefas. A construção de espaços de poder plenamente autônomos é indispensável ao *Protagonismo Juvenil*, colaborando e incentivando a participação, criação e execução de políticas sociais.

#### POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDE

Hoje, no Brasil e em todo mundo, ao mesmo tempo em que o debate está em ascendência, discussões e estudos sobre a temática juvenil, há um número cada vez maior de grupos, organizações, expressões organizadas ou não de juventude. Conseqüentemente, podemos perceber uma proliferação de ações públicas específicas nesta temática, desde iniciativas de governos, até aos mais diferentes tipos de organizações da sociedade civil. Temos grandes conquistas concretas nesse debate, como a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude, da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude no Congresso Nacional, além de secretarias estaduais e, no Rio Grande do Sul, da criação de diversos processos de *empoderamento* dos jovens no poder municipal, como Secretarias, Coordenações, Fóruns, Conselhos, Conferências e Semanas de Juventude, como em Porto Alegre, Caxias, Pelotas, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Cruz Alta, além de demais comissões em câmaras e eleição de jovens parlamentares.

O fundamental é não entender a juventude apenas como ca-



rente de políticas de inclusão, mas principalmente a partir de sua condição específica de contradição com a ordem vigente, como importante setor de criação e oxigenação da sociedade. Portanto, mais do que demandas é necessário garantir espaços onde as próprias juventudes possam e sejam incentivadas a discutir suas políticas e, mais ainda, o todo da sociedade. Para tanto, há necessidade de construção de canais de diálogo com o poder público que sejam transversais e dotados de poder concreto.

Assim, nesse quadro de contraste pelas diferenças, são definidas políticas públicas “de, para e com” a juventude, numa espiral de construção do conhecimento pelos agentes do processo. Esses que, percebendo-se como pessoas de direitos e deveres, ao mesmo tempo em que exercem suas liberdades individuais inseridos num coletivo (dando base aos atos conjuntos), são executores de sua cidadania plena.

Visamos à construção de um mundo melhor, com mais respeito, solidariedade e justiça. Para tanto, avançar no entendimento de que essa transformação só é possível com a mobilização e a contribuição crítica e criativa da juventude com o devido respeito aos seus direitos.



Educação



Debate

## Temas e dilemas da educação em direitos humanos

*Sinara Porto Fajardo*

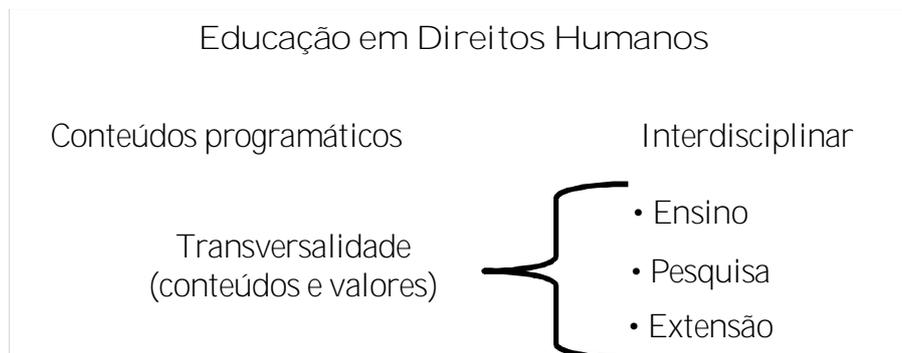
*Relatório Azul 2005 - 137*

# Temas e dilemas da educação em direitos humanos

*Sinara Porto Fajardo\**

Os direitos humanos são o fundamento da organização do Estado de Direito e, conseqüentemente, da organização social e política da sociedade ocidental atual.

Quando falamos sobre educação em direitos humanos, tratamos de abordar duas dimensões essenciais. De um lado, um conjunto de conteúdos programáticos de caráter interdisciplinar, que podem ser trabalhados tanto em forma de disciplinas dentro dos currículos, como em forma de oficinas e outras dinâmicas pontuais articuladas a diferentes cursos. De outro, um conjunto de valores e princípios transversais a toda proposta educativa, que incide direta ou indiretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

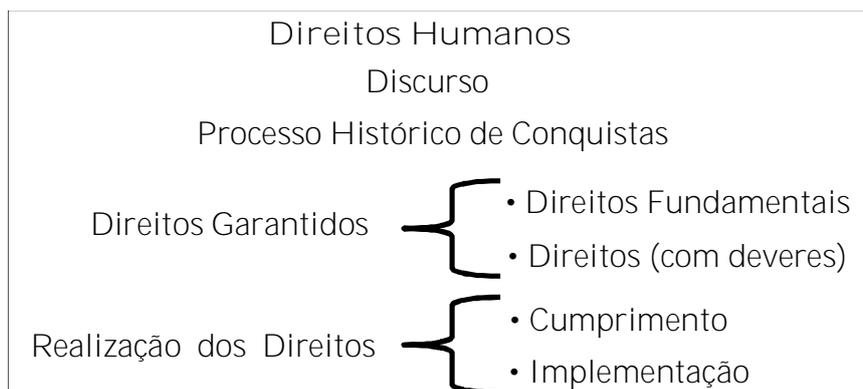


Assim, educar em direitos humanos é, ao mesmo tempo, proporcionar situações de aprendizado sobre temas específicos e

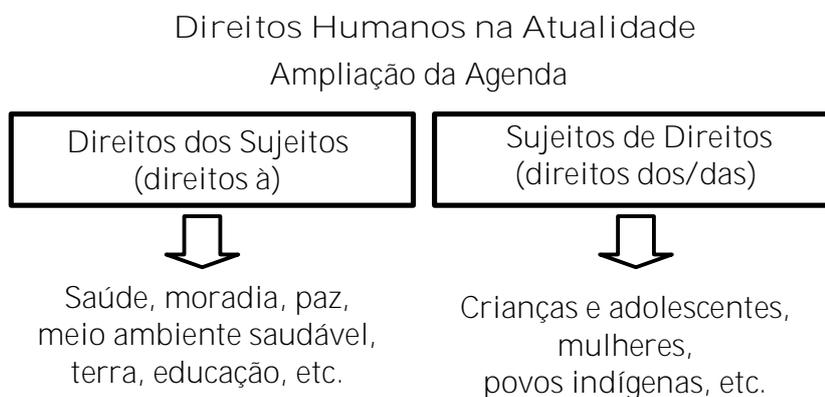
—  
\* *Sinara Porto Fajardo, doutora em Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais pela Universidad de Zaragoza, Espanha; assessora da Escola do Legislativo deputado Romildo Bolzan, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul; professora titular da cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura, do Centro Universitário Metodista (IPA).*



oportunizar vivências, debates, reflexões sobre valores próprios do paradigma de convivência democrática e pacífica.



Podemos considerar os direitos humanos como um discurso que expressa todo um conjunto de conquistas arduamente construídas ao longo da história, num processo dialético de resistências, lutas, garantias, implementação, proteção, ampliação de agendas e de sujeitos de direitos.



Cada vez mais direitos vêm sendo definidos e dotados de estatutos jurídicos, fruto de conquistas de distintos grupos que se afirmam, por sua vez, como sujeitos de direitos específicos. Assim,

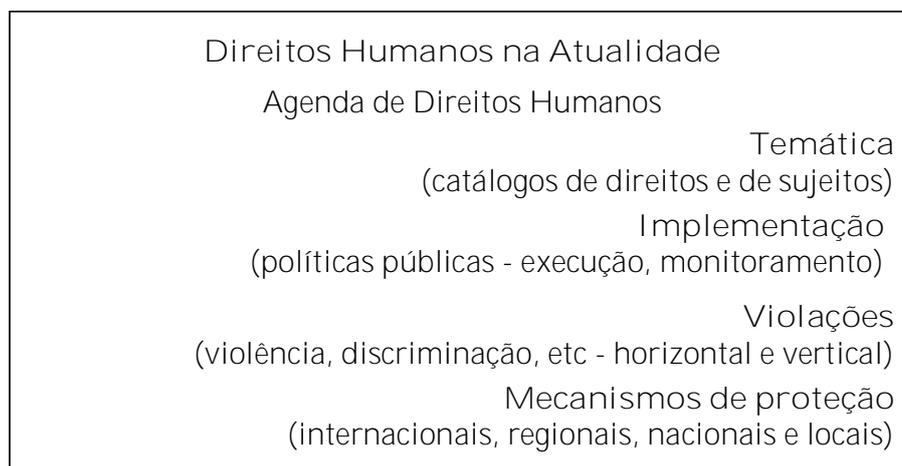
forma-se e atualiza-se constantemente um conjunto único e indivisível de direitos humanos.

Nesse panorama, podemos compreender os principais temas e dilemas dos direitos humanos na atualidade.

Uma agenda temática inclui os catálogos de direitos e de sujeitos, acolhendo uma série de debates sobre a ampliação e os limites dos direitos diante da lógica competitiva, individualista e meritocrática dominante.

As possibilidades e limites de cumprimento e de implementação dos direitos garantidos juridicamente é outro dilema que compõe o quadro de debates atuais sobre direitos humanos. Nele se discutem as políticas públicas, os financiamentos, as prioridades, as diferentes interpretações sobre a aplicabilidade ou não da constituição, as ações de implementação e o monitoramento das ações do Estado.

Um terceiro dilema é a questão das violações de direitos humanos. O grande desafio é criar e manter um sistema único, viável e confiável de proteção e reparação, que dê conta com agilidade e eficácia da dura realidade de violações de todos os direitos, mas especialmente dos econômicos, sociais e culturais da grande maioria do povo empobrecido.



O protagonismo dos direitos humanos no plano dos discursos



jurídico/políticos e das práticas sociais exige dos educadores um esforço de elaboração teórica e metodológica que dê conta da complexidade do tema, que acolhe saberes e tecnologias de diversas disciplinas em torno de projetos de intervenção e de investigação social.

### IPA: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM DH

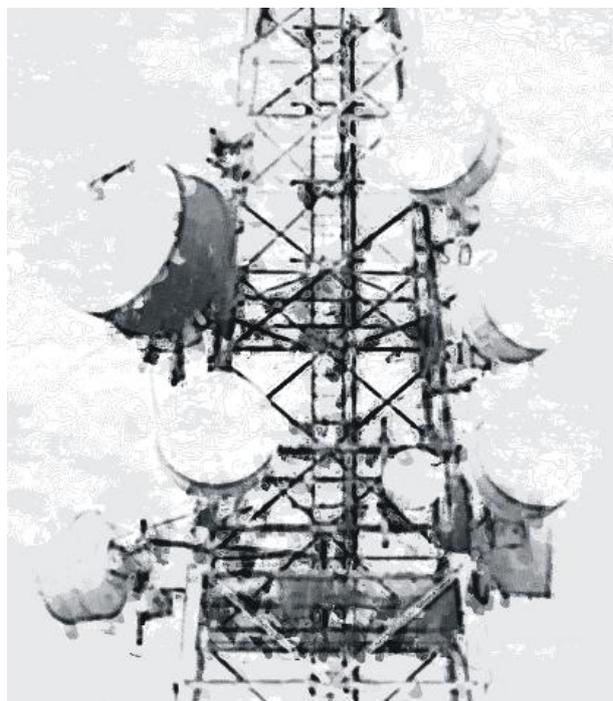
O ensino superior, no Brasil, ainda carece de conteúdos de educação em direitos humanos, tanto em ensino, como em pesquisa e em extensão, nas dimensões curriculares e transversais, formando profissionais carentes de instrumentos teóricos e metodológicos para a intervenção e a investigação nessa área.

O Centro Universitário Metodista IPA vem priorizando os direitos humanos em todas as atividades acadêmicas, através da criação, em abril de 2005, da Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura, como um espaço irradiador de ensino, pesquisa e extensão transversal a toda a estrutura institucional e com alcance na comunidade, visando a contribuir com a qualificação de profissionais para a intervenção cientificamente fundamentada e comprometida com os valores democráticos de convivência apoiados nos direitos humanos e, também, para a investigação científica a partir das identidades de cada disciplina, no conjunto complexo que forma a realidade social.

A Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura está contribuindo, assim, para a construção de um processo educativo que possa irradiar valores e disseminar saberes comprometidos com as lutas populares pela transformação da sociedade.



Comunicação



Debate

Monopólio da  
comunicação, radiodifusão  
comunitária  
e inclusão digital

*Claudio Sommacal*

*Relatório Azul 2005 - 143*

---

# Monopólio da comunicação, radiodifusão comunitária e inclusão digital

*Cláudio Sommacal\**

O artigo V da Constituição federal anuncia: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”. No mesmo artigo, em seu inciso IX, é dito: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença”. E no capítulo da Comunicação Social, no artigo 220, parágrafo 1º é dito: “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”.

Qualquer cidadão letrado que se ativer ao restrito espírito da lei, observará que, no Brasil, há um mar que separa a adequação da lei com a prática. Ou seja, o aparato do quarto poder, excessivamente monopolizado, não garante que o cidadão brasileiro e suas organizações possam partilhar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O direito humano à comunicação livre não existe e está condicionado ao poder dos veículos entregues a grupos econômicos que utilizam os meios como fonte de lucro e de dominação.

## O PODER CONCENTRADO

Existem, no Brasil, nove famílias que detêm os oligopólios da mídia, controlando 85% da informação que circula e que atinge 180 milhões de brasileiros. Embora a legislação estabeleça limite de propriedade para cada entidade, as empresas se utilizam dos recursos de rede para determinar o monopólio e impor condutas para todas as

-----

*\* Cláudio Sommacal, jornalista, publicitário, especialista em Comunicação Social e assessor técnico da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL/RS.*

afiliadas. Apenas uma família, no caso, a família Marinho, das Organizações Globo, controla<sup>1</sup> 204 veículos afiliados, sendo 89 TVs VHF, 8 TVs UHF, 53 rádios FM, 34 rádios AM e 20 jornais, além de possuir editora de revistas e livros, gravadora de música e provedor de Internet.

É possível dizer que a pluralidade dos meios oferecidos pelas empresas de comunicação é comprometida, em primeiro lugar, pela presença evidente de interesses econômicos, em geral em estreita afinidade ideológica com o poder político dominante. Longe de ser apenas veículo de informação, a mídia constitui um negócio controlado por grupos que possuem metas econômicas bem estipuladas e interesses empresariais bem definidos.

Com a união entre informática, tecnologia de telecomunicações e mídia, aliada à liberalização dos mercados, a informação se transformou em um dos maiores negócios do mundo. No artigo “Os senhores das redes”, o diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet<sup>2</sup>, afirma que “a comunicação tornou-se uma indústria pesada, comparável à indústria siderúrgica da segunda metade do século XIX, ou à do automóvel na década de 20. Hoje, é nesse setor que são feitos os investimentos mais importantes”.

Cada vez mais a concentração da mídia nas mãos de pequeno número de megacorporações se revela uma tendência mundial. Nos Estados Unidos, em 1981, por exemplo, 46 corporações controlavam quase todos os negócios de jornais, revistas, livros, televisão e cinema naquele país. Em 1989, esse número havia caído para 14. Hoje, as empresas de comunicação estão se fundindo com as de informática e telecomunicações para formar grandes conglomerados que, segundo Ramonet, estão se tornando “os novos donos do mundo”. No Brasil, poucos grupos controlam quase todos os meios de comunicação de massa no País, sendo as Organizações Globo o maior deles.

.....  
<sup>1</sup> Caros Amigos. Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação. São Paulo, novembro 2005, encarte, p. 25.

<sup>2</sup> RAMONET, Ignácio. Os senhores das redes. *Le Monde Diplomatique*, ed. Brasileira, maio, 2002, p. 18.

Aos grupos enredados (geradores de programação nacional) – Globo, Record, SBT e Bandeirantes – somam-se, como grandes “donos da mídia” do País, alguns outros poucos grupos, como a Editora Abril, que domina 69,3% do mercado de revistas e 14% do mercado de TV por assinatura, o grupo O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo, com forte presença no mercado de jornais, representando, apenas estes dois, cerca de 10% da tiragem de todos os jornais diários do País.

É este o “primeiro time” que detém a mais forte influência cultural e política no País. A ele se somam, outros “donos da mídia” composto por alguns grupos regionais com presença econômica ou política expressiva como o Jornal do Brasil e Gazeta Mercantil, além da RBS, no RS e Jaime Câmara, de Goiás.

Observadas as diferenças de poderio econômico e de influência política e cultural de cada um dos “times” aqui descritos e dos seus empreendimentos, todos estes grandes, médios e pequenos “donos da mídia”.

De um modo geral, estes grupos tendem a determinar, através de sua programação, quais os conceitos políticos e econômicos que devem ser praticados pelas populações. Impõem à sociedade e aos indivíduos o poder tratando o cidadão como mero cliente.

Além do caráter monopolista da comunicação de massa no Brasil, o sistema de concessões públicas de emissoras de radiodifusão (rádio e televisão) tem servido como instrumento de poder e troca de favores, propiciando o uso clientelista por parte do poder público. Pesquisa realizada por Israel Bayma, a partir de dados da Agência Nacional de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações e do Tribunal Superior Eleitoral, mostrou que 73,75% das emissoras de radiodifusão brasileiras estão nas mãos de políticos dos partidos aliados do governo Fernando Henrique Cardoso, com o PFL (37,5%) encabeçando a lista. Segundo Bayma, o sobrenome Sarney, por exemplo, aparece como sócio em 56 emissoras de rádio e TV .

-----

<sup>3</sup> Observatório da Imprensa. In “Base governista domina concessões de radiodifusão”, Rio de Janeiro, Edição 01/2002, p. 28.

Um levantamento<sup>3</sup> feito, em 2002, por Luiz Antonio Magalhães, assessor técnico na Câmara dos Deputados, sobre propriedade das concessões da radiodifusão revelou que os políticos são os que mais detêm o poder nos veículos de comunicação. Uma pesquisa realizada com 3.315 concessões de emissoras de radiodifusão brasileiras revelou que 37,5% do total (ou seja, 1.220 canais) são explorados por políticos do PFL. Membros do PMDB aparecem em segundo lugar: são sócios de 17,5% das emissoras, seguidos do PPB, com 12,5%, o PSDB e o PSB empatados e os demais políticos, incluindo o PT, detinham os 6,25% restantes dos canais. No Senado, o levantamento apontou que 29 dos 81 senadores eram sócios da radiodifusão.

No Brasil, como em praticamente todos os países do mundo, as concessões de rádio e TV são públicas, ou seja, são uma autorização do Estado que, em nome do povo brasileiro, diz quem pode e quem não pode explorar os serviços de radiodifusão por 10 ou 15 anos, com direito à renovação. Durante muito tempo as concessões foram dadas pelo governo brasileiro sem que houvesse qualquer tipo de controle. A partir de 1988, as concessões passaram a ter o aval do Congresso, mas este controle ainda não legitimou o processo de outorga, já que a comunidade onde a emissora opera dificilmente opina no processo de renovação das concessões.

## RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

A primeira regulamentação sobre a radiodifusão comunitária surgiu em 1995, através da lei número 8.977, que disciplina a atividade de radiodifusão no país. Na referida lei, ficou estabelecido que toda operadora de rádio deve disponibilizar um canal para transmissão de sons e imagens de caráter comunitário. Em muitas operadoras esse canal apenas está disponibilizado e as organizações comunitárias não se habilitaram a alimentá-lo.

Até mesmo os canais de televisão comunitária, que deveriam ser ocupados estritamente para a produção de programas de caráter comunitário, passaram a ser explorados por empresas que utilizam o canal como se comercial fosse. Na verdade, os detentores destes meios se aproveitam da falta ou imprecisa legislação e do corpo-mole dos órgãos de fiscalização para sustentar o caráter "comunitário" ao meio que opera comercialmente.

No caso das rádios comunitárias, observa-se que o Brasil, é

diferente de outros países da América Latina, onde a atividade cumpre papel estratégico na formação da opinião pública. A lei assegura que cada município tem direito a uma emissora comunitária, mas uma infinidade de requisitos técnicos e burocráticos faz com que as comunidades fiquem sem o canal. Basta ver os 8 mil processos que estão emperrados no Ministério das Comunicações, aguardando autorização. Para complicar, os poucos processos liberados pelo Ministério precisam ser aprovados pela Comissão de Educação do Senado e da Câmara, tornando as concessões ainda mais demoradas. São pedidos fundamentados por comunidades que desejariam ter sua emissora operando, mas que, pela morosidade do governo, ficam sujeitas à repressão da Anatel, outro órgão federal.

Com um alcance limitado a 1 km de raio e a uma potência de 25 watts para os transmissores, a rádio comunitária cumpre o papel de integrar as pessoas das pequenas comunidades ou vilas, permitindo ampliar e democratizar a comunicação. Este direito, entretanto, encontra com uma ferrenha oposição das organizações das rádios comerciais que encontram guarida nas ações da Polícia Federal e da Anatel para reprimir quem deseja operar nesse tipo de atividade.

Por ocasião do V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, as entidades representativas das rádios comunitárias emitiram um documento com considerações sobre estes meios e sobre a morosidade pública em autorizar o funcionamento. parte dele diz:

*“Manifestamo-nos veementemente contrários à repressão violenta e ao abuso de autoridade praticado pela Polícia Federal contra aqueles que fazem rádios comunitárias, com a utilização de armamento pesado, algemando, prendendo e restringendo crianças e adultos. (...) Diante do exposto, exigimos o imediato reconhecimento do direito à liberdade de expressão da sociedade brasileira, com a adoção de medidas, de acordo com a atribuição de cada órgão, que, entre outras, incluem: o fim da repressão às rádios comunitárias; anistia ampla e irrestrita às pessoas processadas por crime federal; devolução dos equipamentos apreendidos; criação de Fundo Público de recursos para a radiodifusão comunitária, como reconhecimento da importância dessas emissoras sem-fins lucrativos para a democracia na comunicação e na sociedade”.*

## INCLUSÃO DIGITAL

O programa de inclusão digital é um desafio ainda não alcan-

çado pelas comunidades de baixa renda no País. O direito à informação eletrônica, com acesso gratuito por parte da população pobre ainda é sonho distante. Não fosse a iniciativa de algumas instituições como prefeituras, legislativos, bibliotecas, escolas e universidades públicas, muitos jovens continuariam privados do acesso à informação possibilitada pela Internet. Hoje em dia, ter acesso a Internet significa acesso a um vasto banco de informações e serviços. Este imenso repositório de conteúdo e serviços merece e deve ser utilizado por toda população brasileira. Segundo o IBGE, 12,2% dos domicílios brasileiros tinham um computador com acesso à Internet em 2004. Este percentual correspondia a um total de 6,3 milhões de domicílios ou 21,6 milhões de pessoas.

O governo federal lançou, em 2002, um programa que visa a fixar pontos de rede para acesso público em zonas periféricas, onde, em geral, as pessoas não têm acesso aos meios informativos. A um custo estimado de R\$ 3,2 milhões mensais, o programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GSAC) não está atingindo a meta. O próprio ministro das Comunicações, Hélio Costa, declarou, que o programa tem problemas de gestão. Em todo o País, hoje, existem apenas 3.200 pontos públicos de acesso à Internet. Segundo Costa, 30% desses pontos não funcionam, outros 450 não são usados, 350 estão com o Exército e o restante é administrado pelo Ministério da Educação. Além disso, segundo o ministro, muitos pontos estão instalados em áreas que não são remotas ou carentes.

Três pilares formam um tripé fundamental para que a inclusão digital aconteça: tecnologias, renda e educação. Atualmente apenas 12% das residências brasileiras têm computador em casa e apenas 8% tem acesso à Internet. Para o acesso digital, é necessário que as pessoas tenham telefone ou ligação por cabo, mas aqui também há o limite técnico para que os indivíduos se pluguem na rede. É necessário tornar a aquisição de computadores mais barata, além da disponibilização de softwares mais baratos. O software livre, embora tenha restrições operacionais, tem de ser a opção preferencial para acelerar o acesso digital à população.

A exclusão socioeconômica desencadeia a exclusão digital, e a exclusão digital aprofunda a exclusão socioeconômica. Nos tempos atuais, quem não sabe dominar um teclado está cada vez mais distante do mercado de trabalho. Até para serviços simples como ser um vendedor de balcão, necessita-se domínio da informática. A situação

econômica, gerada por uma crescente concentração de recursos nas mãos de poucos, está excluindo as oportunidades a milhares de cidadãos. Neste sentido, é função social dos governos (nas esferas federal, estadual e municipal), empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs), escolas e universidades implementar programas de acesso à inclusão digital. Os governos têm de negociar parcerias com as empresas a fim de oferecer tarifas reduzidas para uso dos sistemas de telecomunicações, bem como incentivar as doações de computadores e equipamentos de infra-estrutura que derem lugar a outros mais atualizados.

Outro pilar importante na inclusão digital é o da formação. Indivíduos com baixa escolaridade, têm dificuldade de beneficiar-se dos recursos informatizados. Nesse sentido, é prioritário que os maiores investimentos sejam feitos nas escolas, justamente na base da formação integrada aos conteúdos curriculares como parte do projeto pedagógico e grade curricular dos ensinos fundamental e médio. Não se pode conceber, hoje, escolas públicas e privadas sem salas de informática. Além disso, é preciso disponibilizar a formação de professores e de técnicos capazes de qualificar o ensino a crianças e jovens.



Debate

## Conflito: os direitos humanos e a disputa política

*Marcon Rolim\**

*Relatório Azul 2005 - 151*

---

# Conflito: os direitos humanos e a disputa política

*Marcon Rolim\**

Há dois problemas estruturais na relação entre a luta pelos Direitos Humanos e a política. O primeiro, é que a disposição sincera de assumir radicalmente o humanismo implica, de forma incontornável, tratar os temas que concernem aos Direitos Humanos como uma plataforma de princípios morais. Uma plataforma que, por decorrência, antecede e ultrapassa as posições políticas particulares. Tratar “politicamente” a luta pelos Direitos Humanos – no sentido de colocá-la a serviço de uma estratégia política - equivaleria a corromper a pretensão universalista presente na própria idéia de existência de direitos incondicionados e não dependentes das circunstâncias de lugar e tempo.

Se somos lutadores pelos Direitos Humanos, podemos e devemos nos comprometer com muitas outras lutas ou desenvolver firme militância político-partidária, com a condição de não confundir as coisas. Como sujeito político, me obrigo a considerar a correlação de forças de cada conjuntura e devo, segundo o próprio compromisso democrático, desejar o acordo fruto de concessões recíprocas. Mas se estou diante da prática da tortura, ou da violação da liberdade de expressão, ou do racismo – para citar apenas algumas situações evidentes de violação dos Direitos Humanos – não há acordos a fazer, nem correlações de força a considerar. Sabemos, exatamente, o que nos cabe exigir e não há “mínimo”, nem “máximo” a se buscar. Simples-

-----

*\* Marcos Rolim, consultor em Segurança Pública e Direitos Humanos juntos a órgãos públicos e ONGs e consultor ad hoc da Unesco e do BID, assessor da 6ª Câmara Criminal do TJ/RS. Presidiu a CCDH entre 1993 e 1998, tendo concebido o projeto do Relatório Azul e sendo o responsável por suas 4 primeiras edições. Foi pesquisador da Universidade de Oxford (UK) e primeiro prêmio em Direitos Humanos concedido no Brasil pela Unesco.*

mente, não aceitaremos a tortura, a censura ou o racismo. Não importa, em casos do tipo, quem praticou a violação ou quem foi por ela vitimado. Importa, apenas, salvaguardar um princípio moral que nos diz: - "torturar alguém, impedir que alguém expresse livremente sua opinião ou discriminar alguém por sua etnia são situações inaceitáveis."

Um parêntese: há muito sustento que as posições políticas situadas à esquerda perderam qualquer referência em princípios morais e que se acostumaram a submeter todas as exigências – inclusive aquelas emanadas dos Direitos Humanos – a um cálculo de oportunidade. Por esta postura, estes segmentos estão sempre ameaçados pela dissolução em meio às práticas tradicionais da política – marcadas, precisamente, pela submissão de todos os valores ao cálculo de benefícios particulares. Penso que os fatos recentes que marcam a crise política nacional em curso apenas oferecem uma dolorosa demonstração desta possibilidade "pantanososa".

O segundo problema referente à relação entre a luta pelos Direitos Humanos e a política é derivado do primeiro: ocorre que exigências de princípio devem ser mantidas ainda quando delas decorram significativos e esperados desgastes políticos. A militância em favor dos Direitos Humanos, portanto, ao lidar com temas que agregam enormes preconceitos em uma sociedade como a brasileira, não se presta ao desenvolvimento da demagogia ou do populismo. Quem trabalha com Direitos Humanos deve estar disposto a sustentar publicamente opiniões que não são, a princípio, valorizadas socialmente. Mais: deve estar disposto a sustentar publicamente opiniões rechaçadas pela maioria das pessoas. Tal exigência dificilmente é incorporada por parlamentares – independentemente de suas filiações políticas. Em regra, a grande maioria dos detentores de mandato saberá encontrar maneiras de se desviar desta exigência moral em favor de sua própria sobrevivência político-eleitoral. Não por acaso, os parlamentares que se dedicam integralmente à luta pelos Direitos Humanos no Brasil são tão poucos.





## Parte II

# A violação de direitos humanos

Casos acompanhados pela CCDH no período de  
outubro de 2003 a novembro de 2005

*Relatório Azul 2005 - 155*



Criança e adolescente



Casos

Criança e  
adolescente

*Relatório Azul 2005 - 157*

## Menina de acampamento morre atropelada por veículo da Susepe

A menina Simone Duranti de Moraes foi atropelada por um veículo da Susepe no quilômetro 204 da BR 158, em Cruz Alta. O atropelamento foi motivado pela alta velocidade do veículo oficial que, tentando ultrapassar outro veículo, atingiu a vítima e seguiu desgovernado para a vala da estrada. Ao sair da viatura, funcionários da Susepe empunharam armas e omitiram o socorro à vítima, tendo, inclusive, afirmado "que teriam atropelado um cachorro". Mesmo levada ao Hospital de Cruz Alta, a menina já deu entrada morta. Para surpresa dos familiares, depois de deixar o Departamento Médico Legal, o corpo da menina foi entregue para enterro tendo sido retalhada, e supeita-se que foram retirados órgãos sem o consentimento da família.

A CCDH encaminhou ofício ao secretário da Justiça e da Segurança, José Otávio Germano, que não retornou informando sobre providências.

## CCDH debate abuso e exploração sexual de crianças em Soledade

A assessora especial para o Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Elisabeth Leitão, participou de audiência pública promovida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em 15 de outubro 2004, em Soledade. A audiência visou a apurar as denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no município. A Polícia investiga, na cidade, um suposto esquema de aliciamento de adolescentes para prostituição envolvendo empresários.

Uma adolescente, que denunciou a rede de exploração sexual de menores foi ameaçada de morte e orientada pela CCDH a ingressar no Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas, (Protege). Atualmente com 16 anos, ela revelou que era explorada desde os 12 anos.

A CCDH pediu o auxílio da Polícia Federal para investigar a suposta rede. O deputado Estilac Xavier denunciou o fato na tribuna da Assembléia justificando que o tornava público "para preser-

var a vida da adolescente, do vereador Alisson Giovannoni, que recebeu as denúncias e das dezenas de outras crianças e adolescentes que podem estar ameaçadas por esta rede de exploração sexual”.

O deputado Dionilso Marcon pediu agilidade do Ministério Público para apurar as denúncias e da Justiça para punir os responsáveis. “O primeiro passo para acabar com a exploração de crianças é denunciar”, defendeu. Elisabeth Leitão anunciou que o governo federal colocou à disposição um serviço de disque denúncia (61. 429-3560) que preserve a identidade dos denunciantes. Segundo ela, entre 15 de maio e 15 de outubro de 2003, o serviço havia registrado 441 denúncias de violação sexual no Rio Grande do Sul, sendo que 40 casos envolvendo exploração comercial.

Em 12 de abril de 2004, foi criada, pelo governo federal, uma Comissão Especial para acompanhar as investigações dos assassinatos de crianças e adolescentes ocorridos no Estado. A Comissão, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, foi criada pela Resolução 04/2004, com o objetivo de acompanhar as investigações em Passo Fundo, Soledade, Lagoa Vermelha e Sananduva, onde 14 meninos foram mortos. A Comissão chegou ao Rio Grande do Sul no dia 12 de abril e permaneceu até o dia 14 de abril de 2004, e visitou a Secretaria da Justiça e da Segurança, o Procurador-Geral da República e a equipe de investigação dos homicídios de Passo Fundo.

## CCDH edita cartilha sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

A publicação de uma edição do Estatuto da Criança e do Adolescente foi possibilitada com a contribuição da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Aos 13 anos de vigência da lei, o lançamento ocorreu no estande da Assembléia Legislativa na Feira do Livro de Porto Alegre, no mês de novembro 2004.

Com uma tiragem de cinco mil unidades, os exemplares foram distribuídos gratuitamente via CCDH. O Estatuto é o principal instrumento para a garantia e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, que, segundo a Constituição, são os únicos sujeitos de direitos detentores de direitos absolutos.

## “Caso Adriano”, assassino confesso e suas doze vítimas

O mais cruel *serial killer* que percorreu o RS, que escolhia suas vítimas entre meninos está, hoje, na cadeia. Antes de ser fisgado pela Polícia Civil, percorreu três estados do Sul, passou por repartições policiais e só foi preso em Soledade depois de ter cometido mais atrocidades.

O presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier, considerou que a principal falha da Polícia foi deter A.S., 25 anos, em quatro oportunidades, sem identificá-lo como foragido da Justiça do Paraná, e sempre tê-lo liberado. Segundo o próprio chefe de Polícia, João Antônio Leote, A.S. já era um “forte suspeito” desde a morte do menino índio Júnior Reis Loureiro, em setembro 2003. Já o diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais, João Paulo Martins, revelou que desde 25 de julho a Polícia já tinha o retrato falado do suspeito. “A polícia e a segurança pública devem explicações à sociedade”, disse Estilac, em 2 de dezembro de 2003. Seu colega, deputado Dionilso Marcon, lembra que se isso tivesse ocorrido durante o Governo de Olívio Dutra, “a oposição teria feito uma CPI e tentado derrubar a cúpula da segurança”. A sucessão de erros da Polícia gaúcha custou a vida de pelo menos doze crianças.

A confirmação de que o DNA do material encontrado nas roupas íntimas do garoto V.S.S. é de A.S. reacende o caso da prisão de sete adolescentes em Passo Fundo, considerados pela Polícia como responsáveis pelos crimes. Os rapazes, que ficaram detidos por mais de 60 dias (o ECA prevê detenção máxima de 45 dias), alegaram que foram torturados para confessar o assassinato de V.S.S.

Acusado de assassinar crianças no Rio Grande do Sul, A.S., ficará preso na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas. Os detentos, neste presídio, ficam em celas individuais. A penitenciária, com capacidade para 288 presos, abrigava 285 antes da transferência de A.S., segundo a Superintendência dos Serviços Penitenciários. A Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado afirma que a transferência foi necessária para garantir a integridade física do acusado, detido, inicialmente, em Lagoa Vermelha. A.S. foi preso dia 6 de dezembro 2003 e confessou a morte de 12 crianças, segundo a Polícia Civil. A participação do acusado nos assassinatos ainda é investigada. As vítimas, com idades entre 8 e 14 anos, foram mortas nas cidades de Sananduva, Passo Fundo e Soledade. Os crimes teriam sido cometi-

dos a partir de agosto de 2002, conforme registros policiais.

A CCDH acompanhou as reconstituições dos crimes em Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Sananduva e Soledade. O desfecho dos 12 assassinatos e a responsabilização pelos erros nas investigações são respostas aguardadas não somente pela sociedade gaúcha como por todo Brasil. A.S., réu confesso, foi julgado por três mortes e condenado. Ele está preso preventivamente e responde por outros sete crimes (por motivo torpe, ter matado por asfixia e por dissimulação). A pena para cada um dos crimes varia de 12 anos a 30 anos de prisão.

Ações da CCDH no caso:

Em 5 de junho de 2004, audiência Pública em Passo Fundo da Jornada Estadual contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Em 18 de julho, os deputados Estilac Xavier, Fabiano Pereira e Dionilso Marcon se reúnem com delegados e familiares das vítimas em Passo Fundo e Soledade.

Em 24 de setembro, audiência Pública em Passo Fundo e, em Brasília, Estilac pede intervenção federal ao entregar dossiê sobre o caso ao ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Humana, que criou urna comissão para analisar e propor medidas.

Em 26 de setembro, Estilac e Fabiano participam da reunião do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria da Justiça e da Segurança.

Em 1.5 de outubro, audiência Pública da CCDH em Soledade.

Em 8 de janeiro de 2005, a CCDH solicita ao MP a designação de um promotor especial para acompanhar as investigações e à presidência da AL a realização de audiência pública extraordinária para debater os desdobramentos dos casos a partir da prisão de A.S.

Dia 13 de janeiro, acontece audiência e as autoridades ligadas à SJS convidadas, não comparecem. Entre os encaminhamentos da reunião estão a solicitação de abertura de inquérito especial junto ao Ministério Público sobre denúncia de tortura dos sete adolescentes presos em Passo Fundo; levantamento das instalações e equipamentos das delegacias da criança e do adolescente; solicitação ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, à SEDH e à Secretaria Nacional de Segurança Pública para que tomem medidas imediatas para garantir o bom funcionamento do sistema de informação das polícias; pedido de informações ao governo do Estado sobre as políticas sociais implementadas nas cidades onde ocorreram os crimes.

Em 20 de janeiro, em reunião da Comissão Representativa da AL, Fabiano Pereira entrega relatório sobre o acompanhamento das reconstituições dos 12 Crimes.

## CCDH condena publicidade de menina que fez cirurgia na capital

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos abordou, no dia 26 de novembro de 2003, em audiência pública, o caso da menina S.S., de 10 anos, catarinense, que teve parte da calota craniana perdida pelo Hospital Cristo Redentor, na capital. O fragmento ósseo foi retirado durante uma cirurgia no dia 4 de outubro para ser recolocado dias depois, após a diminuição na pressão do cérebro. No dia 30 de outubro de 2003, o hospital admitiu que a calota havia sido perdida.

A sindicância do GHC concluiu que, sob o ponto de vista técnico, não houve prejuízo para a saúde da paciente. Conforme levantamento do Hospital Cristo Redentor, de 17 cirurgias realizadas em 2003, 12 foram com próteses. A sindicância apurou, ainda, que o próprio médico que faria a operação não reutilizaria o fragmento ósseo e que a responsável pelo extravio teria sido uma funcionária, que, em seu depoimento, negou a acusação. Sobre a suspeita de cobrança para o atendimento, há indícios que podem confirmar a sua ocorrência, conforme a sindicância.

O presidente da CCDH lamentou a exposição da menina na imprensa, "contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente", disse. O parlamentar defendeu que a família tem direitos a serem resgatados e que o hospital devia prestar todos os esclarecimentos necessários além de punir exemplarmente os responsáveis. A CCDH encaminhou o caso para o Ministério Público Estadual.

## CCDH estimula centro que acolhe vítimas de violência

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos teve atuação destacada na abertura de espaços para o atendimento às vítimas de violência. Através da CCDH foram garantidas negociações que viabilizaram, no Rio Grande do Sul, a construção de dois centros de atendimento às vítimas de violência: um em Porto Alegre e outro para Santa Maria. No início de dezembro de 2003, o Ministério da Justiça

aprovou dois projetos para implantação das unidades. “A construção destes dois centros coloca o RS em um novo estágio de defesa dos direitos humanos”, salientou, na época, o presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier.

A principal atribuição do Centro é dar atendimento jurídico, psicológico e social às vítimas de crimes violentos e seus familiares. A instituição também constituirá um banco de dados de vitimologia referente ao Estado e poderá formular políticas públicas de prevenção à violência. “Estes mecanismos irão se integrar à rede nacional existente e darão o pontapé inicial para a construção de uma rede estadual de direitos humanos”, destacou o presidente.

Os centros refletem a tendência contemporânea de atenção pública aos diversos personagens envolvidos no fenômeno da violência, auxiliando na reestruturação desses núcleos familiares e estimulando ações coletivas de cidadania ativa para reversão desse cenário.

Outra iniciativa da CCDH, na defesa das vítimas, foi a solicitação para que o Executivo regulamente a totalidade da lei estadual que determina a proteção a testemunhas e vítimas de crimes violentos. O Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (Protege), instituído em 2000, ainda exclui as vítimas desta regulamentação. A CCDH participa do Grupo de Trabalho que aponta formalmente as reais necessidades para que seja assegurada à vítima de violência a segurança de sua integridade conforme determina a legislação estadual.

## Morte de adolescente infrator em Caxias do Sul mobiliza CCDH

A morte de um interno de 17 anos no Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Caxias do Sul, ocorrida na véspera da Páscoa de 2004, mobilizou a CCDH na busca da responsabilização do Estado. Após reiterados pedidos de informações e convites para participar de audiências públicas, o governo não se manifestou. Apenas em novembro, o secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Edir Oliveira, compareceu à audiência, que debateu denúncias de irregularidades na CASE e na Fundação de Proteção Especial.

A CCDH, através de seu presidente, estranhou quando o secretário informou que partiu dele a ordem para que não fossem divulgadas informações sobre as denúncias, sobretudo no caso do morte no CASE.

“Os nossos questionamentos foram feitos desde abril através de audiências e ofícios à direção das fundações, ao secretário, ao governador e, ainda, através da presidência da AL. Portanto, agora não há justificativas para sonegar informações ao Poder Legislativo”, afirmou Estilac Xavier. A CCDH desconhece o resultado das sindicâncias abertas sobre o caso.

## Esquartejamento de menina leva CCDH a Alegrete

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Fabiano Pereira, reuniu-se dia 29 de abril de 2004 com familiares, representantes da escola, policiais, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e Movimento Nacional de Direitos Humanos, visando a apurar as circunstâncias que levaram a morte por esquartejamento de uma menina de 7 anos no dia 24 de abril de 2004. O corpo da criança foi encontrado no rio Ibirapuitã, sem os membros inferiores, os antebraços, as mãos e alguns dos órgãos, entre eles, o coração.

O caso foi classificado como “uma brutalidade chocante, inimaginável. É preciso uma ação rápida e enérgica da Secretaria de Justiça e Segurança, para que o crime seja esclarecido e os responsáveis sejam detidos o mais rápido possível”, afirmava o presidente da CCDH.

## Espancamento de estudantes em frente ao Palácio Piratini

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputado Fabiano Pereira, pediu explicações do governo do Estado sobre o espancamento de estudantes em frente ao Palácio Piratini, na tarde de 12 de maio de 2004. O incidente aconteceu durante a visita da embaixadora norte americana, Donna Hrinak ao governador do Estado. Ela veio a Porto Alegre participar do lançamento da embaixada virtual dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul.

Aproveitando a visita da embaixadora no Palácio Piratini, estudantes da União Nacional de Estudantes, da União Brasileira de Estudantes, da União da Juventude Socialista, da juventude petista e

integrantes do PSTU protestaram contra os Estados Unidos em frente à sede do governo estadual. O ato, porém, acabou em tumulto, em pancadarias e com estudantes agredidos. Três estudantes foram presos e dois deles foram medicados no Hospital de Pronto Socorro.

## CCDH avalia exploração sexual contra crianças e adolescentes

A violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil foram tema de reunião extraordinária da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos no dia 17 de maio de 2004. A atividade foi conjunta com o Hospital de Pronto Socorro e a CPMI do Congresso Nacional.

A relatora da CPMI, deputada federal Maria do Rosário, fez um relato dos trabalhos desenvolvidos pela comissão do Congresso e apresentou o pacto, que foi assinado pelo Presidente Lula, para o combate da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, além de traçar um panorama da violência no Rio Grande do Sul.

## CCDH promove ato público contra a redução da idade penal

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e demais entidades de proteção aos direitos da crianças e do adolescente promoveram, no dia 23 de agosto de 2004, um ato público contra a redução da idade penal. A atividade foi realizada no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

Na ocasião, foi apresentado o Relatório Final do Grupo de Trabalho da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa da Criança e do Adolescente, que relatou as Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que tramitam na Câmara Federal, pedindo mudanças no artigo 228, que fixa a maior idade penal em 18 anos.

Estavam presentes o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica), o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Comitê Gaúcho Contra a Redução da Idade Penal e a Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa da Criança e do Adolescente.

## Enforcamento de menina de três anos preocupa CCDH

Dia 27 de outubro de 2004, o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado estadual Fabiano Pereira, cobrou providências da Polícia na solução do triste episódio que culminou com a morte da menina A.R.V., de três anos, em Porto Alegre. A menina foi encontrada pelo pai, morta e enforcada com a própria blusa, em um matagal próximo ao bairro Hípica, na zona sul de Porto Alegre, três dias depois de ter sumido de casa. O corpo da pequena apresentava sinais de violência sexual. “Esperamos que sejam designados para este caso os melhores profissionais do Departamento Estadual de Investigações Criminais. É necessário descobrir o autor da monstruosidade”, disse o deputado.

Em outro comunicado, o vice-presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon responsabilizou a Brigada Militar por não atender ao pedido de busca feito pelos pais no dia do desaparecimento da menina. “A demora nas buscas da criança pode ter dado tempo para que o assassino consumasse o crime”, observou.

O parlamentar defendeu a apuração do caso e a punição dos responsáveis. “É absurdo que pessoas ligadas aos órgãos de segurança do Estado estejam insinuando que a culpa do ocorrido seja dos pais. Se a polícia tivesse agido com presteza e cumprido a lei, teria evitado a tragédia”, considerou o parlamentar.

No decorrer das investigações foram presos temporariamente dois suspeitos e encaminhados ao Presídio Central.

## Publicação sobre desaparecimentos de crianças é lançada na CCDH

A Organização Não Governamental Coletivo Feminino Plural, em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, promoveu, no dia 26 de agosto de 2004, o lançamento da publicação *“Meninas e Meninos Desaparecidos - o direito de ser encontrados”*. O evento realizado na sala Salzano Vieira da Cunha da AL permitiu a entrega de um kit de material às pessoas e entidades presentes.

A publicação foi resultado de um projeto desenvolvido em 2004, em parceria com o Cedica, o Deca, o Movimento pelo Fim da Violên-

cia e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre a Mulher e a UFRGS. O projeto objetivou sensibilizar agentes públicos e a sociedade para o cumprimento da Lei número 11.810/2002, que determinou a criação do Sistema de Busca Imediata de Desaparecidos menores de 16 anos de idade.

## CCDH lança 2ª Jornada Contra Exploração Sexual Infantil

Dia 5 de novembro 2004, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul lançou a segunda edição da Jornada Estadual Contra a Violência e a Exploração Sexual de Criança e Adolescentes, prevista para oito municípios gaúchos com o intuito de fortalecer a rede de atendimento à infância e à juventude.

O evento iniciou com uma exposição da representante do Comitê Nacional e Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha, e contou com a deputada federal Maria do Rosário que apresentou os resultados do Relatório da CPMI da Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

A Jornada inclui debates em Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo e Santo Ângelo.

No ano passado, a 1ª Jornada diagnosticou os problemas referentes ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. "Agora a idéia é justamente conhecer e articular todos os órgãos de proteção de crianças e adolescentes existentes em cada um desses municípios", disse o presidente da CCDH, deputado Fabiano Pereira, proponente das jornadas que, em 2003, debateu o tema em 12 municípios gaúchos.

A 2ª Jornada Estadual contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças foi coordenada pela CCDH e pela Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e contou com o apoio das Secretarias da Saúde e do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; do Movimento contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da Promotoria da Infância e da Juventude, do Serviço de Proteção à Criança da Ulbra e da Delegacia da Criança e do Adolescente.

## Familiares de jovens atropelados na capital procuram a CCDH

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa foi procurada no dia 18 de março de 2005 por familiares dos jovens Eder Roberto Silva da Costa, Gabriela da Costa Marinho e Edina Flaviana da Silva, atropelados e mortos no cruzamento da Avenida Sertório com Assis Brasil, zona Norte de Porto Alegre. As mortes foram causadas por que um veículo *Audi*, dirigido por A.S.R. que bateu, em alta velocidade, na traseira do Kadett em que se encontravam os jovens à espera da abertura do sinal.

Os familiares reclamaram da falta de atenção do motorista no socorro às vítimas e manifestaram temor de que a autoridade policial tenha sido relapsa na coleta de provas sobre o autor dos assassinatos. Os familiares manifestaram o temor da impunidade ao autor do triplo homicídio pois o causador das mortes é filho de pessoa influente na cidade. A CCDH solicitou à Secretaria da Justiça e da Segurança maior atenção à verificação do fato e ao inquérito.

## Gravidez de adolescente de Bagé tem acompanhamento da CCDH

O caso da adolescente J.S., de 14 anos, grávida, que teve o pedido de aborto solicitado pela família e consentido pela Justiça, motivou a atuação da CCDH. Informada do caso, a Comissão designou assessora que passou a acompanhar a família e a jovem na capital, onde a adolescente e sua mãe buscavam atendimento médico.

Entenda, antes, como foi o caso. Uma jovem gaúcha que acaba de completar 14 anos, revelou à família que estava grávida de dois meses. Ela é filha de fazendeira de Bagé e engravidou do capataz que é empregado e presta serviços na fazenda. A família da adolescente, entendendo que J.S. não deveria ter a criança, levantou o alibi de que ela teria sido estuprada. No dia 2 de abril de 2005, fez o pedido à Santa Casa de Misericórdia de Bagé para que realizasse o aborto. Os médicos do hospital, alegando questões éticas, recusaram o procedimento. Foi aí que entrou em cena o juiz da 2ª Vara Cível de Bagé, I.A.P.P., que acabou concedendo uma liminar permitindo que o aborto fosse realizado na adolescente. Mas, em 19 de abril, depois que o fato ganhou notoriedade na imprensa, oito mé-

dicos da Santa Casa de Misericórdia de Bagé recusaram-se a fazer o aborto.

Enquanto a família aguardava os desdobramentos judiciais, a promotora de Bagé, M.C.O. da 2ª Vara Cível, recorreu da sentença do juiz, após avaliar o processo e perceber que não havia provas de que a adolescente tivesse sido estuprada. Considerou que não houve violência. Argumentou que após várias relações sexuais consentidas, que só foram levadas ao conhecimento da família no momento em que a jovem teve a confirmação da gravidez, não atestavam enquadramento como estupro. Constatou a promotora que havia até cartas de amor da jovem ao capataz. Como as relações foram consentidas, desfez-se a presunção da violência e, assim, não seria possível caracterizar o estupro. Além disso, o advogado do capataz, R.Z.C., que entregou ao Tribunal de Justiça as cartas de amor escritas pela jovem, defendia que o seu cliente era contra o aborto e desejava ficar com a criança.

Determinada a por fim à polêmica gravidez, a família da jovem procurou realizar o aborto fora de Bagé, indo, primeiro, à cidade de Pelotas, onde os médicos também se recusaram a fazê-lo. Recorreu, então, aos quatro Hospitais de Porto Alegre autorizados pelo SUS para realizar tal procedimento.

No dia 21 de abril de 2005, já com o caso tramitando no Tribunal de Justiça, o desembargador A.S.P., da 8ª Câmara Cível, recebendo um pedido de *habeas corpus*, da promotora de Bagé, liminarmente mandou notificar todos os hospitais de Pelotas e Porto Alegre proibindo a realização do aborto até o julgamento do mérito do *habeas corpus* que seria dado por um colegiado de três desembargadores, provavelmente na quinta-feira dia 28 de abril.

À época, o desembargador A.S.P. teria antecipado um indicativo sobre a questão ao afirmar que não era cristão e que acataria o posicionamento da Promotoria de Bagé que afirmou “não houve estupro, mas uma relação amorosa. A menina dá a versão de que foi estuprada”. Enquanto o TJ/RS se preparava para julgar o mérito da causa, na dia 22 de abril de 2005, segundo informação do jornal Zero Hora de Porto Alegre, a família da jovem entrava com recurso no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, visando a garantir a realização do aborto.

Em maio de 2005, o caso tem desfecho com o anúncio, feito pela família, de que a adolescente J.S. tivera, em casa, um aborto espontâneo.

## Música que incita ao crime é contestada na CCDH

A vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputada Miriam Marroni, posicionou-se, no dia 21 de julho de 2005, favorável ao protesto de entidades defensoras dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos da mulher, na contestação da música "*E porque não?*", da banda gaúcha *Bidê ou Balde*. A parlamentar considera que a letra é irresponsável e cruel, pois incentiva a violência contra crianças. "As crianças e adolescentes devem ser protegidos de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão e a letra instiga exatamente ao contrário", disse Miriam.

Segundo a deputada, fica declarada na música uma relação de paixão de um adulto por uma criança. As palavras "*minha menina, pernas fininhas, te conheço desde que nasceu*", fazem apologia direta, e sem nenhum constrangimento, à exploração sexual infantil, tema que a sociedade tanto tem combatido", explicou a parlamentar, lembrando que a cada oito minutos um criança é vítima de abuso sexual.

"É lamentável que, mesmo diante de resultados assustadores de pesquisas como a da Unicef e a do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca), em que a cultura do macho prevalece sobre a prole, surpreendentemente, estes ídolos compreendem esta letra como arte. Isto é uma falta de responsabilidade que alimenta a crueldade", argumenta a parlamentar.

"Os dados das pesquisas apontam que 31,58% das agressões contra crianças e adolescentes têm como responsáveis os pais, seguidos das mães, que figuram com 30,58%. O padrasto é o próximo a vitimar os pequenos com 5,27%. As meninas são as maiores vítimas (83,96%) de abuso sexual. Exploração sexual é toda e qualquer prática erótica e sexual, que se constitui em abuso, onde adultos pagam a meninos, a meninas ou aos seus responsáveis, que, neste caso, também são seus agressores. A criança é tratada como objeto sexual e mercadoria. Abuso sexual é o ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente para se estimular ou satisfazer-se sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes. Com esse comportamento é estabelecida uma relação de poder desigual" ponderou a parlamentar.

Em 22 de julho 2005, a vice-presidente, acompanhada de en-

tidades e grupos de defesa das crianças e dos adolescentes, encontrou-se com o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e do Adolescente do Ministério Público, procurador Miguel Velasquez.

## Superlotação e precariedades na unidade Carlos Santos da FASE

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, fez no dia 10 de agosto de 2005, uma visita de surpresa à unidade de Internação Provisória Carlos Santos, da Fase, em Porto Alegre. O deputado averiguou denúncia feita pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS (Semapi) apontando o desrespeito aos direitos trabalhistas e más condições no albergue. Marcon conversou com servidores e ouviu relatos dramáticos da precariedade com que monitores, agentes profissionais e seguranças realizam o trabalho na instituição. No dia da visita encontravam-se recolhidos 182 internos para uma capacidade da casa de 60. A unidade funciona como centro de recepção de jovens infratores recolhidos na capital e em cidades da região metropolitana.

Lideranças do sindicato reclamaram de critérios desiguais no pagamento de horas-extras e de punições aos servidores que estão em licença-saúde. Os sindicalistas reclamaram que o quadro de servidores é reduzido, obrigando à realização de horas-extras que levam a uma estafa e precarização do trabalho e da inexistência de um plano de carreira para os servidores. Uma psiquiatra reclamou que não pode realizar avaliações a contento porque há excesso de albergados para atender.

Sobre as condições de albergamento, o deputado Marcon classificou a situação como "dramática e desumana, com a existência de pequenas celas onde os adolescentes, para dormir, são submetidos a um rodízio". "Constatamos que numa peça de dois por cinco metros são alojados sete jovens em colchões jogados no piso de concreto e com a porta aberta às intempéries", observou o parlamentar. Relatos de internos revelam que precisam fazer rotatividade nos colchões para permitir que todos tenham direito de dormir. Os banheiros estão infestados de mofo e não há ducha, obrigando os internos a tomarem banho frio no inverno. Monitores revelaram que as precárias condi-

ções das celas dão origem a freqüentes casos de sarna e piolhos.

No contato com o diretor da instituição, Luiz Carlos Bastos Scavoni, o deputado Marcon ouviu a afirmação de que nunca houve tantos presos chegando à FASE. “Se nossas casas estão com grande lotação é porque a BM está cumprindo seu papel e mandando os infratores para nós”, disse o administrador. Revelou que a superlotação verificada na instituição é decorrente do grande volume de demanda. Informou que em dezembro de 2005 inicia a construção de mais duas unidades da FASE, uma em Santa Cruz do Sul e outra em Porto Alegre, cada uma com capacidade para 90 internos.

## Mãe antecipa ameaças de morte ao filho em carta à CCDH

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa recebeu, no dia 20 de junho 2005, uma carta manuscrita firmada pela senhora A.D., denunciando que ela e seu filho S.D.M., de 14 anos, estariam sendo agredidos e extorquidos por policiais em sua residência, localizada no município de São Borja. Na carta, A.D. dizia: “meu filho está traumatizado e tem medo de sair de casa. Onde eles encontram meu filho prendem e dão chutes, pontapés, socos e tapas nas orelhas. Estou desesperada e não posso fazer nada, pois os agressores são policiais civis”. A denunciante relatava: “dois policiais a perseguiram, estorquindo e pedindo dinheiro”.

Na oportunidade, em face da carta, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos encaminhou ofício, no dia 28 de junho de 2005, ao Governador do Estado, ao Chefe de Polícia e ao sub-procurador do Ministério Público, relatando o drama vivido por A.D.

No dia 6 de agosto de 2005, confirmando o que havia prenunciado, A.D. foi informada de que seu filho, S.D.M., de 14 anos, foi morto. O episódio aconteceu no município de Garruchos, no interior de uma fazenda, onde S.D.M. foi levado com outros dois jovens e executado. Conforme relato da mãe A.D., a partir de testemunho dos jovens que conseguiram fugir e presenciaram a tortura em S.D.M, policiais locais estavam envolvidos na morte do adolescente.

A senhora relatou que durante o tempo de desaparecimento do filho, foi ameaçada pelos policiais, recebeu ligações telefônicas e foi persuadida a não levar adiante a busca pelo filho. Diante do fato, o deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cida-

dania e Direitos Humanos remeteu novamente ofício ao governador pedindo providências no esclarecimento dos autores da morte do jovem bem como na proteção à família e aos jovens que presenciaram o assassinato. O parlamentar cobrou do governo rigor no laudo de necropsia na vítima.

No início de outubro 2005, A.D. compareceu, com familiares, a uma reunião da CCDH, em Porto Alegre, onde relatou as ameaças. Disse estranhar a morosidade da Polícia em apontar os culpados pela morte do filho e revelou temer que “interesses poderosos” queiram ocultar os responsáveis pelo assassinato.

A CCDH enviou carta à SJS solicitando apuração do fato e pedindo que ordene policiamento especial à família das vítimas.

## CCDH pede apuração de agressão a adolescente em Garibaldi

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, encaminhou ofício ao governador do Estado, em 30 de setembro de 2005, onde relata a agressão sofrida pelo adolescente M.B., morador da cidade de Garibaldi. No documento, Marcon relata que no dia 12 de setembro 2005, no final da tarde, M.B. teria sido abordado em via pública e agredido a socos por M.G. e por M.S. que o acusaram de ter cometido estupro contra a jovem A.K. O rapaz foi amparado por uma professora que presenciou a agressão ao adolescente, que é seu aluno, e o levou para atendimento médico e para efetuar registro na Brigada Militar. Nas dependências da Brigada Militar, presenciou o jovem ser novamente agredido com um soco desferido por um civil de nome R.I. Constatou que os policiais presentes nada fizeram para advertir o agressor. Sem poder fazer registro na BM, na manhã seguinte, M.B. foi à Delegacia de Polícia para providenciar o registro. O policial Guerra, que o atendeu, em vez de limitar-se ao registro, acabou detendo o adolescente, que novamente foi humilhado sendo levado a uma sala onde ficou por horas algemado a uma janela.

Além do constrangimento, M.B. teria sido agredido com um pedaço de madeira, tapas e chutes e foi forçado a confessar o crime de estupro, que diz não ter cometido. A pressão teria sido praticada por um servidor que teria forçado M.B. a confessar o crime. A mesma hostilidade por parte do policial foi praticada à tarde, quando M.B., na presença

de advogado, tentou registrar o constrangimento sofrido nas dependências policiais onde estes insistiam em lhe incriminar. Não cessando a agressão sofrida pela manhã, o adolescente foi, novamente, em 13 de setembro de 2005, ameaçado pelos agressores M. e M. tendo um deles apontado arma de fogo na direção do jovem que se encontrava com a namorada nas proximidades da escola em que estuda.

Em face dos constrangimentos, os familiares de M. acionaram a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, que oficiou o fato ao governador e ao Ministério Público Estadual. Até o momento a CCDH não teve retorno das providências relativas ao caso.

## As jornadas contra o abuso sexual de crianças e adolescentes

Em 2003, a CCDH instituiu a Subcomissão sobre Direitos das Crianças e Adolescentes. Essa subcomissão - integrada pelos deputados Fabiano Pereira (proponente e relator), Dionilso Marcon e Janir Branco – teve uma dinâmica de trabalho diferenciada, propondo-se à atuar através da busca de informações em todo o Estado, visando a elaboração de um relatório que apontasse para o enfrentamento do problema. Desse conceito, em 10 de abril de 2003, foi promovido o Seminário de Lançamento da Jornada Estadual Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Mais de 800 pessoas participaram do evento realizado no auditório Dante Barone da Assembléia Legislativa discutindo as políticas públicas de combate à exploração sexual de meninos e meninas.

A edição de 2003 da Jornada percorreu, pela ordem, as cidades de Cachoeira do Sul, Santa Cruz do Sul, Uruguaiana, Santo Ângelo, Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria, São Gabriel, Passo Fundo, Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Torres. Uma triste coincidência reforçou a importância dos trabalhos da I Jornada: a série de mortes de crianças no norte do Estado preocupou a população gaúcha e serviu como um duro e triste retrato da violência contra as crianças.

O êxito dessa I Jornada – que culminou no lançamento de seu relatório na Feira do Livro daquele ano – motivou a continuidade das ações em 2004. Com o objetivo de fortalecer as redes de atendimento à infância e juventude e reduzir as estatísticas de violência contra crianças e adolescentes, a CCDH iniciou, em novembro de 2004, uma seqüência de encontros visitando oito municípios gaúchos debatendo

alternativas para inibir essa prática criminosa. Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santo Ângelo e Porto Alegre receberam a chamada "Caravana do Bem".

O ano de 2005 marcou a consolidação das atividades da Jornada Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A edição deste ano registra recordes de público e de cidades visitadas. Sem contar os números de Porto Alegre – sede da abertura e do encerramento, duas mil oitocentos e quinze pessoas assistiram aos debates, que percorreram os seguintes municípios: Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo, Guaporé, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santo Ângelo, Cruz Alta, Tramandaí, São Jerônimo, Montenegro, Caxias do Sul, Uruguaiana e Santana do Livramento.

O aumento no número de denúncias de maus-tratos contra crianças, a criação de delegacias especiais, o interesse do Poder Público (em suas instâncias federal, estadual e municipal), da sociedade civil e uma maior sintonia entre as entidades ligadas ao tema, já podem ser apontados como resultados positivos obtidos pela Jornada, uma atividade que cresce a cada ano e que já faz parte do calendário da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.





## Casos

# Anos de Chumbo

## CCDH confere material recolhido em sítio de Eldorado do Sul

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), deputado Fabiano Pereira e a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, deputada federal Maria do Rosário, conferiram, no dia 17 de dezembro de 2004 os materiais recolhidos no sítio do ex-ministro Tarso Dutra, em Eldorado do Sul. Esses papéis, referentes ao período da ditadura militar, foram apreendidos pelo Ministério Público, em 16 de dezembro de 2004, após encaminhamento de integrantes da Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura e de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. O material foi encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça, na praça da Matriz, em Porto Alegre.

Os milhares de papéis oficiais da época do regime militar foram localizados a partir de uma denúncia do jornal Zero Hora. Os documentos, em sua maioria, carimbados como "confidencial" e "secreto", foram localizados em um sítio do município de Eldorado do Sul (RS), no conjunto residencial Guaíba Country Club, distante 62 km de Porto Alegre. Os documentos estavam espalhados por quatro cômodos, pátio e varanda da casa de madeira usada na chácara de Tarso Dutra, ministro da Educação do general Costa e Silva (1967-1969). O período foi marcado pela imposição do Ato Institucional N° 5, em dezembro de 1968, que mergulhou a ditadura em sua fase mais extremada, classificada por seus opositores como terrorista e fascistizante. "A maioria dos papéis parece ser sobre o movimento estudantil. É a história de um período conturbado e pode servir para a reconstituição do período", informou Bona Garcia, que teve acesso à parte da documentação. Ele explica que, na época, o Ministério da Educação, como todas as outras pastas, tinha a sua própria "Divisão de Segurança e Informações". O MEC se dedicava à espionagem e delação de estudantes e professores.

A documentação foi enviada pelo Ministério Público para a Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, sediada no Memorial Histórico do Rio Grande do Sul, onde está sendo organizada.

## Manifestação sobre indenizações a torturadores do regime militar

O presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, manifestou-se contrário a qualquer indenização aos ex-militares que combateram guerrilheiros do PC do B no Araguaia (GO), entre 1972 e 1974. Utilizando a imprensa, no dia 1º de maio de 2005, um grupo de 36 ex-soldados do Exército que cumpriram ordens militares no Araguaia saíram do anonimato em Marabá (PA), para reivindicar o direito a indenizações do Estado, nos termos da Lei da Anistia. Eles alegam que estavam "a serviço da pátria", como defende o ex-recruta A.A.F. A reportagem da Folha de S. Paulo ouviu 36 testemunhas das torturas cometidas contra cerca de 70 guerrilheiros que organizaram um movimento armado e articulado pelo Partido Comunista do Brasil contra o regime militar. Sobre o episódio, os registros do Ministério da Justiça contabilizam a morte de 61 guerrilheiros, todas de forma violenta e com a participação direta de soldados que, na época, pertenciam a destacamentos do Exército de unidades militares sediadas no Pará. Hoje, parte dos soldados reaparecem reivindicando indenização semelhante à obtida pelas vítimas da ditadura. Entre as atrocidades cometidas pelos algozes, estão espancamentos, sufocamentos, choques elétricos, fuzilamento, tortura psicológica e decapitação. Todos os extorturadores, ao mudarem para o Araguaia, tinham os nomes trocados para evitar identificação. O recruta R.N., hoje com 50 anos, recorda que, em 1974, um oficial o alistara ordenando: "aqui vocês não são soldados, são guerrilheiros. Podem tirar as fardas".

Segundo o deputado Dionilso Marcon, o governo não pode sequer acenar com indenizações decorrentes dos serviços praticados pelos agentes da ditadura. Eles estavam em serviço e ganhavam para praticar os atos considerados delituosos. "A tortura era uma prática cotidiana e muitos servidores acataram friamente ordens para espancar, torturar e matar", observa. "No momento em que os soldados acataram friamente a ordem da hierarquia assumindo, inclusive, um codinome, aceitaram a tarefa de serem cúmplices dos atos de barbárie patrocinados contra os militantes do PC do B", pondera o deputado, entendendo que não deve caber qualquer indenização aos militares que prestaram tais serviços.

Marcon acha absurdo que os torturadores confessos busquem a mesma indenização pleiteada pelos familiares das vítimas e pelos

ex-presos políticos. "Ao contrário, uma vez identificados, estes cidadãos deveriam pagar, juntamente com seus superiores, pelas atrocidades cometidas contra indivíduos que lutavam por democracia", avalia, cobrando do governo Lula avanços no esclarecimento completo do episódio envolvendo o Exército e os guerrilheiros do Araguaia. Marcon entende que a questão merece mais atenção por parte do atual governo acabando com "o silêncio e ajudando a escrever esta importante página da história de nosso País".

## Presidente da CCDH cobra abertura dos arquivos da ditadura

O deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da CCDH, voltou a defender, em 5 de setembro de 2005, a abertura dos arquivos da repressão política que se encontram guardados nas dependências das Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica – "como forma de tornar conhecida parte da história política do País". Além dessa contribuição, os arquivos poderiam aliviar o longo sofrimento que está sendo imposto às famílias de cerca de 160 ex-presos políticos, cujo destino é desconhecido.

## Indenização milionária a militar da ditadura é contestada

O presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, estranhou que o Governo Lula, através do Ministério da Justiça, tenha publicado portaria anistiando o ex-sargento da Brigada Militar, Alberi Vieira dos Santos, concedendo-lhe uma indenização no valor de R\$ 419,5 mil, além de assegurar à sua viúva, uma pensão de R\$ 7.357,18 mensais. A publicação da indenização do militar constou no Diário Oficial de 14 de agosto de 2005.

O ex-sargento Alberi Vieira dos Santos foi infiltrado nas organizações revolucionárias na década de 70 no Sul do país, e foi responsável pela morte de seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em emboscada realizada na região de Foz do Iguaçu. Na época, o sargento Alberi, infiltrado no grupo, convidou os militantes para um treinamento de guerrilha no meio da floresta. Na verdade, o ex-sargento preparou uma emboscada visando a assassinar quem se

rebelava contra o regime. Foram suas vítimas: Daniel José de Carvalho; Joel de Carvalho; José Lavecchia; Victor Carlos Ramos; os argentinos Enrique Ernesto Ruggia e Onofre Pinto - todos incluídos na lista de desaparecidos políticos. O sargento Alberi foi assassinado em 10 de janeiro de 1979, em circunstâncias não esclarecidas.

Em junho de 2005, o deputado estadual Dionilso Marcon chamou atenção para a necessidade de a Comissão da Anistia agir com rigor visando a evitar que o Governo Federal acabe indenizando pessoas que se dizem vítimas do regime. A CCDH realizou uma audiência pública na região de Palmeira das Missões, em junho 2005, onde constatou que advogados de ex-militares pleiteavam indenizações por conta da Lei da Anistia.

## Identificado corpo de militante da vala clandestina de Perus

A ossada de Flávio de Carvalho Molina, militante do Molipo (Movimento de Libertação Popular), que se encontrava dentre as ossadas da Vala do Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi finalmente identificada e os restos mortais foram trasladados ao Rio de Janeiro.

Flávio foi preso no dia 6 de novembro de 1971, em São Paulo, por gentes do DOI-CODI/SP, em cuja sede foi torturado até a morte.

Somente em 1979 a família soube, através de ofício assinado pelo hoje senador Romeu Tuma, na época diretor-geral do DOPS, que Flávio Molina fora enterrado com o nome de Álvaro Lopes Peralta, morto em 09 de novembro de 1971 e enterrado na cova nº 14, rua 11, quadra 2, gleba 1 do cemitério Dom Bosco. Através do ofício, Romeu Tuma encaminhava a extinção da punibilidade de Flávio ao juiz-auditor. Esse foi o primeiro documento localizado pelos familiares que evidenciava a participação do então diretor do DOPS Romeu Tuma na ocultação dos corpos dos militantes assassinados.

A requisição de exame necroscópico no IML/SP, sob o nº 43.715, datada em 16 de novembro de 1971, com a identidade falsa de Álvaro Lopes Peralta já estava associada à verdadeira identidade. Mas foi com o nome falso que os médicos legistas Renato Capellano e José Henrique da Fonseca procederam à necropsia.

Documentos localizados nos arquivos do DOPS/SP demonstram que as autoridades sabiam quem era Flávio. O enterro sob nome falso fora intencional e premeditado, seguindo os caminhos

criados pelos órgãos de segurança para fazer "desaparecer", ao contrário do que até hoje afirma o então comandante do DOI/CODI Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Desde a abertura da Vala de Perus, em 4 de setembro de 1990, foram feitas oito tentativas de extração de DNA - no Brasil e no exterior - até que a identificação de Flávio Molina fosse realizada pelo laboratório Genomic, de São Paulo, dirigido por Manuel Benevides e sob a responsabilidade da doutora Delnice Ritsuko Sumita.

No ato realizado para entrega dos restos mortais à família, em 10 de outubro, na sede do Ministério Público Federal, em São Paulo, a procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga Fávero afirmou que o inquérito do Ministério Público Federal, em São Paulo, que apura fatos relacionados à identificação de mortos e desaparecidos políticos na ditadura, embora tenha alcançado seu objetivo inicial, não será arquivado. Segundo a procuradora, enquanto houver a possibilidade de identificação dos presos enterrados como indigentes na vala clandestina de Perus, o MPF deve se manter atuante. No momento, uma ossada, pertencente a Luís José da Cunha, só aguarda a confirmação de um exame de DNA. Pelo menos outras três, entre as que foram exumadas do cemitério de Perus em 1990, podem pertencer a desaparecidos políticos.

A procuradora anunciou que o MP fixava o dia 12 de outubro como prazo ao Instituto Oscar Freire para que fossem apresentados os exames de DNA da ossada de Luiz José da Cunha. De suas palavras, extraímos:

*"(...) Entendemos que a dor dos familiares, originada pela lesão a esse direito que lhes foi subtraído propositalmente é bem jurídico que requer a atenção e esforços dos órgãos públicos, até porque essa lesão foi causada justamente por órgãos ligados à esfera pública. (...) Verificamos ainda, ao relatar o presente Inquérito, que permanece um grande sentimento de injustiça pois, não obstante o reconhecimento da existência da prática de tortura, de assassinatos, de ocultação de cadáveres, bem como do pagamento de indenizações, não constatamos nenhuma punição aos responsáveis. Há neste inquérito nomes, menção a provas e a outros procedimentos instaurados com a finalidade de se punir os culpados, mas nenhuma notícia de êxito nesse sentido.*

*As dificuldades vão desde a falta de acesso a documentos sigilosos, às alegações de prescrição e de que tais culpados teriam*

*sido beneficiados pela anistia. Não pretendemos, no presente momento, entrar no mérito das teses jurídicas relativas à prescrição ou não dos atos de tortura ou ao alcance da anistia. O certo é que, no mínimo, persiste o crime relativo à ocultação de cadáveres, forma odiosa de estender a tortura aos familiares e de procurar garantir a impunidade. Este crime é considerado pela doutrina e jurisprudência como sendo de caráter permanente, ou seja, a prescrição só terá início quando se tornar conhecido o local do sepultamento de forma a identificar o corpo ocultado. Portanto, enquanto houver um só corpo entre os mortos e desaparecidos políticos, cujo verdadeiro local de sepultamento não tenha sido revelado, não há que se falar em prescrição.*

*Mesmo que as dificuldades de indicação de autoria frustrem eventuais ações penais, a legislação que visa a coibir a improbidade administrativa não se coaduna com a inércia de quem quer que seja diante de um ilícito penal cuja materialidade é escancarada e até reconhecida em lei. Há também a possibilidade de ações civis por dano moral coletivo, pois os atos praticados pela ditadura militar não geraram danos apenas aos mortos e desaparecidos políticos, mas a toda uma geração que foi tolhida no seu crescimento intelectual e discernimento político. Essas medidas, sejam elas penais, civis ou administrativas, visam a alcançar alguma forma de responsabilização dos culpados.*

*Em conclusão, é por esses quatro motivos que o presente inquérito, enquanto estiver sob nossa condução, não será arquivado. Adotaremos, em todas as esferas, especialmente a judicial, as medidas necessárias para o alcance desses objetivos: obter a mudança na forma atual de condução dos trabalhos de identificação, incluindo a formação de banco de DNA; prosseguir na identificação da ossada pertencente a Luís Cunha; prosseguir na identificação de outros possíveis desaparecidos entre as demais ossadas exumadas do Cemitério de Perus; responsabilizar os culpados.*

*Sabemos que os posicionamentos aqui assumidos comportam entendimentos divergentes e que eventuais ações judiciais - como nas demais causas relacionadas a direitos humanos - podem até receber sentenças desfavoráveis, mas estamos convencidos de que assim agindo, faremos a parte que nos cabe, na qualidade de membros do Ministério Público. Para encerrar, constatamos neste Inquérito que tudo se originou, em síntese, de sonhos e ideais. Ainda que possamos colocar algum reparo na conduta das pessoas que morreram na busca desses sonhos e ideais, a resposta recebida foi tão desproporcional e absurda que hoje só nos cabe homenageá-los e apresentar nosso compromisso de que*

*trabalharemos para que nada disso seja esquecido. Finalmente, quero apresentar ao senhor Gilberto Molina e aos demais familiares, aqui presentes de mortos e desaparecidos políticos a minha profunda admiração pela tenacidade e persistência nessa luta. Esta Nação ainda deve muito a todos vocês (...)*".

Habitação e terra



Casos

Habitação,  
terra

*Relatório Azul 2005 - 185*

## Análise do conflito entre colonos e índios em Serrinha

Em 3 de novembro de 2003, a CCDH pediu agilidade ao governo estadual na aquisição das terras aos colonos que estão na área indígena da Serrinha, no Norte do RS. Em outubro, uma audiência pública extraordinária reuniu deputados, lideranças regionais e índios, em Ronda Alta, onde o assunto foi discutido.

A Constituição de 1988 garantiu a demarcação das terras indígenas. Desde 1998, uma área de 11,9 mil hectares em Serrinha está sendo demarcada pela União – quatro mil hectares já foram desapropriados. Na região, mais de 1200 famílias de pequenos agricultores foram atingidas e 450 ainda não foram indenizadas.

“O reassentamento desses colonos solucionará um conflito histórico criado pelo próprio Estado. Há outras áreas caingangues na mesma situação no RS”, afirmou, na época, deputado Estilac Xavier. “É de fundamental importância que o governo do Estado reinicie o processo de reassentamento daqueles trabalhadores da Serrinha, pois são pequenos agricultores que estão em situação de calamidade pública e desejam um pedaço de terra para morar e produzir”, destacou, na oportunidade, o deputado Dionilso Marcon.

## CCDH intervém em favor de ocupantes de área na capital

Dia 16 de março de 2004, o vice-presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, ocupou a tribuna da Assembléia para pedir ao governo estadual que intervenha para garantir moradia às 150 famílias retiradas do conjunto habitacional abandonado na Vila Nova, rua Atílio Superti, em Porto Alegre.

O deputado reivindica que as famílias sejam colocadas em uma área adequada, já que o salão de baile, no bairro Belém Velho, onde essas famílias foram precariamente instaladas, não oferece condições adequadas. O deputado conta que não há lugar para estender os colchões e, por isso, as pessoas dormem amontoadas. “Nesta manhã fomos procurados no gabinete pelas pessoas pedindo um local adequado para cozinhar e doação de alimentos. A área da Atílio Superti é de propriedade da Caixa Econômica Federal e, durante o período em que esteve ocupada, negociou a

permanência dos moradores adiando, sucessivas vezes, a ordem de despejo e aguardando a promessa do governo do Estado de disponibilizar um terreno para acomodar os moradores. “A prefeitura da capital reafirmou o compromisso de providenciar a infra-estrutura emergencial para a obra. A CEF manteve o compromisso com as 67 famílias que tiveram os cadastros aprovados pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e também demonstrou a intenção de adequar as outras 149 famílias ao Programa Social de Habitação, destinado a pessoas de baixa renda. O deputado cobrou pressa do governo do Estado em liberar os recursos.

## CCDH intervém no diálogo entre ruralistas e sem-terra

O clima de tensão instalado no município de São Gabriel, após decreto federal de desapropriação para utilidade pública de uma área de 13 mil hectares, em meados de 2003, mobilizou a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa que promoveu ações para evitar o conflito iminente entre agricultores do Movimento dos Sem Terra e ruralistas da região. No dia 10 de junho 2004, em protesto contra a suspensão do decreto, cerca de 750 integrantes do MST iniciaram uma marcha, em Pântano Grande, em direção à cidade da Fronteira Oeste. Em resposta à ação dos sem-terra, os produtores rurais da região iniciaram uma contramarcha no dia 27.

A CCDH realizou audiência extraordinária para tratar do tema, visando a pacificar os ânimos em face do conflito iminente. Além da reunião, o presidente acompanhado de deputados e assessores da Comissão fez visitas aos acampamentos do MST e ao município de São Gabriel para verificar a situação dos envolvidos e as denúncias da existência de milícias armadas na cidade.

## Pedida investigação sobre verbas destinadas ao Senar/RS

O vice-presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, apresentou representação ao Ministério Público Federal, em 15 de julho de 2004, solicitando a investigação das contas do Serviço Nacional de Aprendizado Rural (Senar/RS), desde o ano de 1998.

O pedido do deputado baseou-se em acórdão do Tribunal de

Contas da União (TCU), que condenou os dirigentes daquela entidade por irregularidades cometidas na administração de recursos que deveriam ser destinados à formação de agricultores. O parlamentar diz que, pela sentença do TCU, os dirigentes do Senar/RS terão de devolver ao Tesouro Nacional, acrescido de juros e multa, os valores correspondentes ao uso indevido de recursos dessa entidade. A decisão do TCU cita como responsáveis pelas verbas dois membros do Conselho Deliberativo do Senar/RS por não conseguirem justificar as seguintes irregularidades: pagamento pelo Senar/RS de despesas da Farsul e de seus sindicatos filiados durante a 21ª Expointer, realizada em Esteio em 1998, sem que esses gastos tenham relação com as finalidades do Senar/RS; pagamentos a 93 sindicatos rurais patronais referentes à locação, sem licitação, de ônibus para transporte de pessoal e a despesas com alimentação; despesas com alimentação pagas a diversas churrasarias; despesas com bonés e camisetas promocionais; inclusão, na folha de pagamento do Senar/RS, de funcionários que trabalham com dedicação integral na Farsul; pagamento referente à excursão de 36 sindicalistas à Argentina, com direito a transporte e hotel; gastos excessivos com salários a dirigentes em desconformidade com o limite de remuneração estabelecido por normas legais.

O TCU determinou o pagamento de multa aos responsáveis pelos desvios.

## Assentamento Belo Monte convida CCDH para ato em Eldorado do Sul

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputado Dionilso Marcon, participou, no dia 19 de abril de 2005 de um ato no Assentamento Belo Monte, em Eldorado do Sul. A atividade foi organizada pela Pastoral Operária e pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD e reuniu famílias que integram os Grupos de Produção, os Núcleos de Base, o grupo Gestor e a Organização de Mulheres integrantes do assentamento que há cinco anos abriga 52 famílias. O assentamento foi montado por famílias oriundas dos meios rural e urbano da região metropolitana.

Mauro Cruz, da coordenação do MTD, ressaltou a importância do assentamento como espaço para a geração de emprego e renda. Destacou a necessidade de apoiar a iniciativa que "oportuniza mora-

dia e trabalho às famílias mais pobres, àqueles que, em geral, estariam abandonados nas periferias da cidade". Enfatiza que "aqui estão desempregados urbanos, povo com garra que não vai desistir". Lembrou: "tem gente investindo para fazer fracassar a nossa experiência". Ele citou o fato de não serem liberadas verbas para infra-estrutura que possibilitariam aquisição de areia, cimento e brita que permitiria completar as habitações.

Participou do ato a senhora Ana Dias, viúva do ex-metalúrgico Santo Dias da Silva, assassinado em 1979, em São Paulo, aos 37 anos. Ana, que é vencedora do Prêmio Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de SP, resgatou a memória do marido afirmando: "a luta se torna mais digna quando se tem esperança e se tem Deus como parceiro". Relatou os desafios que envolveram o povo pobre contando detalhes de sua vida e a do marido que, aos 17 anos, foi expulso de uma fazenda no interior de São Paulo, migrando para a capital, onde, na pastoral e no sindicato, passou a organizar os trabalhadores da periferia. Ana ressaltou a necessidade de persistir na caminhada, "especialmente quando se tem vivo o sonho por uma vida melhor".

Marcon ressaltou a importância da solidariedade e da luta empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). "Não há organização sem problema mas, diante dos desafios, conhecem-se os lutadores pela capacidade de avançar na luta", relatou Marcon, dizendo que "a vitória é maior quando se vence o caminho das pedras". O assentamento foi severamente castigado com a seca que fez boa parte das famílias perderem a safra.

## Moradores de loteamento de Eldorado do Sul querem água

No dia 16 de setembro de 2005, um grupo de pessoas esteve na CCDH pedindo apoio para pressionar as autoridades a fim de garantir às famílias água encanada no Loteamento Centro Novo, em Eldorado do Sul. O presidente da CCDH, deputado Marcon ouviu-os e enviou ofício ao prefeito municipal, ponderando a necessidade de investimentos que garantam condições de habitabilidade aos moradores. No local habitam 205 famílias, que estão na área desde setembro de 2004, algumas, inclusive, aguardando local definitivo para morar.

## CCDH apura hostilidades contra sem-tetos em Santa Maria

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos esteve, no dia 10 de outubro de 2005 em Santa Maria, visitando as 50 famílias que ocuparam uma área pública abandonada, na localidade de Cerrito, junto à BR 158. O deputado conversou com os ocupantes da área e ouviu relatos de hostilidades patrocinadas por milícias formadas por militares postados ao longo de uma propriedade particular próxima da ocupação. Na oportunidade, o deputado visitou o jovem T.C.S., de 23 anos, que sumiu do acampamento e só foi devolvido à família 40 horas depois, por uma viatura da Brigada Militar.

O jovem apresentava ferimentos pelo corpo, dor no abdômem, sonolência e perda da memória. Marcon constatou que o jovem atemorizado omite informação sobre o período em que esteve desaparecido. A família acredita que o jovem sofreu tortura psicológica ou ingeriu substâncias psicotrópicas no período em que esteve distante da família.

O deputado disse que a moradia é um direito de todo cidadão e que a pressão para transformar o local em área habitada é legítima. "Quem é pobre, só organizado, conquista seus direitos", disse o parlamentar, profetizando: "Ou a gente se une na luta ou é derrotado". "A resistência faz parte dos lutadores que não aceitam a injustiça, e vocês sabem que só há vitórias se mantiverem a luta", observou Marcon, entendendo como correta a iniciativa pressionar as autoridades pela conquista da moradia. O deputado relatou, ainda, sua trajetória pessoal marcada por um tempo sob barracas de lona preta nas fileiras dos sem-terra, até conseguir um local definitivo para morar.

## Presidente da CCDH apóia a luta justa do MPA e MST

O presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, participou, no dia 26 de outubro de 2005, da luta dos pequenos produtores, ligados à Via Campesina que realizaram uma manifestação junto a uma empresa distribuidora de alimentos, em Esteio. Os agricultores pro-

testaram pelo baixo preço pago pelas empresas pelo litro do leite. Como presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o deputado desempenhou importante papel na negociação entre os manifestantes e autoridades do governo do Estado. Sua atuação foi fundamental para evitar o confronto entre os ativistas e a BM.

Marcon lembrou que, no final da CPI do Leite, concluída em junho de 2002, foi constatado que a maior fatia do preço do litro de leite pago pelo consumidor ficava com os varejistas, com as indústrias e com os fabricantes de embalagens. “Os pequenos agricultores são os mais prejudicados. Nos últimos dez meses, o preço do litro do leite caiu de R\$ 0,50 para R\$ 0,30, portanto, se trata de uma justa manifestação”, reafirmou.



Indígenas



Casos

Indígenas

*Relatório Azul 2005 - 193*

## CCDH pede apoio psicológico para índia vítima de estupro

O vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Dionilso Marcon, pediu, no dia 19 de julho de 2004, providências ao Ministério Público Federal para garantir atendimento psicológico e cuidados especiais à menina indígena de nove anos, que sofreu abuso sexual, no dia 14 de julho de 2004, em Frederico Westphalen. A menina acompanhava os pais que se deslocaram para a cidade a fim de comercializar cestos produzidos na reserva. Ao percorrer as vilas, a mãe se perdeu da filha que foi levada por um indivíduo com antecedentes criminais e molestada sexualmente.

A CCDH deslocou-se a Frederico Westphalen para acompanhar de perto as investigações sobre este crime. Marcon esteve na Delegacia da Polícia Civil, conversou com o médico que está tratando da indígena, com os familiares da vítima e com o Ministério Público Federal de Passo Fundo pedindo empenho na assistência à menina e rigor na apuração e punição ao autor do crime.

## Debatida a situação dos indígenas no Morro do Osso

O conflito no Morro do Osso, em Porto Alegre, onde a área é reivindicada pela nação caingangue foi pauta de diversas reuniões na CCDH. No dia 28 abril de 2004 a CCDH reuniu diversas entidades ligadas ao movimento indígena no Estado, além dos poderes públicos municipal, estadual e federal. Roberto Liebgott, representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), solicitou que a comissão intercedesse junto à prefeitura de Porto Alegre para resolver o conflito no Morro do Osso.

Os índios reivindicam, junto ao governo federal, a criação de um grupo de trabalho que possa averiguar a existência de um cemitério indígena no local. Em março 2004, um conflito entre prefeitura e indígenas resultou na apreensão de pertences dos caingangues e em ferimentos no secretário municipal do Meio Ambiente, Beto Moech. O material retido pela prefeitura foi posteriormente devolvido aos indígenas. A questão passou a ser disputada por representar uma área nobre à especulação imobiliária numa parte da cidade altamente va-



lorizada. Os índios dizem, com base em laudos antropológicos feitos por estudiosos da Ufrgs, que a terra lhes pertence.

Em 8 de novembro de 2005, outra reunião aconteceu no âmbito da CCDH. Dessa vez, os índios prometeram resistir ao mandado de reintegração decidido pela Justiça.

## Estado assentou colonos sobre área de índios em Serrinha

O vice-presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, cobrou do Governo do Estado a apresentação de uma solução definitiva para o impasse que envolve as famílias de agricultores assentados na área indígena de Serrinha. As 450 famílias são obrigadas a deixar a reserva da Serrinha por conta da cedência das terras à reserva. Elas reivindicam uma indenização das benfeitorias que será feita pela União e caberá ao Estado adquirir terras para assentar os agricultores.

O deputado Marcon cobrou pressa no cronograma que prevê o assentamento das famílias. Dizendo que o governo anterior assentou 499 famílias, Marcon lembrou que os agricultores foram colocados na terra há mais de 40 anos por decisão do Estado, que forneceu escrituras das áreas e alimentou a expectativa de moradia definitiva. "Agora, o Estado não pode simplesmente virar as costas aos agricultores", observou Marcon.

Os agricultores chegaram a ocupar a Assembléia Legislativa, no dia 28 de maio de 2004, visando a pressionar o Executivo a solucionar o impasse.

## CCDH acompanha conflito armado na área de Ligeiro

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Fabiano Pereira, acompanhou de perto as negociações com os dois grupos indígenas que estão em conflito na reserva de Ligeiro, em Charrua. As divergências surgiram depois que os grupos ligados ao cacique eleito e ao grupo vencido não aceitaram o resultado da eleição sob o argumento de que houve fraude na votação.

Dia 6 de julho de 2004, membros da CCDH estiveram no local averiguando a situação entre os índios e constataram os ânimos exal-

tados. “Esperamos que a Comissão de Negociação da Funai consiga contribuir para a paz, garantindo autonomia àquela comunidade indígena”, disse, na época, Fabiano.

## CCDH visita índios que resistem a despejo em Palmares do Sul

Uma equipe da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos esteve, no dia 22 de julho de 2005, visitando a comunidade de índios, que vivem às margens da BR-101, em Palmares do Sul. Cerca de 22 adultos e 25 crianças vivem confinados ao longo do Rio Capivari, onde se dedicam à produção de artesanato que é comercializado ao longo da rodovia e na capital. Eles fazem parte de uma fração indígena caingangue e guarani, na proporção de 50% para cada nação.

O deputado Dionilso Marcon, presidente da CCDH, acionou a Procuradoria da União em busca de garantias aos índios que moram em Palmares do Sul. “Não faz sentido hostilizar os descendentes que primeiro habitaram o nosso continente e que hoje estão relegados à marginalidade e ao sofrimento”, ponderou, entendendo que deve haver sensibilidade dos órgãos da justiça no tratamento da causa indígena. “Se há uma dívida social que ainda não resgatamos é com os índios que vivem pacificamente em reduções e se dedicam à preservação da cultura”, observou Marcon.

A CCDH oficiou fato à Funai e a o Ministério Público Federal, que acabou retirando os indígenas da área. As famílias foram deslocadas para uma área da reserva da Guarita, em Tenente Portela.

Idosos



Casos

Idosos

*Relatório Azul 2005 - 197*

## Cumprimento do Estatuto do Idoso é debatido na CCDH

Os idosos obtiveram uma importante vitória: a aprovação no Congresso Nacional do Estatuto do Idoso, mas, a eficácia da lei, especialmente no que concerne ao direito de transporte, acabou questionada com a pressão das empresas transportadoras que realizaram uma verdadeira guerra judicial visando a impedir que o direito seja efetivamente praticado.

Liminares suspendendo o direito dos idosos a obterem desconto e gratuidade no transporte intermunicipal foram emitidas pela Justiça gerando polêmicas.

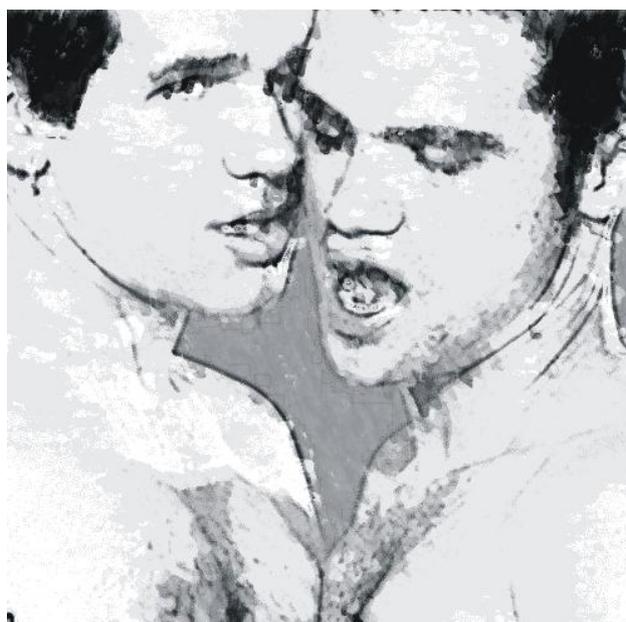
Na Assembléia Legislativa, o vice-presidente da CCDH, deputado Marcon, propôs um projeto de lei complementar regulamentando o Estatuto em âmbito estadual e garantindo o direito dos idosos gaúchos de poderem viajar de graça. Mas, o projeto aguarda parecer nas comissões temáticas da Casa.

O presidente da Associação Riograndense das Empresas de Transporte Intermunicipal de Longo Curso (ARTI), Ricardo Giuliani, explicou que as empresas recorreram à Justiça para garantir os seus direitos. "Não somos contrários à medida, só queremos garantir o direito expresso, também no Estatuto, que estes benefícios sejam financiados por um Fundo Nacional, que ainda não foi constituído", argumentou.

No último dia 28 de julho de 2004, a 14ª Vara da Justiça Federal de Brasília concedeu liminar suspendendo o artigo 40 do Estatuto, que garante a reserva de duas vagas gratuitas para pessoas com 60 anos ou mais, com renda igual ou inferior a dois salários mínimos, e 50% de desconto para o idoso que exceder as vagas gratuitas nos transportes coletivos intermunicipais. A decisão foi revogada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.

O presidente do Conselho Estadual do Idoso, José Luiz Prado Rosa, disse que o Estatuto é bom, "mas não é cumprido em sua totalidade".

Livre Orientação Sexual



Casos

Livre Orientação Sexual

*Relatório Azul 2005 - 199*

## CCDH é parceira no Programa Brasil sem Homofobia

A CCDH participou, no dia 26 de agosto de 2004, do lançamento do Programa *Brasil sem Homofobia*. O ato aconteceu no Paço Municipal e foi promovido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (Smdhsu) e pelo Núcleo de Políticas Públicas para Livre Orientação Sexual (LOS), em parceria com a CCDH e com o Fórum Municipal de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros de Porto Alegre. A atividade fez parte da programação para os estados e os municípios, do Programa lançado pelo Governo Federal, em Brasília, no dia 25 de maio 2005, com a participação do Conselho Nacional contra as Discriminações.

O destaque do evento foi o painel de apresentação do Programa Brasil Sem Homofobia - de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. "O objetivo foi promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transgêneros a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais", afirmou o coordenador do Núcleo de LOS, Alexandre Böer.

## Negado debate sobre união estável de pessoas do mesmo sexo

A solicitação da deputada Miriam Marroni, vice-presidente da CCDH, para a realização de painel sobre a união estável de pessoas do mesmo sexo não obteve o quorum de sete votos para ser aprovado na reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos ocorrida em 11 de agosto de 2005. A matéria polêmica encontrou resistência por parte de parlamentares titulares da Comissão, e não foi aprovada. A deputada, que propôs o tema, disse que respeitava a posição, classificando o veto como uma "negação do direito ao debate e a um desrespeito às liberdades".

Mesmo não obtendo unanimidade para a CCDH debater o tema, o Movimento Homossexual e a deputada Miriam Marroni, vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, promoveram um encontro, no dia 31 de agosto de 2005, para discutir a união

estável de pessoas do mesmo sexo.

A deputada salientou a resistência encontrada dentro do Legislativo para debater o tema. “É preciso ter consciência do direito da diferença. Negar a realização do debate sobre este assunto é um desrespeito”, destacou. “Ter uma orientação sexual diferente da heterossexual é da natureza e biologia humana e não reconhecer a diversidade não é ser cristão”, pregou. Presente ao encontro, a desembargadora Maria Berenice Dias falou sobre as muitas etapas que devem ainda ser vencidas em relação ao preconceito e discriminação da sociedade com os homossexuais. “As pessoas com orientação sexual diferente não vivem em sociedade com dignidade”, constatou.

## Humilhação e discriminação em Shopping da Capital

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, encaminhou ofício, no dia 16 de agosto de 2005, ao procurador de Justiça Mauro Henrique Renner, relatando o caso de violência contra dois jovens agredidos por seguranças e comerciantes do Shopping Center Sul, localizado na Voluntários da Pátria, centro da Capital.

O primeiro caso descreve a humilhação sofrida pelo professor de Educação Física A.H. A vítima relatou que, no último dia 11 de agosto de 2005, quando se dirigia ao sanitário do Shopping, foi seguido por dois homens que usavam rádio de comunicação. Retido no interior do sanitário, A.H. foi agredido fisicamente e ofendido moralmente. Chamado de “gay e veado”, teve sua honra atingida. Não bastasse a humilhação, A.H. foi obrigado a permanecer por duas horas no sanitário realizando serviço de faxina, sempre sob o mando dos supostos seguranças que ameaçavam a vítima com tapas, socos, pontapés e golpes. Não satisfeitos, obrigaram A.H. e seu acompanhante a se despirem e simularem atos sexuais entre si, situação em que teriam sido fotografados pelos seguranças. As vítimas dizem que, somente após os constrangimentos, foram consentidos a abandonarem o recinto.

O segundo caso relatado à CCDH refere-se ao jovem R.S.L., que, no dia 11 de agosto de 2005, por volta de 13h30 min, adentrou ao mesmo sanitário acompanhado do amigo U.L.V. Ambos foram sub-

metidos à situação similar, ou seja, seguranças retiveram-nos e os submeteram a ofensas verbais, chamando-os de “safados e veados”, além de determinar que efetuassem a limpeza no local. R.S.L. relata que o ímpeto dos agressores só diminuiu quando ele fez contato com o GAPA. A CCDH informou o fato ao Ministério Público e pediu apuração dos fatos.

Racismo



Casos

Racismo

*Relatório Azul 2005 - 203*

## Dois vestibulandos negros detidos a caminho do vestibular

A confusão protagonizada dia 10 de janeiro 2005 pela Brigada Militar, que suspeitou de dois candidatos negros ao vestibular da UFRGS, retrata a política de segurança pública do governo, que faz vistas grossas às práticas racistas e dá guarida a ações policiais violentas. A manifestação partiu do vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputado Dionilso Marcon, dia 11 de janeiro de 2005, após tomar conhecimento do episódio que adiou o sonho dos irmãos W.F.S., de 17 anos, e C.N.F.S., de 24 anos, de prestarem vestibular para Engenharia Mecânica, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Minutos antes do fechamento dos portões, os dois candidatos foram abordados à mão armada pela BM, quando corriam, atrasados, para fazer a prova na Escola Estadual Professora Leopolda Barnewitz, na Rua João Alfredo, bairro Cidade Baixa. A abordagem policial fez com que os vestibulandos, naturais de Alvorada, perdessem o exame. "Caso fossem dois jovens brancos e loiros, a Brigada agiria da mesma forma?", indagou o deputado, para quem "o Governo estadual deveria se preocupar em prender o apenas Melara, ao invés de investir contra cidadãos comuns". Como vice-presidente da CCDH, Marcon cobrou do Governo uma formação adequada para os policiais, educação continuada, noções de cidadania, além de investigação rigorosa e punição dos responsáveis pelo episódio.

O vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, entregou ao ministro da Educação, Tarso Genro, dia 13 de janeiro 2005, um dossiê sobre o constrangimento sofrido pelos vestibulandos, que foram vítimas de racismo por parte da Brigada Militar. "Está claro que houve uma situação de constrangimento ilegal, de intimidação e de racismo", ponderou Marcon. A CCDH ouviu os vestibulandos e o pai dos jovens, além de oficial o fato para apuração junto aos órgãos de governo.

## Entidades formalizam denúncia de racismo à CCDH e ao MP

Denúncia de racismo envolvendo o secretário F.F, do governo

municipal de Canoas, foi recebida pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos dia 19 de abril de 2004. Idêntico teor da denúncia foi apresentada ao Ministério Público Estadual e ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (Codene/RS). De acordo com os denunciantes, o secretário municipal F.F. teria dito "tenho nojo de nego", durante uma conversa com representante da empresa de eletricidade Mercúrio. O diálogo foi gravado em CD, veio a público junto com outras denúncias sobre corrupção na Prefeitura daquele município.

Os representantes do Movimento Negro Unificado e do Movimento da Consciência Negra Palmares, acompanhados do deputado Edson Portilho, pediram providências ao presidente da CCDH sobre o caso. De acordo com os denunciantes, o secretário F.F. teria feito a afirmação racista ao determinar que o concerto de um bico de luz não fosse feito por funcionário negro.

Os denunciantes relataram aos deputados que a Prefeitura de Canoas demonstrou sinais de racismo em vários momentos. Ele lembrou que a lei de quotas, aprovada pela Câmara Municipal da cidade foi vetada pela Prefeitura, e que o gestor municipal não apoiou as manifestações da Semana da Consciência Negra em homenagem a Zumbi dos Palmares no ano de 2003.

## Entidades e ONGs formalizam denúncia de racismo na CCDH

Dia 9 de agosto de 2004, o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado estadual Fabiano Pereira, recebeu formalmente a denúncia contra o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul (Simers), P.A.M., que durante entrevista pública no dia 2 de agosto, referiu-se às más condições do setor de emergência do Hospital Conceição, de Porto Alegre. Na oportunidade, P.A.M. afirmou que "o local fede, um verdadeiro porão de navio negreiro", o que desagradou algumas entidades de classe de funcionários da saúde do Estado e ONGs ligadas à defesa e garantias de direitos do povo negro.

A denúncia, que também foi estendida à instituição representada por P.A.M., foi formalizada por representantes do Movimento Negro Unificado do RS (MNU), Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, Sindisaúde - República Negra, Federação de Empregados

em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (Feessers), entre outros.

Segundo os participantes, o presidente da Simers poderia se referir às condições insalubres do local de outras formas. “A manifestação tem cunho racista. Existe uma infinidade de termos técnicos que ele poderia ter usado para descrever a má iluminação do local, a pouca ventilação e o espaço físico inadequado do setor de emergência do Hospital Conceição. Gostaria de saber quem são os escravos para ele: são os pacientes? E qual será a função dos técnicos que estão atendendo?”, indagou G.L.F., contestando P.A.M.

A representante do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, R.A.G., destacou que a declaração de P.A.M., foi intolerante e ratifica o pensamento de uma sociedade racista. “Estamos aqui para lutar e denunciar, só assim poderemos mudar essa realidade”, disse a advogada.

A CCDH encaminhou correspondência aos funcionários do Hospital Conceição manifestando solidariedade.

## Projeto Cidades de Direitos Humanos apresentado na CCDH

A ONG Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gêneros, em parceria com a CCDH, realizou em 25 de janeiro de 2005 uma reunião para apresentar à sociedade civil organizada o projeto “Cidades de Direitos Humanos”, desenvolvido pela organização internacional “People’s Movement for Human Rights Education/Pdrhe”, que concedeu a Porto Alegre o título de cidade de direitos humanos. A capital gaúcha é o 12º município no mundo a receber tal reconhecimento.

O título foi oficialmente concedido ao município durante o Fórum Social Mundial, em 2005. Além de diversos representantes de organizações de defesa dos direitos humanos, também estiveram presentes o ministro das Cidades, Olívio Dutra, o ex-prefeito de Porto Alegre, João Verle e o vereador Cassiá Carpes.

## Agressão a jovens judeus por *skinheads* em Porto Alegre

O deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da Comis-

são de Cidadania e Direitos Humanos, condenou em 15 de maio de 2005, a agressão praticada por um grupo de *skinheads* a jovens judeus que estavam numa via pública de Porto Alegre na madrugada de 8 de maio. Os agressores V.D.S.M.J., 25 anos, L.M.P.B. , 26 anos e I.A.S. 23 anos, foram presos em flagrante pela Polícia e levados ao Presídio Central de Porto Alegre. O ataque que desencadeou a investigação policial ocorreu na madrugada na esquina das ruas Lima e Silva e República, no bairro Cidade Baixa, na Capital gaúcha.

Identificados pelo uso do *kipá*, os três estudantes judeus foram cercados por pelo menos oito *skinheads* que agrediram com socos, pontapés e facadas. Um deles sofreu ferimentos no baço e no fígado e permaneceu internado inicialmente no Hospital de Pronto-Socorro e depois no Hospital das Clínicas.

Os agressores foram indiciados por tentativa de homicídio e crime de preconceito étnico. Nas casas em que eles moravam, em Porto Alegre, Caxias do Sul e Guaíba, foram recolhidos livros, bandeiras, cartazes e CDs de exaltação ao nazismo. No Brasil, os "carecas", "skinheads" ou "white power" como são conhecidos, promovem ataques verbais, pichações e agressões dirigidas principalmente a migrantes nordestinos e judeus.

No mundo, os movimentos manifestam-se de forma violenta e têm nas etnias estrangeiras o alvo preferencial dos ataques. O grupo encontra guarida na via institucional parlamentar como a Frente Nacional, na França; a Liga Lombarda e Movimento Social Fascista, na Itália. Em geral, esses grupos se formam nas sociedades que têm dificuldade de inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. A recessão e o desemprego, a degradação do nível de vida, o ressurgimento de preconceitos étnicos e raciais favorecem, a partir dos anos 80, a retomada de movimentos autoritários e conservadores firmados nos princípios neonazistas.

## Vereador de Santa Cruz faz pregação de caráter discriminatório

A CCDH esteve em 14 de abril de 2005, averiguando denúncias de pregação nazista feita por um vereador da cidade de Santa Cruz do Sul. Um vereador é proprietário de publicação e assinou artigos de jornal em que faz afirmações injuriosas contra a cultura negra e judaica. A CCDH remeteu o caso para análise do Ministério Público. O

presidente da CCDH se manifestou repudiando as ideologias que não consideram a virtude da tolerância e do respeito à diferença entre os indivíduos e sociedades. “É condenável toda a atitude que prega a supremacia racial a partir de princípios totalitários”, disse Marcon.

## CCDH elogia Justiça Federal que reconhece Quilombo Silva

O deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, disse que a Justiça Federal age com correção ao reconhecer, em caráter liminar, a posse aos descendentes quilombolas da família Silva, no bairro Três Figueiras, em Porto Alegre. A decisão do juiz Joel Ilan Paciornik, confirma a posição da Vara Ambiental e Agrária 4ª Região da Justiça Federal que indeferiu o pedido de três supostos proprietários de avançarem sobre a área de 4,7 mil metros quadrados onde se encontram os Silva. O mérito da ação ainda vai ser julgado mas o deputado espera que seja feita justiça e confirmado o quilombo aos Silva. “Por ser o primeiro quilombo reconhecido no Brasil, é importante que a União garanta a terra a quem contribuiu historicamente para a preservação e desenvolvimento da identidade nacional”, observou Marcon.

Para sensibilizar a sociedade gaúcha sobre o direito do povo negro, a CCDH realizou audiências e reuniões tanto na Assembléia como no local da área em que se encontra o quilombo. Numa delas estiveram presentes os senadores Paulo Paim (RS) e Mão Santa (PI).

Sistema prisional



Casos

Sistema Prisional

*Relatório Azul 2005 - 209*

## CCDH denuncia revista íntima no presídio regional de Canela

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (CCDH) recebeu denúncia de que familiares estariam sendo submetidos à rigorosa revista íntima para ingressarem no Presídio de Canela.

No dia 16 de novembro de 2003, em visita ao presídio, o presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier, declarou:

“Esta atitude é um retrocesso na luta pelos princípios dos direitos humanos, pois fere a dignidade. É uma arbitrariedade por parte da direção desse estabelecimento, pois desobedece a portaria da Superintendência dos Serviços Penitenciários”. Conforme a portaria da Susepe, em qualquer procedimento de revista, o visitante pode permanecer usando suas roupas íntimas e vestes básicas, sendo vedado o desnudamento. Entre os relatos ouvidos por assessores da CCDH, estava o de uma mãe que teve de se despir diante da filha de pouco mais de um ano. A CCDH solicitou providências à Vara de Execuções Criminais (VEC) da Comarca de Canela, ao Ministério Público e à Susepe, visando abolir essa prática ilegal.

## Greve de fome no presídio de Bagé e desvios em Alegrete

A greve de fome dos detentos do Presídio Regional de Bagé, iniciada no dia 29 de janeiro de 2004, colocou em alerta a CCDH. Denúncias de maus-tratos e tortura por parte de quatro agentes penitenciários, além do precário atendimento à saúde foram os motivos que geraram o protesto dos apenados. Com a intervenção da CCDH, as denúncias cessaram.

Em 16 de setembro 2004, a Associação dos Familiares dos Apenados de Alegrete informou que livros doados pela Universidade Regional da Campanha haviam sido desviados para uma recicladora de papel, em vez de invés de serem destinados para uso dos apenados. Em resposta à CCDH, o administrador do presídio Giovani Nogueira de Matos, disse que efetivamente parte do acervo se deteriorou, pois fora colocado em local impróprio, num sótão, onde a água da chuva os danificou.

## Apenados do semi-aberto de Novo Hamburgo impedidos de sair

Em 26 de maio de 2004, a CCDH recebeu correspondência de reeducandos do Presídio Estadual de Novo Hamburgo, solicitando que intercedesse junto à administração visando a possibilitar as saídas temporárias programadas dos apenados do semi-aberto. A CCDH oficiou à Susepe, que acionou a 3ª Vara Criminal de Novo Hamburgo, visando a garantir o direito aos apenados.

## Contratos emergenciais de assistentes sociais e psicólogos

Uma comissão formada por cerca de 20 psicólogos e assistentes sociais contratados temporariamente no sistema penitenciário estadual esteve na CCDH, no dia 15 de junho de 2004, solicitando uma audiência pública para tratar do término dos contratos emergenciais, que expirariam em 30 de agosto 2004.

Os 114 técnicos contratados teriam de deixar os presídios nos próximos meses, colocando em risco a qualidade dos serviços penitenciários. Eles alegavam que o número de profissionais atuando diretamente com os apenados era insuficiente. Se os contratados saíssem, 50% do efetivo seria extinto, deixando a situação insustentável. Outra preocupação manifestada foi o alto número de presos e o baixo número de técnicos, impossibilitando a operacionalização dos programas de tratamento penal, bem como as progressões de regime e concessão de liberdade condicional. Por solicitação da CCDH, o tema foi sugerido para abordagem em reunião da Comissão de Serviços Públicos.

## Morte de seis presos durante incêndio em Júlio de Castilhos

A CCDH, através de sua assessoria técnica, esteve na cidade de Júlio de Castilhos averiguando as circunstâncias que resultaram na morte de seis internos no presídio local. De madrugada, após desentendimento entre presos, um incêndio irrompeu numa cela. Em seguida os apenados se refugiaram no banheiro, onde buscaram água, sem sucesso, para debelar as chamas. A administração do presídio,

em vez de abrir as portas da repartição para que os apenados pudessem fugir do fogo, deixou o cadeado trancado. Alguns apenados tentaram sair até mesmo por um buraco feito no banheiro, mas foram impedidos por ordem da Brigada Militar. Sem providências, a ala do semi-aberto foi incendiada e seis detentos acabaram vitimados. São eles: T.S.S.; 33 anos, J.A.V.S., 29 anos; S.R.R.V., 19 anos; A.S., 39 anos; E.C.J., 24 anos e A.C.P.S., 31 anos.

Na oportunidade, a CCDH cobrou providências da Secretaria da Justiça e da Segurança, da Promotoria de Justiça da cidade e do governo do Estado, no sentido de amparar as famílias dos apenados mortos, todos oriundos de famílias pobres.

## Espancamentos e falta de médicos na modulada de Osório

Em 10 de janeiro de 2005, a CCDH recebeu visita da mãe do reeducando R.G.C., recolhido na Penitenciária Modulada de Osório (PMO), relatando que seu filho e outros apenados da Galeria V2B foram agredidos, alguns estando feridos com balas de borracha. Os familiares não tiveram acesso ao detento. A CCDH encaminhou a denúncia à Comissão de Execuções Criminais.

No dia 29 de junho de 2005, em visita à Penitenciária, a CCDH constatou a precariedade do atendimento médico aos detentos. Em resposta à CCDH, a Susepe informou que médicos seriam contratados nos próximos dias.

Na verdade, a Susepe optou por encaminhar os detentos para atendimento médico na Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC). O atendimento médico aos apenados de Osório era mantido pela Cooperativa Multipar, por contrato celebrado entre esta e a Susepe, tendo expirado em 12.04.05. A precariedade no atendimento médico se estende até hoje.

## Revista íntima na PASC constrange familiares

Em 12 de janeiro de 2005, a CCDH recebeu denúncia de que na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), familiares de apenados estavam sendo humilhados e constrangidos durante

a revista rotineira a que são submetidos. Relatos apontavam que, na sala de visita, as mulheres eram obrigadas a ficar nuas e a flexionarem o corpo para atestar que não possuíam nenhum objeto suspeito no corpo. As servidoras militares encarregadas de realizar a inspeção manifestaram constrangimento para proceder a revista, tarefa não especificada dentre suas atribuições. Em face das denúncias, a CCDH acionou a Comissão de Execuções Criminais que, em resposta, anunciou a adoção de medidas suspendendo a revista íntima. De igual modo, a CCDH oficiou a Vara de Execuções Criminais sobre o procedimento irregular.

## Na PEJ apenados fazem greve por atendimento médico e jurídico

Em 12 de janeiro de 2005, correspondência de reeducandos da PEJ informava a realização de uma greve de fome em protesto pela falta de atendimento da Defensoria Pública e pela ausência de médicos e dentistas.

Em 23 de março de 2005, M.M.A. denunciou à CCDH estar sendo submetida à rigorosa revista íntima que incluía flexões para visualização do ânus e canal vaginal. Além do procedimento ilegal e vexatório, ao sair fora obrigada a assinar um documento – do qual não lhe foi dada cópia - no qual concordava em ser submetida à revista.

Em 23 de maio de 2005, a mãe do reeducando A.O.F. denunciou que fora levado para audiência para prestar depoimento e, no retorno, teria sofrido maus tratos.

Em 17 de outubro, 30 reeducandos da Galeria "A" entraram em greve de fome para pressionar pela troca de regime e rapidez da Justiça na progressão de penas.

## Problemas diversos envolvem apenados do Presídio Central

Familiares de apenado recolhido ao Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), relataram à CCDH, em 18 de janeiro de 2005, que L.S.S. sofrera maus tratos no trajeto entre o estabelecimento prisional e o Fórum da Tristeza, na Capital. A CCDH oficiou à Comissão de Execuções Criminais, que determinou investigação do caso junto à

corregedoria da Susepe.

Na mesma data, a CCDH recebeu denúncia de familiares de J.R.S., informando que foram abordados por PMs no bairro Medianeira, sendo imobilizados contra um muro e agredidos a socos e pontapés, apenas pelo fato de serem irmãos do apenado e que, ao ser preso, o apenado fora ameaçado de morte por um policial militar.

Outra correspondência, partindo de familiares do detento F.A.P., denunciou que, no trajeto ao ser levado para audiência na cidade de Novo Hamburgo, fora espancado, resultando em seqüelas e necessitando de cirurgia. A Corregedoria da Susepe foi acionada e informou que providenciou averiguação.

Em 9 de fevereiro de 2005, familiares do apenado L.G.S.O. denunciaram na CCDH o tratamento desumano ao reeducando.

L.G.S.O. fora baleado no abdome em confronto com a BM, sendo operado e levado convalescente ao presídio. Como tivera o intestino perfurado, os familiares suplicaram por socorro médico, que ocorreu com a remoção do mesmo para o Hospital Centenário, em São Leopoldo, onde ficou baixado por cinco dias. Ao retornar ao PCPA, ainda convalescente, L.G.S.O. continuou passando mal, vindo a falecer em 16 de maio de 2005. A CCDH oficiou a Comissão de Execuções Criminais, que instaurou expediente para apurar a negligência.

Em 19 de maio de 2005, familiares relataram a dificuldade e humilhações a que eram submetidos, protestando pela limitação diária para a renovação ou concessão de carteiras. Denunciaram, ainda, a existência de goteiras, chuveiro com água fria e o esgoto aberto existente nas dependências das celas, com água fétida escorrendo pelas paredes.

Em 08 de agosto de 2005, correspondência de 21 ex-policiais militares que estavam na triagem do PCPA, reclamou à CCDH direito a banhos de sol, mais higiene e informações dos processos.

Em 30 de agosto, apenados do presídio Central de Porto Alegre denunciaram falta de assistência médica aos doentes, incluindo um preso com meningite que estava dividindo a cela com outros presos.

## Revista íntima e falta de programas socioeducativos em Erechim

Em 21 de janeiro de 2005, a CCDH recebeu carta do vereador Silvério Fortunato, da Câmara de Erechim, denunciando que os fa-

miliares estavam sendo submetidos à revista íntima, sendo obrigados a ficar nus.

A CCDH fez pedido de informações à Susepe, reafirmando a necessidade do cumprimento da Portaria nº 002/2000, que acabara com a revista íntima.

Em 23 de agosto de 2005, a CCDH recebeu correspondência da vereadora Vania Isabel Smaniotto Miola, da Câmara de Vereadores de Erechim, apontando a falta de programas de reeducação de apenados no presídio local.

## De Guaporé, reclamações pela falta de progressão de regime

A CCDH participou, no dia 12 de março de 2005, de reunião na Câmara de Vereadores de Guaporé, organizada pela vereadora Veridiana Tonin. Contando com a presença de familiares, o atraso na progressão de regime foi avaliado e remetido o problema à Susepe para análise de sua Corregedoria.

## Superlotação, más condições e um chuveiro para 73 detentos em Caxias

Correspondência originária da Corregedoria do Tribunal de Justiça, em 23 de fevereiro de 2005, solicitou à CCDH providências no sentido de sanar problemas verificados na Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, onde 75 reeducandos com mais de 1/6 da pena cumprida estariam confinados numa sala de 20m x 15m, dormindo no chão, em precárias condições de higiene, com 2 sanitários e apenas 1 chuveiro para todos. Entre os apenados, encontravam-se soropositivos sem o recebimento de atendimento médico e medicação adequada. A CCDH oficiou à Corregedoria da Susepe e à Promotoria de Justiça de Caxias do Sul.

Em novembro de 2005, a promotora local Rejane Vieira e Silva informou à CCDH que conhecia as carências da casa prisional e que estas serão solucionadas com a construção, até meados de 2006, de novo estabelecimento para abrigar 460 apenados na localidade de Apanhador, junto à Rota do Sol. No final do mesmo mês, a Juíza Sonáli da Cruz Zluhan proibiu o ingresso de mais detentos na Penitenciária, em função da superlotação.

## No Albergue de Gravataí, reeducandos dormem no chão

Em 25 de maio de 2005, a CCDH recebeu denúncia de que no Albergue de Gravataí, que abriga 40 reeducandos, 12 deles dormiam no chão e sem colchão. A CCDH pediu providências do MP.

## Detentos algemados no Hospital Vila Nova em Porto Alegre

No dia 16 de junho de 2005, após apurar uma denúncia anônima, o presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, esteve no Hospital Vila Nova, em Porto Alegre. Ao chegar, constatou que vários apenados em tratamento de saúde, na enfermagem fechada reservada à Susepe, estavam acorrentados pelos tornozelos.

O deputado Dionilso Marcon, declarou que “essa situação revelou um excesso inconcebível, pois a pena que o preso recebe é de privação da liberdade e não de ficar acorrentado durante seu tratamento”.

Na verdade, o sistema prisional deveria providenciar o atendimento médico em estabelecimento próximo às casas prisionais em vez de colocar os apenados em hospitais distantes, numa situação que constrange tanto os reeducandos como os demais pacientes internados em tais hospitais. A situação encontrada no Hospital Vila Nova foi objeto de registro feito por organismos internacionais.

## Inspeção constata precariedades no Madre Pelletier

Em 22 de junho de 2005, a CCDH e o presidente do Sindicato Médico do RS (Simers), visitaram a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, em Porto Alegre, onde constataram que 21 apenadas e crianças com até 3 anos de idade, estavam precariamente alojadas, em celas com falta de ventilação, mofo e umidade excessiva que gerava mau cheiro.

As crianças tinham asma, conjuntivite, complicações respiratórias e doenças infecto-contagiosas. As camas estavam amontoadas nos quartos, pedaços de madeira improvisavam berços para as crianças e um quarto fora montado em uma cozinha. As crianças não tinham espaço ou brinquedos para a recrea-

ção, e sequer para tomar sol, tampouco havia espaço para secar roupas.

## Revista íntima motiva motim no presídio de Passo Fundo

A CCDH esteve, no dia 30 de junho de 2005, em Passo Fundo, acompanhando o desenrolar do motim no Presídio Regional da cidade. O protesto dos apenados foi devido à revista íntima aos familiares, procedimento irregular que se verificou em diversos outros estabelecimentos penais do Estado.

Os relatos apontaram excesso na ação da BM durante o motim, que “saturou” as galerias jogando gás lacrimogêneo. Muitos presos ficaram lesionados mas, temendo ser transferidos, omitiram as lesões. Há relatos de que, no momento de selecionar os presos que organizaram a manifestação, a BM agiu com violência e arbitrariedade. A CCDH enviou os relatos dos familiares dos presos ao governador do Estado e às Varas de Execuções Criminais de Uruguaiana, Passo Fundo e Ijuí.

## De Rio Grande, a VEC remete cartas de apenados

Em 6 de setembro de 2005, a CCDH recebeu correspondência da Vara de Execuções Criminais de Rio Grande, apresentando cartas de reeducandos que estariam há mais de 20 dias sem sol, dormindo no chão, sem alimentação, numa sala isolada e sem receber visitas de familiares. A CCDH oficiou o fato à Corregedoria da Susepe.

## No albergue feminino, falta de atendimento médico leva à morte

Em 09 de setembro de 2005, a CCDH recebeu da Defensoria Pública de Porto Alegre, denúncia de falta atendimento médico na Casa Albergue Feminino de Porto Alegre, resultando na morte de Anelise Escobar. A gravidade do estado de saúde de Anelise motivara protesto de outras apenadas, mas ao invés de lograr o socorro à convalescente, as detentas foram punidas por conta de sua manifestação.

## CCDH participa de encontro com familiares de apenados

A deputada Miriam Marroni, vice-presidente da CCDH, compareceu ao 1º Encontro Estadual sobre “A Situação Familiar dos Apenados e Egressos do Sistema Penitenciário Gaúcho”, realizado no dia 6 de outubro de 2005, no auditório Dante Barone. O papel da família, o apoio das organizações não-governamentais (ONGs) aos apenados e seus familiares, o sofrimento psíquico e a dependência química foram temas abordados no evento.

A deputada lembrou questões que considera prioridade no que se refere à situação dos apenados. “A saúde é o problema principal enfrentado pelos presos, a falta de medicamentos e médicos angustia os familiares”, disse a deputada. Para a parlamentar, é preciso lutar para que essa realidade seja alterada. Ela defendeu a realização de cursos de capacitação e de reciclagem dos profissionais que atuam no sistema prisional como forma de abrandar os problemas.

Sobre as ações que poderiam contribuir para a melhoria das condições das famílias dos apenados, a deputada destacou a inclusão em programas do governo federal, como o Bolsa-Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. “Estas famílias se encontram em situação de risco e deveriam merecer mais atenção dos municípios”, defendeu. Pregou, ainda, a criação de espaços para atividades físicas, trabalho, bibliotecas e um modelo diferenciado que permita a escolarização dos presos. “Estas ações poderão contribuir, de forma efetiva, para seu regresso à sociedade”, finalizou.

## Apenados em greve querem rapidez da Justiça

No dia 19 de outubro de 2005, o deputado Dionilso Marcon, presidente da CCDH, encaminhou ofício ao Ministério Público relatando a angústia dos apenados que protestam com greves de fome e reivindicam a agilização dos processos que visam a assegurar a progressão de regime. O deputado disse que, embora haja o trabalho dos advogados criminalistas, os processos param na Vara de Execuções Criminais, que, por sua vez, reclama da falta de recursos humanos para analisar os mais de 15 mil processos existentes no órgão. A VEC

opera com dois juízes e 31 funcionários e, a cada dia, chegam 400 novos processos ao órgão.

Marcon disse que a Justiça tem de garantir os prazos de cumprimento das penas, avançando nos regimes e garantindo aos presos o direito à ressocialização. “O Estado tem de garantir estrutura para que a Justiça seja ágil e rápida”, acrescenta o deputado.

Como resposta ao ofício expedido pela CCDH, a promotora de Justiça, Sandra Goldman Ruwel, comunicou o indicativo de reunião com os grevistas do complexo penitenciário de Charqueadas.

## Falta de condições também na modulada de Uruguaiana

Em 24 de outubro de 2005, a CCDH recebeu correspondência dos vereadores de Uruguaiana Liliane Repiso Riela, Alfeu Freitas e Gilberto Risso, com a denúncia de que, durante visita ao Albergue Estadual daquela cidade, fora verificada superlotação com condições subumanas além de péssimas instalações elétricas e sanitárias e falta de camas. A CCDH oficiou o fato à Corregedoria da Susepe.



Saúde



Casos

Saúde

*Relatório Azul 2005 - 221*

## CCDH acompanha dificuldades na Casa de Saúde de Santa Maria

O deputado Fabiano Pereira, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (CCDH), lamentou, em 5 de abril de 2004, o descaso com que a Secretaria de Saúde do Estado tratou a situação da Casa de Saúde de Santa Maria. O hospital, que atendia 90% dos pacientes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), foi reaberto em 2001, e estava ameaçado de ser leiloado em função de uma dívida da mantenedora. Foi criado um Grupo Técnico de Trabalho, formado pela Prefeitura, pelo Estado e pelo Ministério da Saúde para estudar a desapropriação da Casa de Saúde, transformando-a em hospital público e evitando a ameaça de venda do patrimônio.

## Denunciadas perseguições a funcionários de hospital em greve

O deputado Fabiano Pereira, presidente da CCDH, reuniu-se, no dia 20 de abril de 2004, com representantes de funcionários do Hospital Municipal Getúlio Vargas, de Sapucaia do Sul, que estavam em greve. Os funcionários denunciavam perseguições e ameaças de demissão aos servidores que participavam da paralisação. Fabiano levou o problema ao conhecimento do Ministério da Saúde, já que o hospital é mantido com recursos públicos.

Trabalho, emprego



Casos

Trabalho,  
emprego

*Relatório Azul 2005 - 223*

## CCDH quer informações da GM sobre dirigente sindical demitido

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa (CCDH), deputado Fabiano Pereira, enviou, em 12 de maio 2004, ofícios à direção da fábrica General Motors de Gravataí e ao Ministério Público do Trabalho, solicitando informações e providências sobre a demissão do funcionário C.B..

Além de ser dirigente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, cargo que confere estabilidade ao trabalhador, C.B. é portador de Lesão por Esforço Repetitivo (LER), doença ocupacional causada em função das condições de trabalho, situação que também não permitiria sua demissão. Em protesto à demissão, C.B. acorrentou-se em frente à fábrica.

“Esperamos que a direção da GM tenha respostas para as nossas indagações, porque, em princípio, nos parece uma demissão ilegal, irregular e arbitrária”, afirmou o deputado. O caso também foi encaminhado à Delegacia Regional do Trabalho.

Até o momento a CCDH não teve retorno das providências relativas ao caso.

## Denúncias contra a Frangosul de Montenegro chegam à CCDH

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Montenegro e Região estiveram reunidos, em final de julho de 2004, com o presidente da CCDH, deputado Fabiano Pereira, para denunciar irregularidades na empresa Doux Frangosul, localizada naquela cidade.

Segundo os sindicalistas, as reclamações sobre más condições de trabalho, exigências de cumprimento de horas extras e demissões de funcionários que retornam do auxílio-doença acidentário, chegam com frequência ao sindicato.

No setor de embutidos, por exemplo, a queixa maior é referente ao calor e à umidade da sala. De acordo com os relatos, os funcionários ficam diretamente em contato com os “vapores quentes que saem das máquinas”. Também reclamam que trabalham com os pés molhados, fato já relatado à direção da empresa.

O coordenador geral do Sindicato, Daniel Bilheri, destaca outra questão preocupante: há setores que exigem atestados médicos dos funcionários que precisam ir ao banheiro mais de duas vezes ao dia. De acordo com o coordenador, o funcionário que descumprir a ordem, sem o devido respaldo médico, é punido com advertência e até suspensão. "As pessoas não querem mais trabalhar na empresa, que já está procurando preencher seu efetivo fora da região", disse o sindicalista.

Entre outras denúncias está a estimulação à auto medicação - já que cada setor possui uma caixa com medicamentos, evitando que o funcionário precise se deslocar até o ambulatório - advertências, suspensões e o não comunicado de acidentes de trabalho ao Sindicato.

De acordo com os sindicalistas, no primeiro semestre de 2004, 126 trabalhadores se afastaram da empresa: 11 por acidentes de trabalho e 115 por auxílio-doença. O sindicato calcula que, em média, 21 trabalhadores são afastados por mês.

Diante das denúncias, Fabiano Pereira encaminhou as queixas ao Ministério Público do Trabalho e avaliou a possibilidade de realizar uma audiência pública para tratar do caso.

Em 14 de abril de 2004, o deputado Dionilso Marcon passou por Montenegro e novamente reuniu-se com diretores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Montenegro e Região. Os sindicalistas denunciaram que 209 trabalhadores, correspondendo a 10% da categoria, estão afastados do trabalho por problemas de saúde. João Marcelino da Rosa, diretor da entidade, afirmou que existem 161 trabalhadores afastados com auxílio-doença, 38 por acidente de trabalho e 10 aposentados por invalidez.

O relatório entregue ao deputado apresentou um conjunto de denúncias que apontaram as chefias e encarregados dos frigoríficos da região como responsáveis pelo desrespeito aos direitos trabalhistas. "Os funcionários continuam sendo destratados e não são atendidos em seus direitos", observava.

Entre os casos relatados no documento, estão trabalhadores lesados por doenças ocupacionais, que têm a perícia médica maquiada, sendo remetidos de volta à empresa sem condições ou sendo demitidos sem a devida indenização.

O relatório cita o caso de trabalhadoras que não têm atendimento médico ou que têm laudos retidos pelas chefias impedindo o atendimento; falta de comunicação de acidentes de trabalho junto ao

INSS; trabalhadores atuando em condições insalubres e sem proteção adequada; chefias constringendo e humilhando funcionários, gerando um clima de tensão nas empresas; convocação forçada para cumprir horas-extras em dias e horas não consensuadas pelos trabalhadores, criação de regras que limitam a ida diária ao sanitário com punições de advertência e suspensão a quem não aceita as ordens.

A direção do Sindicato, ao entregar o documento ao presidente da CCDH, pretendeu ampliar a luta contra o desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Neste sentido, as lideranças do sindicato solicitaram a intervenção da Assembléia Legislativa para pressionar as empresas a cumprir a legislação trabalhista. Marcon disse que a CCDH é parceira na luta pelos direitos dos trabalhadores e se dispôs a reunir as partes para uma audiência pública na Assembléia para expor as posições de cada segmento.

A audiência pública aconteceu no dia 23 de novembro de 2005.

## CCDH recebe denúncia de seqüestros a bancários

O presidente da CCDH, deputado Fabiano Pereira, recebeu, no dia 30 de dezembro de 2004, denúncia encaminhada pela Federação dos Bancários sobre o aumento da violência contra funcionários de bancos no Estado.

Somente no mês de dezembro de 2004, ocorreram 19 assaltos a bancos e lotéricas, onde, em seis ocasiões, os crimes tiveram reféns, e dois com seqüestros de funcionários. Esse levantamento, explica o diretor administrativo da Federação, Ademir Wiederkehr, foi feito apenas em cima das notícias divulgadas pelos órgãos de imprensa.

Além dos assaltos, Wiederkehr relatou ao deputado Fabiano Pereira uma prática perigosa realizada em agências do interior do Estado. "É comum que o gerente ou o tesoureiro fiquem com a chave do banco e a levem consigo para casa, o que facilita muito a ação dos bandidos, que identificam essa pessoa, a seqüestram ou à sua família, e a obrigam a abrir as portas do banco", denuncia.

Outro exemplo citado por ele, ocorreu, também no dia 30 de dezembro de 2004, na cidade de Palmeira das Missões, quando funcionários do Banrisul que levavam malotes para distribuir em agências de região, foram atacados no veículo e viraram reféns dos assaltantes.

A CCDH enviou pedido de informações à direção do Banrisul.

“É de responsabilidade do banco a contratação de empresas especializadas em transporte de valores, com pessoal e material habilitado para este tipo de operação. Não é possível que funcionários do banco se sujeitem à tamanha exposição”, salientou o deputado.

No documento entregue pela Federação dos Bancários, consta, também, a denúncia de que algumas instituições não têm dado o correto apoio às vítimas de assaltos ou seqüestros. Ademir aponta irregularidades na emissão da Comunicação por Acidente de Trabalho (CAT), além de falhas no atendimento médico e psicológico.

A CCDH, em face da insegurança bancária, realizou, em agosto de 2005, uma audiência pública em que aprofundou o tema e debateu a situação com órgãos públicos, banqueiros e bancários.

## CCDH reúne trabalhadores de cooperativa que atua na CEEE

No dia 20 de janeiro de 2005, o presidente da CCDH, deputado Fabiano Pereira, promoveu mais um encontro para debater a situação de 44 pessoas portadoras de deficiências físicas e visuais (PPDs) que perderiam seus postos de trabalho no final daquele mês. Prestando serviço à CEEE através da cooperativa Coopervisão, os trabalhadores tiveram o contrato suspenso por ordem do Ministério Público do Trabalho e deveriam encerrar no final de janeiro de 2005. O contrato já deveria ter sido suspenso em novembro de 2004, mas os trabalhadores conseguiram prorrogá-lo por mais 60 dias.

De acordo com o diretor de distribuição da CEEE, Luiz Antônio Leão, a empresa tem total interesse em manter os trabalhando, já que não há concursados para suprirem as vagas. “A empresa precisa realizar concurso público para ocupar essas funções e depois há a necessidade de os aprovados realizarem um treinamento de seis meses até que ocupem, finalmente, os cargos”, disse ele.

Em dezembro de 2004, quando a CCDH recebeu os trabalhadores e organizou uma reunião para tratar do assunto, estavam presentes representantes da cooperativa, diretores e assessores jurídicos da CEEE. O Ministério Público do Trabalho (MPT) não mandou nenhum representante.

Diante da necessidade de ouvir a posição do MPT – que determinou que a CEEE deveria substituir os terceirizados por funcionários concursados e, uma vez não cumprida, a empresa seria multada –

a CCDH solicitou uma reunião com os envolvidos. O Ministério preferiu recebê-los separadamente. No dia 11 de janeiro de 2005, recebeu representantes da Cooperativa e, no dia seguinte, a direção da CEEE.

O impasse não foi solucionado já que ambos – conforme revelaram na reunião realizada na CCDH – receberam informações diferentes do MPT. A assessora Jurídica da Coopervisão, Helena Alves, contou que o procurador do Trabalho do MPT, Alexandre Corrêa da Cruz, teria sinalizado a possibilidade dos trabalhadores continuarem na CEEE caso a empresa enviasse ao MPT um documento solicitando a prorrogação do contrato de trabalho com a cooperativa. O diretor de distribuição da CEEE, Luiz Antônio Leão, alegou que, na reunião que tivera com o procurador, todas as alternativas citadas pela CEEE para manter a cooperativa não foram aceitas.

Diante disso, a CCDH, a CEEE e a Coopervisão produziram um documento, que foi entregue ao MPT na segunda-feira, 24 de janeiro de 2005, reforçando o pedido de prorrogação do contrato de trabalho.

Mais tarde, um acordo foi celebrado no MPT, que possibilitou prorrogar o contrato de trabalho até janeiro de 2006.

## CCDH confere trabalho escravo em fazenda de Cambará do Sul

O jovem F.V.C, de 14 anos, foi protagonista de uma denúncia que levou à prisão do capataz R.B., de 29 anos, no interior do município de Cambará do Sul. Trabalhando mais de 12 horas por dia, de segunda a segunda, sem descanso no final de semana, 34 trabalhadores, sendo cinco menores, um com 14 anos de idade, foram buscados no município de Wenceslau Brás, no norte do Paraná, e trazidos a uma fazenda onde eram mantidos na condição análoga ao trabalho escravo.

Eles viajaram ao RS sob a promessa de emprego e salários que variariam de 1 mil a 1,5 mil reais por mês. Mas o que os trabalhadores encontraram na fazenda de R.B, no distrito de Tainhas, distante 40 km do centro da cidade, foi uma vida de sofrimento, angústia e tristeza. A área era cultivada com plantação de feijão, batata e alho.

Os trabalhadores eram alojados num pavilhão de madeira onde tinham horários controlados para dormir e até para ouvir música. “O banho era tomado frio porque o capataz desligava a energia, minutos

após nos recolhermos ao galpão”, contava um agricultor. A alimentação era deficiente. Todos eram obrigados a levantar ao clarear do dia, servir-se de uma xícara de café preto, sem pão e seguir para a lavoura, retornando ao meio-dia, onde era servido uma porção de arroz e feijão com salsicha.

Quase todos os dias era a mesma refeição. Não havia hora para folga ou descanso após o almoço. Por um dia cheio de trabalho cada empregado tinha creditado o valor de R\$15,00 mas, se o trabalhador não cumprisse a totalidade da jornada, tinha o valor descontado. Quem quisesse comprar algo devia fazê-lo na venda em poder do empreiteiro onde as mercadorias tinham preço superfaturado. Um agricultor comprou um chinelo e pagou R\$ 12 reais, outro pagou R\$ 1,70 por um pacote de biscoitos, e uma toalha de banho era vendida por RS 18 reais. As ferramentas, como tesouras e luvas, eram poucas e sua compra era debitada na conta de cada um.

Se alguém se machucasse – o que acontecia com frequência devido à falta de equipamentos de segurança - era abandonado à própria sorte. Não havia, na fazenda, sequer um kit de pronto-atendimento. Um trabalhador reclamou de forte gripe e obteve do capataz a resposta de que não podia fazer nada e que “gripe não mata”. As mãos e pernas de cada um, sem proteção, revelavam feridas e cicatrizes ao arrancar feijão ou devido ao manuseio intensivo de tesouras na separação do alho.

Toda essa situação de opressão caracterizada como regime de trabalho escravo, levou o adolescente F.V.C. a se revoltar depois que não obteve o consentimento do capataz para que pudesse descansar recuperando o fôlego. O menino conta que estava com dor nas costas depois de um turno de trabalho estafante e queria apenas descansar. O capataz não atendeu à reclamação do adolescente e forçou o menino a ir para a colheita na marra. “Colocou-me dentro do ônibus que levava para a plantação onde trabalhei a tarde inteira”, relatou o adolescente, mais tarde, ao delegado e aos assessores da CCDH.

Após a denúncia, o delegado foi ao local da fazenda e encontrou os trabalhadores revoltados. O capataz R.O.B. portava, ainda, uma espingarda sem registro, que, conforme contam os agricultores era usada para intimidar quem desobedecesse seus comandos. A arma fora apreendida, R.O.B. foi levado preso e responde a processo pelo motivo de manter trabalhadores à condição análoga de escravo, como prevê o artigo 149 do Código Penal.

A CCDH, tão logo soube do fato, deslocou-se com o presidente,

deputado Dionilso Marcon e sua assessoria para o local.

Lá encontrou os trabalhadores revoltados. A Delegacia Regional do Trabalho, também acionada, foi verificar as condições do vínculo empregatício dos trabalhadores orientando os acordos de indenização antes de remeter os trabalhadores de volta ao Paraná. O presidente da CCDH articulou com o prefeito municipal Décio Colla, que providenciou alimentação num restaurante da cidade. À tarde todos foram reunidos num salão com a presença de técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego e representantes do empregador visando à realização de acordos.

Dias depois, todos os trabalhadores retornaram à sua terra natal, em Presidente Wenceslau Brás.

Violência policial



Casos

Violência policial

*Relatório Azul 2005 - 231*

## Abuso de autoridade contra comerciante no bairro Teresópolis

O pequeno comerciante A.A.C., de 54 anos, estabelecido com a família no bairro Teresópolis, em Porto Alegre, procurou a CCDH para denunciar que, no dia 4 de maio de 2004, se encontrava em sua residência acompanhado da mãe e de um sobrinho quando, de repente, teve a casa invadida por quatro policiais militares. Estes, sem mandado judicial, e de arma em riste, cercaram A.A.C. e efetuaram uma revista em toda a casa. Na inspeção, encontraram um revólver sem registro, que pertencia à sua mulher, adquirido 20 anos antes. Acusado de manter uma arma ilegal em casa, A.A.C. foi levado para prestar informações na Polícia Civil e depois conduzido ao Presídio Central. Somente um dia após, através de *Habeas Corpus*, reconquistou a liberdade.

A CCDH oficiou o fato ao Corregedor-Geral da Brigada Militar.

## Marcon condena truculência da BM em manifestação estudantil

O vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputado Dionilso Marcon, classificou de truculenta e desproporcional a ação da Brigada Militar durante manifestação de estudantes em frente ao Palácio Piratini, em 12 de maio 2005. Cerca de 100 manifestantes protestavam contra a política internacional dos Estados Unidos, durante visita da embaixadora Donna Hrinak ao governador, quando foram surpreendidos por policiais militares que passaram a agredi-los com chutes e cacetetes. "O que se viu na Praça da Matriz é digno dos piores momentos da ditadura militar e incompatível com um governo que se diz do diálogo e da pacificação", criticou.

Os estudantes I.R.M., 23 anos, C. P., 20 anos, e J.C.N., 35 anos, foram detidos. I.R.M, que chegou a ser arrastado pelo chão por um policial, e J.C.N foram atendidos no Hospital de Pronto Socorro devido aos ferimentos. A confusão iniciou depois que a bandeira dos Estados Unidos, hasteada na fachada do Palácio Piratini, foi arriada por manifestantes. "Há um evidente retrocesso na relação entre o governo gaúcho e os movimentos sociais. O espancamento de manifes-

tantes tem-se tornado uma rotina no Rio Grande do Sul, evidenciando o caráter repressivo do atual governo”, constatou Marcon, à época.

## CCDH cobra apuração e providências sobre morte de promotor de justiça

O promotor de Justiça Marcelo Küfner foi morto a tiros, na madrugada de 14 de maio de 2005, em Santa Rosa, pelo soldado da Brigada Militar H.J.A.. O soldado dirigia embriagado ao bater seu veículo contra uma árvore, em frente à sede da Promotoria, de onde Marcelo saía por volta da 1h. O promotor acionou a Brigada Militar para atender a ocorrência, solicitando que fosse realizado teste de bafômetro no brigadiano. Segundo as informações do MP, no momento em que entregaria a arma que portava aos policiais, o soldado sacou de um revólver calibre 38 desferindo seis tiros contra o promotor, que chegou sem vida ao hospital. O soldado já possuía acusações de tentativa de homicídio e abuso de autoridade, mas havia sido transferido do município onde estava lotado na Brigada Militar. H.J.A. foi preso em flagrante, teve a prisão preventiva decretada e foi transferido para a Penitenciária Modulada de Ijuí. Na época, o delegado Danilo Flores, da 1ª Delegacia de Polícia de Santa Rosa, afirmou que o militar seria indiciado por homicídio duplamente qualificado, porte de arma de uso proibido e direção perigosa por conduzir veículo embriagado.

Surpreendido pela brutalidade e gratuidade do assassinato do promotor de Justiça, o presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputado Fabiano Pereira, manifestou pesar e solidariedade à família do promotor e ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. “É um acontecimento dramático e extremamente doloroso, não só para todos os cidadãos de bem, mas principalmente para o Ministério Público do Estado.

Jovem e qualificado, Marcelo havia sido aprovado em primeiro lugar no concurso para promotor, e certamente era uma promessa de trabalho dedicado e eficiente na defesa dos direitos da comunidade onde atuava”, disse o presidente da CCDH. O vice-presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, afirmou que o assassinato do promotor “não é um fato isolado, e o episódio se inse-

ria no contexto de violência policial crescente verificado no Estado desde 2003". "O aumento das mortes de pessoas inocentes, em ações policiais, como foi o caso de um professor de educação física em Porto Alegre em 2003, o espancamento de professores, estudantes e trabalhadores rurais e o assassinato do promotor revelam que a polícia gaúcha está sem controle", afirmava Marcon.

## Professor dos EUA fala sobre segurança na CCDH

O professor Enrique Arias, da John Jay College da City University of New York, visitou a CCDH, em agosto de 2004. Na oportunidade relatou que veio ao Brasil para avaliar a situação da segurança pública e escolhendo o RS e mais seis estados. Professor de Ciência Política, no ensino de Justiça Criminal, desenvolveu, entre 1997 e 1998, análise sobre a segurança pública no Rio de Janeiro e lida com o tema segurança pública e direitos humanos.

Na oportunidade, Arias condenou o atentado que provocou a morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que chefiava a Organização das Nações Unidas no Iraque.

## Brigadiano agride com golpes de espada no Parque Harmonia

No dia 19 de setembro de 2004, junto ao Acampamento Farroupilha, no Parque da Harmonia, em Porto Alegre, o cidadão A.L.A.G., depois de discutir com o soldado D.P.B.S., integrante do 1º Esquadrão de Polícia Montada que, a cavalo, estava realizando policiamento ostensivo, foi agredido a golpes de espada. A vítima disse que o brigadiano, de forma áspera e aos gritos, ordenou que corresse. Como não obedeceu, passou a ser alvo de agressões que causaram lesões no corpo e um corte profundo na nuca, tendo necessitado de sutura com mais de dez pontos.

A CCDH oficiou o fato ao Comandante Geral da Brigada Militar que abriu sindicância, concluindo por remeter o fato à análise da Justiça Militar sob o indicativo de que o gesto policial revela "indícios de crime militar e de transgressão de disciplina".

## Desembargador agredido por PMs convidado a falar aos deputados

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Dionilso Marcon convidou para comparecer à CCDH, o desembargador Marco Antônio Bandeira Scapini, que fora agredido pela BM, no estádio de futebol durante o jogo do Grêmio, em Pelotas. Na condição anônima de torcedor, o desembargador foi conferido como os membros das torcidas são tratados nos estádios de futebol. O desembargador declinou do convite de falar aos deputados sobre a agressão sofrida.

## CCDH visita jovem baleado por policial

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Dionilso Marcon, visitou o jovem F.O.S., de 24 anos, baleado por policial civil ao ser confundido com assaltantes, na terça-feira 5 de abril de 2005, em São Leopoldo.

Três agentes do Departamento Estadual de Investigação Criminal procuravam uma quadrilha em São Leopoldo e abordaram o veículo em que estava F.O.S. junto com outros jovens. O grupo pensava tratar-se de um assalto e arrancou o carro, momento em que foi atingido por tiros disparados pelos policiais. Conforme depoimento dos rapazes, que estavam com a vítima no momento da ação policial, os policiais apenas se identificaram após dispararem suas armas, não portavam insígnia de policiais, gerando a confusão. "Não é mais possível conviver com este tipo de polícia, que atira primeiro para depois saber quem está do outro lado", disse Marcon, à época. "Isso é consequência de uma política de segurança pública equivocada e desastrosa", afirmava Marcon, que foi levar sua solidariedade aos familiares da vítima.

O jovem, paraplégico, devido à bala alojada na coluna, continuava buscando que o Estado lhe garantisse essa assistência.

## Artesão espancado por PMs na zona sul da capital recorre à CCDH

O artesão A.L.G., 35 anos, procurou, em 3 de maio de 2005, a

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa para relatar que foi vítima de violência policial no último dia 30 de abril de 2005, quando foi espancado, chutado e humilhado. A vítima contou que depois de freqüentar um bar da orla de Ipanema, por volta de 22 horas, em local não identificado na zona sul da capital, estando em estado alcoolizado, discutiu com vigias de uma empresa privada localizada ao longo de via pública. Em seguida, uma viatura da BM se aproximou e o abordou dando voz de prisão. Relatou que os PMs o algemaram e levaram até lugar ermo, em rua sem saída, onde foi arrastado e espancado com crueldade. Contou que os policiais o impeliram a confessar a autoria de crimes como furto, assalto e seqüestro, dando a entender que estavam querendo justificar a detenção. Rendido, foi jogado ao chão, algemado, chutado e humilhado, sendo molestado sexualmente com os policiais puxando-o pelas partes íntimas. Contou que um policial lhe dizia: "te defende se tu é bem macho!". Não satisfeitos, os algozes anunciaram que o levariam até um local para ser morto. "Vou te matar", dizia o militar, intimidando-o e forçando-o a confessar eventuais delitos. Ao ser erguido para ser colocado na viatura, recebeu uma "gravata" por parte de um brigadiano e, em atitude de defesa, A.L.G. acabou mordendo o braço do PM.

Com o rosto sangrando devido a ter sido arrastado no chão, a vítima foi colocada na viatura para ser levada para lugar ignorado. Em dado momento, aproveitando a parada em semáforo, A.L.G. conseguiu abrir a porta da viatura, e se jogou no chão da via. Neste momento, um cidadão dirigindo uma *mercedes* parou e tomou partido da situação, intervindo no episódio. Indagou os policiais sobre as circunstâncias da ocorrência e ouviu o relato de que André estava sendo socorrido após ter caído em algum lugar da cidade. Desconfiado, o proprietário da *mercedes* determinou que a pessoa fosse levada para atendimento médico, seguindo a viatura policial até a Unidade de Saúde da Vila dos Comerciários.

Da unidade do SUS, devido ao estado grave em que se encontrava, A.L.G. foi removido ao Hospital de Pronto Socorro, onde foi atendido. Nos laudos do atendimento especializado, há a constatação das múltiplas lesões e traumatismos em várias partes do corpo.

Ao tomar conhecimento do fato, o deputado Dionilso Marcon, determinou diligências visando a apurar as circunstâncias da violência contra o artesão. Expediente foi encaminhado ao governador do Estado e ao Ministério Público Estadual. Até o momento a CCDH não foi informada de providências tomadas pela BM, relativas ao caso.

## Família de menino baleado expõe drama a deputados da CCDH

Os deputados Dionilso Marcon e Miriam Marroni, respectivamente presidente e vice da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, receberam, em 11 de março de 2005, a visita de L.Q.S. Ela é esposa de P.A.S., agricultor e mãe do menino A.S.S., 13 anos, baleados durante operação policial há oito meses na residência situada na zona rural de Fontoura Xavier. Na oportunidade, L.Q.S. o filho A.S.S. e o marido P.A.S. estavam tomando chimarrão dentro de uma casa simples onde moravam no interior de Fontoura Xavier. De repente, um grupo de policiais do grupamento anti-sequestro, chegou à residência atirando contra a casa do agricultor ferindo gravemente P.A. S. e o filho A.S.S. O chefe de família teve um rim esfacelado pelos tiros da polícia e o menino levou um tiro no braço. Os policiais haviam errado o alvo e estavam em busca de um cativo de um seqüestro Ocorrido na região.

Passados mais de sete meses do ocorrido, L.Q.S mostrou-se inconformada com a falta de atenção do governo estadual que praticamente abandonou a família após ser vitimada pela violência dos policiais. Ela disse que o menino A.S.S. passava noites sem dormir por causa da dor no braço alvejado por uma bala na altura do cotovelo. "Meu filho está com o braço paralisado e sem movimento", observava P.A.S.. Se não bastasse o trauma familiar, ela revelou a dificuldade de contar com assistência jurídica para o caso, já que o advogado que assistia à família foi assassinado em Soledade.

Na oportunidade, o deputado Dionilso Marcon estranhou o abandono do caso pelo Governo do Estado e encaminhou ofícios solicitando assistência. "É inconcebível que o governador lave as mãos num caso de truculência patrocinada por servidores que exorbitaram sua ação", dizia Marcon, entendendo que tanto o menino como seu pai deveriam receber assistência, tanto psicológica como financeira do Estado.

## CCDH avalia excessos durante abordagem policial em Dom Pedrito

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assem-

bléia Legislativa, presidida pelo deputado Dionilso Marcon, recebeu ofício em 15 de março de 2005, assinado por Giuliano Viero Giuliano, juiz de direito e diretor do Foro de Dom Pedrito, contendo relatos de procedimentos adotados pela Polícia Militar nas noites dos dias 5 e 6 de março, no centro da cidade, envolvendo brigadianos e população.

O dossiê, entregue à CCDH, inclui um abaixo-assinado contra o fechamento de um bar após a meia-noite. São relatados depoimentos de pessoas que sofreram ou testemunharam excessos patrocinados por brigadianos durante inspeção e abordagem policial junto a estabelecimentos localizados nas esquinas da rua José Bonifácio com Barão do Ypacaray. Uma dezena de depoimentos expõe que brigadianos se excederam espancando, prendendo e constrangendo pessoas que foram conduzidas à Delegacia. Sem portar mandado judicial, os policiais, acompanhados de servidores da Prefeitura Municipal, adentraram em estabelecimentos comerciais, vasculhando as dependências e levaram pessoas à Delegacia de Polícia. Os excessos chegaram a constranger um jovem que, percebendo a confusão, decidiu fotografar o fato, mas foi detido e levado para prestar depoimento à Delegacia.

Consta na correspondência, o testemunho do advogado F.B.N. que presenciou os fatos, classificando a ação dos policiais como “um excesso, pelo abuso e, conseqüentemente, pela violação dos direitos humanos”. “As pessoas foram literalmente jogadas contra a parede, com ordem para manter os rostos colados ao muro e brutalmente revistas, mediante grosseiros empurrões e palavras deseducadas”, observou o advogado, ressaltando que a conduta firmada no abuso de poder era rotina nas ações da Brigada que “age notadamente contra os pobres”.

O juiz de direito, impedido de atuar no processo, por ter sido testemunha do fato, solicitou providências e encaminhou cópia dos depoimentos à Ajuris, ao Ministério Público local, à Corregedoria do MP, à Defensoria Pública, à Secretaria de Segurança Pública e à Prefeitura Municipal. Ofícios com o mesmo teor também foram encaminhados pela CCDH ao MP e à Corregedoria da BM.

## CCDH apura excessos de delegado em Bento Gonçalves

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa visitou no dia 15 de março de 2005, em Bento Gonçalves,

L.G., de 22 anos, grávida de cinco meses e que foi baleada pelo delegado de Polícia local, Leônidas Augusto Costa Reis na tarde de domingo do dia 13 de março de 2005. L.G. conta que por volta das 14 horas daquele domingo, o delegado, acompanhado de um grupo de agentes, chegou na residência de A.V.M., localizada no subúrbio da cidade em busca de drogas e armas. No local estava um apenado que cumpria regime semi-aberto. Os parentes de A.V.M., entre os quais, L.G. e seu irmão I.G., estavam em frente à residência no momento em que o delegado e sua equipe chegaram. Logo ordenou, aos empurrões, que todos entrassem na casa e deitassem no chão. L.G., grávida de cinco meses, permaneceu sentada num sofá enquanto os demais permaneciam rendidos e deitados de bruço.

Os familiares contam que, repentinamente, o delegado Leônidas Reis, passou a se alterar no comando da operação, ofendendo e agredindo os presentes. O apenado A.V.M., mesmo rendido, recebeu diversas coronhadas na cabeça. Sempre com a pistola apontada para as pessoas, o delegado acionou a arma de fogo ferindo o braço e antebraço de L.G. No desespero, percebendo a gravidade do fato, I.G. passou a socorrer a irmã, sob o olhar atônito do delegado e dos agentes. Os relatos mostram que L.G. foi carregada, toda ensanguentada, pelo irmão I.G. até seu carro, que estava estacionado no portão da residência seguindo para o hospital. No caminho, sob a angústia de salvar a irmã desfalecida, I.G. acabou capotando o carro. Momentos após, a viatura dos Bombeiros chegava para acudir a vítima e finalmente conduzi-la até o hospital.

O que chamou atenção na operação policial foi o fato de o delegado assumir publicamente a autoria do disparo e dizer que o fez "em tom de advertência". Este procedimento, segundo o deputado Dionilso Marcon, atestou o descontrole emocional de um chefe de polícia que deveria agir com zelo preservando a vida das pessoas. Além da violência, Marcon criticou o fato de o delegado omitir socorro à gestante baleada por ele. "Não é possível que um delegado cometa um delito, baleie uma pessoa inocente e omita a prestação de socorro", afirmou, na época, Marcon. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, informada do caso pelo vereador local Airton Minusculi, encaminhou-o ao Ministério Público Estadual e à Chefia de Polícia.

Até novembro a CCDH não havia sido informada sobre eventuais punições ao delegado e a vítima aguardava indenização do Estado pela lesão causada.

## Protesto de estudantes por preço de passagem vira agressão na capital

Uma comissão de estudantes agredidos por policiais militares, durante protesto pelo aumento das passagens, em Porto Alegre, entregou ofício à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, em 16 de março de 2003. Os jovens descrevem a violência sofrida e solicitam punição aos agressores.

Os manifestantes informaram que, no dia 15 de março 2005 as entidades estudantis realizavam um protesto contra o aumento de 12,90% na tarifa, anunciado pelos órgãos municipais da capital. A passagem de ônibus passaria de R\$ 1,55 para R\$ 1,75 e dos lotações de R\$ 2,20 para R\$ 2,50. Os estudantes resolveram protestar, quando foram surpreendidos pela ação da Brigada Militar. Vários estudantes saíram feridos, entre eles, R.B.J., 18 anos, que recebeu um golpe de cassetete e acabou fraturando o braço. Outros estudantes foram empurrados e arrastados pelos brigadianos. Três deles detidos. No ofício, os estudantes solicitaram providências da CCDH visando a esclarecer e punir os policiais que se excederam durante a operação.

O tema foi abordado nas reuniões ordinárias da CCDH e o secretário de Justiça e da Segurança foi informado do fato.

## CCDH confere abuso de autoridade policial em Dona Francisca

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa esteve, no dia 18 de março de 2005, averiguando denúncia de abuso de autoridade e truculência praticada por policiais militares contra um morador de bairro Cohab no município de Dona Francisca. Os representantes da CCDH estiveram na residência de M.S., 31 anos, onde encontraram o trabalhador convalescendo de ferimentos causados por policiais militares no dia 27 de fevereiro de 2005. Nesta data, o trabalhador, em estado de embriagês, discutiu com os brigadianos diante do posto local da BM. Embriagado e transtornado, M.S. foi até sua casa pegou um facão e voltou a se encontrar com os brigadianos que iam em sua busca. No entrevero, feriu levemente um deles, retornando, em seguida, para sua casa. Para revidar a agressão, o comando da BM pediu apoio policial e meia hora após seis servidores

da segurança batiam à porta da casa de M.S. para prendê-lo. Familiares e vizinhos contam que os policiais chegaram em duas viaturas e avançaram no trabalhador que foi violentamente espancando com coices nas partes genitais, cassetete e com o mesmo facão retirado por um policial do interior da casa da vítima. Mesmo algemado, com as mãos nas costas e desfalecido, M.S. foi chutado e arrastado diante do olhar atônito de familiares e vizinhos. T.F., de 65 anos, vizinha de M.S. contou que nunca tinha presenciado tanta selvageria e brutalidade por parte dos policiais.

Recolhido ao presídio local, o trabalhador, analfabeto, teve o exame de corpo de delito feito no Hospital local, acompanhado por um policial militar que o conduzia e não de familiares. O exame não identificou as lesões geradas pela violência policial. Dias depois, no presídio, reclamava de dores no corpo e expelia sangue pela urina, mas não recebeu o atendimento médico necessário. Ficou detido até o dia 16 de março, quando, através de pedido de relaxamento de prisão encaminhado pelo advogado Cláudio Heleno Cassol, foi libertado. No presídio, o médico particular de Agudo fez exames e constatou lesões graves no apenado.

A assessoria da CCDH, acionada pelo advogado Cassol, chegou à casa de M.S. encontrando o trabalhador convalescendo com dores. Foi, então, providenciado o atendimento junto aos órgãos municipais de saúde, onde, devido à gravidade, acabou transferido para atendimento no hospital Universitário de Santa Maria. No laudo médico, constatou-se lesão pulmonar e renal, e foi realizado o tratamento.

A CCDH desconhece as informações sobre o andamento do inquérito policial ou judicial.

## Família é metralhada por PMs ao retornar de enterro de familiar

O vigilante J.S., junto com mais 14 parentes, voltava do enterro da mãe, ocorrido horas antes em Ametista do Sul. Todos seguiam tranquilos naquela tarde chuvosa de sábado, 2 de abril de 2005. Trafegavam pela RS-324 a caminho de Farroupilha onde moram. J.S. não podia imaginar que no caminho da estrada, na altura de Pontão, os três veículos fossem abruptamente abordados e freados à bala. De repente, um tiroteio veio de árvores laterais da estrada, de onde saíram policiais militares. Em seguida, um pelotão de brigadianos forte-

mente armados apareceu junto com viaturas. J.S., chamado de marginal e ladrão, não entendia o que estava se passando. Os policiais mandaram que todos deitassem no chão. J.S. baleado na perna, convalescia. Os policiais só pararam depois que uma mulher, suplicando, ergueu uma criança e mostrou que a comitiva não era formada por bandidos. Os policiais estavam atrás de uma quadrilha que havia, pela manhã, assaltado um posto bancário em Alpestre. Mas, deficientes nas armas da inteligência, acabaram errando o alvo.

Ao saber do episódio, a assessoria da CCDH foi a Farroupilha para ouvir J.S. e as demais vítimas. Facilitou a liberação dos carros que ficaram retidos, denunciou e remeteu o caso para apuração da Cooredoria da Polícia e para o Ministério Público. Não se conhecem as providências tomadas pelo governador para punir os culpados.

Atualmente um processo por danos morais e civis tramita na comarca de Farroupilha, visando a indenizar J.S. por dano causado pelos policiais que atiraram nos veículos e feriram pessoas.

## Descendente de índios Charrua agredido por PMs na capital

Mais um caso envolvendo agressão de policiais militares a cidadãos foi registrado no dia 31 de agosto de 2005. Desta vez, o cidadão uruguaio S.A.B., 41 anos, de descendência da extinta nação Charrua, naturalizado brasileiro, transitava no centro de Porto Alegre em companhia da esposa, a índia charrua M.C.L., de 51 anos. O casal mora no bairro Morro da Cruz, em Porto Alegre, onde também estão outros 29 adultos e três crianças. Conforme relato de M.C.L., a agressão começou quando S.A.B. passou a acudir sua companheira que estava sendo agredida por uma outra senhora. Percebendo a confusão, surgiram soldados da Brigada Militar que policiam a zona central da cidade. Sem pedir identificação, investiram contra S.A.B..

Um militar desferiu-lhe coronhadas na cabeça e pelo corpo. Após a agressão, o casal foi levado à unidade central da companhia onde foi humilhado e ofendido. Quarenta minutos após, o casal foi liberado da unidade militar sob a orientação de ir direto ao Departamento Médico Legal para o exame de lesões corporais. Como estava sentindo muita dor, a vítima correu à CCDH da Assembléia Legislativa que o encaminhou para atendimento no Hospital de Pronto Socorro.

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Ci-

dadania e Direitos Humanos lamentou a agressão a S.A.B. por policiais que “deveriam estar na sua função de proteger os cidadãos”. A sociedade está cansada de assistir a sucessão de erros decorrentes de comandos equivocados em que as vítimas, em geral, são pessoas simples do povo”, reclama Marcon.

## CCDH alerta SJS, mas jovem é executado em vila da capital

A CCDH registrou o terceiro caso de morte anunciada. Depois de a CCDH informar à Secretaria da Justiça e da Segurança que o jovem R.R.S., de 21 anos, sofria ameaças de morte, ele foi assassinado, em Porto Alegre, no dia 30 de setembro de 2005. A Comissão cobrou explicações dos órgãos públicos sobre a morte do adolescente.



Violência contra policial



Casos

Violência contra policial

*Relatório Azul 2005 - 245*

## CCDH homenageia policial assassinado em Porto Alegre

Durante sessão extraordinária da CCDH, ocorrida dia 13 de janeiro de 2004, o deputado Estilac Xavier, homenageou a memória do policial militar Adriano Pereira da Silva, assassinado nos primeiros dias de janeiro de 2004. "Nem sempre a sociedade reconhece o valor de um verdadeiro policial e é por isto que a morte do policial militar Adriano, ao lutar contra um assaltante, merece ser lembrada", registrou Estilac, lembrando que o policial foi assassinado ao trocar tiros com um foragido da Colônia Penal, que assaltara uma loja no bairro Azenha, na capital. "O soldado Adriano cumpriu com o seu dever. A sociedade deve orgulhar-se dele. Por isso quero honrar, publicamente a sua memória", disse o deputado.

## Presidente da CCDH critica regulamento disciplinar da BM

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, deputado estadual Fabiano Pereira, criticou no dia 27 de abril de 2004, a volta do antigo Regulamento Disciplinar da Brigada Militar no Estado. O decreto do Executivo número 43.053/2004, traz de volta algumas normas que já tinham sido abolidas pelo Estado, como a possibilidade de prisão para policiais militares. "Essa medida é um verdadeiro retrocesso, principalmente após os avanços obtidos durante o governo Olívio, que iniciou um processo de democratização na Brigada Militar. O brigadiano passa a ser tratado pior do que bandido, já que não tem direito ao princípio constitucional da inocência", afirmava Fabiano. O novo Regulamento, segundo o parlamentar, contribui para o aumento da perseguição política nos quartéis, cria prejuízo na remuneração do policial que, durante o período de confinamento, não recebe vale-refeição, etapa de alimentação e horas-extras".

## CCDH investiga suicídio de PM nas dependências de batalhão em Torres

Em 20 de maio doo4, o deputado Dionilso Marcon cobrou pro-

vidências da Brigada Militar, que permitiu o suicídio de um sargento no dia 15 de maio 2004, em unidade da BM, em Torres. Segundo o parlamentar, o brigadiano, estava com estado emocional abalado e, não socorrido a tempo, teria optado por morrer nas dependências do quartel. Marcon foi informado por familiares do soldado da existência de uma carta em que o PM narrou suas dificuldades financeiras e pessoais e afirmava que o Estado lhe devia horas-extras e diárias.

Na tribuna da Assembléia Legislativa Marcon cobrou mais atenção do Governo para com os trabalhadores da segurança pública que vivem o estresse de jornadas estafantes e são mal pagos. Para Marcon, além do desrespeito aos direitos elementares dos trabalhadores da segurança, a desativação do Programa de Atenção Integral à Saúde Mental dos Trabalhadores da Segurança Pública é outro fator que contribuiu com o aumento da violência policial no Rio Grande do Sul.

## CCDH apura desaparecimento de policiais em Livramento

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, deputado Dionilso Marcon, afirmou que o Estado deve ser mais eficiente nas investigações sobre o destino dos servidores R.A.S. e J.L.S.I. policiais civis desaparecidos em Santana do Livramento. Marcon esteve na cidade acompanhando as investigações e constatou que a equipe de policiais designada para apurar o sumiço dos servidores teve dificuldades com o não recebimento de diárias. O presidente da Ugeirm/Sindicato, Isaac Ortiz, que acompanhou o deputado na viagem, também lamentou a falta de recursos para a investigação policial.

Os policiais estavam afastados porque eram acusados de irregularidades no processo de trânsito aduaneiro. Na visita feita pelo deputado a Livramento, Marcon afirmou que as famílias têm o direito de, pelo menos, saber o que aconteceu com os servidores. Notícias veiculadas no Jornal Nacional, em novembro 2005, revelava que os dois policiais poderiam ter sido vítimas de uma quadrilha especializada em contrabando de produtos eletro-eletrônicos que tem base em Montevideo e é chefiada por um paulista.

No dia 6 de dezembro, dois corpos foram encontrados em meio a um mato em Riveira, distante 30 quilômetros do posto aduaneiro e sepultados no cemitério municipal. Como a cidade uruguia não pos-

sui DML, a autoridade policial daquele país determinou o enterro das vítimas, sem avisar as famílias brasileiras. Até o fechamento do RA, as autoridades estavam avaliando como certificar-se de que os corpos encontrados em Rivera eram mesmo dos policiais desaparecidos.

## Deputado denuncia omissão do Estado com assistência a policiais

O vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Dionilso Marcon, denunciou da tribuna do Legislativo, no dia 1º de dezembro de 2004, o descaso do governo do Estado para com os servidores da segurança pública. Marcon relatou que a Comissão de Direitos Humanos foi contactada pelos familiares do sargento da Brigada Militar J.P.C.R. residente em Torres, para pressionar os órgãos do governo no sentido de que lhe garantam tratamentos fisioterápico e de fonoaudiológico. Em 2003, durante a realização de trabalho de segurança, o sargento foi agredido e sofreu traumatismos encontrando-se acamado e em estado vegetativo.

A CCDH solicitou providências junto ao Ministério Público Estadual, especialmente porque a Secretaria Estadual de Saúde, em ofício da Coordenadoria Regional de Saúde de Torres e a Prefeitura Local informam que não têm condições de assegurar o tratamento necessário ao servidor.

## CCDH destaca soldados que realizaram parto em Cachoeirinha

Pelo ato de coragem dos três soldados Marcelo Schell, Alcides Vicentini e Paulo Jobs dos Santos Antunes, do 26º Batalhão de Polícia Militar de Cachoeirinha receberam, no dia 24 de setembro de 2004, o reconhecimento da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, por terem realizado o parto de emergência de C.G.R., no dia 21 de setembro de 2004, na residência desta. Fabiano destacou o gesto assegurando que “a Brigada Militar é sim, parceira fundamental na garantia dos direitos humanos”.

## CCDH envia pesar a familiares de sargento morto em Gravataí

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Fabiano Pereira encaminhou, em 17 de fevereiro de 2005, mensagem de pesar aos familiares do sargento da Brigada Militar, José Otomar Santiago de Oliveira, morto a tiros durante um assalto a ônibus no dia 16 de fevereiro de 2005, em Gravataí. O presidente enviou também documento à Brigada Militar, lamentando o acontecimento e pedindo melhoria das condições de trabalho e valorização dos servidores da segurança pública. "O episódio me afetou profundamente. Meu pai é sargento da Brigada Militar e, por diversas vezes, esteve em situações semelhantes àquela que motivou a morte do sargento", testemunhou Fabiano.

## Presidente da CCDH solidariza-se com familiares de policial morto

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputado Dionilso Marcon, acompanhado de policiais civis e militares, esteve presente às homenagens póstumas ao policial Plínio Silva de Souza, assassinado, dia 4 de março de 2005, próximo ao Shopping Iguatemi, em Porto Alegre. Marcon solidarizou-se com os familiares e lamentou as mortes de servidores. "Nos dois primeiros meses de 2005, já morreram 4 policiais civis vítimas de violência", relatou o presidente da CCDH, cobrando do Governo mais ações na área da segurança pública.

## CCDH critica proposta de remunerar informantes da polícia

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, contestou a proposta do governo gaúcho de remunerar os informantes que apontarem criminosos como alternativa para diminuir a insegurança que atinge a população gaúcha. A afirmação foi feita durante debate realizado dia 4 de março de 2005, na TVCom.

Marcon debateu o tema com um delegado, um Promotor de Justiça e um representante da Secretaria de Segurança Pública do Estado. O debate analisou a proposta de recompensar financeiramente os cidadãos que fornecem informações sobre criminosos, a exemplo de ação semelhante que está em vigor no governo do Rio de Janeiro. O projeto deveria ser encaminhado para apreciação da Assembléia Legislativa em abril. Marcon criticou que não é a falta de informações que leva à diminuição da violência, mas a "qualificação, as condições de trabalho e a valorização dos servidores que levam à diminuição da criminalidade".

## CCDH ouve relato de familiares de policial assassinado na capital

A viúva e o pai do policial civil Giovanni Manique, assassinado em Porto Alegre, estiveram na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos em 29 de março de 2005, relatando a precariedade do trabalho policial no Estado. Portando uma camiseta com os dizeres "o amor dissolve a ira e o amor cura a dor", a viúva ponderou que fica difícil aos trabalhadores da segurança prestarem um serviço adequado "se eles próprios não trabalham com segurança". Ela disse que o marido foi vítima do descaso do Estado, já que a arma utilizada na reação ao assalto falhou. O laudo comprovando a falha foi atestado através de perícia do Departamento de Criminalística do IGP/SJS. O documento foi entregue à CCDH pela presidente da Ugeirm/Sindicato, Adélia Porto, durante audiência pública no dia 16 de março de 2005.

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, recebeu os familiares na CCDH e afirmou que o Legislativo está cobrando do governo estadual revisão no equipamento disponibilizado aos servidores. "Suspeitamos que os criminosos estão mais bem armados do que a Polícia", observou Marcon, que, junto com outros deputados, pediu mais investimentos públicos para equipar os servidores da área da segurança. Até a presente data, não houve retorno da SJP.

## Presidente da CCDH visitou policial baleado em Torres

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos,

deputado Dionilso Marcon, visitou no dia 19 de abril de 2005, o PM S.L., de 36 anos, que se recuperava no Hospital da Brigada Militar, em Porto Alegre. S.L, quando foi atingido no peito, na tentativa de impedir a fuga de dois suspeitos de crime. Por não estar vestindo colete à prova de balas no momento da abordagem, o servidor poderá ter graves seqüelas, ficando impedido até mesmo de voltar ao trabalho.

A CCDH solicitou à SJS providências no sentido de garantir-lhe assistência e tratamento médico adequado.

## Presidente da CCDH defende "bico" de policiais

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, afirmou, em 2 de fevereiro de 2005, que o "bico", - trabalho extra de brigadianos e policiais civis - não deve ser punido pelos comandos das instituições de segurança. "Se não houver incompatibilidade com a profissão, não há porque punir", disse Marcon. O deputado defendeu também um reajuste nas horas-extras dos PMs e civis, tanto no valor quanto na quantidade," o que facilitaria para reduzir o trabalho extra da corporação. O aumento da criminalidade no centro de Porto Alegre motivou o deputado a promover reunião, dia 03 de maio de 2005 com o presidente da Associação dos Moradores do Centro, João Elbio, para tratar da insegurança dessa área.

O assunto foi objeto de audiência pública no dia 16 de novembro de 2005.

## Excessos de comandantes prejudicam praças em Torres

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, deputado Dionilso Marcon, encaminhou, no dia 1º de agosto de 2005, ofício ao governador do Estado, ao Ministério Público Militar e ao Ministério Público em Torres, relatando irregularidades administrativas, abuso de autoridade e perseguição praticadas por integrantes do comando da Brigada Militar de Torres. O documento relatou constrangimentos sofridos por três sargentos e dois soldados que foram humilhados no exercício da função pública.

Entre as ações truculentas verificadas na unidade militar estão a perseguição ao presidente de uma associação recreativa que congrega os policiais militares na cidade, a punição de praça por não ter portado colete em caso de atendimento à ocorrência, a exclusão de praças na concessão de homenagens na Câmara de Vereadores, a punição a servidor por avaria à viatura, o rebaixamento na avaliação interna, a pressão para que praças realizem prisão de cidadão sem amparo legal, a omissão de elogios aos servidores nos documentos internos da BM e a alteração de textos elaborados pelos praças em termos circunstanciados.

Violência geral



Casos

Violência geral

*Relatório Azul 2005 - 253*

## Vereador de Alpestre ameaçado de morte pede proteção à CCDH

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em 3 de novembro de 2003, foi solicitada a investigar as ameaças de morte contra o vereador do município de Alpestre, Antônio Vilson Rodrigues França, que denunciou a prática de abigeato na cidade.

Os roubos de gado na região, segundo o vereador, ocorriam há oito anos e foi durante o governo Olívio Dutra que o vereador denunciou publicamente o crime. "Todos temem o que possa acontecer, existe falta de confiança na ação da segurança pública. Na cidade, as pessoas estão amedrontadas e não querem falar", constatava o vereador. Em face das denúncias, estaria sendo ameaçado de morte por um homem que afirmou "que o vereador tinha estragado a sua vida por ter denunciado", relatou.

O vereador criticou a lentidão nas investigações e reafirmou o temor pela perda da vida. "Vamos pedir que o Estado garanta a integridade física deste cidadão que denunciou um crime, e que as investigações cheguem ao final com a responsabilização dos autores", disse, na oportunidade, o presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier.

## Conselho de direitos humanos é reivindicado ao governador

O governo do Estado atendeu ao pedido da CCDH e desarquivou o Projeto de Lei nº 120/2002 que cria o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), apresentado pela administração anterior. A reivindicação foi feita em 2 de fevereiro de 2004 ao governador pelo presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier.

O Projeto de Lei institui o Conselho Estadual dos Direitos Humanos como órgão público autônomo e permanente, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador das ações e políticas estaduais relativas à garantia dos direitos humanos.

"Abordar o tema dos conselhos de direitos é de extrema importância quando defendemos um estado democrático e de direito. Mas ele só se realiza plenamente quando estes conselhos, constituídos de forma representativa pela sociedade civil organizada e pelo poder público, cumprirem com seu papel", defendeu o presidente da CCDH.

Em 2003, os conselhos dos povos indígenas e do negro foram regulamentados. A CCDH também discutiu alterações no Cedica e no Conselho do Idoso. A matéria não chegou a entrar em pauta tendo sido arquivada, devido ao término da legislatura.

## CCDH debateu a importância das rádios comunitárias

Diversas reuniões e uma audiência pública, promovida pela CCDH em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, possibilitou criar a Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa da Radiodifusão Comunitária. Entre os objetivos da Frente estão: apoiar ações e integrar os trabalhos da Frente Parlamentar Nacional; averiguar denúncias de ações discriminatórias por parte de agentes públicos; promover o debate sobre a construção de uma legislação de comunicação social eletrônica; impulsionar o movimento das rádios junto às comunidades e agilizar os processos e requerimentos existentes no Ministério das Comunicações e no Congresso.

Em 7 de maio de 2004, várias entidades realizaram um protesto na sede da Anatel, em Porto Alegre, momento em que entregaram um documento reivindicando ação do órgão em favor da comunicação comunitária.

## Subcomissão analisa violência no campus da PUCRS

Durante reunião ordinária da CCDH do dia 15 de junho de 2005, foi aprovado requerimento do deputado Estilac Xavier, criando a Subcomissão Mista, em parceria com a Comissão de Serviços Públicos, para identificar as causas dos incidentes ocorridos na Pontifícia Universidade Católica do RS no início do mês de maio, que resultaram em uma morte e em confrontos físicos com feridos.



Violência contra defensores de DH



Casos

## Violência contra defensores de DH

*Relatório Azul 2005 - 257*

## Detido ao socorrer senhora que desmaiou em Sapucaia do Sul

O deputado Dionilso Marcon foi detido no dia 19 de novembro de 2003, quando acompanhava uma ação de despejo no município de Sapucaia do Sul, na tentativa de ajudar uma senhora que estava desmaiada dentro da área. Um oficial de justiça deu ordem de prisão ao deputado e determinou que a Brigada Militar a cumprisse. O parlamentar foi conduzido até a 2ª DP de Sapucaia do Sul pela Polícia Militar. "Além da falta de sensibilidade humana, foi também agressão contra o Poder Legislativo. Eu apenas estava negociando a situação para impedir violência e ajudando uma senhora que estava em crise nervosa ao ver sua casa sendo destruída. O oficial de Justiça entendeu este gesto como obstrução ao cumprimento da lei".

De forma unânime, todas as Bancadas da Assembléia Legislativa do RS prestaram solidariedade ao parlamentar e exigiram punição exemplar aos responsáveis. Após ter sido liberado, Marcon retornou à área para apoiar as famílias, argumentando que algumas pessoas estão desesperadas e explicou que está em curso uma negociação onde o despejo estava protelado até o dia 8 de dezembro. Ele e o deputado Edson Portilho, estiveram em Brasília em busca de recursos junto ao Ministério das Cidades para a realocação das famílias que vivem há mais de três anos no Passo do Garimpo - uma área localizada entre Sapucaia do Sul e São Leopoldo, perto da estação do Trensurb. Ele assinalou que algumas famílias inclusive compraram os terrenos e, apesar disso, todos estão sendo atingidos pela ação de reintegração de posse solicitada pelo proprietário da área.

## Vereadora ameaçada de morte pede apoio da CCDH

Em 20 de junho de 2004, a vereadora Sandra Xarão, de São Gabriel, recorreu à CCDH para denunciar que, através de telefonema anônimo, sofreu ameaça de morte. A parlamentar ressaltou o "clima de guerra" instalado no município com o conflito entre ruralistas e sem-terra. Ela entregou aos deputados um panfleto apócrifo, que foi distribuído em São Gabriel, incitando a população a "incendiar, disparar armas de fogo e envenenar integrantes do Movimento dos Sem

Terra". A Comissão notificou a Polícia Federal e o governador do Estado, mas a autoria do panfleto não foi descoberta.

## Vereadora de Caxias nstrangida a exercer a atividade de defensora

A vereadora de Caxias do Sul, Ana Corso, sofreu constrangimento público ao ser incluída como ré em ação de investigação eleitoral encaminhada pelo Ministério Público Eleitoral. O fato que motivou a ação judicial está ligado à atuação da vereadora na condição de presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Como acontece com todos os promotores de Direitos Humanos, a vereadora, no intuito de apurar denúncias de ocorrência de maus-tratos no interior da penitenciária de Caxias do Sul, acionou a juíza da Vara de Execuções Criminais, Sonali da Cruz Zluhan, e rumaram para o local no dia 3 de setembro de 2004, véspera das eleições.

Em 1997, a vereadora havia denunciado agressões praticadas contra presos por funcionários da penitenciária, incluindo o então chefe de segurança e disciplina. Na oportunidade, a Susepe, em sindicância administrativa interna, reconheceu os excessos e removeu para outras unidades prisionais alguns agentes, entre os quais o servidor que, em 2004, administrava o presídio.

Numa tentativa de revide, o administrador encontrou um meio para punir a vereadora, articulando uma manobra para incriminá-la. Justificou que, durante o período de campanha eleitoral, a presença da vereadora no presídio poderia caracterizar crime por propaganda irregular no espaço público. Montou um álibi, coagindo apenas a que confessassem ter dialogado com a vereadora com o fim de obter dividendos eleitorais. Mais tarde, conforme apurou a Justiça, os apenas confessaram a coação dos depoimentos, deixando clara a intenção de inibir o trabalho da promotora de Direitos Humanos.

Em face disso, a CCDH relacionou-o entre os casos de prejuízo causados ao trabalho dos defensores de Direitos Humanos, e remeteu o assunto para avaliação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Justiça e à Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público, à ONG Justiça Global e para o Comitê Contra a Tortura da ONU.

## Assassinato de vereador Beier de São Nicolau

O assassinato do vereador de São Nicolau, Neri Eno Beier, no dia 25 de agosto de 2005, revela a hostilidade e a agressão contra os defensores dos Direitos Humanos. Beier era bem relacionado junto à comunidade local, especialmente por seus vínculos com os pequenos agricultores e pescadores. Na condição de técnico da Emater, o vereador ascendeu politicamente e seu trabalho preanunciava uma desestabilização nos quadros da política local. O vereador vinha denunciando que sofria ameaças, mas a autoridade policial local nunca levou as denúncias a sério.

A voz e o trabalho de Beier foram interrompidos quando o vereador foi assassinado com sete tiros ao chegar em sua casa. Restaram a viúva e dois filhos, um de seis anos e outro de cinco meses.

Como presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, o deputado Dionilso Marcon participou do enterro e cobrou providências da Secretaria da Justiça e da Segurança, exigindo investigação rigorosa. Uma equipe especializada foi encaminhada à região.

Presente durante a audiência pública promovida pela CCDH, em 26 de outubro de 2005, a esposa do vereador assassinado, R.B., relatou que "o Neri tinha relações com a comunidade onde morava, tinha organizado o CTG e estava querendo moralizar a administração pública realizando uma CPI na Câmara, que alcançaria gente grande na política local". Recordando que o vereador se tornou uma referência comunitária, R.B. sustentou que seu marido foi "apagado" por causa de sua opção de luta. Ela conta que entregou uma carta ao governador onde relata o clamor por Justiça, entendendo que "os assassinos do vereador devem ser responsabilizados pelo ato". Quem também esteve presente à audiência foi o cunhado da vítima, J.C.M.C., que relatou que Neri vinha recebendo telefonemas ameaçadores de colegas de trabalho. Ele confia na Justiça que, "além de mostrar a cara precisa mostrar as unhas, fisingando os autores da morte do vereador".

Entre os mais de 30 suspeitos da morte de Neri Beier estão um ex-prefeito da cidade, dois comerciantes, um pistoleiro e um policial militar. No final de outubro de 2005, a Justiça determinou a prisão preventiva de cinco pessoas. O julgamento deverá levar os acusados a júri popular. O caso foi encaminhado também à ONG Justiça Global e à ONU.

Internacional



Casos

Internacional

*Relatório Azul 2005 - 261*

## CCDH posiciona-se contra a pena de morte à nigeriana

Em 22 de outubro de 2003, a CCDH promoveu abaixo-assinado em repúdio ao governo da Nigéria pela condenação à morte, por apedrejamento, de Amina Lawal, acusada de crime de adultério. A nigeriana condenada à morte por ter tido filho fora do casamento, foi absolvida e conquistou a liberdade por ordem do Tribunal de Recurso do Estado de Katsina, no norte da Nigéria. Amina Lawal foi condenada, no dia 22 de Março de 2002, à pena de morte. O tribunal de apelo islâmico, composto por um painel de cinco juízes, absolveu a mãe sob o argumento de que Amina Lawal “não teve oportunidade suficiente para se defender” das acusações de que era alvo. O caso de Amina gerou a atenção e consternação mundiais desde que foi emitida a sentença de morte por apedrejamento, um dos mais severos castigos da lei islâmica, e praticado na maioria dos estados do norte da Nigéria, onde se concentra o maior número de muçulmanos daquele país.

## CCDH rejeita pena de morte à jornalista africano nos EUA

Em 2 de novembro de 2003, o jornalista africano condenado à pena de morte nos EUA, Mumia Abu-Jamal, recebeu a solidariedade de autoridades brasileiras, incluindo a CCDH. A pena ainda não foi executada, mas ele continua preso no país.

Quando a Justiça da Pensilvânia o condenou à morte, achou que tinha resolvido um problema. Ela não teria mais de agüentar os ataques daquele jornalista que usava todas as oportunidades para denunciar os abusos cometidos pela polícia e pelo judiciário. Em vista de suas denúncias, ele foi parar no Corredor da Morte, onde sua voz ganhou maior volume. Mumia tornou-se o repórter transmitindo direto do inferno. Uma pedra no sapato da América.

Mais ainda, Mumia transformou-se em símbolo da luta pela liberdade, contra os abusos do poder econômico em todo o mundo. É seu rosto que aparece em tantas camisetas nas manifestações de Seattle e de Praga. Cartazes pedindo sua libertação estão nos muros, de Berlim a Togo. Manifestações contra sua condenação acontecem de maneira



crescente em todas as partes do planeta. Uma campanha que tem participação ativa de sindicatos, personalidades como o ator Paul Newman, a banda Rage Against The Machine, a escritora Alice Walker, os diretores Spike Lee e Oliver Stone, e conseguiu unir, na mesma luta, tanto grupos religiosos quanto anarquistas e trotskistas. Mumia representa hoje a resistência.

Apesar da escandalosa injustiça que foi seu julgamento, Mumia escreve livros onde não faz apenas a sua própria defesa, mas mostra a realidade dos guetos norte-americanos e daquele local onde a injustiça institucionalizada perde seu pudor: as prisões.

## Intervenção da CCDH permitiu soltura de nigerianos presos

Em 12 de novembro de 2003, a Comissão de Direitos Humanos intermediou, junto ao Ministério da Justiça, pedido de asilo para três nigerianos presos na Penitenciária de Rio Grande em outubro. Os estrangeiros entraram clandestinamente em território brasileiro, aportando em Rio Grande em navio de bandeira liberiana. Vereadoras da cidade informaram que os presos estavam sem atendimento jurídico. Para o deputado Estilac Xavier, que visitou os nigerianos no presídio, no início de novembro de 2003, "no mínimo eles têm o direito universal da petição, portanto não podem ser privados de ter um representante legal". Após a Comissão assumir o caso, a Justiça indicou um representante e expediu alvará de soltura para que eles pudessem aguardar em liberdade a definição do Conselho Nacional de Refugiados sobre o pedido de asilo.

## Uruguaios pedem extradição de coronel acusado de assassinato

O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, deputado Fabiano Pereira, reuniu-se, dia 17 de fevereiro de 2005, com um grupo de uruguaios residentes no Rio Grande do Sul contrários à permanência do coronel Manuel Cordero Piacentini no Brasil. Os uruguaios relataram que o advogado de Cordero, que é suspeito de participação em tortura e do assassinato de parlamentares em território argentino, é procurado pela

justiça uruguaia e argentina, e tenta, obter proteção da justiça brasileira.

Na oportunidade, o deputado informou que “o crime de tortura é inafiançável e devemos mover nossos esforços para fazer com que torturadores políticos cumpram as suas penas”.

## Família de professor morto no Ceará pede ajuda à CCDH

Os familiares do professor gaúcho Cláudio Figueiró da Silva, morto em acidente com o ônibus da Viação Itapemirim, no Ceará, no dia 22 de fevereiro de 2004, pediram o apoio da CCDH, em 25 de fevereiro de 2004, com o objetivo de pressionar a empresa para que se responsabilize pelo transporte do seu corpo ao Estado. O ônibus seguia de Fortaleza para Salvador com 46 pessoas e caiu no Açude Cipó, em Barro, a 536 quilômetros da capital cearense.

O vice-presidente da comissão, deputado Dionilso Marcon, fez contato com a empresa e com autoridades do Governo do Ceará visando a atender ao pedido da família.

## Bandeira dos EUA exposta em repartição da Polícia Civil

No dia 12 de maio de 2004, acompanhando estudantes agredidos por brigadianos diante do Palácio Piratini, durante manifestação contra a guerra e em defesa da paz, a deputada estadual Jussara Cony deparou-se com uma cena inusitada nas dependências da 1ª Delegacia de Polícia, na capital. Primeiramente a deputada foi agredida verbalmente por um inspetor que, se excedendo na função, desacatou também a advogada que acompanhava a tomada de depoimento de um estudante. A deputada estranhou especialmente a presença, nas dependências da repartição, de uma bandeira dos EUA, em vez de a bandeira do RS ou do Brasil.

A CCDH foi informada do fato e encaminhou o caso para providências ao Chefe de Polícia e ao Procurador Geral de Justiça.



## CCDH vai ao Paraguai tratar do retorno dos filhos de Genilma

Em 26 de novembro de 2004, o presidente da CCDH, deputado Fabiano Pereira viajou a Assunção, no Paraguai, acompanhado pelos assessores Luiz Medina e Sinara Porto Fajardo, para tratar do retorno ao Brasil, dos filhos de Genilma Boehler. Ao retornar, emitiu a seguinte nota:

“A ida de uma comitiva ao Estado Paraguaio para tratar especificamente do seqüestro das crianças da professora Genilma Boehler foi bastante promissora. Em dois dias, cumprindo uma extensa agenda de reuniões com autoridades e representantes de ONGs, conseguimos destacar quatro pontos que serão decisivos na resolução do caso. O primeiro deles é que a Polícia Paraguaia irá priorizar o caso, algo que até então não havia feito. O segundo, é que foi criada uma força-tarefa, formada pelo Ministério Público Paraguaio, Polícia Nacional Paraguaia com apoio da Polícia Federal brasileira. Ainda contamos com um grande apoio das ONGs e sociedade civil, que irão produzir material com a foto das crianças para ajudar nas buscas. E, por fim, conseguimos estabelecer um prazo de ações que foi cancelado pela presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Senado Paraguaio, senadora Ana Maria Acha. A senadora anunciou que, se até 15 de dezembro as crianças não forem devolvidas ao Brasil, ela irá apoiar publicamente a denúncia de descumprimento da sentença judicial e de violação de direitos humanos encaminhada por Genilma à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), no início do mês. Da mesma forma, promoverá uma audiência pública convocando o comando geral da polícia paraguaia para prestar esclarecimentos.

Nos dias 24 e 25 de novembro 2004, acompanhados pela advogada da professora Genilma, Clara Rosa Gagliardone, fomos recebidos pelo Embaixador Brasileiro no Paraguai, Valter Pécly Moreira, pelo adido policial na Embaixada Brasileira, em Assunção, Anísio Soares Vieira; pelo vice-ministro de Seguridad, Braulio Ferreria Júnior; pelo sub-comandante da Polícia Nacional Paraguaia, Nestor Alvarenga Morales; pela integrante do Comitê de Direitos Humanos da ONU, Rosa Maria Ortiz; pela presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Senado Paraguaio, senadora Ana Maria Acha; pelos senadores Silizola e o Armando Vicente Espinola Wiezelle; pela fiscal

Carmem Cattone; pela coordenadora para a Infância e Juventude do Paraguai, Eve Otero e pela ministra das Relações Exteriores do Paraguai, Leila Rachid.

Considero que a nossa visita ao Paraguai descaracterizou o caso como disputa familiar, reafirmando o caráter político de descumprimento de acordos bilaterais e convenções internacionais por parte do governo Paraguaio. O não cumprimento da sentença judicial brasileira fere os pactos da Convenção de Haia, Protocolo do Mercosul e Pacto de San José.

Mas além de pressionar os órgãos competentes daquele país, também nos colocamos à inteira disposição do governo paraguaio para contribuir e unir esforços em busca de um objetivo comum que é o de garantir os direitos humanos de Guillermo e Arturo”.

Em final de fevereiro 2004, as autoridades paraguaias entregaram os filhos à Genilma.

## CCDH debate caso de crianças levadas pelo pai para o Paraguai

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH), presidida pelo deputado Fabiano Pereira, promoveu, no dia 15 de dezembro de 200, um debate sobre a denúncia de Genilma Boehler de que o governo paraguaio não estaria cumprindo Sentença Internacional de Restituição de seus filhos, A.R.B. (sete anos) e G.R.B. (10 anos), seqüestrados e levadas pelo pai àquele País. Na reunião, na Sala Professor Salzano Vieira da Cunha da Assembléia Legislativa, foram avaliados os avanços e dificuldades em relação ao caso.

## Presidente da CCDH relata casos de tortura à ONU

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos viajou ao Rio de Janeiro no dia 22 de julho 2005, para encontro com representantes do Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas. O encontro foi articulado pelo Centro de Justiça Global, uma organização não-governamental dedicada à promoção, investigação, documentação e denúncia da violação dos direitos humanos no Brasil. O deputado Marcon relatou



casos de tortura envolvendo membros de instituições do poder público estadual em ações contra cidadãos no RS.

Com o encontro Marcon quis sensibilizar o organismo mundial para que inclua o Rio Grande do Sul nas perícias feitas pelo órgão sobre casos de violência. Ele citou as arbitrariedades patrocinadas pelos comandos policiais "que mandam bater e torturar". "Estamos cansados de tanta violência praticada pelas instituições do Estado que deveriam proteger os cidadãos", disse o deputado, relatando a impunidade como meio de estímulo aos autores das brutalidades contra a integridade das pessoas.

O Brasil é signatário da Convenção Contra a Tortura firmada em 1997 pelos países que defendem o Estado democrático. Periodicamente, peritos da ONU vão, *in loco*, inspecionar os casos de tortura e conferir as medidas adotadas para punir os responsáveis. Durante uma das últimas inspeções realizadas em 2001, o Comitê constatou que o governo brasileiro mantinha impunes vários autores de crimes de tortura. Foi o mesmo relatório do comitê da ONU que influenciou nos processos que culminaram com a punição dos responsáveis pelo massacre de presos no Carandiru e dos autores da violência contra sem-terra em Eldorado de Carajás. Em casos internacionais, o comitê contribuiu para a detenção de generais argentinos e chilenos que agiram com violência durante o regime dos governos Vidella e Pinochet.

## Empresa de intercâmbio trafica jovens para trabalho nos EUA

Familiares da jovem gaúcha R.T.D., de 20 anos, procuraram a CCDH para buscar informações sobre a situação da filha levada aos Estados Unidos por intermédio de um programa de intercâmbio cultural patrocinado pela empresa "EFT Langue", cujo escritório fica na Avenida Paulista, em São Paulo. A empresa declara em seu *site* na Internet que é a maior escola de idiomas do mundo e, entre suas ações está o recrutamento de estudantes e professores dos países do Terceiro Mundo para levar aos países desenvolvidos a fim de que "em poucas semanas possam aprender idiomas e interagir com a cultura desenvolvida". O relato sumário dos pais de R.T.D, moradores de Porto Alegre, dão conta de que a filha foi atraída pela proposta de intercâmbio em meados de 2004. Uma representante da empresa, no Rio Grande

do Sul, fez o processo seletivo de jovens, e R.T.D. acabou sendo enquadrada no perfil das pessoas que poderiam viajar aos EUA. Os pais, na época, procurando não interferir nos sonhos da filha, maior de idade, não buscaram maiores informações sobre a idoneidade da instituição que oferecia o vantajoso intercâmbio cultural garantindo o aprendizado do idioma, além de formação universitária que poderia, posteriormente, ser reconhecida no Brasil. Ao mesmo tempo, a empresa recrutadora responderia pelo espaço de alojamento e trabalho à jovem pelo período de um ano. Deste modo, em 8 de agosto de 2004, R.T.D. embarcou para os Estados Unidos, com passagem de ida custeada pela empresa EFT, vindo a fixar-se na cidade de Palermo, em New Jersey. A família estranhou que a referida organização de intercâmbio não tenha feito qualquer contato posterior à retirada da jovem da casa de seus pais, bem como não ter informado sobre o andamento do referido estágio de estudos e de trabalho nos Estados Unidos. Todo o relato da situação era passado, eventualmente, pelo contato de R.T.D. diretamente à família.

Ao chegar aos Estados Unidos, a jovem trabalhou dois meses como doméstica numa residência. Posteriormente, foi deslocada como *baby sister* na residência de um casal com três filhos e em processo de separação. Conta a mãe de R.T.D. que, devido à situação litigiosa do casal, sua filha acabou sendo impactada pelos conflitos vivenciados entre o casal e sua relação com os filhos, incluindo um adolescente que tinha envolvimento com o uso de drogas. A hospedagem da jovem e o trabalho como *baby sister* eram na mesma residência. O acordado era de que trabalharia 40 horas semanais e, pelo serviço, receberia US\$ 200 por semana.

A mãe da jovem relata que a filha contou que durante os dois primeiros meses alternou sua participação de curso de Artes Cênicas equivalente a 3 créditos universitários numa instituição americana, créditos estes que poderiam ser convalidados, posteriormente, em universidade brasileira.

Vencido o prazo de um ano, e pressentindo algo errado, os pais passaram a temer que nem tudo andava bem com a vida da filha nos EUA. No final de novembro de 2005, a família preocupada e sem poder de interferência na gestão da empresa que levou a cidadã aos Estados Unidos, percebeu que a jovem apresentava estado de estresse e angústia, revelando confinamento domiciliar, falta de perspectivas de trabalho e de aprendizado cultural. Nas ligações que fazia à mãe



revelou-lhe que a empresa de intercâmbio, vencido o prazo de um ano, havia abandonado o seu acompanhamento sem lhe dar assistência e sem orientar-lhe sobre como obter as garantias, no Brasil, da formação obtida nos EUA.

Uma avaliação preliminar constata que, na prática, a jovem foi confinada na residência, serviu de mão-de-obra barata à família norte-americana que lhe prometia o pagamento semanal e a empresa operadora do intercâmbio deve ter logrado dividendos por ter facilitado o emprego da jovem, que acabou por suprir uma demanda crescente nos países desenvolvidos que é a da falta de pessoas jovens para cuidar de crianças e executar serviços domésticos.

Em relatos aos pais, a jovem confidenciou que trabalhava bem mais que a jornada semanal de 40 horas, eis que era albergada no mesmo local de trabalho e na presença constante de crianças numa relação de espaço que impede separar trabalho e alojamento.

Em fins de novembro de 2005, em estado debilitado, e tendo sua situação indefinida, a jovem acabou se envolvendo conflitivamente com a família que a albergava e, por conseqüência, com um dos filhos desta. Uma palmada numa criança, devidamente filmada por circuito de tevê, culminou no afastamento da jovem brasileira do emprego e no seu indiciamento por maus-tratos. Dias depois, a Polícia determinou seu recolhimento a uma penitenciária especialmente porque a jovem não tinha residência fixa em solo norte-americano. No último contato com a família, pediu que os pais enviassem o valor de US\$ 7.500 para o pagamento de fiança, que, conforme a lei, poderia aguardar o processo em liberdade.

Em face do caso, a CCDH encaminhou ofício ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informando-lhe do fato, bem como orientou o Ministério da Justiça para que investigue as operações e contratos das empresas responsáveis pela seleção de mão-de-obra brasileira destinada ao exterior.



Audiências



## Audiências públicas e reuniões

Audiências públicas e reuniões realizadas  
pela CCDH de 05 de novembro de 2003  
a 23 de novembro de 2005

*Relatório Azul 2005 - 271*

## Criação de frente em defesa da Uergs

A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul foi uma das decisões tomadas em reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos no dia 5 de novembro de 2003. A iniciativa ocorreu diante do temor de grupos ligados à instituição universitária de que o projeto original da universidade esteja sendo desvirtuado. A reunião concluiu por criar uma frente parlamentar para atuar em conjunto com o Comitê de Estudantes com a mesma finalidade. O reitor Nelson Boeira e o secretário de Educação, José Fortunati, convidados para a audiência, não compareceram.

## Irregularidades na FASE e na FPE

Denúncias de irregularidades na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASE) e na Fundação de Proteção Especial (FPE) foram abordadas, no dia 12 de novembro de 2003, em audiência pública da CCDH. A reunião contou com a presença do secretário do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Edir de Oliveira, das direções das fundações, das direções do Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa de Fundações Estaduais do RS (Semapi) e da Associação dos Funcionários da FASE e da FPE.

O presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier, classificou o resultado da audiência como "insatisfatório". O parlamentar pediu ao representante do Executivo gaúcho que respondesse aos reiterados pedidos de informações sobre as irregularidades que, desde abril, estavam sem resposta. O presidente estranhou quando o secretário Edir Oliveira informou que partiu dele a ordem para que não fossem divulgadas informações sobre as denúncias de irregularidades na FASE e FPE, sobretudo no caso do menino Israel, morto após incêndio no CASE de Caxias do Sul. O secretário alegou, ainda, que os questionamentos não foram feitos conforme a lei, o que foi contestado pelo presidente da Comissão.

"Os nossos questionamentos foram feitos desde abril através de audiências públicas e ofícios encaminhados à direção das fundações, ao secretário, ao governador e, ainda, através da presidência da Assembléia. Portanto, agora não há justificativas para sonegar informações ao Poder Legislativo", afirmou Estilac. O secretário informou

que foram abertas sindicâncias e que as conclusões ainda não foram divulgadas porque os trabalhos estão em andamento.

As principais denúncias apontam dois casos de negligência e omissão de socorro, falta de pessoal, exploração sexual de jovem abrigada no Núcleo de Abrigo Residencial Belém Novo, superlotação, má gestão da direção e ausência de projeto pedagógico em unidades da FASE em Porto Alegre e no interior do Estado. A política do governo com as duas fundações, a situação de sucateamento para possível privatização e a política de pessoal, com a ausência do plano de cargos e salários aprovado pelo governo anterior também foram questionados pelas entidades.

## Detenção de deputado e segurança pública

A CCDH realizou reunião, no dia 19 de novembro de 2003, onde repudiou a prisão do deputado petista Dionilso Marcon em Sapucaia do Sul. Marcon foi preso e encaminhado à 1ª DP do município quando acompanhava uma ação de despejo em uma vila. Marcon foi socorrer uma senhora ferida no momento em que foi detido e levado preso. O presidente da CCDH, deputado Estilac Xavier, comunicou o fato ao presidente da Assembléia Legislativa e pediu providências à Secretaria da Justiça e da Segurança para a liberação do parlamentar.

No mesmo dia, houve, na sala da CCDH, audiência Pública que tratou de segurança pública e do sistema prisional. Compareceram, pelo governo, o secretário-adjunto da SJS, Fábio Medina Osório e o superintendente da Susepe, Djalma Gautério.

## Hospital estravia calota da cabeça de menina

A CCDH debateu em reunião as providências tomadas pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC) no caso da perda de fragmento ósseo do crânio da menina S.S., de 10 anos. A garota foi operada de um tumor, no dia 04 de outubro 2004, no Hospital Cristo Redentor, quando foi retirada parte da calota do seu cérebro. No dia 30 do mesmo mês, após adiar nova cirurgia para a colocação do osso, o hospital admitiu que a calota havia sido perdida. O Grupo Hospital Conceição abriu sindicância para apurar o sumiço da parte do crânio e concluiu que uma servidora foi a responsável por jogá-la no lixo.

Outro assunto abordado foi um caso de violência policial. O

cidadão G.B. fez o relato de agressão policial sofrida por ele durante a realização da Oktoberfest, em Santa Cruz do Sul. Ele foi preso injustamente, algemado, além de ter sua integridade física atingida pela Brigada Militar e Polícia Civil.

## Troca de comando na CCDH

A reunião ordinária de 10 de março de 2004 serviu para empossar o novo presidente da CCDH, transmitindo o cargo do deputado Estilac Xavier para Fabiano Pereira.

## Relatório Azul lançado no interior

Reunião da CCDH dia 17 de março de 2004 apresentou o *Relatório Azul – Garantias e Violações dos Direitos Humanos*, e o *Caderno da Cidadania*, editados pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa (CCDH). Foi acordada uma agenda para lançar as obras no interior do Estado.

## Erradicação do trabalho infantil

O encontro marcou o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A situação do trabalho infantil no Brasil e no RS foi o ponto principal da reunião ordinária organizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos no dia 16 de junho de 2004. Para debater, foram convidados a Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Dulce Martini Torzecki, o coordenador no Brasil do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), Pedro Américo Furtado de Oliveira, o presidente do Cedica, Raul Oliveira, a coordenadora externa do Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente no RS, da Delegacia Regional do Trabalho, Eridan Magalhães, a representante do Fórum Estadual de Prevenção do Trabalho Infantil, Cati Grietsler, a presidente do Departamento de Cidadania da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Sônia Santos, o presidente do Departamento de Assistência Social da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, Adão Palma, a presidente da Fundação de Assis-

tência Social e Cidadania, Ana Paula Motta Costa e o representante do escritório do Brasil da Save The Children UK.

A reunião marcou o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e comemorado, anualmente, em 12 de junho. Para o presidente da CCDH, deputado Fabiano Pereira, “não há como pensar o desenvolvimento social sem solucionar o problema do trabalho infantil”. O presidente da CCDH destacou que é de responsabilidade de todos segmentos da sociedade o combate ao trabalho infantil. “Não podemos ver o trabalho infantil como a única chance de sobrevivência aos mais pobres. As crianças têm o direito de brincar e não podem, sob a desculpa de ajudarem os pais, continuar nas sinaleiras vendendo balas, trabalhando nas plantações ou em nossas casas, exercendo atividades domésticas. Não podemos lhes negar o direito de ser criança”, concluiu.

## Temas abordados nas reuniões e audiências públicas

Em 10 de março de 2004, ocorreu a posse do deputado Fabiano Pereira como presidente da CCDH em substituição ao deputado Estilac Xavier.

Em 17 de março de 2004, abordou-se o tema dos Homicídios de Crianças e Adolescentes.

Em 24 de março de 2004, avaliou-se o PL 79/2004.

Em 31 de março de 2004, houve votação de projetos de lei e requerimentos de audiências públicas.

Em 07 de abril de 2004, debateu-se o tema Saúde Mental.

Em 14 de abril de 2004, avaliou-se o impasse entre Governo e Cpers.

Em 27 de abril de 2004, houve reunião para tratar da eleição do DCE/Unisinos.

Em 28 de abril de 2004, houve reunião para avaliar conflitos de povos indígenas.

Em 05 de maio de 2004, houve avaliação de conflitos da Brigada Militar e Polícia Civil.

Em 12 de maio de 2004, avaliou-se a situação do Hospital Psiquiátrico São Pedro.

Em 17 de maio de 2004, discutiu-se a CPMI do Congresso sobre Crianças e Adolescentes.

Em 24 de maio de 2004, a reunião focou as eleições no DCE da PUC/RS.

Em 26 de maio de 2004, houve avaliação da questão indígena de Serrinha.

Em 09 de junho de 2004, tomou-se conhecimento de convênios do Poder Executivo.

Em 16 de junho de 2004, debateu-se a passagem do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, instituído pela OIT.

Em 30 de junho de 2004 e em 04 de agosto de 2004 votaram-se requerimentos de audiências públicas.

Em 11 de agosto de 2004, debateu-se a Medida Liminar concedida pela 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal que suspendeu os efeitos da resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) que regulamentava o uso do transporte interestadual de acordo com o que estabelece o Estatuto do Idoso, com gratuidade e descontos nos transportes intermunicipais.

Em 18 de agosto de 2004, analisaram-se os critérios de concessão de Laudos Psicológicos como prova em crimes sexuais.

Em 18 de agosto de 2004, houve a instalação da Subcomissão do DCE da PUC.

Em 25 de agosto de 2004, houve aprovação de atas de reuniões anteriores.

Em 01 de setembro de 2004, houve reunião ordinária sobre PL Lei Nacional da Adoção.

Em 15 de setembro de 2004, houve reunião ordinária para avaliar denúncia da senhora Genilma Boehler, de não cumprimento da sentença internacional de Restituição de Menores, transitada em julgado nos poderes judiciais do Brasil e do Paraguai, que determinou o retorno de seus filhos A.R.B. e G.R.B., de 6 e 10 anos, levados ilegalmente pelo próprio pai ao território paraguaio.

Em 22 de setembro de 2004, houve reunião ordinária para discutir o Projeto de Lei Complementar nº 232/2004, que dispõe sobre a carreira dos Servidores Militares do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Em 06 de outubro de 2004, tomou-se conhecimento de convênios firmados pelo Poder Executivo.

Em 20 de outubro de 2004, debateu-se o direito humano à

alimentação.

Em 27 de outubro de 2004, houve o lançamento do Prêmio DH 2004.

Em 10 de novembro de 2004, houve audiência sobre saúde prisional no Instituto Psiquiátrico Forense e Hospital Vila Nova.

Em 01 de dezembro de 2004, houve reunião ordinária em que foram apresentadas as Caravanas da Saúde.

Em 15 de dezembro de 2004, houve reunião ordinária para avaliar os desdobramentos referentes ao caso de Genilma Boehler, no sentido de resgatar seus filhos seqüestrados e levados, pelo próprio pai, para o Paraguai.

Em 09 de março de 2005, houve reunião ordinária para avaliar atividades da CCDH.

## Crise da segurança pública

Na audiência pública, realizada no dia 23 de março de 2005, os deputados e entidades de representação dos trabalhadores da segurança pública indagaram o secretário da Justiça e da Segurança, José Otávio Germano, sobre a crise no setor. O presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, presidiu a audiência.

Vários deputados e representantes de entidades se manifestaram sobre o tema. O deputado Elvino Bon Gass lembrou que a Assembleia Legislativa, durante o governo Olívio, foi "inclemente" contra o então secretário da Justiça e da Segurança, José Paulo Bisol. Recordou que, no passado, parlamentares que hoje estão na situação acenavam com CPI toda a vez que fatos ligados à segurança pública apareciam na imprensa. "Motivos como a ausência de efetivo, a estruturação do aparelho policial, as rebeliões e tentativas de fugas, assaltos e invasões eram fatos para pedir CPI", observou Bon Gass. Hoje, o clima é de "caos atestado por agentes de governo, como o ouvidor-geral Jayme Eduardo Machado, que declarou, publicamente, ser a segurança a área mais crítica". O deputado Dionilso Marcon ressaltou o clima de violência contra a sociedade patrocinada pela ação policial. Lembrou a agressão a estudantes que protestavam em Porto Alegre; famílias sendo molestadas por erro em diligências em Fontoura Xavier e em Portão; descaso nas condições de alojamento de servidores, como em Alvorada. Disse que faltam viaturas, combustível e recordou que "a sociedade está insegura porque os trabalhadores da

Polícia Militar e Civil estão inseguros". Marcon reclamou que a força policial é sempre acionada "para agir contra os movimentos sociais, como em Sarandi, onde 150 PMs foram colocados na proteção de propriedade privada". A deputada Miriam Marroni questionou o secretário sobre a retirada de investimentos do Fundo Estadual de Segurança Pública (Fesp), que acabaram desviados para outros fins.

Pelas entidades, a representante da organização de mulheres negras Maria Mulher, Maria da Conceição Lopes Fontoura, reclamou das abordagens policiais que vitimam especialmente a população negra jovem. A líder pediu o afastamento do delegado responsável pelo inquérito que apura a autoria das mortes de três jovens no trânsito da Zona Norte de Porto Alegre. O vereador de Alvorada, Edson Borba, citou a violência que atinge a cidade e cobrou mais investimentos do Estado. O soldado Valmir Daitx, de Torres, pediu mais atenção à precariedade do salário dos servidores. Relatou o caso de um PM doente, que sofre em casa, paraplégico, sem qualquer assistência da instituição. Lembrou que o comando da unidade não dá a devida atenção aos problemas psicológicos dos servidores que "estão morrendo". O secretário da segurança, José Otávio Germano, reafirmou o comportamento respeitoso de sua pasta para com os movimentos sociais. Disse que a cidade de Alvorada está nas prioridades da Secretaria e afirmou que encaminhará, em breve, à Assembléia, dois projetos: um sobre o Plano de Carreira dos praças, e o outro que regulamenta as promoções dos oficiais.

## Piso Mínimo Regional

Cerca de 1,8 milhão de trabalhadores gaúchos estão esperando que o Governo do Estado fixe o Piso Salarial Regional. A reivindicação foi feita no dia 30 de março de 2005, durante audiência pública na Comissão Cidadania e Direitos Humanos, solicitada pelo deputado Heitor Schuch.

O Piso Salarial Regional é uma reivindicação dos trabalhadores feita através das entidades sindicais: Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Central Autônoma dos Trabalhadores, sindicatos e federações. O deputado Schuch, que debateu o tema em plenária com entidades, cobrou do Governo uma definição sobre o piso regional antes da data-base de reajuste de várias categorias de trabalhadores, fixada para maio. Ele lembrou que, desde o Governo Fernando

Henrique Cardoso, os estados têm competência para fixar os pisos regionais. “Essa decisão só pode ser tomada pelo Executivo porque os deputados não podem legislar sobre o tema”, observou o parlamentar. Já o presidente da Comissão de CCDH, deputado Dionilso Marcon, destacou a relevância do assunto em consideração às reivindicações das entidades que cobravam agilidade na definição do piso. Ele reforçou que o tema tinha de ser abordado com prioridade na pauta do primeiro escalão do Governo.

Várias entidades de representação de trabalhadores também cobraram rapidez do governo na definição do piso regional. Entendem que, a exemplo do Governo anterior, o atual tem de fixar o piso para possibilitar reajustar o salário de cerca de 1,8 milhão de trabalhadores. O piso salarial regional contemplaria o reajuste do salário mínimo nacional (15,38%), mais o acréscimo do PIB gaúcho de 2004 (3,60%) para totalizar um reajuste de 19,53%, que seria o piso salarial regional válido para os trabalhadores urbanos e rurais.

Na audiência, os deputados e entidades acordaram a realização de uma campanha de divulgação do Piso Salarial Regional com apoio da Assembléia Legislativa; a inclusão de categorias de trabalhadores em hotéis, restaurantes e bares entre os beneficiários do piso; a mudança de enquadramento na faixa de recebimento do piso em categorias dos empregados em saúde, sapateiros e do vestuário e a entrega de pauta de reivindicações das entidades ao Governo do Estado.

## Violência contra cidadãos

Casos de abusos de poder e uso de violência física foram denunciados na reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do dia 6 de abril de 2005 no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Duas situações distintas foram relatadas aos parlamentares. A primeira, sofrida pelo vigilante J.S., que teve o carro e uma perna atingidos por disparos ao ser confundido com assaltante na RS-324, no último dia 31 de março de 2005.

A outra denúncia de violação dos direitos humanos foi relatada pelo casal R.B. e I.S., agredidos nas Lojas Americanas, no dia 23 de março 2005, após comprarem ovos de Páscoa. Contaram que foram levados por seguranças do estabelecimento para uma sala reservada, onde sofreram agressões. Os dois foram acusados de furto pela administração da loja, que acionou a Brigada Militar e os levou ao Palácio

da Polícia onde acabaram detidos e encaminhados aos presídios central e feminino, respectivamente. Na audiência, R.B., que possui deficiência de visão, relatou que ele e a esposa foram espancados, chutados e ofendidos pelos seguranças. “Minha mulher gritava para eles pararem de me agredir até ser estrangulada, perdendo as forças e desmaiando”, contou. “Quando acordei, continuava levando chutes”, afirma I.S. O assessor jurídico da loja, A.N., sustentou que o casal foi flagrado roubando mercadorias e reagiu de maneira violenta à abordagem dos seguranças. “Vamos aguardar o desenrolar dos acontecimentos jurídicos e legais. Se houve excesso por parte dos seguranças, eles serão demitidos e punidos pela lei”, afirmou A.N. De acordo com ele, a administração da loja orienta os funcionários a tratarem bem os clientes. “Estamos na capital gaúcha há mais de 40 anos e nosso interesse é manter o cliente ao nosso lado. Fomos nós que chamamos a BM, portanto, não existe propósito em escolher um casal de clientes, acusá-los e espancá-los como estão dizendo”, argumentou. Durante a audiência, Dóris de Leão Pufal, da Defensoria Pública, informou que a juíza Valderlei Trubiack, da 11ª Vara Criminal do Foro Central, arquivara o processo movido pela loja contra o casal, não reconhecendo, no fato, crime. A decisão havia sido tomada por falta de provas que atestassem que o casal teria efetuado o furto. A promotora de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual, Miriam Balestro, informou que o comportamento dos seguranças do estabelecimento estava sendo investigado pela instituição, que também está identificando os policiais militares que atenderam a ocorrência. “Caso fique comprovado que direitos humanos foram violados, os culpados deverão ser punidos”, ressaltou Balestro.

## Alvorada debate segurança pública

A primeira audiência pública da interiorização do debate sobre segurança pública aconteceu em Alvorada em 13 de abril de 2005. A cidade foi escolhida para o debate devido aos altos índices de criminalidade e o total abandono das forças policiais.

O deputado Dionilso Marcon alertou que nas demais cidades da Região Metropolitana a situação anda a passos largos para o mesmo caminho. “Há falta de efetivo, de viaturas e postos da Brigada Militar foram desativados”, observou. Após ouvir o pronunciamento de representantes da Secretaria de Segurança Pública, da BM, Polícia

Civil e da comunidade, Marcon constatou o descompasso entre o discurso exaltado do Governo do Estado e a insegurança dos cidadãos. “A comunidade está desamparada e, à noite, o policiamento some das ruas”, frisou.

## Ouvidor da Justiça e da Segurança

O titular da Ouvidoria da Justiça e da Segurança do Estado, Jayme Eduardo Machado, reafirmou aos deputados, durante audiência pública no dia 20 de abril de 2005, parte das denúncias que fez à imprensa. Ao comentar o quadro de insegurança que vive a sociedade, Machado disse estar preocupado com o clima de medo que atinge especialmente os cidadãos que moram na periferia. “Os grandes centros tendem a ficar degradados num contexto generalizado que faz parte da mutação civilizatória”, filosofou. Lembrou casos em que a Ouvidoria recebeu denúncias de desrespeito aos Direitos Humanos, partindo da periferia e que, ao buscar informações, “as pessoas falavam baixo ou silenciavam sobre o fato”. Afirmou que o “diagnóstico do cidadão humilde mostra que eles estão desprotegidos”.

Disse que a preocupação com o órgão que dirige está voltada para a defesa do cidadão, desvinculando a entidade de qualquer debate político. “A Ouvidoria tem de ficar neutra e não deve ser instrumento de debate político. O cidadão é o partido do ouvidor”, enfatizou. Sobre a estrutura, enfatizou que atualmente o órgão está mal instalado e equipado, com “falta de computadores e de pessoal.” Sobre dados divergentes entre os órgãos de Governo responsável pelo registro dos índices de criminalidade, o ouvidor afirmou que “a eficácia policial não depende das estatísticas, mas dos critérios com que são feitas”. Recomendou cuidado com a ação baseada em dados, lembrando a frase de Delfim Neto: “Estatística é como o biquíni, mostra tudo, menos o essencial”. Informou que, somente após a denúncia, obteve encaminhamento para equipar a Ouvidoria, mas revela que “apenas quatro funcionários e alguns estagiários atendem à demanda, acumulando-se 2 mil processos nas prateleiras”. O ouvidor reclamou que o projeto de reestruturação do órgão “está engavetado em algum lugar no Palácio Piratini”. Machado defendeu autonomia e independência para a Ouvidoria.

## Campanha da Fraternidade 2005

A proposta de criar um Fórum pela Paz, para efetivar a participação de instituições públicas e de entidades gaúchas na Campanha da Fraternidade - *Solidariedade e Paz* foi apresentada pela vice-presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, deputada Miriam Marroni, na audiência pública da Comissão, no dia 4 de maio de 2005, que avaliou o tema da Campanha da Fraternidade 2005. A discussão lotou o Plenarinho da Assembléia Legislativa com representantes de entidades governamentais e não-governamentais. A proponente do debate recordou que a campanha tinha como eixos centrais a discussão sobre a redução da idade penal, a implantação do Estatuto do Idoso e o referendo nacional do Estatuto do Desarmamento.

“Ao brincar com armas, as crianças estão brincando com a morte e, assim, a sociedade acredita, erroneamente, que a força é o meio de vencer o outro”, alertou Miriam. Segundo a deputada, a intolerância e o desrespeito norteiam o atual modelo de valores da sociedade. Por isso, ela defende uma ampla discussão sobre o tema e a implementação de outro paradigma na formação dos seres humanos, passando por mudanças no modelo formal de educação.

O coordenador do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, (Conic), padre José Carlos Stolf, revelou que o Brasil é o País do mundo onde mais se mata com armas de fogo. Ele estima que haja, no País, cerca de 12 milhões de armas de fogo, sendo que 300 mil já foram recolhidas desde o início desta campanha. “O nosso caminho não pode ser a ambição, mas a justiça. Desarmados queremos defender a vida”, pontuou. O padre disse que esta Campanha da Fraternidade se insere na década de superação da violência organizada pelo Conselho Mundial de Igrejas. “Além de igrejas, também temos parcerias de ONGs”, acrescentou ele, para quem os conflitos inerentes à sociedade podem ser solucionados através do diálogo. Lembrou que, em 21 de maio, será feito um mutirão em nível nacional para uma nova entrega de armas e muitas igrejas estarão com suas portas abertas para recebê-las.

Referindo-se aos eixos da campanha, o padre salientou que, embora o Estatuto do Idoso já tenha sido aprovado, faltam adequações para efetivar sua implementação. Além disso, observou que, pela primeira vez, o País fará um referendo sobre o Estatuto do Desarmamento. O padre José Carlos também explicou que o Estatuto da Cri-

ança e do Adolescente (ECA) é um importante mecanismo para nortear a redução da idade penal. “Precisamos educar as crianças para a cultura da paz e descriminalizar as crianças pobres e negras”, observou.

Dados apresentados por José Carlos indicam que as armas transformam conflitos banais em tragédias irreversíveis. Para se ter uma idéia, todos os dias, cerca de cem brasileiros são mortos, quatro pessoas se suicidam e três crianças são hospitalizadas em consequência do uso de armas de fogo. No Brasil, as armas são responsáveis pela morte de mais adolescentes de 15 a 19 anos do que as doenças e os acidentes. E na Austrália, após o recolhimento de 664 mil armas em 1996, os homicídios por arma de fogo caíram em 36%.

Após a audiência, a deputada recebeu o Comitê Gaúcho pelo Desarmamento. Na oportunidade, seus integrantes pediram à deputada o engajamento da Assembléia Legislativa nesta campanha.

## Os presos cubanos nos EUA

O cônsul-geral de Cuba no Brasil, Carlos Trejo, reafirmou a necessidade dos defensores dos direitos humanos no mundo se unirem na condenação das ações terroristas patrocinadas pelo governo norte-americano, que avança desrespeitando a soberania e a independência dos povos. O cônsul participou de audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos ocorrida no dia 11 de maio de 2005, que avaliou o tema dos cinco cubanos presos nos EUA. São eles: Gerardo Hernández, Ramón Labañino, Antônio Guerrero, René González, Fernando González, presos e condenados desde 1998, nas cortes norte-americanas a penas que variam de 15 anos a prisão perpétua.

O cônsul informou que Cuba vive, há três décadas, um bloqueio comercial patrocinado pelo governo norte-americano que impede o seu país de negociar livremente com empresas estrangeiras que tenham relações com os Estados Unidos. Ele disse que os avanços científicos e tecnológicos obtidos em Cuba, na área da Saúde, não podem ser socializados com as populações mais pobres dos países porque os Estados Unidos impõem restrições nas relações com o país governado por Fidel Castro. Mesmo assim, lembra que várias iniciativas, como o “Programa da Família” e o “Primeira Infância Melhor” já são ações concretas espelhadas na prática solidária de Cuba no mundo. “Na Venezuela, centenas de médicos e sanitaristas cubanos atuam

em parceria com o governo de Hugo Chaves, visando a melhorar a vida das pessoas”, informou Trejo. Ele disse que seu país acolhe 5.500 estudantes estrangeiros que buscam formação técnica e superior.

Sobre o tema dos cinco cubanos presos nos EUA, o cônsul defendeu a ação dos cubanos que estão nos Estados Unidos, na condição de “infiltrados nos movimentos norte-americanos que realizam ações contra a soberania e a independência cubana”. Ele disse que, desde a independência do país, em 1959, Cuba “busca uma identidade própria, não bem compreendida por países capitalistas”. A presença de espiões cubanos nos EUA se justifica frente aos contínuos ataques terroristas que o país vizinho patrocina contra a ilha. “Durante o governo de George Bush, foram mais de 1.500 cubanos mortos em atentados a aviões, barcos, veículos e hotéis”, relata. “Justamente para preservar o seu povo, Cuba decidiu se defender infiltrando cidadãos nos movimentos terroristas patrocinados pelos EUA, que conspiram contra o castrismo em Cuba”, explicou. O cônsul classificou como ambígua a campanha de George W. Bush visando a combater os países que abrigam terroristas, já que é o seu próprio país que abriga terroristas confessos, como Luis Possada Carilos, autor de 76 mortes de cubanos num atentado ocorrido em 1976 e que circula livremente com o aval das autoridades. “Se há países que abrigam e financiam atividades terroristas, os EUA estão na cabeça da lista”, defende o cônsul. Reclamou das investidas dos EUA via rádio, com propaganda intensiva visando a desestabilizar o regime cubano.

Sobre o desrespeito aos Direitos Humanos, o cônsul disse que Cuba não tem presos políticos e que a ilha abriga, em Guantânamo, uma prisão mantida pelos Estados Unidos que serve de escola para a formação de terroristas a serviço dos EUA. Trejo denuncia que os torturadores de Abu Graib, no Iraque, são egressos da formação obtida em Guantânamo.

O presidente da Associação Cultural José Martí, Paulo Ricardo Petry, entidade proponente da audiência, reforçou a necessidade de solidariedade ao povo cubano em nome do “direito à defesa da soberania e independência”.

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, relatou viagem feita ao país de Fidel, reafirmando a solidariedade ao Governo cubano. Ele não encontrou nenhuma criança na rua ou fora da escola. Marcon propôs, como encaminhamento da audiência, a entrega de documentos à Embai-

xada dos EUA, em Brasília, ponderando sobre a necessidade do país fazer cessar as pressões sobre Cuba e com o pedido de libertação dos cinco presos cubanos retidos nas cadeias dos EUA.

## Exploração sexual da criança e do adolescente

Para ressaltar o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos realizou, no dia 18 de maio de 2005, audiência pública para debater os casos relativos ao tema. A vice-presidente da Comissão, deputada Miriam Marroni, apresentou o Projeto Radar, que tramita na Casa desde o dia 11 de maio de 2005. O objetivo é estabelecer uma política estadual de prevenção, identificação e coibição de violência ou exploração sexual de crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul.

O Radar pretende dotar as escolas públicas do Estado com profissionais e serviços capazes de identificar práticas de violência ou exploração sexual de crianças e adolescentes encaminhando-os aos órgãos de proteção. "Será criada uma política de proteção com vista a auxiliar os profissionais das instituições de ensino, detectando os casos de violência", informou Miriam.

A parlamentar disse, ainda, que o trabalho tem como referência a escola, por ser o local de maior concentração de crianças e por já possuir profissionais com funções definidas. "É um importante espaço para identificar esse tipo de violência e combatê-la. O professor desconfia e encaminha ao orientador, que analisa o caso e passa ao agente de saúde. Este realiza a investigação de campo e relata ao orientador, que deve fazer os devidos encaminhamentos", explicou.

## Quilombolas e verbas públicas

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e a Escola do Legislativo realizaram no dia 23 de maio de 2005 reunião para tratar das políticas públicas de inclusão e efetivação de direitos da população negra gaúcha, especialmente das comunidades quilombolas.

Participaram do encontro diversos órgãos governamentais federais e estaduais, entidades de classe, conselhos e associações de representação da comunidade negra.

Os remanescentes de comunidades quilombolas, que se revezaram ao microfone, foram enfáticos em reclamar mais atenção do

poder público, no tocante à agilização dos processos de reconhecimento, titulação e demarcação das áreas, como estabelece o Decreto Federal 4887/2003. Reginete Bispo, cientista social e militante do Movimento de Mulheres Negras, disse que é preciso que se “dê condições às comunidades de se autodeterminarem, garantindo terra, crédito e reconhecimento. “Para nós, terra é poder. Queremos terra para plantar e produzir”, reclamou. João Francisco, da comunidade de Morro Alto, uma área reconhecida, mas que ainda não teve a identificação das terras, apresentou a Carta dos Quilombolas, como resultado de uma manifestação ocorrida no dia 13 de maio de 2005, em Morro Alto, junto à BR 101, no Litoral Norte. As demandas da carta, subscrita pelo Movimento Negro Unificado do RS, estão assim distribuídas: titulação imediata de 400 áreas em todo o país; informação sobre o montante de recursos destinado a projetos públicos e ONGs para convênios referentes a ações voltadas para os Quilombolas e destinação dos recursos para titulação, demarcação e sustentabilidade das áreas. Outras lideranças expressaram a necessidade de avançar nas políticas públicas que considerem a peculiaridade das áreas de remanescentes afrodescendentes com investimentos nas áreas da saúde, educação, assistência social, empregos e renda.

Os órgãos públicos presentes manifestaram posições divergentes quanto às demandas, especialmente com relação aos recursos. O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Nilton Pinho de Bem, recordou a herança recebida pelo governo passado onde, em oito anos, FHC demarcou apenas 18 áreas. Afirmou que o MDA “está destinando recursos e técnicos para a área”. Já o Incra/RS, através de Peráclito Brasileiro de Deus, do Incra, reconheceu a incumbência delegada para demarcar áreas, mas afirmou que isso só acontece com “gente e orçamento”.

## Quilombolas e demarcação de áreas

A comunidade Quilombola do Rio Grande do Sul, que possui 108 áreas mapeadas, quer pressa na demarcação das áreas reconhecidas como Quilombos foi tema de audiência pública no dia 23 de maio de 2005, na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

As comunidades remanescentes de quilombos têm o direito assegurado na Constituição do Brasil para a demarcação das terras

que abrigam comunidades afrodescendentes. Existem, no Rio Grande do Sul, cerca de duas mil famílias de quilombolas dispersas em áreas rurais e urbanas não demarcadas. Em Porto Alegre, há três Quilombos reconhecidos, o Silva no bairro Três Figueiras, o Guaranha, na Cidade Baixa e o Garcia no bairro Glória. É a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, quem emite o atestado e é o Incra que delimita a área dos Quilombos. Existem outras 743 comunidades no País descendentes dos Quilombos de Palmares, muitas ainda não demarcadas, e cerca de 2 milhões de afrodescendentes morando nessas áreas no Brasil. Embora tenha sido promulgada a Lei Áurea há 117 anos, muitos grupos de afrodescendentes ainda não alcançaram a liberdade econômica e cultural, sendo levados a viver em dificuldade nos redutos, com a falta de infraestrutura básica, precárias condições de atendimento à saúde, à educação e à previdência.

O deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da CCDH, ressaltou que o País tem uma dívida histórica com o povo negro. "O reconhecimento das terras, da história e da cultura da população afrodescendente é um direito de um povo que teve papel decisivo na construção da riqueza do Brasil", disse.

## Segurança pública em Santa Maria

A segunda audiência pública extraordinária regionalizada sobre segurança pública aconteceu no dia 30 de maio de 2005, na Câmara de Vereadores de Santa Maria e revelou os mesmos problemas estruturais verificados na primeira audiência, Ocorrida em Alvorada.

Diante de uma platéia formada basicamente por servidores da segurança pública, os representantes do governo estadual afirmaram que a segurança enfrenta problemas históricos. O coronel Moura informou que a BM enfrenta uma defasagem de 30% no efetivo. "Em algumas regiões esta defasagem chega a 40 ou 45%. Nos últimos quatro anos, perdemos 800 homens", informou. Ele enfatizou que o ideal seriam 28 mil homens atuando na BM, enfatizando que o "problema é histórico". Atribuiu a redução do efetivo à saída precoce dos servidores para a inatividade. "Estamos tentando segurar os homens no serviço ativo depois dos 48 anos, e, para isso, estamos elaborando um projeto de lei que estabeleça gratificação de permanência por mais 5 anos após a inatividade", disse. O coronel defendeu o concurso regionalizado para evitar as transferências de servidores de uma re-

gião para outra. Ele perdeu 569 PMs que saíram da região de Santa Maria e foram deslocados para vigiar três penitenciárias na região Metropolitana.

O delegado Oscar Corrêa dos Santos Junior, representando o secretário da Justiça e Segurança, disse que as dificuldades da Polícia Civil são similares às da BM, com defasagem de 45% no efetivo, salário deficiente e evasão acentuada. "Em 2004, foram nomeados 39 policiais na Região Central e 15% deles já se evadiram", observou o delegado. Enfatizou que "as dificuldades para o desenvolvimento das atividades de segurança são visíveis, com os policiais se dedicando além de suas possibilidades físicas e humanas".

O presidente da Ugeirm/Sindicato, Isaac Ortiz, reclamou da desatenção do governo estadual para com a segurança pública. "A auto-estima dos servidores nunca esteve tão baixa. Estamos desmotivados", sentenciou. "Os salários nunca estiveram tão baixos. Quando o salário chega no final do mês, não cobre as dívidas que o policial para o sustento da casa", criticou. Expôs a fragilidade a que são expostos os policiais no trabalho com armamento deficiente e coletes com prazos de validade vencidos. Mencionou que 13 servidores já foram mortos, em 2005, nos enfrentamentos com criminosos.

Nas falas de plenário, destacaram-se R.M., agente penitenciário, que expôs a carência de 1.800 agentes para o serviço prisional da região. "O ideal seria 11 presos por agente, mas cada agente tem de responder por 44 presos", informou. Afirmou que há excesso de trabalho, com jornadas estafantes e falta de um Plano de Carreira. Já a policial M.L. denunciou que a Polícia Civil fez estruturação de órgãos policiais, mas não contratou servidores. Reclamou da qualidade dos coletes e armamento e da falta de pagamento pelas horas-extras. O vereador Jorge Trindade reclamou do tratamento desumano a que são expostos os policiais que cumprem penas restritivas no Batalhão local. Um major da BM rebateu as denúncias e defendeu um fundo estadual para Segurança Pública.

O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, destacou a importância da audiência e afirmou que a sociedade está insegura porque o Estado investe pouco nos trabalhadores e na estrutura dos órgãos que respondem pela pasta. Cobrou assistência aos servidores vítimas de acidentes e disse que a falta de orientação tem jogado os servidores em abordagens frustradas que acabam lesando os cidadãos.

O evento foi coordenado pelos deputados Dionilso Marcon e Estilac Xavier, requerente da audiência, e contou com a presença do delegado regional de Polícia, Oscar Corrêa dos Santos Junior, do chefe do Estado Maior da Brigada Militar, coronel José Carlos de Moura, do presidente da Ugeirm/Sindicato, Isaac Ortiz e dos vereadores locais, Isaías Romero, Loreni Maciel e Jorge Trindade dos Soares, de Santa Maria. O secretário municipal de assuntos de Segurança Pública, Raul Vilaverde, representou o prefeito.

## Cooperativas de trabalho dos deficientes

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa realizou, no dia 1º de junho de 2005, audiência pública que tratou da legislação que regulamenta o trabalho do deficiente vinculado às cooperativas.

Estiveram presentes representantes das cooperativas Coopersocial e Coopervisão, instituições que abrigam trabalhadores portadores de deficiência, a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, o Instituto Nacional de Seguridade Social, a Delegacia Regional do Trabalho, a Faders, o Ministério Público, entre outras organizações.

As cooperativas gerenciam o trabalho de portadores de deficiências possibilitando-lhes trabalharem na própria cooperativa ou intermediando o emprego junto a empresas, na forma de estágios. Nessa condição, os trabalhadores acabam perdendo a condição de "interditados" e o benefício previdenciário do INSS. As cooperativas reclamam que respondem pela inserção social dos trabalhadores e, como tal, necessitam garantir que os trabalhadores cooperados continuem recebendo o auxílio na condição de "interditados". Vinícius Costa, diretor da Coopersocial, disse que o trabalho da cooperativa "vem preencher uma lacuna no serviço do Estado, que não oferece condições de ocupação do trabalho dos deficientes". Lembrou que 214 pessoas estão sob o controle da entidade, "que administra sobras" decorrentes dos contratos efetuados junto às empresas. André Gonçalves, da Coopervisão, disse que "é preciso normatizar a inclusão do deficiente nos espaços das empresas, equiparando os trabalhadores às pessoas normais". Ele lembrou que existem no Estado, cerca de 6 mil cadeirantes que enfrentam dificuldades na inserção no mercado de trabalho. Citou o contrato com a CEEE, que abriga 46 deficientes e

que, a cada ano, gera a angústia pela renovação do contrato. Pediu legislação mais permanente que tranquilize os deficientes através de um espaço de trabalho.

A representante do INSS, Flávia Mendes, limitou-se a informar que o órgão segue a legislação ao conceder benefícios às pessoas consideradas deficientes. “Uma vez perdendo a condição de incapaz e passando a produzir, o indivíduo perde a condição de tutelado pelo INSS”, afirmou. E acrescentou: “quando o deficiente deixa de ser interditado, ele perde o benefício de prestação continuada”. A representante da Delegacia Regional do Trabalho, Ana Maria Machado, mencionou a dificuldade das empresas em abrir espaço para os deficientes e disse que as cooperativas têm o amparo do órgão na iniciativa de orientar o trabalho dos PPDs.

O deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da CCDH, observou que o tema merece análise mais detalhada dos órgãos públicos e dos legisladores. Chamou a atenção da responsabilidade dos governos estadual e federal no sentido de criar políticas eficazes que contemplem a necessidade dos deficientes.

## Subcomissão das Escolas Especiais

Na reunião ordinária de 8 de junho de 2005, foi feita a instalação da Subcomissão das Escolas Especiais e do Estatuto dos Portadores de Deficiência, proposta pelo deputado Marquinho Lang. Conforme o parlamentar, o objetivo da Subcomissão é debater a situação das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs) e a exigência exposta pelo MEC de que os alunos portadores de deficiências sejam atendidos em escolas especiais. O deputado Fabiano Pereira sugeriu que a Subcomissão estude também o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiências. Foram designados para compor a Subcomissão, além do proponente, os deputados Telmo Kirst, Fabiano Pereira, Floriza dos Santos e Sérgio Peres.

## Suposta indenização a militares anistiados

A CCDH realizou audiência pública, no dia 3 de junho de 2005, em Novo Barreiro, solicitada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmeira das Missões com a finalidade de ouvir moradores da região sobre a ação de supostos advogados que estariam lesando cida-

dãos para encaminhar aposentadorias a ex-militares que serviram ao Exército Brasileiro na década de 70. A denúncia apontava para entidades de Pinheiro Machado e de Pelotas como promotoras das ações. Tomando como referência a Lei da Anistia, que indeniza brasileiros que tenham sido vítimas da perseguição política, advogados estariam orientando os militares ou dependentes a buscarem indenização na Justiça. Durante a audiência houve relatos de pessoas que encaminharam documentos, via advogados, chegando a pagar contribuições mensais.

O deputado Dionilso Marcon, que presidiu a audiência, esclareceu aos presentes sobre as condições em que são concedidas indenizações por conta da Lei da Anistia e orientou os militares a só encaminharem indenização se efetivamente foram vítimas do regime militar.

## Quilombo Silva (I)

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, vereadores, representantes dos Ministérios Público Federal e Estadual e da família Silva, moradores do quilombo urbano no bairro Três Figueiras de Porto Alegre, se reuniram, no dia 13 de junho de 2005, para tratar da solução referente ao Quilombo localizado na Zona Norte de Porto Alegre. Uma ação de despejo das 12 famílias residentes tramita na Justiça e ameaça retirar os moradores do local. Uma audiência foi agendada com a finalidade de buscar soluções.

Ao final da tarde, a comitiva reuniu-se com representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário sugerindo a agilização da titulação da área. Uma audiência foi solicitada com o juiz da 13ª Vara Cível, Luiz Gustavo Pedroso Lacerda, responsável pela decisão de despejo, mas este se recusou a receber a comitiva. A comissão tentou, sem sucesso, agendar um encontro com o governador do Estado, para tratar do assunto.

O superintendente substituto do Incra no Estado, Paráclito Braseiro de Deus, afirmou que o órgão está trabalhando para a regularização da área com o intuito de dar a titulação da propriedade às famílias. “Estamos atentos para resolver esta situação. É fundamental a mobilização dos moradores e dos representantes da sociedade que buscam uma solução favorável para o caso”, disse Braseiro de Deus.

A Promotora de Justiça do Ministério Público Estadual, Miriam

Floriano, reiterou que, tanto o MP Estadual como o Federal, estão apoiando a manutenção da família Silva na área. "É preciso que se faça justiça a todo o povo negro desta nação", ressaltou Miriam. A diretora da Fundação Cultural Palmares, Maria Bernadete Lopes da Silva, lembrou que este quilombo é o primeiro a ser reconhecido no País. "Se perdermos a luta dos Silva, nossa política em defesa dos quilombos estará abalada", alertou a diretora.

Representando os moradores, Rita de Cássia da Silva explicou que os descendentes estão na área há 60 anos, quando o local era apenas um descampado. Para ela, a titulação da área representa um grande passo para a manutenção das famílias no local. "A situação é grave. Há duas semanas, estamos vivendo momentos de muita angústia", desabafou Rita.

## Quilombo Silva (II)

As 12 famílias descendentes dos Silva, que ocupam área de 1,6 hectares no bairro Três Figueiras, em Porto Alegre, obtiveram a certificação da área pelo Incra. A informação foi dada por Mozart Arthur Dietrich, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário durante audiência conjunta entre a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e a Subcomissão de Igualdade Racial e Inclusão do Senado, ocorrida no dia 16 de junho de 2005 no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

A audiência contou com a presença dos senadores gaúcho Paulo Paim e do piauíense Mão Santa, além de deputados estaduais, vereadores, órgãos de governos municipal, estadual e federal, além de entidades de defesa do povo negro e descendentes da família Silva.

O senador Paim afirmou que a Comissão do Senado é solidária na busca de solução que culmine com a titulação das terras à família Silva. "Queremos que o resultado do movimento que aqui nasce seja exemplo para o País", sentenciou. O senador afirmou que pela resistência dos membros da Família Silva, está indicando os descendentes para receber o troféu "Lanceiros Negros", comenda conferida pelo Senado Federal a pessoas que se destacam na defesa do povo negro. O senador Mão Santa recordou a luta dos farrapos, que se rebelaram contra a elite da época e que pretendiam libertar os negros. "Os lanceiros negros foram os bravos que não foram abatidos", historiou. Manifestou solidariedade para com os Silva e afirmou que o "exemplo

da resistência ecoará por todo o Brasil porque a luta é por liberdade e igualdade”.

O deputado Dionilso Marcon, presidente da CCDH, disse que a “mobilização do povo mostra que é possível rever ações judiciais quando a causa é justa”. Enalteceu o encontro e disse que o Legislativo dá a sua contribuição na defesa do povo pobre, daqueles que foram os protagonistas do progresso do País. Classificou a disputa como sendo uma “luta de classes, onde o latifúndio urbano quer firmar seus tentáculos sobre o direito do povo historicamente oprimido”. Enfatizou que o direito à terra é sagrado e “não pode ser confiscado pela ganância de quem deseja apenas acumular capital”.

O deputado Edson Portilho recuperou a luta da resistência dos quilombolas e das instituições e citou a legislação que dá poderes ao Governo Estadual de assistir às áreas de quilombos e cobrou ações do governo Federal no sentido de consolidar a área reivindicada pelos Silva.

O representante da Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial, Ivan Braz, recordou que o sobrenome “Silva” se confunde com a história do País e até com a história do atual presidente, que tem este sobrenome. Mencionou a pressa na titulação e a redução da burocracia para garantir os direitos do povo negro. Maria Bernardete Lopes da Silva, representando a Fundação Palmares, disse que foi designada pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, a só sair de Porto Alegre depois que a Família Silva tenha sua situação regularizada. “Estamos aqui até o dia da vitória”, declarou.

Representando os quilombolas, Rita de Cássia Silva disse esperar dos senadores, um apoio para apressar as ações junto ao Governo Federal para a rápida titulação da área. “Nossa angústia não pode mais ser prolongada”, sentenciou. Lígia Maria Silva, remanescente mais idosa dos Silva, recordou, emocionada, a luta dos antepassados, quando “chegaram na área que era um descampado que ninguém dava valor”. Nós resistimos no local, criamos nossos filhos e netos e agora somos violentados com a tentativa da expulsão”, relatou.

## Segurança pública em Caxias do Sul

Rita Spido estava no plenário lotado da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Ela erguia um cartaz com a foto da mãe Guilhermina e do irmão Ari, mortos a pauladas numa manhã de sábado, na resi-

dência rural da comunidade de São Francisco, 6ª Léguas. Rita e os familiares estavam angustiados e indignados pela absoluta ausência de informações sobre os autores de mais este caso de violência. Como ela, outras 24 pessoas se revezaram ao microfone durante a audiência pública extraordinária realizada pela CCDH e Comissão de Serviços Públicos, no dia 20 de junho de 2005, em Caxias do Sul.

Presentes, o Sub-comandante Geral da BM, coronel Ilson Pinto de Oliveira; o Delegado Regional de Polícia Civil, Adalberto de Oliveira; o Superintendente dos Serviços Penitenciários, Djalma Gautério e o Diretor-geral do Instituto Geral de Perícias, Álvaro Martins. Além dos representantes do Governo, a audiência reuniu a diretora do Foro, Sonali da Cruz Zluhan, deputados, vereadores e lideranças de associações e entidades de representação social da região dos municípios da região da Serra.

O coronel Ilson Oliveira relatou que a "questão de segurança não é um caso só de Polícia, é uma questão social. A polícia trabalha nos efeitos". Ressaltou que a violência não é maior ou menor do que em outras épocas e a "segurança é uma questão de sensação". Citou que os órgãos responsáveis pela segurança se movimentam com uma defasagem de 38% no efetivo e que isto é compensado com operações especiais articuladas entre os órgãos que prestam este serviço à população. Recordou que o atual governo vai fazer concurso, ainda este ano, para inclusão de três mil novos brigadianos, mil policiais civis e 195 agentes de perícia. O delegado Regional de Polícia, Adalberto Oliveira, limitou-se a citar as estatísticas da redução do efetivo policial ao longo dos anos. Disse que a região da Serra possui, hoje, 180 policiais a menos do que em 1980. "Considerando que neste período a população cresceu, fica visível a desvantagem na prestação do serviço público", ponderou. Djalma Gautério, da Superintendência dos Serviços Penitenciários, relatou que a população carcerária do Presídio de Caxias é a segunda maior do interior, suplantada apenas pela de Rio Grande. Informou que o Estado irá construir, em 12 meses, nova penitenciária na localidade de Apanhador para abrigar 432 presos. Álvaro Martins, do Instituto Geral de Perícias disse que sua área "é modelo no atendimento e que está providenciando fotógrafos, papiloscopistas e médicos criminalistas para suprir a demanda".

Na fala das entidades, o presidente da Ugeirm/Sindicato, Isaac Ortiz, cobrou a presença do Secretário da Segurança na audiência. "Ele não vem debater com o povo, mas se reúne, a portas fechadas,

com os empresários locais”, observou, criticando a ausência de planejamento na área da Segurança Pública. Afirmou que os servidores vivem em “condições desfavoráveis para combater o crime, com falta de coletes e armamento deficiente”. Reclamou do baixo salários, que motiva a perda de colegas para outros serviços. “Estamos vendo qualificados agentes migrarem para concursos de nível primário em outros poderes, onde são mais valorizados”, ponderou. A médica perita Cátia Silva comentou que trabalha 84 horas semanais, há deficiências de material, viaturas e os peritos são obrigados a dirigir a única viatura disponível.

Nas manifestações das comunidades, Marcos Abreu, da União das Associações de Bairros, pediu mais efetivo na rua. Disse que a comunidade está cansada de tanto descaso. David Vicenzo cobrou compromisso para reverter o quadro de insegurança “que está caótico”. Paulo Pereira, líder comunitário, disse que a violência é gerada pela falta de investimentos do Estado em áreas como educação, saúde e esporte. Citou pesquisa apontando que uma criança é violentada a cada oito horas e que 85% dos agressores são familiares. Ênio da Silva levou familiares para a audiência e sugeriu mais eficiência dos órgãos policiais. Ele foi baleado duas vezes em cenas de violência. Na primeira, levou dois tiros durante enfrentamento policial num banco. Depois, foi baleado na mesma perna, por policiais, durante operação equivocada, quando voltava do enterro de sua mãe.

## Segurança pública em Esteio

Críticas a situação da Segurança Pública na cidade de Esteio, principalmente à ausência de efetivos da Brigada Militar e Polícia Civil, foram a tônica da audiência pública conjunta das comissões de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e de Segurança Pública da Câmara de Vereadores de Esteio, na noite de 23 de junho de 2005, no salão da Paróquia Santo Inácio de Loyola em Esteio. Cerca de 200 pessoas, a maioria moradores dos bairros Santo Inácio e Planalto, acompanharam o encontro e manifestaram preocupação com relação ao aumento de assaltos, vandalismos, homicídios e tráfico de drogas na região. Segundo dados apresentados pelo representante da Câmara Municipal de Esteio, cerca de 25 mil moradores do local não dispõem sequer de um carro da BM para proteção. O cercamento, com grades, de residências e empreendimentos comerci-

ais tem sido a solução encontrada por moradores para se protegerem da onda de violência. “As pessoas também sentem medo de procurar a polícia porque não são bem tratadas, então nos procuram na Câmara”, denuncia o vereador Luis Dantas.

A audiência foi acompanhada pela prefeita de Esteio, Sandra Silveira, pelas chefias regionais da Polícia Civil e Brigada Militar, representantes da Secretaria de Segurança do Estado, lideranças comunitárias e políticas e pelo delegado local, Ireno Schulz, no exercício da profissão há 20 anos. Em seu pronunciamento, Schulz lembrou que a estrutura da polícia, hoje, está muito aquém das necessidades e que a falta de segurança na região já dura muitos anos. “O problema é muito maior do que vocês pensam. Que bom que a população começa a se conscientizar e a pressionar as autoridades para exigir soluções”, afirmou. Quando assumiu o cargo, a Polícia contava com 34 servidores para atender uma demanda de duas mil ocorrências por ano, período em que ainda eram responsáveis por registrar perdas de documentos. “Hoje, temos 11 mil ocorrências, não fazemos mais registro de perda de documentos e temos apenas 20 funcionários”, ponderou.

“Temos um déficit de 10 mil servidores na polícia”, apontou o Capitão Rafael Luft, um dos representantes da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado. “Queremos soluções, as autoridades têm de responder por essa situação de insegurança em que vivemos”, rebateu a moradora Márcia Gonçalves. “Pagamos impostos, e o governo tem que dizer o que está fazendo por nós”.

Representando a SJS, o delegado Mário Marcelino lembrou os investimentos feitos pelo governo atual na aquisição de viaturas e na contratação de novos funcionários, mas admitiu que isto ainda não é suficiente. De acordo com ele, o setor de saúde mental da Polícia Civil e da Brigada Militar está lotado de policiais vítimas de estresse por excesso de trabalho e baixos salários. Marcelino conclamou a população a participar do projeto Segurança Solidária, que busca aproximar o policial da comunidade e lembrou que a Consulta Popular é o único caminho para a conquista de um posto móvel da BM nos bairros. O Comando Regional da Brigada Militar, através do Tenente Coronel Paulo Mendes Rodrigues, ressaltou a impossibilidade de serem instalados postos fixos de atendimento nos bairros e apontou o caminho da Consulta Popular para que a população reivindique uma viatura móvel.

A prefeita de Esteio aproveitou para denunciar que as deman-

das da Consulta Popular do ano passado, quando a população priorizou a Segurança Pública, ainda não foram atendidas e disse não acreditar nessa solução. O deputado Edson Portilho defendeu que se cobre do governo do Estado mais efetivos e maior articulação entre as polícias, além de uma maior presença do Ministério Público na solução do problema. Para Portilho, a violência aumentou em todos os lugares; o governo mudou e os problemas continuaram.

O deputado Dionilso Marcon, que presidiu o encontro, defendeu a necessidade de mais investimentos do Estado em Segurança. Ele recebeu um documento contendo denúncias de moradores, subscrito por mais de quatro mil assinaturas.

## Homofobia e espaços institucionais

Por solicitação do Grupo Nuances, a CCDH debateu a homofobia em instituições públicas e privadas. O encontro aconteceu no dia 29 de junho de 2005, e reforçou a necessidade dos espaços institucionais públicos, como escolas e repartições administrativas aceitarem como normal o trabalho de gays, lésbicas e travestis.

## Conflito entre pescadores e surfistas

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia reuniu, no dia 11 de julho de 2005, em Tramandaí, lideranças de pescadores e surfistas, autoridades municipais e estaduais envolvidas com a pesca e o turismo, para tratar do espaço de pesca e lazer na orla marítima. A reunião foi motivada pelos conflitos gerados pela morte de surfistas em cabos de rede de pesca instalados ao longo das praias gaúchas. O deputado Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, coordenou a reunião em que as duas partes abordaram o problema e que culminou na orientação de Prefeituras para que estudem com as comunidades de pescadores e surfistas, meios que garantam espaço para os dois segmentos na orla marítima.

Além de entidades de classe, estavam na reunião representantes de Prefeituras, de Câmaras de Vereadores, Emater, Brigada Militar e Ministério Público. O debate iniciou com a exposição do presidente da CCDH, deputado Marcon, situando o problema e afirmando que o Legislativo está presente onde os cidadãos reclamam o cumprimento de seus direitos. "Em nosso litoral há milhares de famílias que,

há décadas, se dedicam à pesca, sendo responsáveis não apenas pelo sustento de suas famílias, mas também pela geração de emprego e renda”, observou. “De outra parte, a economia dos municípios litorâneos se fortalece com a presença dos surfistas que, embora não tenham o surfe como fonte de sobrevivência, buscam o mar como espaço de lazer e prática esportiva”.

O deputado disse que tragédias que envolvem a morte de surfistas tornam-se mais graves quando um segmento culpa o outro pela perda das vidas. “Se tivéssemos áreas delimitadas e respeito aos espaços de cada um, com certeza teríamos menos vítimas”, observou Marcon. O presidente da Federação Gaúcha do Surf, Márcio Ramos, disse que esta atividade cresceu muito nos últimos anos e que o mar, como um espaço de todos, tornou-se espaço para a prática do surfe. Defendeu a demarcação de áreas próprias com respectiva identificação. Citou que foram 45 as mortes nos últimos 25 anos e defendeu o consenso para a definição das áreas em cada município. “É preciso que cada municipalidade encontre o meio termo para a demarcação que deve respeitar a lei e a particularidade”, enalteceu Márcio, defendendo maior informação, tanto de pescadores como de surfistas, sobre os perigos oferecidos pelo mar.

Por parte dos pescadores, houve várias manifestações, algumas como a de representantes dos municípios de Arroio do Sal e Capão da Canoa que informaram já existir delimitação de áreas para o surfe e para pesca. “Nós aqui não temos problema porque cada segmento sabe respeitar qual é sua área”, disse o pescador Sílvio Prestes. Antonio Schmidt, pescador, criticou aqueles que defendem o fim da pesca em balneários, querendo afastar os pescadores da orla. O pescador Giba, de Cidreira, disse que a morte de surfistas é gerada pela falta de respeito ao mar. “Para ser pescador tem de ter carteira e conhecer o mar, e para ser surfista basta apenas que a pessoa compre uma prancha e avance mar adentro”, ponderou, defendendo a existência de cursos para as pessoas praticarem o esporte.

Pelas instituições públicas, o sargento Fortes, da Patrulha Ambiental da Brigada Militar, defendeu o modelo internacional de placas para o surfe, ressaltando que para o litoral gaúcho ocorrem argentinos e paraguaios. Referiu que a pesca na praia ainda carece de regulamentação. O tenente Almeida, representando o Corpo de Bombeiros, reforçou que cabe a cada município avançar na demarcação das áreas para que haja fiscalização. O agrônomo Pedro Francisco, da

Emater/Osório, comentou a contribuição dos pescadores, que têm identidade, profissão e inclusive usufruem de financiamento público, como o Pronafinho, onde são todos adimplentes. Reclamou dos custos que as prefeituras têm para demarcar as áreas, "que são obrigadas a arcar com verbas que não são de sua competência". João Dias, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, manifestou tristeza ao retornar à discussão que entendia já resolvida. Disse que a Secretaria é parceira no crédito e investimento para o setor.

O Ministério Público foi representado pela promotora local Luciana Casarotto e pelo procurador Carlos Paganella. Luciana defendeu "respeito pelo outro e tolerância com o próximo" e Carlos referiu que "cada município tem particularidade própria e que é preciso convivência pacífica e harmônica entre pescadores e surfistas". Disse que os acordos feitos entre as partes têm peso de "sentença de juiz" e que o MP é parceiro no trabalho de demarcação e fiscalização das áreas, junto com o Ibama, a Emater e a Patram. Por fim, a reunião deliberou que campanhas de conscientização dos direitos de surfistas e pescadores sejam desenvolvidas entre a população.

## Insegurança nos bancos e lotéricas

Uma audiência pública na CCDH, avaliou, no dia 3 de agosto de 2005, a insegurança nas instituições financeiras, cooperativas de crédito e entidades dos trabalhadores e proprietários de bancos e lotéricas.

Ademir José Wiederkehr, diretor da Federação dos Bancários, disse que as instituições bancárias têm de investir mais em mecanismos de segurança que impeçam os riscos a que são vítimas os trabalhadores bancários com assaltos, roubos, furto a caixas eletrônicas, seqüestro de gerentes, falta de assistência psicológica aos trabalhadores, além do constrangimento de gerentes que têm de levar para casa a chave do cofre sendo expostos ao risco de violência. "Tanto nós, trabalhadores, como o cidadão que vai até o estabelecimento bancário estamos correndo riscos em face da violência", observou. Disse que o Governo precisa investir mais em segurança, treinando os policiais, investindo em mais inteligência e fiscalização da delinqüência. Antônio Pirotti, diretor do Sindicato dos Bancários, acrescentou que a categoria vive em estado de estresse, em decorrência do risco a que são expostos os trabalhadores. Citou que o cidadãos

têm de ser aliados na pressão para que os bancos cumpram a legislação que exige a instalação de câmeras de vídeo e portas giratórias em todos os estabelecimentos, ajudando a diminuir a violência. O presidente da Federação dos Vigilantes, Evandro Vargas dos Santos, expôs a necessidade de mais investimentos em segurança. “Nós, consumidores, pagamos pelos equipamentos e é preciso que os banqueiros apliquem parte do lucro na proteção dos trabalhadores”, observou.

O diretor jurídico do Sindicato dos Bancos, Flávio de Couto e Silva, expôs sua contrariedade ao debate, dizendo que os bancos estão cumprindo as leis. Reclamou da competência das Câmaras de Vereadores em fixar leis para os estabelecimentos. “Entendemos que a competência de regulamentar a atividade é federal e não dos municípios”, observou. Sobre a colocação de equipamentos de segurança, lembrou que, em 2004, havia 90% das agências com porta eletrônica e 80% com câmeras de vídeo. Expôs que, com o advento da Internet, menos pessoas estão indo aos bancos para efetuar operações. Hoje, 77% das operações são realizadas por meio eletrônico.

O major Carlos Adriano dos Santos, representando a Secretaria da Justiça e da Segurança, apresentou dados comprovando a tendência de redução dos casos de violência junto aos bancos desde 2002. “Não há pânico e o Governo do Estado está investindo para reduzir os índices da criminalidade”, ponderou. O delegado Ildo Gasparetto, da Polícia Federal, defendeu a necessidade de legislação federal para o setor, possibilitando à PF intervir nos bancos que eventualmente não cumpram a legislação. “Atualmente, em face de legislação municipal, a Polícia Federal não pode exigir providências em equipamentos porque as leis são divergentes de município para município”, defendeu. O tenente-coronel Hildebrando Sanfelice, da Brigada Militar, ressaltou que as estatísticas sobre a violência no setor “não deve levar ao pânico, pois os casos estão dentro da normalidade”. Referiu que aumentaram os casos de violência envolvendo as agências lotéricas e carros fortes, porque a atividade passou a ser um novo local onde circula dinheiro. “Hoje as lotéricas passaram a ser mais visadas porque funcionam como se fossem pequenos bancos”, observou.

O deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da CCDH, ressaltou a oportunidade do debate dizendo que é obrigação do Parlamento abrir espaço para a discussão solicitada pela Federação dos Bancários. “Ao reunir os segmentos envolvidos, fica mais fácil de buscar alternativas que contribuam para a redução das vítimas nos espaços bancários”, observou Marcon.

## Referendo sobre as armas e munições

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa promoveu audiência pública, no dia 10 de agosto de 2005, reunindo deputados, entidades, igrejas, Ministério Público e Governo do Estado para tratar do Referendo e do Estatuto do Desarmamento. A audiência foi o primeiro debate que ocorreu no Legislativo para aprofundar o tema.

O assunto foi introduzido pelo deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que expôs a necessidade do Legislativo entrar no debate “pois a sociedade carece de informações”. Tomando posição a favor do Estatuto do Desarmamento, o deputado Marcon disse que falava em seu nome e não em nome da Comissão que preside. “Temos como meta chegar a uma sociedade de paz e, para isso, precisamos tirar as armas das ruas”, reforçou Marcon, dizendo que no Brasil morrem 25 mil pessoas por ano vítimas de conflitos em que armas de fogo são o objeto causador das mortes. A deputada Miriam Marroni, proponente da audiência, expôs que é preciso romper com a “cultura da normalidade histórica que prega que todo cidadão deve ter arma para se defender”. A deputada ponderou que “quando o Estado falha na política de fornecer segurança, o cidadão busca meios próprios pra se defender”. Dizendo que entendia que o referendo deveria acontecer mais tarde para possibilitar um debate maior com a sociedade, a deputada entendeu como oportuna a análise da matéria pelo Legislativo.

O padre José Carlos Stolfe, do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), expôs a defesa da campanha e do estatuto do desarmamento afirmando que a entidade se engajou na sua divulgação. Lembrou que um mutirão continuará sendo feito junto às igrejas para que as pessoas entreguem as armas. “A arma é uma falsa segurança que tem as mulheres e crianças como suas maiores vítimas”, enfatizou o religioso. Outro defensor do estatuto foi o padre Marcelo Guimarães, da ONG Educadores para a Paz e do Comitê Gaúcho pelo Desarmamento. Lembrou que, no Brasil, acontece uma morte a cada 15 minutos em decorrência das armas de fogo. Ele disse que 75% das armas são produzidas aqui. Defendeu o fim da autotutela como meio de garantir a segurança dos indivíduos na sociedade. “O Estado tem de garantir e não delegar a tarefa de fornecer segurança”, defendeu. Citou que uma sociedade que tem menos armas, tem menos mortes e

citou que 60% dos assassinatos no Brasil são praticados por familiares ou amigos da vítima.

Não definiram posição contra ou a favor do Referendo, Isabel Guarice Bidigaray, da Promotoria de Direitos Humanos; Bruno Gil, da Defensoria Pública, Valéria Pereira, da Associação de Vítimas da Violência; Leila Schaan, da Secretaria de Direitos Humanos de Porto Alegre, Paulo César Jardim, delegado da Polícia Civil e Isaac Ortiz, da Ugeirm/Sindicato.

Contrariando o Estatuto e o Referendo, o vereador de Porto Alegre, Ervino Besson contestou a posição da Igreja Católica, classificando como um equívoco a defesa do desarmamento. "O momento é inoportuno e é um gasto enorme que poderia ser evitado", observou. Outro a manifestar posição contrária foi o metalúrgico Lírio Segalla, da Central Única dos Trabalhadores. Entendendo a discussão como complexa, declarou que "uma vitória do sim na consulta à população ameaçaria o emprego dos metalúrgicos". Defendeu a lógica do mercado e acusou a existência do interesse estrangeiro em proibir a circulação de armas no Brasil. O deputado Ronaldo Zulke expôs as iniciativas da Campanha Contra a Violência e pela Cultura de Paz desenvolvida por seu mandato e declarou-se favorável ao Estatuto. "Precisamos reduzir o número de armas na sociedade", ponderou, defendendo ações conjuntas com a CCDH que permitam debater a questão no âmbito estadual.

## Sistema prisional e saúde

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa discutiu, em audiência pública no dia 17 de agosto de 2005, a precariedade da assistência à saúde no sistema prisional. Os familiares de apenados reclamam de tratamento médico inadequado, de maus tratos e do não-cumprimento da Lei de Execução Penal que prevê o atendimento à saúde.

Durante a audiência, o deputado Estilac Xavier apresentou estatística que evidencia o aumento de mortes de apenados por causa natural. Amparado no Diário Oficial do Estado, o parlamentar disse que, em 2000, morreram 79 presidiários; em 2001, 55; em 2002, 43; em 2003, 75; e, em 2004, 92. Além disso, o parlamentar revelou o enxugamento do orçamento do Estado para o controle da saúde dos detentos. "Para se ter uma idéia, em 2001 e 2002 foram destinados

R\$ 1 milhão a cada ano. Em 2003, o montante despencou para R\$ 157 mil; em 2004, ficou em R\$ 190 mil até julho deste ano, chegou a R\$ 668 mil", observou Estilac. Ele reclamou que o atual sistema prisional não viabiliza a ressocialização do preso. O parlamentar defendeu o cumprimento das leis, observando que "o detento é uma pessoa humana, portanto, tem de ser respeitado, conforme prevê a Constituição", frisou.

A audiência, presidida pela deputada Miriam Marroni, decidiu por solicitar à Corregedoria-geral do Sistema Penitenciário e ao Ministério Público que investiguem as denúncias registradas pelos familiares durante a audiência; solicitou o relatório que o Conselho Penitenciário do RS encaminhou à União e encaminhou o pedido de uma audiência com o Procurador-geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira para discutir a precariedade do sistema penitenciário.

## Estatuto das PPDs e sugestões

Sugestões apresentadas por entidades gaúchas poderão ser acolhidas no Estatuto das Pessoas Portadoras de Deficiência que tramita no Senado. A afirmação foi feita dia 24 de agosto de 2005, pelo coordenador nacional da proposta, Santos Fagundes, na reunião conjunta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, com a Subcomissão das Escolas Especiais e Estatuto Portador de Deficiência. Representantes do segmento social manifestaram ser parceiros da iniciativa, mas defenderam a ampliação da proposta para garantir mais proteção às pessoas portadoras de deficiências (PPDs). A audiência, que ocorreu no plenarinho da Assembléia, foi traduzida para a linguagem dos sinais, chamada libras. O debate foi presidido pelos deputados Dionilson Marcon e Marco Lang .

De autoria do senador Paulo Paim, o projeto visava assegurar a integração social, econômica e cultural, além do pleno exercício dos direitos dos PPDs. Airton Leão, da Federação Riograndense dos Cegos, sugeriu que o estatuto incluía o conceito dos tipos de deficiências e aborde questões como trabalho, saúde, educação, previdência e renda mínima. "É preciso também criminalizar o preconceito e garantir prioridade na tramitação das ações de PPDs no Poder Judiciário", defendeu. Transformar as práticas assistencialistas em políticas públicas é a idéia do Movimento Gaúcho de PPDs, representado por Adair José Bamberg. "Criando uma Secretaria Especial Nacional para o segmento,

estariamos assegurando esta prerrogativa”, sustentou. Já Rui Frank, da Faders, reivindicou a inclusão de sanções para aqueles que descumprirem as normas do estatuto.

Santos Fagundes lembrou que já ocorreram, no País, mais de 800 encontros para debater o projeto, que deve ser aprovado ainda este ano. “Recebemos mais de mil sugestões e todas estão sendo estudadas, assim como serão analisadas as que aqui foram apresentadas”, afirmou o coordenador nacional. Segundo ele, o Estatuto das PPDs é um instrumento democratizador que está reunindo as normas jurídicas já existentes no País e avançando na consolidação da inclusão do Estado e da sociedade no segmento. “Não se fala mais da inclusão dos PPDs na sociedade, porque eles estão preparados para atuarem em todas as frentes. Temos agora de preparar as instituições públicas e a comunidade para lidar com essas pessoas, seja a partir do acolhimento dos portadores de deficiências nas escolas, nos ônibus ou em vias públicas”, disse.

## Defensoria Pública

Os 272 defensores públicos que atuam no Estado reclamaram das precárias condições de trabalho, como a falta de computadores, impressoras, pessoal de apoio, espaço físico, salários defasados e número insuficiente de defensores. As reclamações foram feitas na audiência pública ocorrida no dia 31 de agosto de 2005, na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

O encontro, presidido pelo deputado estadual Dionilso Marcon, presidente da CCDH, atendeu requerimento da deputada Miriam Marroni que expôs a necessidade de debater o tema. “A Defensoria Pública é um serviço profissional que atende a população mais pobre, normalmente as pessoas desassistidas que não têm recursos e estariam privadas de defesa nos direitos da cidadania.

Falando pelo órgão, o presidente da Defensoria Pública, Luiz Alfredo Schütz, recordou que o defensor público foi uma conquista da Constituição de 88, e o cargo é exercido por “agentes de Estado com carreira própria”. Lembrou que, desde 94, o RS conta com a Defensoria Pública, mas somente agora o órgão passou a ter autonomia administrativa e financeira. Recordou que atualmente existem, em atividade, 272 defensores em 161 comarcas. Schütz disse que a sociedade está reconhecendo o órgão, mas “ainda carece de recursos para pres-

tar um serviço mais qualificado à população". Disse que, atualmente, os defensores atuam em espaços precários junto às comarcas, sem local apropriado para receber as pessoas que ficam expostas ao reletto. Reclamou da falta de computadores, impressoras e estagiários para a triagem inicial nos atendimentos. "Precisamos da ajuda da Assembleia Legislativa para a aprovação do orçamento enviado à Casa que prevê recursos para atendimento à demanda", observou. Disse que o orçamento previsto para o último ano é de R\$ 34 milhões. Reforçou que a DP deseja ser um órgão independente, com mais 97 novos defensores escolhidos por concurso. Maria de Fátima Zachia Paludo, presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado, expôs que na DP o que sobra é "clientela". Declarando que as classes dominantes não têm interesse em reforçar a ação da DP, Maria de Fátima reclamou das precárias condições em que atuam os defensores: sobrecarregados nas funções e sem infra-estrutura para exercer a profissão, além da defasagem salarial que atinge a categoria, já que o último aumento salarial foi em 1995. Sobre a demanda, Adriana Fagundes Burguer, do Núcleo da Defensoria Pública, relatou que, na área cível, foram efetuados 39 mil atendimentos este ano.

## Subcomissão Mista do Consumidor

Nesta data a CCDH realizou reunião de instalação da Subcomissão Mista dos Direitos do Consumidor, em conjunto com a Comissão de Economia e Desenvolvimento.

## Depoimento de familiares de jovem morto

No dia 14 de setembro de 2005, a reunião ordinária da CCDH serviu para ouvir o relato de uma família que teve um jovem assassinado em São Borja. Familiares do jovem S.D.M., de 14 anos, morto no dia 6 de agosto de 2005, em Garruchos, município da Fronteira Oeste do Estado, relataram a perseguição sofrida pela família após ter denunciado constrangimentos sofridos nas dependências de órgãos policiais em São Borja.

Falaram que, no fim de julho passado, seu filho S.D.M. desapareceu da residência onde habitava com a mãe e o irmão J.C., de 21 anos. "Ao chegar em casa à noite, percebi que ele não se encontrava e

foi a partir daí que passamos a procurá-lo”, relatou. Em função do sumiço, a mãe suspeitou que ele tivesse sido preso, passando a procurá-lo em todas as dependências policiais da região. Ela desconfiou que agentes da polícia estariam por trás do fato. S.D.M. tinha sido acusado de furto de um aparelho de CD do veículo de um policial civil da cidade. “Um carro preto tirou nosso filho de casa e levou sem dar notícias à família”, denunciou. Depois de procurar o filho em vão, a família de S.D.M. recebeu a informações de que ele estaria morto na cidade de Garruchos. Ao chegar à cidade, uma tia de S.D.M., apelou a um policial militar para que desse notícias do sobrinho, “vivo ou morto”. Após muita insistência da tia, o militar acordou a entrega do corpo de S.D.M., afirmando que a família deveria armar uma rede junto ao rio Uruguai e aguardar até a manhã seguinte. Determinadas a localizar o corpo de S.D.M., o pai, o irmão J.C. e uma tia foram, na manhã seguinte, ao local combinado e encontraram depositado sobre a rede, às margens do rio, o corpo de S.D.M. Ele apresentava sinal de estrangulamento, com a “língua para fora e os olhos saltados, além de escoriações ao redor do pescoço”, relata a mãe. Oito dias depois de ter sido levado de casa, S.D.M. aparecia morto e era entregue, pelas próprias autoridades policiais, à família. O curioso é que, no momento de apresentar o corpo à família, uma ambulância já se encontrava no local. Recolhido, o cadáver foi entregue para enterro. Um boletim de ocorrência foi produzido e apresentou como causa morte “estrangulamento mecânico e afogamento”.

A partir do relato, Marcon reenviou documentos ao governador pedindo novas informações sobre o inquérito.

## Militares brasileiros no Timor Leste

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia ouviu na audiência de 21 de setembro de 2005, os militares brasileiros que atuaram no processo de reconstrução do Timor Leste. O deputado estadual Dionilso Marcon, presidiu o encontro.

O deputado historiou o perfil do Timor Leste, dizendo que é formado por uma população de 800 mil pessoas, a maior parte descendentes de asiáticos e portugueses que mantinham, no passado, as terras insulares como colônias. Nos últimos anos da década de 90, o país entrou em conflito devido aos movimentos insurrecionais que pediram a independência da ilha. A violência aumentou quando um plebiscito, realizado

em 2001, aprovou a independência da ilha, que se consolidou com a eleição de Chanana Gusmão em 2003. Para garantir a vontade do povo timorense, a ONU interveio a fim de garantir o processo de paz, requisitando tropas de vários países, incluindo o Brasil.

A participação brasileira na ilha do Timor Leste se deu em três etapas nos anos de 2000, 2002 e 2005 e foi exercida por 29 militares do 29º Batalhão de Infantaria Blindada, sediado em Santa Maria e por 94 militares do 3º Batalhão de Polícia do Exército, sediado em Porto Alegre. O coronel José Luiz Lisboa Neiva, comandante do III Batalhão de Polícia do Exército, expôs as atividades da missão que incluíram ações de pacificação militar e atividades sociais como auxílio em projetos habitacionais, orientações médicas, de mecânica, padaria e educação. Os militares brasileiros encontraram uma população ameaçada por milícias armadas colocadas na ilha a mando do governo da Indonésia que não desejava a independência. O comandante disse que os militares que atuaram no Timor foram preparados psicologicamente em face do risco de vida que poderiam sofrer, “mas foram bem recebidos pelo povo”. “Nossa ação possibilitou garantir a pacificação e não há perspectiva de que grupos armados venham a desestabilizar o país”, observou o coronel Neiva, após mostrar um breve vídeo em que foram exibidas imagens da atuação dos militares no país do Oriente.

O deputado estadual Dionilso Marcon disse que “ao abrir as portas ao tema possibilitamos que coisas boas feitas por servidores do nosso Exército possam ser socializadas”. O deputado Estilac Xavier, proponente da audiência, recordou que a Assembléia concedeu medalha de mérito aos militares que atuaram no Timor e destacou o registro formal da ação brasileira naquela localidade.

## Reforma psiquiátrica

Os avanços e dificuldades na implantação da Lei da Reforma Psiquiátrica foram debatidos na audiência conjunta das Comissões de Cidadania e Direitos Humanos e de Saúde e Meio Ambiente no dia 5 de outubro de 2005, no Plenarinho da Assembléia. A deputada Miriam Marroni, vice-presidente da CCDH, defendeu a manutenção da Lei nº 9.716/1992, de autoria do ex-deputado Marcos Rolim, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Estado.

Miriam Marroni salientou a necessidade de discutir a proposta

de alteração da lei que tramita na Assembléia Legislativa através do Projeto de Lei nº 40/2005. Segundo a deputada, a proposta é fundamentalmente conceitual e pretende, com mudanças radicais nos vários artigos, restabelecer os velhos paradigmas teóricos e organizacionais para os Serviços de Saúde Mental no Estado. “A Lei da Reforma Psiquiátrica foi uma conquista que permitiu respeitar as diferenças e considerar as potencialidades, resgatando o ser humano portador de sofrimento psíquico, dando-lhe cidadania, vida, felicidade e proporcionando-lhe a inclusão social”.

Para a parlamentar, o projeto do deputado Adilson Troca compromete a implantação da Reforma Psiquiátrica, que tem apresentado resultados positivos no tratamento, conseguindo resgatar pessoas portadoras de sofrimento psíquico que estavam condenadas à total incapacidade, a uma vida sem respeito e participação social. “Se o problema é a falta de leitos psiquiátricos, como alegam os defensores das alterações na legislação, vamos lutar por mais setores e alas nos hospitais gerais para os casos que necessitam de internação”, afirma.

Miriam Marroni ressaltou que a internação em um hospital geral é ainda melhor, pois assim o paciente, diferente do que ocorre no hospital psiquiátrico, recebe também atendimento clínico, ou seja, trata outras enfermidades. “Se o problema é a falta de leitos não é preciso alterar a legislação, vamos propor um artigo, como sugeriu Marcos Rolim, obrigando os hospitais gerais a terem leitos psiquiátricos”, concluiu.

## Polícia, torcedores e sindicalistas

A reunião ordinária da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, em 5 de outubro de 2005, ouviu sindicalistas e torcedores falando sobre os casos de violência ocorridos no estádio Beira Rio durante jogo de futebol.

O presidente do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga e Região, Antônio Machado, e o vice-presidente da Federação dos Sapateiros do RS, João Batista da Silva Xavier, relataram a situação enfrentada pela categoria com a perda de 13 mil empregos e o fechamento de 43 empresas de calçados na região do Vale dos Sinos nos últimos cinco anos. João Batista disse que, em face da crise, a categoria convocou os trabalhadores para uma manifestação no dia 30 de setembro de 2005, data que marca também os 19 anos da morte do sindicalista Carlos Dornelles, baleado após participar de uma greve em 1986.

Antônio relatou a hostilidade sofrida pelos trabalhadores por parte da Brigada Militar nos últimos anos, “que tem tomado partido e se colocado na defesa dos empresários, rechaçando o movimento sindical”. Ele lembrou que, em diversos atos junto às empresas, os PMs são o escudo para abafar os protestos dos trabalhadores. João Machado, por sua vez, relatou as circunstâncias do assassinato do sindicalista Jair Antônio Costa. Contou que, após a manifestação dos trabalhadores, o sindicalista, responsável pela organização, passou a ser hostilizado por servidores da Brigada. “No desentendimento com soldados, foi retirado do meio dos manifestantes, imobilizado, teve a camisa arrancada, foi algemado e levado pela viatura policial. Com o pescoço destroçado pela asfixia de um cassetete, como comprova o laudo de autópsia, o trabalhador foi executado”, relatou.

O deputado estadual Dionilso Marcon disse que tem crescido o número de denúncias chegadas à CCDH envolvendo a violência patrocinada por organizações policiais. Marcon atribui a crescente violência à falta de políticas por parte do secretário da Justiça e da Segurança, que “deliberadamente manda atirar antes de investigar”.

Sobre a violência no Estádio Beira-Rio, o vice-presidente da torcida organizada Camisa 12, Miguel Dagnino, expôs que as hostilidades envolvendo torcedores e Brigada Militar começaram no jogo anterior da Sul-Americana contra o Rosário Central, em que o comando da BM confiscou material na sede da Camisa 12. Naquele jogo, a torcida organizada foi impedida de usar sinalizadores de fumaça, enquanto os demais torcedores puderam usar o recurso decorativo, exaltando os ânimos. O torcedor relatou que o confronto com a BM se deu por provocação desta, que usou bombas de efeito moral, granadas de luz e som, batidas e gritos. Denunciou que 20 soldados avançaram sobre os torcedores. “Eles não portavam identificação visível, impedindo que as vítimas pudessem reconhecer os autores da violência”, disse Miguel. O deputado Fernando Záchia defendeu uma “nova relação entre Brigada e torcida organizada” que evite a ação “inadequada” ocorrida no estádio. Na audiência, foi lida também a nota da Ajuris denunciando a violência pelo “uso excessivo da força pela Brigada Militar que introduz a cultura da violência na tropa”.

## Torcedores e conflito com policiais

A deputada Floriza dos Santos, em parceria com a Comissão

de Cidadania e Direitos Humanos e a Comissão de Representação Externa Paz no Esporte, da qual é coordenadora, debateu dia 19 de outubro de 2005, em audiência pública, os episódios de violência ocorridos na partida de futebol entre o Internacional e Fluminense, no dia 2 de outubro de 2005.

Coordenadora dos trabalhos, Floriza disse que todas as manifestações da audiência serão levadas ao conhecimento do Ministério Público, que está propondo ao Estado um Termo de Ajustamento de Conduta, no sentido de preparar melhor os policiais para atuarem em grandes eventos esportivos. A deputada acrescentou que será reforçado ao Ministério Público o pedido das torcidas organizadas para que a identificação dos policiais seja mais visível na farda, que fica encoberta em dias de jogos em função do uso de colete de proteção.

A Comissão Paz no Esporte busca fazer um levantamento da real situação nas diversas modalidades esportivas e colher idéias para a construção do relatório final, que deverá indicar o caminho e as mudanças para que a paz volte às competições esportivas. Floriza salientou a importância de buscar junto ao Estado melhores condições para que a Brigada possa trabalhar de forma mais segura e também que a torcida não se sinta ameaçada pelas autoridades dentro dos estádios.

## Justiça Global ouve defensores agredidos

A diretora executiva da organização não-governamental Justiça Global, Sandra Carvalho, participou de reunião no dia 26 de outubro de 2005, e ouviu relatos de pessoas que sofreram constrangimentos por serem defensores dos Direitos Humanos no Estado.

Falando pela família do vereador de São Nicolau, Neri Eno Beier, assassinado dia 25 de agosto 2005, a viúva Rosalina Medeiros da Cunha contou, emocionada, que o marido era uma pessoa que lutava para melhorar a vida da comunidade na condição de técnico da Emater. Disse que, desde 2002, o vereador passou a sofrer ameaças de parte de políticos que viam crescer seu trabalho. "O Neri tinha relações com a comunidade onde morava, organizou o CTG e estava querendo moralizar a administração pública propondo uma CPI na Câmara que alcançaria gente grande na política local", informou. Disse que o vereador saiu da "apatia do trabalho individual e se tornou uma referência comunitária, especialmente entre os pequenos agricultores e pescadores". Rosalina tem certeza que seu marido foi "apa-

gado” por causa de sua opção de luta. Ela conta que entregou uma carta ao Governador onde relatou o clamor por Justiça, entendendo que “os assassinos do vereador devem ser responsabilizados pelo ato”. O cunhado da vítima, José Cláudio Medeiros da Cunha, também relatou que Neri vinha recebendo telefonemas ameaçadores, especialmente de colegas de trabalho que tinham vinculação com o ex-prefeito. Dizendo que confia na apuração que está sendo feita pela Polícia, José Cláudio confia na Justiça, que “além de mostrar a cara, está mostrando as unhas, visando a fisgar os autores da morte do vereador”.

Outro depoimento foi o da vereadora de Caxias do Sul, Ana Corso. Ela contou que, em 3 de setembro de 2004, dias antes da eleição municipal, na condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara local, foi acionada para acompanhar uma denúncia na penitenciária industrial de Caxias do Sul. Disse que, para realizar a inspeção, solicitou a presença de juíza local, que seguiu com ela até a casa de detenção. Dias após, foi apresentada uma denúncia contra a vereadora acusada de ter feito propaganda eleitoral. A vereadora suspeita que o revide tenha partido do administrador do presídio que, em 1997, foi incluído em sindicância que apurava maus-tratos aos presos, que, na época, havia sido solicitada pela vereadora. Como resultado da sindicância, o diretor da casa de detenção havia sido removido temporariamente da função, tendo retornado em 2002. Ana disse que, embora esteja sendo incriminada por causa de sua luta, não abandonará a militância na defesa dos negros, dos presos e dos mais pobres.

A diretora da Justiça Global, Sandra Carvalho, disse que os relatos ajudam a recheiar o relatório que a ONG está fazendo sobre o constrangimento que os promotores de direitos humanos sofrem no Brasil em várias áreas. Lembrou que nos últimos oito anos, a organização registrou 54 casos de violações contra defensores, com 22 assassinatos, sendo 10 somente no último ano. Casos como o do vereador Neri e da freira Dorothy são exemplos típicos de violência contra “quem se apresenta na sociedade como defensor dos direitos humanos”. Lembrou que a ONU, em 1998, emitiu uma declaração de apoio dos defensores caracterizados como indivíduos que atuam especialmente nos parlamentos, movimentos sociais e no Judiciário. Sandra disse que é na América Latina que os defensores sofrem maior constrangimento. Lembrou que “a ação rápida da Justiça na punição aos culpados é o instrumento mais eficaz e inibidor da violência contra os

defensores". Por fim, informou que está buscando dados para compor o relatório anual feito pela ONU sobre a tortura.

## Quilombos de São Gabriel

O reconhecimento de três quilombos localizados na zona rural de São Gabriel é a principal reivindicação da comunidade negra do município. A reivindicação foi feita no dia 3 de novembro de 2005, em reunião com representantes de afrodescendentes da região durante audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, realizada no auditório da URCAMP, em São Gabriel.

A comunidade negra também reclamou da precariedade da água tratada, da eletrificação rural, da falta de assistência à saúde e de infra-estrutura para o plantio e subsistência das famílias.

O presidente da CCDH, deputado Dionilso Marcon, adiantou que dará encaminhamento a todas reivindicações. Disse que acionará a coordenação do Programa Luz para Todos, do Governo Federal, a fim de garantir atendimento a toda comunidade quilombola da zona rural de São Gabriel. Marcon propôs, ainda, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que terá como objetivo identificar as responsabilidades e ações de cada esfera estatal. Este grupo será coordenado pelo Movimento Negro e integrado por representantes das três esferas de poder.

O deputado Estilac Xavier sugeriu que a Comissão remeta o relatório da audiência à União, ao Estado e ao Município. O parlamentar também quer que os três poderes informem os deputados sobre o trabalho que vêm desenvolvendo junto aos quilombolas. Além disso, propôs que, em março, após ter um diagnóstico detalhado, a Comissão faça uma visita às áreas envolvidas.

As comunidades de Cerro do Ouro, Von Bock e Calheira constituem as três comunidades quilombolas da zona rural de São Gabriel. Em duas delas, Cerro do Ouro e Von Bock, já foi concluído o levantamento sócio-antropológico preliminar. Em Cerro do Ouro vivem 29 famílias quilombolas em pequenas propriedades que variam de um a sete hectares. Este agrupamento de afrodescendentes situa-se a 45 km de São Gabriel, próximo à divisa com o município de Lavras do Sul. A maioria desta comunidade é proveniente da Vila dos Corvos, de Lavras do Sul, e a área onde habita vem, nos últimos 100 anos, sofrendo redução devido à ação de lindeiros. Situação semelhante acontece em Von Bock, que está a 10 km de Lavras do Sul. Lá, as famílias

vivem em lotes que variam de dois a sete hectares. A realidade mais precária, no entanto, é enfrentada pelas 42 famílias que vivem na Calheira, onde falta luz, água, transporte, escola e saúde.

O presidente da Associação Quilombola do Cerro do Ouro, João Vicente Carvalho da Silva, frisou que a maior dificuldade, na sua comunidade, é a precária eletrificação rural. Ele também disse que a construção de um poço artesiano poderá solucionar o problema do abastecimento de água. Além disto, Silva criticou a inexistência de assistência à saúde. Segundo ele, a presença de um clínico geral, um ginecologista e um dentista, pelo menos uma vez por mês, atenderia às necessidades da comunidade.

De acordo com o representante do Incra/RS, Henrique Lima, a regulamentação da terra dos quilombos é competência da União. Através do decreto 4.887, de 2003, o governo Lula deu os primeiros passos para o reconhecimento destas comunidades. Além disto, o governo federal criou o programa Brasil Quilombola, voltado para questões da terra, da promoção da igualdade racial, da segurança alimentar, da assistência social, do saneamento básico, da moradia, da participação das mulheres e dos direitos humanos.

Dados apresentados por Lima indicam a existência de 125 comunidades quilombolas no RS. O primeiro quilombo reconhecido no Estado foi o Casca, em Mostardas. O quilombo da família Silva, em Porto Alegre, está em fase final de reconhecimento. Cabe ao INCRA/RS identificar, demarcar e regulamentar as áreas quilombolas. Em relação ao quilombo Cerro do Ouro, ele disse que surgiu, após a primeira visita do INCRA, uma ação de usucapião, que visa a disputar a posse daquela terra. Antes do final da audiência, o grupo Timbalê-Bambá, integrado por meninas de 13 a 16 anos, apresentou a dança Akerueito. Também participaram da audiência representantes da Prefeitura de São Gabriel e do Governo do Estado

## Desaparecidos de Bagé

A audiência pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa ouviu, dia 3 de novembro de 2005, os parentes de dois jovens de Bagé que desapareceram há quatro meses. A suspeita é que ambos estejam mortos. Os familiares reivindicam agilidade nas investigações e enterro digno para os dois rapazes. A Comissão acionará o Ministério Público para que este aja em con-

junto com a Polícia Civil e com a Brigada Militar. As investigações também serão acompanhadas pela CCDH. O tema entrou em pauta a pedido do deputado Estilac Xavier e dos vereadores Graciano Pereira, Bob Machado e Paulino Parera, integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Bagé. Estes parlamentares também continuarão atentos às investigações.

Devido a informações sigilosas, o presidente da CCDH/AL, deputado Dionilso Marcon, suspendeu a audiência pública por alguns instantes e convidou os deputados presentes, os vereadores proponentes do debate, o comandante da Brigada Militar, major Jarí Scherer e o delegado de Polícia Regional, Sezefredo José Lopes para uma reunião reservada, na sala da presidência da Casa. Estas informações não foram divulgadas para preservar as investigações.

De acordo com Mara Regina Dias Rodrigues, mãe de Francis Eduardo Dias Rodrigues, de 19 anos, o seu filho e o amigo Adilson Ramos Madruga, de 26 anos saíram de casa no dia 1º de julho para pescar na Estância São Francisco, zona rural de Bagé, e não retornaram mais para casa. Depois de cinco dias, Mara recebeu a visita de dois rapazes. Um deles, Dílson Vicente de Campos Farias, conhecido como Buja, que a noticiou da morte de Rodrigues e Madruga com facadas e arma de fogo. Segundo Mara, depois de ter relatado o fato, Buja retornou a sua casa dois dias após para negar a declaração inicial.

O avô de Rodrigues, Luiz Carlos Rodrigues, foi ao Instituto Médico Legal (IML) e denunciou o fato à 3ª Delegacia de Polícia de Bagé. Ele critica a lentidão nas investigações policiais. "Vivemos angustiados há quatro meses. Queremos justiça", enfatizou Rodrigues. Nas galerias da Câmara de Vereadores, amigos e familiares dos dois jovens desaparecidos exibiram os cartazes - "Queremos solução". "Os desaparecidos são seres humanos. Justiça, justiça, justiça". "Quando irá terminar", cobrando dos órgãos competentes agilidade nas investigações.

O deputado Estilac Xavier frisou que se trata de uma investigação de caráter policial e que a CCDH/AL não substitui as ações da Secretaria de Justiça e de Segurança. "Esta audiência não tem como finalidade abrir canais de investigação, mas contribuir para a elucidação do caso. Estamos atentos ao problema", pontuou. O deputado petista esteve na Secretaria de Justiça e Segurança (SJS) com vereadores do município tratando deste assunto.

Além dos familiares, também participaram da audiência pú-

blica o deputado Sérgio Peres, vereadores do município e representantes da prefeitura de Bagé, da Brigada Militar e do Sindicato da Polícia Civil. “O papel da CCDH/AL é pressionar os órgãos responsáveis, a fim de solucionar a questão. Os familiares clamam por notícias concretas, e os rapazes têm o direito a um enterro digno”, arrematou o deputado Marcon.

## Caingangues do Morro do Osso

Uma reunião, que representou um ato em defesa da permanência dos índios caingangues que vivem no Morro do Osso, em Porto Alegre, mobilizou, no dia 8 de novembro de 2005, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e entidades ligadas à defesa da comunidade indígena. Uma liminar judicial requerida pela prefeitura de Porto Alegre buscava a retirada dos indígenas da área, dando prazo até o dia 19 de novembro. A audiência definiu meios de mobilização buscando impedir a ação de despejo. Três iniciativas surgiram da reunião: uma ação no Tribunal de Justiça, impetrada pelos advogados dos índios, com endosso da Funai; a solicitação de uma audiência com o prefeito de Porto Alegre, para solicitar a suspensão do processo e um Grupo de Trabalho coordenado pela Funai/RS buscando identificar a existência de outras terras indígenas em litígio. Esse levantamento será encaminhado ao Ministério da Justiça e sugere um ato do ministro declarando o Morro do Osso como área indígena, segundo demanda do grupo residente. Os índios também aguardam o parecer da Justiça Federal para uma ação de manutenção de posse da área.

Representante da Funai/RS, João Ferrareza garantiu que a fundação solicitou à sua assessoria jurídica todas as providências no sentido de evitar a retirada dos índios do local. “A presença do índio naquele local é garantia de preservação da área e de que ali não serão construídas novas mansões”, afirmou Ferrareza. O presidente da Comissão, deputado Dionilso Marcon, lembrou que a situação enfrentada pelos índios do Morro do Osso é a mesma dos negros em relação aos quilombos. “Aqueles que sempre devastaram o meio ambiente não são atingidos, mas os pobres, sim. É uma questão de luta de classes”, disse Marcon.

Representando os moradores próximos do local e a Associação dos Trabalhadores da Universidade Estadual do Rio Grande do

Sul (Uergs), Antônio Leite Neto declarou apoio à permanência do grupo no Morro do Osso "porque eles representam a garantia de preservação da área constantemente invadida por interesses imobiliários".

O advogado de defesa dos índios, Cláudio Sinoé dos Santos, disse que a liminar de despejo impetrada pela Prefeitura atinge não apenas o direito dos caingangues, mas também o direito das crianças, que deveriam ser protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O núcleo de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) destacou estudos feitos há mais de uma década que comprovam o direito do grupo de viver naquela área. "Esse grupo está em busca de seu território, o que está em jogo no Morro do Osso é uma questão de territorialidade indígena, de pertencimento destas terras a eles e a outras tribos", afirmou a pesquisadora Ana Freitas.

O representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Roberto Liebgott assegurou o apoio da entidade na luta pela garantia do direito dos caingangues a permanecerem na área. O cacique da tribo, Jaime Kentanh, fez um relato histórico da luta dos indígenas pela preservação das terras e do meio ambiente. A tribo trouxe à audiência uma faixa que exibia: "Queremos preservar a fauna, a flora, os sítios arqueológicos do Morro do Osso. Queremos valorizar a história dos povos indígenas do RS".

## A precariedade no IGP

A precariedade das condições de trabalho no Instituto-Geral de Perícias (IGP), a falta de servidores e a desvalorização dos funcionários e do órgão, foram tema de audiência pública de 9 de novembro de 2005. A presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto-Geral de Perícias/RS, Débora Maria Vargas de Lima, expôs aos parlamentares os problemas enfrentados pela categoria e pelo IGP.

Outro ponto que preocupa os peritos criminalistas diz respeito ao projeto 254/2005, que prevê a renovação de contratos na prestação de serviço pericial. A proposta do governo excluiu a renovação dos contratos de 25 peritos criminalistas. A perita Denise Capellari Pacheco defendeu a inclusão destes profissionais na proposição do Executivo Estadual e alerta para os riscos que a ausência dos peritos poderá acarretar. "Caso esse projeto seja aprovado como está, alguns departamentos perderão 50% de sua capacidade funcional", assinalou Denise.

A diretora do Sindiperícias, Adriana Nunes Wolffenbuttel cri-

ticou a ausência de representantes do Governo do Estado na audiência pública. Segundo ela, o IGP atua com 700 profissionais. Há uma lacuna de mil servidores e há vagas abertas para 320 profissionais. Esse número poderia ser maior, caso o governo estadual efetuasse as promoções pendentes. Ainda não há edital de concurso para suprir essa lacuna. Inicialmente, o Executivo Estadual acenou com a possibilidade de abrir 190 vagas, logo depois reduziu a quantidade para 120.

O presidente da Comissão, deputado Dionilso Marcon, remeterá documento detalhado ao Ministério Público Estadual e também quer um encontro com o Chefe da Casa Civil, Alberto de Oliveira, para tratar do assunto. As questões de âmbito federal deverão ser discutidas numa reunião com o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa. Ele intercederá junto ao Governo estadual para agilizar o concurso público para este segmento e ampliar o número de vagas.

## O “bico” dos servidores militares

Irregularidades no uso da estrutura da Brigada Militar para a prestação de serviços em segurança privada foram denunciadas pela Federação Profissional dos Trabalhadores em Segurança Privada do Estado do RS (Fepsp-RS), durante audiência pública, no dia 16 de novembro de 2005, solicitada pelo deputado Álvaro Boessio.

Na audiência, o presidente da Fepsp-RS, Evandro Vargas dos Santos disse que o telefone 190, destinado a socorrer a população, está sendo usado para vender serviços de vigilância particular. Além disso, ele alertou para a utilização de veículos da BM pela segurança privada. Segundo Santos, há PMs suspeitos de usar viaturas em assaltos. Ele ainda salientou que a população do litoral reclama da falta de segurança pública. E também citou dados do Comando do Policiamento Metropolitano (CPM), de 2000, segundo os quais 64,58% dos PMs fazem bico para complementar seus baixos salários. Ele sugeriu a instalação de uma CPI no parlamento estadual. Segundo Santos, quando ocorre um assalto em condomínios nobres da capital, imediatamente PMs oferecem seus serviços a particulares. “Isto leva a crer que esses policiais facilitam a ação de delinqüentes”, frisou. No seu entendimento, o inadequado serviço de segurança pública é proposital e lucrativo. “A sociedade acaba contratando servidores públicos para fazer vigilância privada”, sublinhou.

Já o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da BM, Leonel Lucas Lima estima que 80% dos policiais militares façam bico para completar os baixos salários. “Em 2004, foram excluídos da corporação 12 policiais, que faziam serviços extras de forma irregular”, pontuou Lima, acrescentando que os PMs gaúchos recebem um dos piores salários do País.

O deputado Dionilso Marcon defende salário digno e condições adequadas de trabalho tanto para os PMs, quanto para os profissionais da segurança privada. O parlamentar voltou a criticar os baixos investimentos na Segurança Pública do RS. “Em 2004, dos R\$ 13 milhões de investimento na área, R\$ 9 milhões foram provenientes do governo federal”, lembrou Marcon. Outro dado apontado pelo deputado petista indica que, de cada 10 viaturas compradas no Estado, oito foram adquiridas com recursos federais. Por fim, ele cobrou do governo estadual mais recursos para a Segurança Pública.

## Saúde dos trabalhadores nas empresas

Denúncias de violações aos direitos trabalhistas, de assédio moral e de doenças decorrentes do esforço repetitivo e de condições laborais inadequadas foram registradas por Federações de Trabalhadores durante a audiência pública da CCDH no dia 23 de novembro de 2005. O debate, solicitado pelo deputado Fabiano Pereira, reuniu entidades de trabalhadores que relataram desrespeito aos seus direitos por parte de várias empresas.

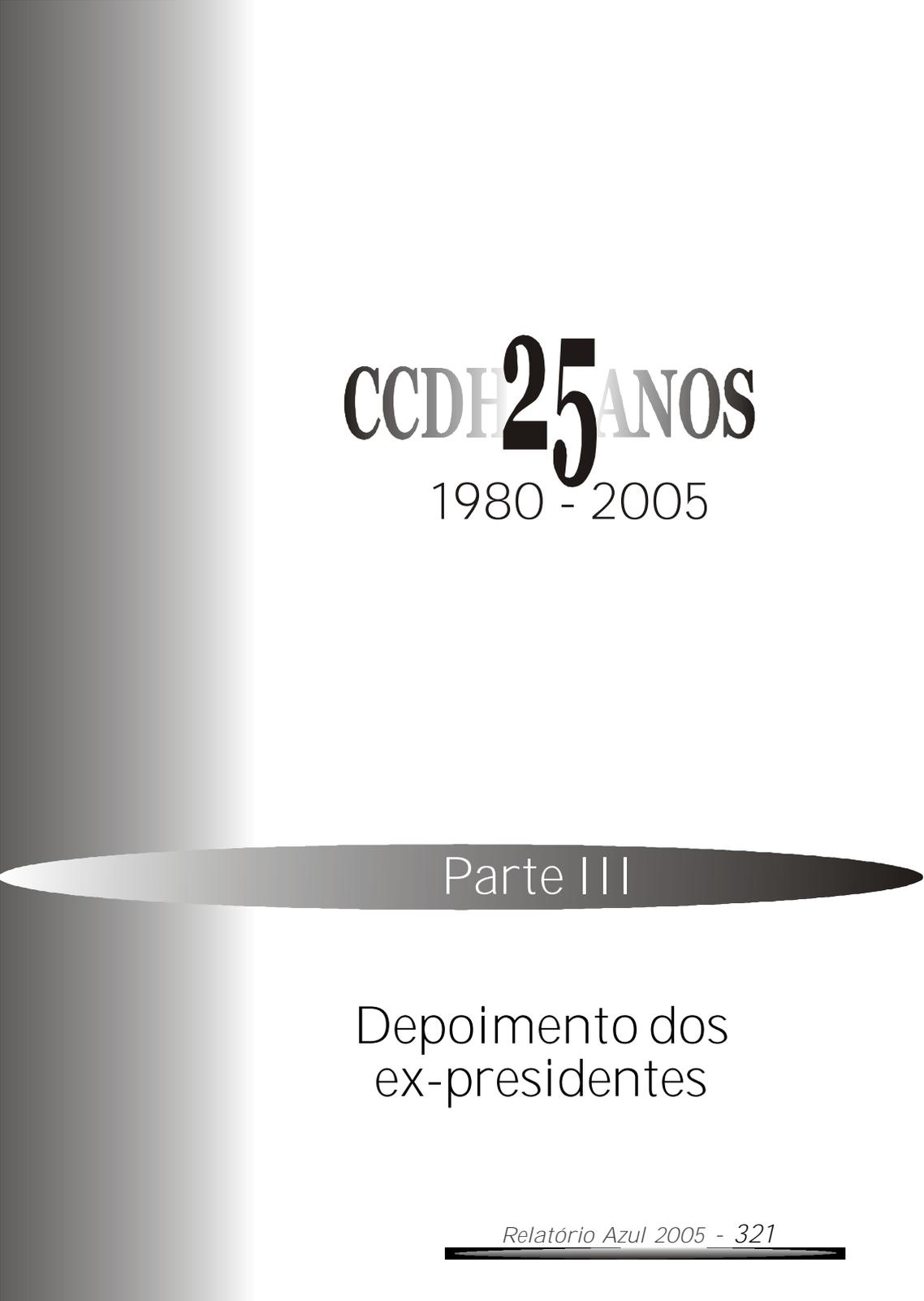
Os trabalhadores denunciaram as lesões em funcionários que atuam em máquinas de corte de frango, em frigoríficos como o de Montenegro. A representante da Federação dos Trabalhadores em Saúde, Eva Vieira, denunciou atraso de até seis meses nos salários de funcionários de alguns hospitais filantrópicos do Estado. Ela criticou direções de instituições por impedir o ingresso de sindicalistas em casas de saúde e também por não repassarem aos sindicatos e federações as contribuições recolhidas dos funcionários. Ela disse que grande parte dos 400 hospitais do Rio Grande do Sul não repassa à Previdência Social o percentual do INSS descontado dos salários. Eva salientou, ainda, que os empregados do setor sofrem assédio moral, não têm seus direitos fundamentais respeitados e são submetidos a uma extensa jornada de trabalho. Gilmar Fraga, do Sindisaúde acrescentou que a categoria já ocupa o primeiro lugar nas estatísticas de aci-

dentes de trabalho e doenças ocupacionais.

O dirigente da Federação dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, Agapito Pereira, disse que sua categoria recebe um dos mais baixos salários do Estado, inferior, inclusive, ao piso mínimo regional. Já o representante da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços (Fecosul), Paulo Ferreira, questionou a validade do trabalho aos sábados, domingos e feriados sem acordo coletivo. Ferreira também disse aos deputados que a lei da Revista Íntima está sendo descumprida em diversos estabelecimentos no Estado. Os deputados visitarão algumas empresas e estabelecimentos para averiguar as denúncias e tomar as medidas cabíveis.

Como encaminhamento, deliberou-se por remeter as denúncias ao Ministério Público do Trabalho e avaliar junto aos órgãos técnicos da Assembléia Legislativa a possibilidade de realizar um inventário detalhado da violação dos Direitos Humanos nas empresas.





CCDH **25** ANOS  
1980 - 2005

Parte III

Depoimento dos  
ex-presidentes

*Relatório Azul 2005 - 321*

---

## 25 Anos de CCDH. Depoimentos dos ex-presidentes

A sociedade gaúcha e brasileira resistia aos períodos obscuros da recente ditadura que havia reprimido os movimentos sociais, torturado, prendido e assassinado militantes políticos. A sociedade vivia o tempo da distensão política com a resistência civil pedindo democracia, anistia aos presos políticos e respeito aos direitos humanos. Os governos das repúblicas latino-americanas estavam em processo de transformação, alguns convivendo com ditaduras militares; e outros, experimentando processos eleitorais que legitimavam os governantes. No Brasil, não era diferente. Aqui crescia a vontade popular pelo fim das leis de segurança nacional e das restrições à cidadania. Estudantes, sindicatos, partidos políticos, Igreja – especialmente nas Comunidades Eclesiais de Base – comitês e grupos contra a tortura e a Ordem dos Advogados do Brasil se aglutinavam numa voz uníssona em favor da democracia.

No Rio Grande do Sul, muitos militantes de esquerda, oriundos do Uruguai e da Argentina, buscavam abrigo. Eram os exilados fugindo dos órgãos de repressão em seus países. Alguns eram descobertos e deportados via região da fronteira. Fixando clandestinamente residência em Porto Alegre, o casal uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Dias, militantes políticos de oposição ao regime uruguaio, viviam com os filhos em Porto Alegre.

Era comum os serviços de inteligência dos órgãos policiais trocarem informações sobre cidadãos que contestavam os regimes políticos repressivos. Entre as organizações oficiais, o Brasil mantinha o Serviço de Ordem Política e Social (SOPS) que, nos Estados, era organizado em departamentos como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), vinculados aos DOI-CODIs, que executavam os serviços sujo e repressivo aos militantes que clamavam por abertura política.

Atendendo à demanda proveniente das autoridades policiais do Uruguai, o DOPS gaúcho acabou prendendo o casal que foi entregue aos torturadores uruguaios. O fato indignou os órgãos de contestação ao regime militar brasileiro e desencadeou o debate no Parla-

mento gaúcho. A indignação resultou na instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) onde, de um lado, os representantes da Arena tentavam negar o seqüestro e, do outro, deputados do MDB incriminavam os órgãos uruguaios.

Nascia, assim, um espaço de discussão sobre os direitos humanos no âmbito parlamentar. Terminada a CPI, os parlamentares entenderam que deveriam manter o espaço de discussão da cidadania, criando em 25 de junho de 1980, através da Resolução de Mesa número 1819/80, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, tendo como fonte orientadora, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948.

Ao longo de 25 anos, a CCDH serviu de importante espaço para debates, audiências, conferências, seminários, jornadas e reuniões sobre os mais variados temas relativos aos direitos humanos.

Transcrevemos, a seguir, depoimentos dos ex-presidentes da CCDH, sobre aspectos destacados na sua gestão.

## A memória da resistência às ditaduras e regimes autoritários

“Os anos 70 foram marcados pela emergência da sociedade civil. Tanto nos países centrais (como nas grandes potências), quanto nos periféricos (como no caso da América Latina), vários movimentos sociais de direitos humanos e de defesa de minorias foram criados (ou recriados) para combater os autoritarismos presentes nos modelos “realmente existentes” de Capitalismo e Socialismo. Mesmo depois do desenvolvimento democrático e econômico ligado ao fim da Segunda Guerra Mundial, na década de 70, ainda existiam muitas ditaduras ou regimes autoritários, bem como novos estavam sendo criados, justamente pela existência da “guerra fria” e da preocupação das elites globais com a preservação do seu poder político e econômico (cada vez mais concentrado). Nesse sentido, as mulheres, os negros, os exilados e presos políticos, os perseguidos, os famintos, os sem-terra e desempregados, ou seja, os desamparados em geral, tiveram de mostrar as agruras sociais, políticas e econômicas por trás das ditaduras e autoritarismos, que não permitiam a inclusão social integral da maioria da população nos benefícios e direitos civis, políticos e sociais.

Nesse sentido, a América Latina, governada por ditaduras militares ou por democracias frágeis, era e ainda é um reflexo desse ambiente mundial, atrelada à influência norte-americana e suas políticas de expansão.

Os avanços da organização popular em países como o Uruguai, Argentina, Chile e Brasil levaram os EUA a procurar uma nova ordem econômica, abandonando programas de caráter protecionista, como a “Aliança para o Progresso” para adotar rígidos programas de ajuste com forte concentração de renda.

Na área política, na América do Sul, começam pela derrubada do Governo Constitucional de João Goulart, em 1º de abril de 1964, tendo como justificativa a luta contra o Comunismo e em nome da segurança nacional.

Em nome da segurança nacional, combate-se o inimigo interno, depõe-se governos constitucionalmente eleitos, constituições rasgadas, partidos extintos, direito de organização e de reunião abolidos,

constituições outorgadas e leis de exceção aplicadas. Pela lei de segurança nacional, prendiam, matavam, torturavam e pessoas desapareciam. Em meados dos anos 60, consolidava-se a estratégia geopolítica americana de substituir democracias por ditaduras.

Assim era o Paraguai de Stroessner desde 1954. No Brasil, os ditadores sucediam-se desde 1964. No Uruguai, depois das eleições fraudadas de 1971, com a vitória de Bordaberry sobre o candidato da Frente Ampla, Seregni, é dado um golpe pelo próprio Bordaberry, com apoio dos militares em 1972 e extinta uma das mais promissoras democracias latino-americanas.

No Chile, depois de três anos de governo democrático de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, Pinochet comandava um dos mais violentos golpes do continente, resultando na morte de Allende e instaurando uma das mais cruéis ditaduras do Cone Sul.

Na Argentina, após um breve intervalo democrático, em março de 1976, é derrubada Isabelita Perón e assume uma junta militar comandada por Jorge Videla. Essa ditadura contabiliza mais de 30 mil pessoas mortas ou desaparecidas, inclusive crianças.

Hoje, o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Chile empenham-se para implantar um mercado econômico altamente competitivo internacionalmente através do Mercosul. Nos anos 70, a integração aconteceu entre as ditaduras desses países de caráter repressor com os movimentos populares de resistência. Um tratado de cooperação entre policiais e militares, supervisionados pela CIA, através das embaixadas desses países, criava a Operação Condor. Policiais e militares foram treinados por agentes americanos na arte da tortura. Era a repressão ao Cone Sul.

Dentro desse contexto, começa a atuação clandestina dos militantes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, ainda nos anos 60, preocupados em auxiliar pessoas perseguidas, não apenas pelos militares brasileiros, mas ainda pelos regimes autoritários dos países latino-americanos.

O movimento de Justiça e Direitos Humanos foi fundado em 25 de março de 1979, mas só obteve seu registro cartorial em 11 de agosto de 1980. Sua ação política levou à retirada de aproximadamente duas mil pessoas do Cone Sul que viviam sob ditaduras militares, asilando-as em países europeus, como foi o caso, por exemplo, do biofísico uruguaio Cláudio Benech, em 1981, e da argentina Maria Elpidia Martinez Aguirre em 1982.

No Brasil, a chamada distensão lenta e gradual da ditadura militar, comandada pelo General Geisel, culmina em 1978, com o fim do Ato Institucional número 5, mas deixa intocada a Lei de Segurança Nacional.

Em 1978, Lilian Celiberti e Universindo Diaz, vieram a Porto Alegre denunciar os crimes cometidos pela ditadura Uruguiaia. Ao chegarem aqui, ambos foram seqüestrados, juntamente com os filhos de Lilian, por uma equipe de policiais brasileiros e uruguaios. Depois de alguns dias de cárcere, os quatro foram levados de volta ao Uruguai. O MJDH acompanhou e auxiliou a imprensa e o caso foi denunciado pelos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Batista Scalco, da Revista Veja.

Durante o caso, o Presidente do MJDH, Jair Krischke, denunciou o adido militar da Embaixada Brasileira no Uruguai; o coronel Carlos Alberto Brilhante Ursa como mentor da operação. Auxiliado por advogados brasileiros e uruguaios, Krischke começou uma campanha internacional pela libertação de Lilian e Universindo. A Assembléia Legislativa do Estado constituiu uma CPI, que obteve grande repercussão nacional e internacional. E, finalmente, dois agentes gaúchos foram condenados pela Justiça, numa decisão inédita. A condenação levou à cadeia policiais brasileiros que participaram de um dos inúmeros seqüestros dentro da chamada Operação Condor.

Foi diante destes fatos que surgiu, em 1980, a Comissão Permanente de Direitos Humanos, na Assembléia Legislativa, com o objetivo de amparar a luta da sociedade civil, que vinha sendo travada na clandestinidade visando a envolver o Parlamento gaúcho com a dor e o sofrimento de seus irmãos do Cone Sul. Estimulou a participação no processo de abertura política no Brasil, apoiando a sociedade em suas organizações pela anistia; pelas eleições diretas; pelo fim da Lei de Segurança Nacional; denunciando prisões e torturas de políticos, líderes sindicais, clamando por liberdade de imprensa, mudanças no modelo econômico e resgatando uma aliança com os oprimidos.

Diante da história de luta e heroísmo dos militantes dos direitos humanos em nosso Estado e, como forma de gratidão pela sua grandeza e generosidade com os excluídos, decidi relatar, embora resumidamente, essa parte da trajetória dos lutadores comprometidos com a preservação dos direitos humanos. Muito resta a contar da luta integrada entre o MJDH e Comissão de Diretos Humanos e muitos fatos ocorridos durante os anos 80 não constam nos anais da Assem-

bléia Legislativa, provavelmente pela perda das gravações das sessões da Comissão, que podem ser recuperados pelo testemunho dos seus militantes”.

*José Ivo Sartori*  
(Presidente de 1983 a 1986)

CCDH 25 ANOS

## Patrimônio da cidadania Arma dos menos favorecidos

“A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa é hoje um patrimônio da cidadania gaúcha, uma poderosa arma de defesa dos direitos das classes menos favorecidas. São 25 anos de uma história de construção coletiva, de participação e vanguarda nos mais importantes movimentos, causas e lutas do povo gaúcho, brasileiro e latino-americano. São mais de duas décadas de promoção da dignidade humana, da solidariedade, da fraternidade e da justiça social. Mais do que uma honra, o exercício da presidência da Comissão entre os anos de 1983 e 1986 foi um momento de aprendizado. Nesse período, o Brasil experimentou profundas mudanças nos cenários político, econômico e social.

Na apresentação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, publicada pela Comissão, já era sintetizada a sua função no parlamento Gaúcho: “A Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor possui uma dimensão muito vasta. Não se constitui meramente num instrumento parlamentar, mas sim numa ferramenta em favor dos injustiçados e dos oprimidos, um canal a ser utilizado pelos segmentos sociais marginalizados, sempre que necessário, à defesa e à preservação de qualquer direito fundamental da pessoa humana”.

Podemos citar algumas das ações que se incorporaram às lutas da própria sociedade naquele período, como a revogação da Lei de Segurança Nacional, moradia, saúde e meio ambiente, solo urbano, Reforma Agrária e defesa do consumidor. A Comissão, por exemplo, elaborou a cartilha “ABC do Consumidor”, com o objetivo de divulgar a idéia da defesa do consumidor e a criação de novas associações voltadas para esse objetivo. Também fomos palco de memoráveis discussões envolvendo movimentos estudantis e de trabalhadores, levan-

tando bandeiras em defesa do emprego e da promoção da igualdade racial. Temas que, na época, ainda eram tabus, recebendo tratamentos com alta carga de discriminação.

Foi através da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos também que o Rio Grande do Sul ganhou uma legislação inédita e vanguardista na área do meio ambiente. Em 1982, cerca de 23 entidades gaúchas se uniram à Comissão e elaboraram a Lei dos Agrotóxicos, aprovada pela Assembléia Legislativa em 1983.

Certamente novas e necessárias batalhas virão. Mas certeza maior ainda é que a Comissão continuará correspondendo às expectativas, vencendo desafios e mantendo-se ao lado dos mais fracos e oprimidos”.

*Mario Madureira*  
(Presidente de 1987 a 1990)

CCDE 25 ANOS

“As coisas estão no mundo,  
só que eu preciso aprender.”

Paulinho da Viola, no samba “Coisas do mundo, minha nega”

No já distante ano de 1987, quando assumi a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o país dava os primeiros passos após encerrar o período da ditadura militar, que desnaturou as instituições políticas e jurídicas do país e deixou seqüelas em muitos aspectos da vida nacional.

Pouco antes, em 1985, tivéramos a eleição indireta de Tancredo, sua morte, e a posse de Sarney. Vivíamos, então, o esgotamento do modelo econômico do milagre, a ressaca da supressão de direitos civis e políticos e da abstinência do exercício pleno da cidadania durante mais de duas décadas.

As forças políticas progressistas se organizavam para recuperar e ocupar espaços, viabilizar a convocação de uma assembléia nacional constituinte e, com isso, redesenhar as instituições jurídicas, políticas, econômicas e sociais, restabelecendo as garantias e os direitos fundamentais, próprios do Estado Democrático e Social de Direito. O que viria a ocorrer, no plano nacional, com os debates em torno da elaboração da Constituição Federal em 5.10.88. No Rio Grande do Sul, com a participação dos deputados gaúchos na Constituinte Esta-

dual, em 1989.

Até 1987, a expressão “Direitos Humanos”, sem deixar de aludir aos abusos policiais em geral, tivera como foco a perseguição política, a tortura, os desaparecimentos e banimentos, as cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Quase não se associava a expressão com os direitos “econômicos” – se assim se pode dizer – dos cidadãos. Aqueles direitos que viriam a ser denominados direitos humanos de terceira geração.

O desafio naquele momento passava a ser o de difundir e apoiar as formas de organização e participação popular cidadã, objetivando: dar substância e efetividade às instituições democráticas e materialidade aos direitos; conferir realidade ao sonho de alcançar melhores condições de vida, com crescimento econômico, reformas estruturais no campo e na cidade, distribuição de renda, atenção à saúde, acesso a serviços básicos de saneamento, habitação, etc; enfim, a luta pela redução das desigualdades econômicas, políticas, sociais e culturais.

Foi com essa visão que iniciamos o trabalho da CDH, naquele início de 1987, sem nos darmos conta que um programa genérico e elementar como esse continha muito mais carga utópica do que podíamos imaginar.

Acolhemos e estimulamos na CDH os movimentos sociais do campo e da cidade, de sindicatos, estudantes, donas de casa e de minorias; apoiamos reivindicações pelas reformas agrária e urbana e fortalecemos a luta por uma lei restritiva dos agrotóxicos e por uma política social da habitação, bem como a defesa do inquilinato; participamos dos debates nacionais que culminaram na inclusão dos direitos do consumidor na Constituição Federal e, em seguida, na edição do Código de Defesa do Consumidor.

Projetos de lei amplamente discutidos na CDH foram aprovados e transformados em leis sancionadas pelo Executivo. Entre elas, vale lembrar a que viabilizou a comercialização de milhares de imóveis ocupados em conjuntos residenciais para os próprios ocupantes e, numa prova de que o conceito tradicional continuava em pauta, aquela lei que tornou obrigatória a inclusão da disciplina de direitos humanos na formação dos policiais civis e militares do Estado.

Dezoito anos depois, em face de alguns avanços importantes, mas de recuos e desilusões não menos relevantes, pode-se constatar que as mudanças sociais, econômicas e políticas – incluídas aí as das

instituições e dos costumes – são processos mais complexos do que nos pareciam naqueles tempos de idealismo e esperança pós-autoritarismo.

Mais do que nunca, estou convencido de que é a partir da experiência concreta, vivida, que poderemos atualizar as utopias e reinventar as formas políticas capazes de viabilizar o desenvolvimento de uma sociedade na qual predominem os valores humanistas, a solidariedade, a busca da justiça, da igualdade e da oferta de oportunidades para todos.

*Antonio Marangon*  
*(Presidente em 1991 e 1992)*

CCDH 25 ANOS

## Contra a espionagem política e com os movimentos sociais

“Em 1991, o Partido dos Trabalhadores assume a coordenação da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Vivíamos um período pós-ditadura, e o controle dos órgãos de segurança era sutil e passava à sociedade uma imagem de que não havia mais controle do Estado sobre as atividades de sindicatos, movimentos sociais, Igrejas progressistas e lideranças políticas. O modelo econômico colocava milhões fora da escola, sem ensino, sem saúde, sem emprego, sem terra, sem esperança!

Entendíamos que a tarefa da CCDH era mostrar à sociedade o desrespeito para com os direitos humanos. Assumimos nossa tarefa à frente da CCDH com a convicção de que o modelo econômico vinha matando milhares de trabalhadores e acabando com a esperança de outros milhões. Tudo isso precisava ser denunciado! Fomos a campo e desvendamos casos de violência, trabalho escravo, espionagem política do Estado, abuso de autoridade por parte de policiais civis e militares entre tantas outras atividades da CCDH em 1991-1992.

Propusemos e presidimos a CPI da Espionagem Política, espaço que permitiu aos deputados, de todas as representações partidárias que tinham assento no Legislativo, resgatarem farta documentação comprovando a existência de espionagem política nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas igrejas e nos partidos políticos. O relatório

final, contudo, não foi aprovado. Como os levantamentos poderiam comprometer politicamente várias lideranças envolvidas com a espionagem irregular, as bancadas mandaram os parlamentares votar contra o relatório. E, não foi apenas isso. Toda a documentação comprobatória do trabalho da CPI também sumiu dos arquivos da Assembléia. Esse fato, gravíssimo, atesta o interesse em ocultar o relatório, que era uma peça consistente e importante ao resgate da memória das ações institucionais do Estado.

Mas a ação da CCDH voltou-se também à denúncia da prática de trabalho escravo nas áreas de cultivo de acácia na região de Encruzilhada do Sul; nas ilegalidades trabalhistas na construção civil; na denúncia à repressão aos trabalhadores; no acompanhamento a manifestações, como o confronto na Praça da Matriz; dos povos indígenas e do movimento negro. Realizamos, também, um seminário contra a pena de morte.

Presidimos a CCDH num tempo em que os movimentos sociais eram considerados criminosos, em especial o MST, que era severamente perseguido pelos órgãos de segurança que tinham o beneplácito da grande mídia.

Inauguramos um novo jeito de atuar da CCDH, tornando-a mais aberta aos problemas sociais e a CCDH passou a ser um espaço de ouvir as denúncias e de fazer a defesa dos pequenos, dos explorados, dos desrespeitados em seus direitos como seres humanos”.

*Marcos Rolim  
(Presidente de 1993 a 1998)*

CCDH 25 ANOS

## Valores civilizatórios, riscos coragem, caminhos, trilhas...

“Na experiência que tive como parlamentar e que se estendeu por 18 anos –6 anos como vereador em Santa Maria, passando pelos dois mandatos como Deputado Estadual até o mandato de Deputado Federal - tive a honra de presidir as Comissões de Direitos Humanos nos três níveis de representação: municipal, estadual e nacional. A experiência da Assembléia Legislativa foi, entretanto, a mais intensa e a mais produtiva. Foi também a mais longa, já que presidi a CCDH por seis anos consecutivos.

De todos os temas que tratamos e da multiplicidade de iniciativas ao longo daquele período, nenhum assunto envolveu tão fortemente as exigências de princípio mencionadas anteriormente quanto a “Reforma Prisional” e a defesa dos Direitos Humanos dos condenados à pena privativa de liberdade.

Vivemos numa sociedade atormentada por uma crescente sensação de insegurança – fenômeno potencializado ainda pela postura sensacionalista de grande parte da mídia. Não possuímos uma experiência significativa com políticas de prevenção em Segurança Pública, o que faz com que a ampla maioria das pessoas siga exigindo, tão somente, mais repressão. Como se não bastasse, a opinião pública brasileira parece conviver, sem maiores sobressaltos com o processo de vitimização de presos, inclusive com a prática da tortura, o que aparece, para muitos, como sinal de um “castigo merecido”. Como regra, a população desconhece as condições reais de execução penal no Brasil e não faz a mínima idéia do quanto as violações produzidas pelo Estado contra seus presos terminam por ser funcionais à reprodução ampliada da própria criminogênese. Atuar, em um quadro do tipo, em favor dos direitos humanos dos presos e propugnando um novo padrão para as políticas de segurança é, então, o tipo de desafio que não se pode enfrentar com facilidade. Mas nós encaramos esta “bronca” sem vacilações e penso que toda a equipe que esteve na CCDH comigo pode se orgulhar da forma como construimos a disputa pública em torno dos valores civilizatórios também aí, onde poucos se arriscam.

Foi, é claro, um processo marcado por muitas tensões. Estivemos em vários motins, participamos de inúmeras negociações com presos, realizamos centenas de denúncias, apontamos torturadores nas polícias, entre agentes penitenciários e monitores da Febem, produzimos relatórios, organizamos estatísticas, monitoramos avanços e recuos. Por conta disso, sofremos represálias as mais variadas, incluindo uma sabotagem de meu carro, um inquérito forjado e um seqüestro por encomenda do companheiro de minha chefe de gabinete.

Foram, entretanto, essas dificuldades que deixaram claro, desde o início, que só poderíamos ter alguma chance no enfrentamento se soubéssemos aliar a coragem e a determinação com a competência técnica e um grau de excelência na produção de diagnósticos criteriosos e alternativas de políticas públicas. A complexidade que enfrentamos nos obrigou à qualificação e fez com que todos nós, da equipe da CCDH, tivéssemos uma experiência incomum de crescimento pessoal e cole-

tivo. Só por isso, já teria valido a pena.

Mas acho que a maior recompensa que todos nós tivemos foi a de ter a certeza de que conseguimos abrir caminhos. Por certo eles não foram tão amplos e promissores como gostaríamos. Em alguns casos, marcamos apenas trilhas, em outros, sinalizamos passagens mais amplas. Mas tudo o que fizemos, fizemos inteiros e coerentes e, talvez, não seja pouco poder dizê-lo assim, tantos anos depois”.

*Maria do Rosário*  
(Presidente em 1999 e 2000)

CCDH 25 ANOS

## Porta-vozes e responsáveis das vítimas, e responsáveis para que não haja novas vítimas

“Em meu primeiro mandato como Deputada Estadual tive a satisfação de tornar-me a primeira mulher a assumir a presidência da CCDH. Esse fato marcou fortemente a minha trajetória de parlamentar e de militante humanista, tanto pela experiência que me capacitou a lutar contra todas as formas de violação dos direitos humanos, como pelas vitórias e conquistas relevantes que eu e minha equipe alcançamos nos embates a todas as formas de violações. A CCDH também se constitui num espaço de aprendizagem por excelência. No exercício cotidiano de luta contra as violações, aprendemos que é necessário, antes de tudo, nos despir de nossos “pré-conceitos”. Não há condicionante para a defesa dos direitos humanos.

Durante nossa gestão à frente da CCDH, mantivemos as ações positivas que vinham sendo desenvolvidas na luta pelos direitos humanos nas gestões anteriores e ficamos atentos às qualificações destas ações junto à sociedade gaúcha, no intuito de consolidar a atuação da CCDH. Também ampliamos as ações da Comissão, especialmente, junto aos diversos movimentos sociais, na luta em defesa das mulheres, na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, no combate ao preconceito racial, no combate à discriminação aos PPD's, entre outras tantas ações.

Acompanhamos, congratulados, a atuação da CCDH se efetivando em sua proposta fundante de não só atuar como espaço de denúncia, mas fundamentalmente como um núcleo de formulação

de políticas públicas e de ações constituídas diretamente junto à sociedade. Este papel de vanguarda na defesa dos direitos humanos tem demonstrado a relevância desta ferramenta do povo gaúcho e reafirmado o papel significativo da CCDH na transformação da sociedade brasileira. A CCDH jamais se pautou por disputas políticas menores que tanto marcam o parlamento. Jamais se omitiu de lutar contra as violações aos direitos humanos, independente de quem seja o agente da violação.

Acreditamos que os Direitos Humanos constituem-se como paradigma fundamental de qualquer projeto de transformação social digno deste nome. E este desafio precisa ser assumido por todos nós, militantes da causa humanista, com profundo senso de justiça, aceitação e envolvimento com os demais seres humanos e com indispensável teimosia, que caracteriza a todos que acreditam que é possível mudarmos essa realidade.

A luta pelos direitos humanos é a premissa necessária para nos redefinirmos na nossa condição de cidadão e cidadã garantidores dos direitos humanos. Todos os militantes da causa humana não são apenas porta-vozes das vítimas, mas, também, junto com elas, os responsáveis à construção de condições necessárias para que não haja novas vítimas. Parabéns à CCDH, pelo trabalho e parabéns ao Relatório Azul pela Edição 2005".

*Roque Grazziotin*  
(Presidente em 2001 e 2002)

CCDH 25 ANOS

## Construção de um mundo justo, solidário e fraterno

"Ter participado diretamente da construção histórica desses 25 anos da CCDH, nos deixa alegres e, ao mesmo tempo, cada vez mais comprometidos com a causa dos deserdados da terra.

A carta de lançamento do Movimento de Direitos Humanos no Brasil dizia que "o processo da implantação dos Direitos Humanos se confunde com a própria história do ser humano". A Assembléia Legislativa do RS, através da CCDH, exerceu um papel relevante e motivador como ator incontestante junto aos demais poderes legislativos.

Cada momento histórico tem suas próprias peculiaridades, fru-

to das circunstâncias que o cercam. Ontem vivíamos a necessidade de afirmar que o direito individual de todo ser humano, reduzido a um objeto insignificante e descartável, o que traz um mal-estar global que afeta e questiona os valores e a cultura de toda a humanidade.

A situação paradoxal dos avanços científicos, culturais e tecnológicos, em contraste com a dura realidade em que vive a grande maioria das pessoas, reforça a necessidade e a atualidade da implementação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ecológicos como base sólida para recompor uma Nova Ordem mundial.

Quando as pessoas e a sociedade se submetem à globalidade do fetiche que tudo é mercadoria e consumo, não há mais limites para fazer negócios e as mais escabrosas negociatas são realizadas com o maior cinismo e cara-de-pau. Vale tudo para ter mais lucro, ser mais poderoso, aparecer mais na mídia. Esta lógica perversa e distorcida da coisificação do ser humano jogou a humanidade numa crise sem precedentes. Recordamos alguns exemplos recentes: assistimos ultimamente imagens quase selvagens da juventude na França, revelando o drama de milhões de filhos de imigrantes em sua luta pela sobrevivência. Distúrbios que não são exclusivos de países desenvolvidos, pois acontecem todos os dias ao nosso redor em cidades grandes e pequenas, basta ter a sensibilidade de perceber.

Na Ecologia, o fenômeno Katrina revela que as catástrofes climáticas das mais diferentes matrizes estão dando um alerta de que o modelo de desenvolvimento escolhido, baseado no mais absurdo e vergonhoso desrespeito ao equilíbrio ecológico, levará rapidamente o nosso planeta ao desastre anunciado.

A moderna e sofisticada guerra no Iraque, fruto da ânsia de poder e símbolo da manutenção do controle petrolífero, afirma a cultura da violência e solidifica a indústria armamentista como elemento diplomático à solução dos conflitos mais globais. Por outro lado, incentiva a violência doméstica e generalizada, onde vence o que é mais forte.

A OMC, a mundialização do mercado faz com que a Organização Mundial do Comércio adquira hoje um papel mais relevante que a própria ONU no cenário internacional. Em favor dos interesses das grandes corporações e do sistema financeiro internacional, tem vencido todos os obstáculos que aparecem: crises financeiras, protestos sociais, eleições de políticos e a crítica intelectual.

Saliento este aspecto sem esquecer a criatividade que os exclu-

idos encontram para sobreviver. Tornaram-se universais as alternativas como o tráfico de drogas, a venda de mercadorias falsificadas, os camelódromos, a guarda de automóveis, o malabarismo nas ruas e até o terrorismo como contraponto ao terrorismo internacional.

Certamente os sinais revelam um futuro ameaçador. Cabe aos que ainda acreditam na construção de um mundo mais justo, solidário e fraterno, arregaçar as mangas e, com mais vigor, explicitar os valores emergentes capazes de levar à superação desta crise. Para isso, é indispensável a contribuição da CCDH como espaço privilegiado de reflexão e encaminhamento de temas relevantes".

*Estilac Xavier*  
(Presidente em 2003)

CCDH 25 ANOS

## Ação voltada à proteção às vítimas da violência

"O período à frente da Presidência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) foi extremamente instigante. Pude visualizar, no dia-a-dia, ao longo do ano de 2003, o quão importante tornou-se a CCDH para a Assembléia Legislativa e à sociedade gaúcha. O alto nível do atendimento prestado ao público, referendado pelas centenas de pessoas que acorreram à CCDH no transcorrer de 2003, é consequência da opção política mantida ao longo de toda a existência da CCDH, de privilegiar a prestação de serviços de qualidade à comunidade.

Embora tenha tentado, em seu formato geral, manter a linha de atuação que consagrou a CCDH nos seus 25 anos, estabeleci, em meu mandato, um foco mais alentado em alguns pontos específicos. Atenção e ação especial foi dedicada à questão das vítimas de violência. Um dos objetivos desta frente de atuação era descontinuar o paradigma, corrente em diversos setores de nossa sociedade: de que as organizações de direitos humanos "defendem bandidos e criminosos". Tal assertiva não era real e não medi esforços para demonstrar isso. Porém, fiz questão de ressaltar e mostrar o quão evidente era o esforço e trabalho diuturno da CCDH em prol das vítimas de violência. As iniciativas não se limitaram ao plano da inflexão retórica. Foram muito

além. Em esforço conjugado entre a CCDH e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República foram implantados no Rio Grande do Sul, de forma pioneira, através de dois centros de atendimento a vítimas de violência, localizados em Porto Alegre e Santa Maria. A proposta destes centros era a prestação de serviços na área jurídica, psicológica e de assistência social a vítimas de violência. Afora isto, dediquei muita energia e tempo na cobrança da regulamentação da lei estadual de proteção, assistência e auxílio a testemunhas ameaçadas e vítimas, de autoria do ex-deputado e ex-presidente da CCDH, Marcos Rolim. Somente a parte referente às testemunhas ameaçadas havia sido regulamentada. A relacionada a vítimas, não. O objetivo era a criação de um serviço que incorporasse o melhor da experiência do Protege - Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas. Procurei, com estas iniciativas, expor e demonstrar à sociedade que todas as pessoas que procuram a CCDH são vítimas e que a contraposição entre vítima e bandido, quando se fala em violação de direitos humanos, não é real. Em decorrência dessa linha de ação voltada à questão das vítimas, os problemas relacionados às crianças e adolescentes, idosos e às pessoas portadoras de necessidades especiais receberam atenção especial, ampliando e consolidando uma linha de trabalho em que a CCDH é uma pioneira em termos de Brasil.

Sem dúvida, as atividades desenvolvidas pela CCDH no curso de sua existência, serviram para sedimentar, fortemente, junto à sociedade gaúcha, o reconhecimento sobre a importância da garantia e promoção dos direitos humanos. O Relatório Azul foi instrumento privilegiado para tal fim. Um dos motes que serviram à sensibilização e à conscientização foi a abordagem séria, criteriosa e corajosa feita ao tema violência policial. E, novamente, este tema teve presença significativa no dia-a-dia da CCDH em 2003. A partir de janeiro de 2003, as políticas mais importantes na área de controle policial, desenvolvidas pela administração estadual anterior, foram gradativamente substituídas por outras, implantadas pela nova administração. E as consequências das mudanças se fizeram presentes. Em 2003, a morte de civis em operações policiais tornou-se tema importante no Rio Grande do Sul. Tal se deu em função do rápido aumento de ocorrências desse tipo verificadas a partir do início daquele ano. Esse crescimento interrompeu um ciclo de diminuição gradual iniciado em 1999. Exemplificativo e simbólico deste momento foi a manchete de um dos

principais jornais da capital, datado do mês de junho de 2003 – “Polícia gaúcha mata 70% a mais do que em 2002. O índice é 70% maior do que o aferido no primeiro semestre de 2002, e 144% acima dos assassinatos entre janeiro e junho de 2001”. Como investigações posteriores verificaram, diversos dos suspeitos foram assassinados em circunstâncias que mesclaram atuação técnica equivocada e clara conduta criminosa.

A CCDH, naquele momento difícil para a cidadania, honrando sua tradição de repúdio à violência policial ilegal, voltou sua atuação para a denúncia responsável daqueles atos e pela cobrança firme de uma reorientação da ação policial. Como os anos posteriores demonstraram, embora não se tenha conseguido uma inflexão na orientação geral da atuação policial, foi, em virtude de ampla mobilização social e popular, interrompido o processo de crescimento exponencial da violência policial. Pelas conquistas e relevantes serviços prestados ao povo gaúcho, foi uma experiência extremamente gratificante exercer a Presidência da CCDH no ano de 2003”.

*Fabiano Pereira*  
*(Presidente em 2004)*

CCDH 25 ANOS

## Outra perspectiva, experiência diferenciada

“Estar à frente de uma representação que tem por objetivo primordial a defesa dos direitos de todos os cidadãos é, sem dúvida, uma experiência diferenciada. Em março de 2004, quando assumi a presidência da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia, projetava uma jornada repleta de desafios. Um deles, o de comandar uma equipe de profissionais que, diariamente, presta atendimento a inúmeras pessoas que recorrem às instâncias do Poder Legislativo com o objetivo de modificar as suas realidades, relatar os seus problemas, angústias e eventuais abusos de que possam ter sido vítimas. Outro desafio, este mais denso, o de contribuir e ampliar o processo de mudança de um conceito – enraizado em nossa sociedade – de que “di-

reitos humanos é direito de bandido". Não é. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Gaúcha prioriza desde a sua criação, o combate a todo e qualquer tipo de violação de direitos sofridos por qualquer cidadão, seja ele rico ou pobre, branco, negro ou índio, homem ou mulher, adulto ou criança, não importando também, qual a sua orientação sexual. A CCDH é o espelho refletor de nossa sociedade. Quando recebe alguém em busca de emprego, de uma casa para morar, de um atendimento médico, de um remédio, ou de um simples copo d'água - é a partir dessas prioridades que deve mover suas ações.

Além disso, foi a partir das denúncias de maus-tratos ou má condição de trabalho, de abuso sexual ou de autoridade, de discriminação racial ou social, que a sociedade se habituou a mediar a atuação de uma entidade em defesa dos direitos humanos. Reconhecemos, sim, que este procedimento denunciatório é papel da Comissão. Solicitar audiências públicas, pedir ou colaborar com as investigações do Ministério Público, fazer coro a eventuais atividades dos movimentos sociais, são ações, por assim dizer, esperadas pela CCDH. Em 2004, no entanto, no período em que tivemos a oportunidade de presidir essa Comissão, creio ter sido percebida, também, uma outra atitude. Defendemos que, além das denúncias, é necessário oferecer um caráter mais propositivo no trato dos temas ligados aos direitos de todos os cidadãos.

Nesse sentido, à trajetória da CCDH, em 2004, permite elencarmos exemplos como o das Conferências de Direitos Humanos (regionais e a estadual), a continuidade da Jornada Estadual Contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, já concebidas sob esta perspectiva, que estimula uma maior integração da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. Destaco ainda, o desfecho positivo do Caso Genilma, ocasião em que a equipe da CCDH encampou a luta da mãe que, sozinha, buscava o retorno de seus filhos seqüestrados e em poder do pai, no Paraguai. Outro fato que marca a nossa presença na CCDH foi o trágico episódio das crianças mortas no norte do Estado. Acompanhamos atentamente as investigações, apontando erros e cobrando das autoridades uma rápida solução para os crimes.

Permitir à sociedade uma discussão mais madura sobre essas questões, propondo idéias, relatando problemas e discutindo alternativas, nos permite vislumbrar um horizonte mais seguro, amenizan-

do ou modificando o (pre)conceito que determinados setores de nossa sociedade e opinião pública ainda possuem sobre o tema”.

Prêmio DH



# Prêmio Direitos Humanos

*Relatório Azul 2005 - 341*

---

# Prêmio Direitos Humanos

O Prêmio Direitos Humanos é promovido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa/RS, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e Unesco e visa a destacar anualmente pessoas ou entidades que se sobressaem na formação, divulgação e defesa dos direitos humanos no âmbito estadual.

## 2003 - 6ª edição

A 6ª edição do Prêmio Direitos Humanos foi entregue, no dia 10 de dezembro 2003, no salão do Santander Cultural.

Os premiados:

I - Formação da Consciência de Cidadania  
CAPA – Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores  
Maria Ribeiro da Silva Tavares

II - Divulgação dos Direitos Humanos  
Projeto Luz Reveladora – Photo da Lata, inclusão Social  
Revelada  
Helena Martinho

III - Defesa dos Direitos Humanos  
Carmen Craidy, do Projeto Educar para a Vida

V - Protagonismo Juvenil  
Instituto Movimento Cultural Canta Brasil  
Grupo Preconceito Zero

Menção Honrosa:  
Luiz Goulart Filho (in memorian)  
Maria do Rosário  
Agência de Notícias Radioweb

*342 - Relatório Azul 2005*

---

## 2004 - 7ª edição

Em sua sétima edição, o Prêmio Direitos Humanos destacou, no dia 10 de dezembro de 2004, no auditório da Assembléia Legislativa, as seguintes entidades e organizações:

I - Formação de Consciência de Cidadania  
Maria Berenice Dias

II - Categoria Divulgação dos Direitos Humanos  
Instituto de Acesso à Justiça

III - Categoria Defesa dos Direitos Humanos  
Escola Municipal Heitor Villa-Lobos

V - Categoria Protagonismo Juvenil  
Letícia Festugato

Menção honrosa  
Afonso Konzen (Comissão de Retorno de Iruan)

## 2005 - 8ª edição

A 8ª edição do Prêmio Direitos Humanos 2005, destacou no dia 9 de dezembro de 2005, no Santander Cultural, os seguintes premiados:

I - Categoria Formação e Consciência Cidadã:  
Escola Municipal Edith Macedo de Araújo, de Porto Alegre

II - Divulgação dos Direitos Humanos:  
O filme Canto da Cicatriz, de Lais Chaffe, do Coletivo Feminino Plural

III - Defesa dos Direitos Humanos:  
Cooperativa dos ex-apenados João de Barro, de Pedro  
Osório

IV - Categoria Protagonismo Juvenil:  
Keliezy Severo, 19 anos, de Porto Alegre

Menções honrosas:  
Losângela Soares Martins, (tia Lolô), de Viamão  
Projeto de Planejamento Familiar, do Centro de Apoio  
Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público  
Estadual/RS.



Siglas

MPF R S BR  
RA  
AL D H  
CC D H



Siglas

*Relatório Azul 2005 - 345*

---

# Siglas utilizadas nesta publicação

ABIN: Agência Brasileira de Inteligência  
Abrapia: Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Juventude  
ADCT: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
AIDS: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida  
AL: Assembléia Legislativa  
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas  
ANTT: Agência Nacional de Transporte Terrestre  
AP: Audiência Pública  
APAEs: Associação de pais e Amigos de Excepcionais  
ARTI: Associação Riograndense das Empresas de Transporte Intermunicipal de Longo Curso  
BM: Brigada Militar  
BNH: Banco Nacional de Habitação  
Caismental: Centros de Atenção Integral a Saúde Mental  
CAPS: Centro de Atendimento Psicossocial  
CASE: Centro de Atendimento Socioeducativo  
CCDH: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL/RS  
CDC: Código de Defesa do Consumidor  
Cddph: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CDH: Centro de Direitos Humanos  
Cedeca: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente  
Cedica: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CEF: Caixa Econômica Federal  
CEI: Conselho Estadual do Idoso  
CIMI: Conselho Indigenista Missionário  
CLT: Consolidação das Leis Trabalhistas  
CMP: Central de Movimentos Populares  
Cnsan: II conferência Nacional de SAN  
Codene: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra  
COM: Comando do Policiamento Metropolitano  
Conam: Confederação Nacional de Associação de Moradores  
Conic: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs  
Conppij: Conselho de Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude  
Consea: Conselho de Segurança Alimentar  
Coren: Conselho Regional de Enfermagem  
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPM: Comando do Policiamento Metropolitano  
CPMI: Comissão Parlamentar Mista do Congresso Nacional  
CUT: Central Única dos Trabalhadores  
DECA: Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima  
DEIC: Departamento Estadual de Investigações Criminais  
DH: Direitos Humanos  
DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada  
Dhesc: Direitos Humanos, Econômicos e Sociais



## Siglas

DNA: Ácido desoxirribonucleico ou Exame do Código Genético do Estado do RS  
DOPS: Delegacia de Ordem Política Social  
ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente em Situação de Rua  
EUA: Estados Unidos da América  
Farsul: Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul  
FASE: Fundação de Apoio Socioeducativo  
Fecosul: Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do RS  
Feessers: Federação de Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul  
Fepsop: Federação Profissional dos Trabalhadores em Segurança Privada  
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FHC: Fernando Henrique Cardoso  
Ficai: Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente  
FMSS: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho  
FPE: Fundação de Proteção Especial  
Funai: Fundação Nacional do Índio  
GAPA: Grupo de Prevenção da AIDS  
GHC: Grupo Hospitalar Conceição  
GLBT: Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros  
GT: Grupo de Trabalho ou Grupo Técnico  
HPS: Hospital de Pronto Socorro  
HPSP: Hospital Psiquiátrico São Pedro  
IAJ: Instituto de Acesso à Justiça  
IBDFam: Instituto Brasileiro de Direito da Família  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFCH: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Ifibe: Instituto de Filosofia Pe. Berthier  
IGP: Instituto Geral de Perícias  
IML: Instituto Médico Legal  
INSS: Instituto nacional de Seguro Social  
IPA: Instituto Portoalegrense de Ensino Superior  
IPEC: Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil  
IPF: Instituto Psiquiátrico Forense  
IPMF: Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira  
LER: Lesões por Esforço Repetitivo  
LOS: Livre Orientação Sexual  
MESA: Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
MJDH: Movimento de Justiça e Direitos Humanos  
MNDH: Movimento Nacional de Direitos Humanos  
MNLM: Movimento Nacional de Luta pela Moradia  
MNU: Movimento Negro Unificado  
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores  
MPE: Ministério Público Estadual  
MPT: Ministério Público do Trabalho  
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
MTD: Movimento dos Trabalhadores Desempregados  
Noica: Núcleo Operacional de Inclusão de Crianças e Adolescentes  
OEA: Organização dos Estados Americanos  
OIT: Organização Internacional do Trabalho  
OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organização Não-Governamental  
ONU: Organização das Nações Unidas  
OPS: Organização Panamericana de Saúde  
PAR: Programa de Arrendamento Residencial  
PASC: Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas  
PCPA: Presídio Central de Porto Alegre  
PEC: Penitenciária Estadual de Charqueadas  
PEC: Projeto de Emenda Constitucional  
PEJ: Penitenciária Estadual do Jacuí  
PF: Polícia Federal  
PHS: Programa de Subsídio a Habitação e Interesse Social  
PL: Projeto de Lei  
PM: Polícia Militar ou Policial Militar  
PMEC: Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas  
PPD: Pessoa Portadora de Deficiências  
Protege: Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a  
PUC: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
RA: Relatório Azul  
RS: Rio Grande do Sul  
RSAS: Regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos  
SAN: Segurança Alimentar e Nutricional  
SEDH: Secretaria Especial de Direitos Humanos  
Semapi: pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento,  
Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS  
Senar: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SESA: Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
SFH: Sistema Financeiro de habitação  
Simers: Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul  
Sindisaude: Sindicato dos trabalhadores da Saúde do Rio Grande do Sul  
SJS: Secretaria da Justiça e da Segurança  
Smdhsu: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana  
SNDH: Secretaria Nacional de Direitos Humanos  
SNI: Secretaria Nacional de Informações  
SNSP: Secretaria Nacional de Segurança Pública  
SOPS: Serviço de Ordem e Política Social  
STCAS: Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social  
SUS: Sistema Único de Saúde  
Susepe: Superintendência dos Serviços Penitenciários  
TCU: Tribunal de Contas da União  
TIC: Tecnologias de Informação e de Comunicação  
TRF: Tribunal Regional Federal  
UBE: União Brasileira de Estudantes  
Uergs: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
Ufrgs: Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UJS: União da Juventude Socialista  
Ulbra: Universidade Luterana do Brasil  
UNE: União Nacional de Estudantes  
Unesco: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura  
VEC: Vara de Execuções Criminais  
VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

# Expediente

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia  
Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Assessoria CCDH 2005

Coordenador: Claudiomiro Ambrosio

Assessoria técnica:

Claudio Sommacal (Terra, Moradia)  
Claudiomiro Ambrosio (Mulheres, GLS, Violência)  
Jocemara Schäfer (Sistema Prisional)  
Lais Schmitt (Prêmio DH, Saúde)  
Nereu Vargas de Castro (Violência)  
Patrícia Luci Machado Couto (Idosos, PPDs, Índios,  
Trabalho)  
Sílvia de Lemos Vasques (Criança e Adolescente)  
Suzana Keniger Lisboa (Desaparecidos e Povo Negro)

Secretaria:

Sandro Martins Rodrigues (a partir de agosto 2005)  
Lais Schmitt (até agosto 2005)

Recepcionista:

Carla Lied (a partir de outubro 2005)  
Indionara Taís Machado Teixeira (novembro 2005)

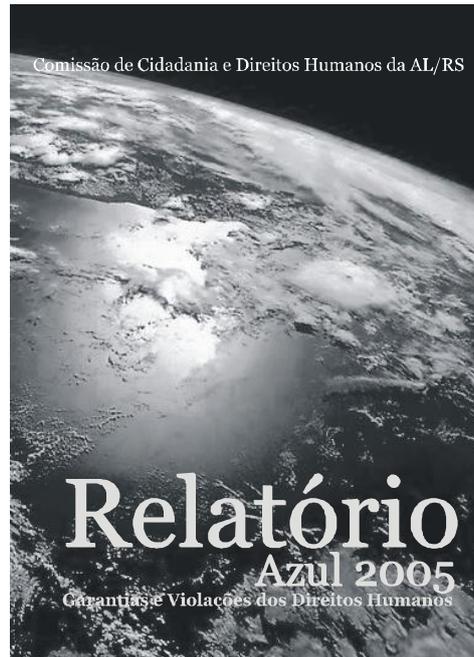
Estagiários:

Daniel Fortuna Damiani  
Lucas Capra  
Rosana Wallau  
Sabrina da Rosa Pereira

# Relatório Azul 2005

Organizador e redator:  
Claudio Sommacal  
(Fenaj 5258/RS)

Conselho Editorial:  
Claudio Sommacal,  
Claudio Miromiro Ambrosio,  
Frei Orestes Serra,  
João Edgar Pretto



Revisão de texto:  
Maria Cristina Capra Barboza e Stella Máris Valenzuela

Fontes para os textos/casos:  
Carine Prevedello, Josiane Skolaude, Marcelo Nepomuceno, Kiko Machado, Juliana Thomaz, José Manosso, Carmen Abreu, Stella Máris Valenzuela, Mirella Poyastro, Luiz Carlos Barbosa e Gilmar Eitelwein

Produção gráfica da capa:  
Ricardo Trombini Pires/ Comunicação Visual-AL

Projeto gráfico:  
Cláudio Sommacal, via espaço Multiuso/AL.

Impressão: Corag, janeiro 2006.

Tiragem: 6.500 exemplares.

Atenção:  
Este livro não pode ser comercializado.  
Distribuição Gratuita.

*350 - Relatório Azul 2005*

## Ficha de Avaliação

Queremos conhecer sua opinião sobre o Relatório Azul 2005.

a) FORMA:

1. Quanto à apresentação gráfica (diagramação):

Boa                       Regular                       Ruim

2. O tamanho da letra:

Bom                       Regular                       Ruim

3. Quanto ao estilo de redação, sua redação é:

Fácil                       Moderada                       Difícil

b) CONTEÚDO:

1. Os artigos debatendo os temas:

Agradaram       Mais ou menos       Desatualizados

2. Qual o artigo achou mais útil para você?

.....

3. Qual dos casos abordados lhe impressionou mais?

.....

c) APROVEITAMENTO DA OBRA:

1. Conseguiu o livro através de:

Diretamente na CCDH       No lançamento regional

*Relatório Azul 2005 - 351*

2. Sua categoria é:

advogado       professor       líder comunitário

servidor       .....

3. Ficou sabendo da existência do RA através de:

Internet       Amigos       Imprensa

.....

d) OUTRAS OBSERVAÇÕES:

.....  
.....  
.....

Todos os anos, depois do lançamento do Relatório Azul na capital, acontecem os lançamentos em cidades do interior. Em geral, as Câmaras de Vereadores ou os Centros de Direitos Humanos organizam um debate sobre o tema oportuniza a distribuição da obra a cada entidade presente.

Neste sentido, se sua cidade tem interesse em realizar o debate sobre o tema Direitos Humanos e contar com o lançamento do RA, agende-se fazendo contato com a CCDH, no seguinte endereço:

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos  
Assembléia Legislativa do RS  
Palácio Farroupilha – 3º Andar  
Praça Marechal Deodoro, 101  
90010-300 Porto Alegre, RS  
E-mail: [ccdhdh@al.rs.gov.br](mailto:ccdhdh@al.rs.gov.br)  
Fone: 51. 32102095